

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

DANIEL LANNA PEIXOTO

PODER E AS “ARTES DE FAZER” NO COTIDIANO CIRCENSE

Belo Horizonte

2016

Daniel Lanna Peixoto

PODER E AS “ARTES DE FAZER” NO COTIDIANO CIRCENSE

Tese apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Área de concentração: Estudos Organizacionais e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri

Belo Horizonte

2016



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Administrativas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração

ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor DANIEL LAINNA PEIXOTO, REGISTRO Nº 159/2016. No dia 16 de fevereiro de 2016, às 09:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Tese, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 27 de janeiro de 2016, para julgar o trabalho final intitulado "Poder e as "artes de fazer" no cotidiano circense", requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Administração, linha de pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carriari, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA. INÍCIO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2016.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carriari
ORIENTADOR (CEPEAD - Universidade Federal de Minas Gerais/ MG)

Prof. Dr. Alfredo Rodrigues Leite da Silva
(Universidade Federal do Espírito Santo/ ES)

Prof. Dr. Anon Narciso de Barros
(Fundação Getúlio Vargas/ SP)

Prof. Dr. Denis Alves Perdigão
(Universidade Federal de Juiz de Fora/ MG)

Prof.ª. Dr.ª. Elisa Yoshie Ichikawa
(Universidade Estadual de Maringá/PR)

Ficha Catalográfica

P378p Peixoto, Daniel Lanna.
2016 Poder e as “Artes de fazer” no cotidiano circense [manuscrito] /
Daniel Lanna Peixoto. – 2016.
199 f.: il.

Orientador: Alexandre de Pádua Carrieri.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro
de Pós-graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 193-199).

1. Circo – Administração – Teses. 2. Administração – Teses.
3. Comportamento organizacional – Teses. I. Carrieri, Alexandre
de Pádua. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-
graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Dedico este trabalho à população circense e aos que defendem, por meio de lutas diárias, mais simetria nas relações de poder.

AGRADECIMENTOS

Talvez fosse mais coerente não direcionar agradecimentos. Não porque eu considere ter feito esta tese sem a ajuda de alguém, mas por serem tão numerosos seus colaboradores que se torna injusto elencar alguns e justificar as ausências. Permitam-me incluir os ausentes silenciando os nomes de vários candidatos a terem seus nomes mencionados aqui. Assim, agradeço àqueles que de alguma forma reconheçam ter contribuído na construção deste itinerário. Em exceção, agradeço ao Professor Alexandre de Pádua Carrieri, por ter me orientado e, em vários momentos, me desafiado, ao Professor Alfredo Rodrigues Leite da Silva, pelo incentivo em um momento difícil, aos participantes do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (Neos), por terem me acolhido como membro, em especial ao Edson Antunes Quaresma Júnior, ao Centro de Pós-Graduação em Administração (Cepead) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cujos docentes e funcionários sempre estiveram disponíveis a me ajudar, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa e, por fim, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), por ter possibilitado concluir este trabalho dedicando-me exclusivamente a ele. Obrigado!

“A prisão começa bem antes de suas portas”.

Michel Foucault

RESUMO

Nesta tese foram construídos conhecimentos relativos a organizações circenses, cujas características as descrevem como sendo pequenas e de organização familiar. O objetivo principal foi analisar o cotidiano dessas organizações a fim de elucidar as práticas de conformidade e de resistência em relação aos poderes que governam os contextos sociais investigados e mantêm relação com a gestão ordinária. Para isso, como lentes analíticas, foram utilizadas as perspectivas foucaultiana sobre relações de poder e a certeuniana sobre as “artes de fazer”. A conciliação dessas duas perspectivas possibilitou a construção de um esquema conceitual para representar de que modo elas se complementam e figuram como um caminho para compreender a mecânica do poder. A metodologia empregada consistiu na participação do pesquisador no cotidiano de cinco circos, distribuídos dentre Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). Juntos aos sujeitos dessas organizações foram realizadas observações participantes durante 55 dias, acompanhando e participando de suas atividades diárias. Também foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas com circenses pertencentes aos circos. Os discursos produzidos nas entrevistas foram analisados por meio da técnica de Análise Linguística do Discurso. A discussão dos dados possibilitou a este trabalho revelar como os donos dos circos e seus familiares produzem um discurso que provê controle e dominação sobre o comportamento dos funcionários. No entanto, em meio a esse regime de poder, este trabalho elucidava como os funcionários criam “espaços” para praticar ações que contestam a ordem estabelecida. O mesmo é praticado pelos donos dos circos em relação às práticas disciplinares exercidas pelos governos municipais e Instituições que regulamentam a atividade circense. Esta tese também revela como o trabalho circense é caracterizado por práticas que fadavam os funcionários a regimes de trabalho semelhantes à escravidão, estando muitos deles submetidos a condições degradantes e subumanas. Por fim, esta tese mostra como pequenas organizações circenses se constituem em um evento “para a” e “da” periferia, tendo em vista, principalmente, o desrespeito à legislação, aceito somente em zonas periféricas.

Palavras-Chave: Cotidiano. Resistência. Gestão ordinária. Poder. Circo.

ABSTRACT

In this thesis, knowledge was built on the circus organizations whose characteristics describe them as being small and family organizations. The main goal was to analyze the daily lives of these organizations in order to elucidate the compliance and resistance practices in relation to the powers which rule the investigated social contexts and maintain relationship with the ordinary management. For this, likewise analytical lenses, it was used the Foucault's perspective on power relationships and Certeau's on the "arts of doing". The conciliation of these two perspectives enabled the construction of a conceptual framework to represent how they complement each other and appear as a way to understand the mechanics of power. The methodology involved the participation of the researcher in the daily activities of five circuses, distributed among Minas Gerais State (MG) and Espírito Santo State (ES). Together with the subjects of these organizations active observations were performed during 55 days, following and participating in their daily activities. Also, 17 semi-structured interviews were conducted with members of the circuses. The speaking which were performed in the interviews were analyzed by the Linguistics Discourse Analysis technique. The discussion of the data enabled this work to reveal how the owners of circuses and their families produce a speech that promotes control and domination over their employees' behavior. However, inside this system of power, this work elucidates how employees create "spaces" to take actions which challenge the established order. The same is practiced by the owners of the circuses in relation to disciplinary practices exercised by municipal governments and institutions which regulate the circus' activity. This thesis also reveals how the circus' work is characterized by practices that affect employees working arrangements similar to slavery, many of them being exposed to degrading and inhuman conditions. Finally, this thesis shows how small circus organizations constitute an event "to" and "from" the periphery, mainly having in mind the disrespect for the law, accepted only in peripheral areas.

Keywords: Everyday. Resistance. Ordinary management. Power. Circus.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 - Esquema conceitual desta tese | 66 |
| FIGURA 2 - Barraca usada como moradia pelo pesquisador no primeiro circo pesquisado ... | 75 |
| FIGURA 3 - Convite promocional de um dos circos pesquisados..... | 91 |
| FIGURA 4 - Trabalho realizado por integrantes de umas das famílias proprietárias | 99 |
| FIGURA 5 - Freezer trancado com cadeado para evitar furtos..... | 111 |
| FIGURA 6 - Moradias destinadas a funcionários | 124 |
| FIGURA 7 - Banheiros destinados a funcionários | 125 |
| FIGURA 8 - Controle de vendas feito por funcionário..... | 133 |
| FIGURA 9 - Instalação para captação clandestina de energia elétrica..... | 146 |
| FIGURA 10 - Caixa de distribuição de energia elétrica..... | 149 |
| FIGURA 11 - Preparação de batata frita | 151 |
| FIGURA 12 - Esquema arquitetural e de vigilância no circo..... | 153 |
| FIGURA 13 - Pano de roda da lona principal suspenso durante o dia..... | 154 |
| FIGURA 14 - Circenses erguendo a lona principal de apenas um mastro de um dos circos pesquisados..... | 156 |
| FIGURA 15 - Barracas e alimentos (batata frita e maçã do amor) exibidos para serem comercializados | 158 |
| FIGURA 16 - Palco, banheiros químicos e camarim | 158 |
| FIGURA 17 - Vales-compra oferecidos como “patrocínio” | 162 |
| FIGURA 18 - Convite promocional ou bônus | 163 |
| FIGURA 19 - Panfletos do tipo “blefe” de circos pesquisados..... | 168 |
| FIGURA 20 - Controle financeiro de um dos circos pesquisados | 173 |
| FIGURA 21 - Pessoas na fila para comprar ingresso..... | 174 |
| FIGURA 22 - Programação do espetáculo em diferentes dias..... | 176 |
| FIGURA 23 - Atrações principais de alguns dos circos pesquisados | 177 |
| FIGURA 24 - Espectadores durante os intervalos na praça de alimentação | 182 |
| FIGURA 25 - Esquema conceitual alterado | 190 |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | DA ESCOLHA EPISTEMOLÓGICA | 18 |
| 3 | A ANALÍTICA DE PODER E AS INVENÇÕES COTIDIANAS | 26 |
| 3.1 | Analítica foucaultiana das relações de poder | 28 |
| 3.1.1 | <i>O inominável poder</i> | 31 |
| 3.1.2 | <i>O domínio pela disciplina</i> | 40 |
| 3.2 | As invenções cotidianas | 48 |
| 3.3 | Possíveis aproximações entre a analítica foucaultiana de poder e a perspectiva cotidianista certauniana | 60 |
| 4 | PERCURSO EMPÍRICO | 68 |
| 4.1 | Os circos e os circenses | 69 |
| 4.2 | Tessituras metodológicas no cotidiano de pesquisa | 72 |
| 4.3 | Decifrando os discursos sobre o cotidiano circense | 79 |
| 5 | PODER E AS “ARTES DE FAZER” NO COTIDIANO CIRCENSE | 81 |
| 5.1 | A tradição de geração a geração | 81 |
| 5.1.1 | <i>Pesos vivos</i> | 96 |
| 5.1.2 | <i>Um título de poder: os barões do circo</i> | 99 |
| 5.2 | Trabalho e as tessituras cotidianas dos funcionários circenses | 106 |
| 5.2.1 | <i>(Auto)constituição dos funcionários circenses</i> | 107 |
| 5.2.2 | <i>Palavras ao vento: o “contrato palavreado” de trabalho</i> | 113 |
| 5.2.3 | <i>Ofícios e ordenados</i> | 123 |
| 5.2.4 | <i>Ganhos complementares para essa (não)relação de trabalho</i> | 132 |
| 5.3 | Do “fazer a praça” à estreia | 137 |
| 5.3.1 | <i>Destinos incertos</i> | 138 |
| 5.3.2 | <i>Poder disciplinar e a criação de “espaços”</i> | 142 |
| 5.3.3 | <i>A montagem</i> | 151 |
| 5.3.4 | <i>Chegou, chegou, o circo chegou!</i> | 159 |
| 5.3.5 | <i>Atenção, porque daqui a pouco vai começar o espetáculo</i> | 170 |
| 5.3.6 | <i>Respeitável público, o espetáculo</i> | 175 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 186 |
| | REFERÊNCIAS | 193 |

1 INTRODUÇÃO

A idealização desta tese surgiu diante do meu desejo em aprofundar o conhecimento sobre alguns temas trabalhados por mim junto ao Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (Neos)¹, quando eu e alguns de seus demais componentes desenvolvemos uma pesquisa sobre identidades e estratégias circenses. Nela analisamos a formação de estratégias e de identidades no contexto de circos itinerantes² localizados na região Sudeste do país³. A minha participação nessa pesquisa produziu algumas inquietações que, nesta tese, foram propulsoras para definir os objetivos de pesquisa.

Antes de problematizar tais inquietações e descrever os objetivos desta pesquisa, devo informar a adoção da abordagem pós-estruturalista na condução deste trabalho. Adotá-la significou colocar em xeque diversos preceitos, entre os quais “[...] a própria construção do conhecimento científico, seus métodos, técnicas, sua posição em relação a outros conhecimentos e a sua eficácia na sociedade” (LOSEKANN, 2012, p. 1).

Quanto ao conceito de ciência ao qual me alio, concordo com a ideia de que a ciência, dita normal, não é capaz de conhecer a realidade e descrevê-la como sendo última (NEWMAN, 2005). Em outras palavras, o leitor perceberá ao longo deste trabalho o questionamento do “conhecer” como uma atividade centrada na busca da essência das coisas e dos fenômenos. Prefiro ter uma postura investigativa que assume a incapacidade de conhecimento total de um fenômeno, ou que possa alcançar a essência das criações humanas. Deixo, desde já, fora das minhas intenções, criar algum tipo de conhecimento universal. Em vez disso, creio na produção de um conhecimento que é fruto de minhas escolhas. Por isso, esta pesquisa não é neutra, se é que existe neutralidade em pesquisas, como questionam Resende e Ramalho (2004).

¹ O Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (Neos) é um núcleo interdisciplinar dedicado a investigar fenômenos organizacionais e sociais, tendo iniciado suas atividades em 1991. Ele é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Devo salientar a existência de organizações circenses que não têm lona e nem moradias móveis, e que, portanto, não podem ser consideradas itinerantes. Oliveira e Cavedon (2013) fizeram um estudo sobre práticas cotidianas em uma dessas organizações, denominada trupe.

³ A pesquisa em questão foi coordenada pelo professor Dr. Alexandre de Pádua Carrieri, entre 2011 e 2013, onde foram pesquisados circos itinerantes nos Estados do Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). Para tanto, contou com o auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, por meio do edital 014/2010.

Esta pesquisa também não é última, pois não se valeu da vontade positivista de gerar algum tipo de verdade absoluta, neste caso, uma verdade sobre o cotidiano circense. Desde os meus primeiros dias no campo, tecendo com os sujeitos de pesquisa os cotidianos sobre os quais versam este trabalho pude perceber como a minha visão de mundo só me deixaria considerar aquilo que passa pelo “filtro” das minhas convicções. Desse modo, os dados construídos e as reflexões geradas integram uma versão da realidade substanciada por minha visão de mundo. Tendo isso como base, e com vistas a alinhar o meu modo de escrita às minhas escolhas, redigi o texto na primeira pessoa do singular.

Voltando às ideias que tive, elucubradas no início desta introdução, descrevo-as como inquietações sobre o cotidiano do circo, sobre as astúcias das pessoas no cotidiano em torno da arte circense e sobre o estabelecimento do comportamento delas por relações de poder. Partindo dessas inquietações, propus pesquisar o cotidiano circense dando ênfase às “artes de fazer”⁴, ou “maneiras de fazer” (CERTEAU, 2012a, p. 37) expressas no cotidiano de pessoas que vivem e trabalham em circos itinerantes.

O entendimento que tenho sobre o que é “cotidiano” e sobre como abordá-lo empírica e teoricamente está baseado nas colocações de Michel de Certeau. Para ele, cotidiano é, além de um lugar de conformidades, o lugar de criações feitas por pessoas ordinárias⁵, é o lugar das “artes de fazer”. Essas “artes de fazer” estão relacionadas às ações que as pessoas desenvolvem na vida cotidiana, como maneiras particulares de se vestir, comer, organizar, entre outros modos de agir que compõem a vida de uma pessoa. Elas, que compõem nossas vidas e se fazem presentes diante da organização e limitação de um campo de ação delineado pela proposição do exercício de algum tipo de poder e por formas de resistência (CERTEAU, 2011, 2012a, 2012b).

Para Foucault (1979), o exercício do poder e as formas de resistência coexistem em nossas relações, como evidencio ao longo da discussão teórica. Com esse objetivo, relatei de modo complementar os ensinamentos do filósofo Michel Foucault e os do historiador Michel

⁴ O uso da expressão “artes de fazer”, presente no subtítulo do tomo 1 de “A invenção do cotidiano: artes de fazer”, tem o mesmo significado da expressão “maneiras de fazer”, pois elas são usadas igualmente para representar as práticas astuciosas de pessoas comuns.

⁵ O termo “ordinário” é empregado nesta tese no sentido de comum, habitual, não raro (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011; CERTEAU, 2012a).

de Certeau⁶. Foucault inspira a pensar o poder de modo diferente em relação às concepções correntes, sendo isso possível por meio de sua analítica de poder, em que ele elucida o seu funcionamento (MAIA, 1995). A analítica foucaultiana descreve o poder como algo disseminado nas relações sociais, como não pertencentes exclusivamente ao Estado e como não excepcionalmente repressor (ALBUQUERQUE, 1995; MAGALHÃES, 2013). De acordo ainda com Magalhães (2013), o poder pode estruturar o campo eventual de ação dos sujeitos, de modo que suas ações sejam controladas, sem que para isso lhes sejam tiradas outras possibilidades de ação. Embasando-me nessa consideração, também compreendo nesta tese o poder sob tal ponto de vista, ou seja, como disseminado nas relações sociais do dia a dia.

Certeau comunga de vários aspectos presentes na analítica de poder de Foucault, mas enfatiza a “antidisciplina” (ou a resistência) (GIARD, 2012, p. 16). A escolha dos ensinamentos de Certeau para falar de resistência não diminui a importância de Foucault e também não quer dizer que ele não tenha elucidado adequadamente o tema; contudo, Certeau avança na discussão sobre este tema por ter descrito como a antidisciplina opera no cotidiano, sob o título de “artes do fazer”, “astúcias sutis” ou “táticas de resistência” (DURAN, 2007, p. 119). Na tentativa de mostrar como atua a antidisciplina, Certeau imagina essas “artes” em meio a um conjunto de forças formado por “estratégias” e “táticas” cotidianas. As “estratégias”, às quais ele se refere, estão ligadas ao poder exercido sobre as pessoas, capazes de alterar o comportamento delas e transformá-las (CERTEAU, 2012a, p. 93). Por outro lado, a “tática” tem sentido diferente: são astúcias que, diante do exercício de poder, produzem algo inesperado, já que é subversiva àquilo que está estabelecido (CERTEAU, 2012a, p. 94). A “tática”, portanto, constitui-se de “golpes” realizados pelas pessoas que subvertem as regras, ou seja, que agem antidisciplinarmente (CERTEAU, 2012a). Nesse ponto, Certeau (2011, 2012a) defende que o jogo de forças entre “estratégias” e “táticas” cotidianas dá os contornos do cotidiano. Nas palavras de Certeau, Giard e Mayol (2011) e de Certeau (2012a), esse jogo possibilita a “invenção do cotidiano”⁷.

Minhas inquietações, junto às contribuições teóricas em torno dos temas “exercício de poder” e “antidisciplina”, fizeram com que eu direcionasse o meu olhar para a análise do cotidiano circense e a perseguir a elucidação da seguinte pergunta de pesquisa: **como as relações de**

⁶ Ambos os autores têm formações múltiplas; no entanto, a Filosofia e História foram escolhidas e mencionadas por ser por meio dessas ciências que eles são mais conhecidos, respectivamente.

⁷ A expressão “invenção do cotidiano” é usada por Certeau, Giard e Mayol (2011) e por Certeau (2012a) como parte dos títulos de suas obras.

poder impulsionam práticas na “estratégia” e na “tática” cotidiana no circo? As “estratégias” e “táticas” cotidianas envolvidas nessas relações e manifestas no cotidiano circense estão intimamente relacionadas às maneiras de viver dos circenses. Por seu turno, as maneiras de viver das pessoas envolvem aquilo que elas fazem cotidianamente. No caso do circo, como objeto empírico de pesquisa, o que se faz cotidianamente tem relação também com as práticas de gestão. Essa inferência é respaldada pelo conceito de “gestão ordinária”, em que as práticas cotidianas, neste trabalho, as dos circenses, figuram como um modo de gestão (CARRIERI, 2012, p. 13).

A gestão ordinária resulta de práticas realizadas por pessoas comuns, sem importância, em seus afazeres diários em uma organização (CARRIERI, 2012). Por isso, o termo “gestão” nesta tese não é o gerir praticado por um grupo de pessoas ocupantes de cargos de gerência. Em sentido menos restrito, a gestão ordinária é a reunião de ações praticadas por vários atores sociais no cotidiano de uma organização qualquer. Gerir, no sentido adotado, não é um atributo de somente uma pessoa ou de um grupo delas, pois se admite como imperativo a possibilidade de ação gerencial de pessoas que possuem relação direta e indireta com as organizações. Em resumo, entendo a gestão como o resultado de práticas sociais não privadas, cujo conceito não se pretende ser totalizador, tendo em vista outras possibilidades de gerir (ALCADIPANI; ROSA, 2010).

Assim, de acordo com a pergunta que norteou esta pesquisa e o conceito de gestão adotado, esta tese tem como objetivo geral **evidenciar como os sujeitos de circo, em meio a relações de poder, agem na “estratégia” e na “tática” cotidiana.** Nesse caso, a “estratégia” está ligada ao exercício de poder que organiza o espaço circense, ou seja, organiza a vida das pessoas, enquanto a “tática” está ligada a antidisciplinas fundadas pelos circenses. Entretanto, para se atingir esse objetivo, as análises não recorreram a uma distinção entre “estratégias” e “táticas” cotidianas. Se isso não fosse evitado, a apresentação da discussão seria incongruente ao posicionamento epistemológico adotado por mim, bem como àquele com base no qual Michel de Certeau realizou as suas contribuições. O mais interessante aqui é mostrar como o jogo dessas forças promove uma “fabricação” bastante particular no cotidiano circense (CERTEAU, 2012a, p. 38). A observância dessas duas forças, “estratégia” e “tática” cotidiana, segundo Certeau (2012a), participantes da criação do cotidiano, conduz a análise em direção à “produção da organização” circo (COOPER; BURRELL, 2007, p. 328), em

especial para esta tese, à “produção” do circo itinerante de “variedades” e de organização familiar.

O circo de “variedades” é sumariamente descrito por Andrade (2006, p. 101) como sendo “onde tudo acontece no picadeiro” e caracterizado por Magnani (2003) por ter espetáculo variado, com apresentações que abrangem uma grande diversidade de artes circenses, como acrobacias, bailados, dramatizações, malabarismo, contorcionismo, magia e pequenas apresentações cômicas. Para esse autor, ainda, ele é pequeno e comumente o mais pobre dos circos, por isso seus donos encontram dificuldades em contratar artistas, locar terrenos, cumprir a legislação⁸ etc. Tais elementos descritivos do circo de “variedades” e suas consequentes limitações corroboram o entendimento de Ruiz (1987, p. 22), de que as companhias circenses continuam existindo, “[...] por força do hábito, lutando contra tudo e todos [...]”.

Dadas as dificuldades inerentes ao cotidiano do circo de “variedades”, tomei-o como objeto empírico de pesquisa. Supunha que nele o exercício do poder pudesse ser mais intenso, pois por ser pobre, conforme Magnani (2003) o descreveu, poder-se-ia dizer que nem sempre a sua gestão consegue atender aos requisitos para o seu funcionamento. Apesar dessa condição, o circo de “variedades” continua existindo, talvez por meio de subversões em relação a esses requisitos. De modo complementar a essa escolha, interagir com os sujeitos de pesquisa seria mais fácil no circo de “variedades”, pois por ser pequeno poder-se-ia imaginar nesse tipo de organização a ausência de estruturas burocráticas que pudessem cercear a convivência entre nós no horário de trabalho.

Partindo disso, foram estabelecidos três objetivos específicos para alcançar o objetivo geral. O primeiro é **compreender como o circo de “variedades” se constitui cotidianamente em um evento “para a” e “da” periferia (1)**. Segundo Magnani (2003) e Souza (2013), de modo geral, várias são as dificuldades encontradas pelos circos e elas os conduzem às periferias das cidades, locais onde se evidenciam condições mais propícias para o seu funcionamento (MAGNANI, 2003). Magnani (2003) e Souza (2013) referem-se à periferia como um lugar urbano, caracterizado pela violência e diversos tipos de exclusões. Com isso, reverbero nesta tese como os circenses, por meio das “artes de fazer”, criam a organização “circo de

⁸ Uma das legislações que deve ser cumprida no Estado do Espírito Santo, por exemplo, é proposta pela Lei nº 9.269, que dispõe sobre a prevenção de incêndios e dá outras providências (ESPÍRITO SANTO, 2009).

variedades” como algo destinado à periferia em termos de espetáculo, arquitetura, relações de trabalho, formas contratuais, segurança e sanitariedade.

Também compreendo ser necessário **entender as relações de poder no cotidiano circense (2)**. Para atingir esse segundo objetivo específico, observei no cotidiano dos circos o surgimento de relações de forças que tentam normalizar a vida dos circenses, ou seja, tentam ter o controle de aspectos ligados ao espetáculo, ao itinerário, às formas de relacionamento social, enfim, ao modo de viver no circo. Diante do exercício de poder as “táticas” tomam a forma de práticas no fazer circense, sendo o circo “palco” de resistências (FOUCAULT, 1979, 2011, 2014). Isso permitiu chegar ao terceiro objetivo específico, qual seja: **compreender como os circenses dão forma às “artes de fazer” cotidianamente (3)**. Nesse sentido, o fazer aqui incorpora as resistências, seus usos e como os sujeitos fazem delas ações cotidianas nas relações de poder.

Empiricamente, para atender aos objetivos de pesquisa, realizei uma investigação qualitativa com recursos provenientes do método etnográfico em cinco organizações circenses itinerantes de “variedades” e de organização familiar⁹ (SILVA, 1996, p. 12). Por meio desses recursos, tal como a técnica de observação participante e a redação de diário de campo, aproximei-me do cotidiano dos circenses no próprio ambiente em que vivem. Para tanto, acompanhei o cotidiano de pessoas de circo, participando de atividades do dia a dia. Para complementar os dados construídos na observação participante, foram colhidos relatos por meio de entrevistas com os circenses observados. A análise desses relatos foi feita com base na técnica de Análise Linguística do Discurso

O interesse por circos com essas múltiplas características (itinerante, de organização familiar e “para a” e “da” periferia) e pelas “artes de fazer” dos circenses surgiu do reconhecimento de que o espetáculo circense é um evento que chega a lugares desprivilegiados de opções de lazer e de eventos culturais (MAGNANI, 2003). Contudo, conforme advogam Kronbauer e Nascimento (2013), por vezes essa importância não é reconhecida, pois ignoramos o modo como o sistema capitalista de produção age sobre as produções artísticas e culturais; ignoramos que as grandes empresas se estabeleceram fornecendo meios de entretenimento

⁹ O termo organização familiar é usado para expressar pessoas de um mesmo núcleo familiar ou com laços consanguíneos. Portanto, em sentido diferente daquele empregado por Costa (1999), referindo-se a pessoas que, por manterem relações muito próximas às relações familiares, formam uma família circense.

que tornam as pequenas organizações circenses suas concorrentes e; por fim, ignoramos que a população circense, em muitos casos, não consegue, ao menos, concluir o Ensino Fundamental.

Em meio a esse quadro socioeconômico onde residem tais esquecimentos, os circenses figuram, portanto, como sujeitos ordinários cuja importância não lhes é dada, muito menos às suas práticas cotidianas. Assim, a realização desta pesquisa possibilitou “dar a palavra” (GIARD, 2012, p. 25) a pessoas comuns e mostrar como elas participam da “invenção do cotidiano” por meio de suas operações de conformidade e resistência em relação aos poderes que governam o cotidiano circense. Este trabalho mostra, ainda, que, apesar de o cotidiano estar marcado por poderes que restringem o comportamento das pessoas, há possibilidades de criação e que, portanto, o cotidiano não resulta do respeito irrestrito ao poder (CERTEAU, 2011, 2012a). Trata-se, como diz Certeau (2012a, p. 50), de “[...] repensar todas essas táticas até aqui tão negadas pela epistemologia da ciência”. Nessa vertente, é mostrado que o cotidiano não é tão alienante como defende Heller (1985), pois há nele espaço para criação (CERTEAU, 2011, 2012a). Nesse sentido, esta tese elucida as “artes de fazer” dos circenses em meio às tessituras do cotidiano, dando publicidade e notoriedade devidas a esse fazer, algo que deveria ser realizado diante de qualquer acontecimento protagonizado por atores sem importância em determinado quadro social (LEFEBVRE, 1991).

Além disso, esta pesquisa amplia os conhecimentos sobre circo criados pela Administração (ROCHA, 2010; KRONBAUER; NASCIMENTO, 2013). Com a opção pelo objeto “circo”, esta investigação ajuda a descolonizar o rol de objetos pesquisados pela área (ALCADIPANI; ROSA, 2010). Ampliar os horizontes da área de conhecimento da qual escrevo é importante para mostrar aspectos organizacionais ainda pouco conhecidos, como se pode afirmar em relação aos processos de gestão encenados no circo (COSTA, 1999; PARKER, 2011; OLIVEIRA, 2013).

Por fim, esta tese, ao promover uma aproximação teórica entre Foucault e Certeau na análise do cotidiano, proporciona aos estudos organizacionais novos elementos para esse tipo de investigação, em especial naquilo que enlaça empiricamente o uso da noção de poder presente na visão foucaultiana à noção de antidisciplina presente nas reflexões certeunianas. Teoricamente, já há evidência de aproximações entre os autores (JOSGRILBERG, 2005; GIARD, 2012), no entanto, pouco se sabe sobre como operacionalizar essa aproximação na

prática de pesquisa sobre poder, podendo, então, outros pesquisadores encontrarem caminhos que os desviem das dificuldades e os direcionem às oportunidades diante da complementaridade dos autores.

Para a apresentação desta tese, foi criada a seguinte organização argumentativa: a princípio, após esta introdução, é descrito o posicionamento epistemológico adotado que subjaz às construções realizadas. Na terceira parte, são apresentadas a analítica foucaultiana de poder, as elucidações de Certeau sobre o cotidiano e, ao final dessa parte, as possíveis aproximações entre os autores que favorecem a compreensão da temática do poder. Na quarta parte são expostos os aspectos metodológicos que nortearam a pesquisa. Na quinta parte são discutidos os dados construídos pela investigação e, por fim, na sexta e última parte, são tecidas as considerações finais.

2 DA ESCOLHA EPISTEMOLÓGICA

Algo importante em um estudo é o modo como o autor assume sua experiência de pesquisa diante dos fenômenos que pretende investigar. Trata-se de uma escolha, podendo ser baseada em uma colocação de Geertz (2008, p. 4): “o ecletismo é uma autofrustração, não porque haja somente uma direção a percorrer com proveito, mas porque há muitas: é necessário escolher”. Essa escolha (ou posicionamento) se faz necessária para demonstrar de onde o pesquisador fala, qual a sua visão de mundo, como ele entende a realidade. Posicionar-se, nesse caso epistemologicamente, exige do pesquisador se perfilhar a objetivos, métodos, autores, sujeitos de pesquisa, realidade e também ao produto final de seu trabalho. Esse é um compromisso assumido, que deve estar presente nas elucubrações textuais e na relação do pesquisador com o seu entorno. Significa que o posicionamento epistemológico não se exhibe somente no texto, mas também no modo de agir.

Em síntese, o modo como a investigação é conduzida é embasado por um marco referencial que dará encaminhamento político e filosófico à pesquisa (GUIMARÃES, 1997). Contudo, creio que esse encaminhamento não seja único e que, portanto, há outras possibilidades. Em alguns casos, como no caso da pesquisa com o cotidiano, trata-se de um dever de “devir” em termos de direcionamento de pesquisa (VICTORIO FILHO, 2007). Isso tem a ver com o reconhecimento da incapacidade humana de prever as relações, nunca estáveis, entre os elementos que constituem o conhecimento. Assim, diante dessa incapacidade e do caráter instável do conhecimento, assumo de igual modo uma posição antifundacionista. Essa posição, segundo Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006, p. 4), considera o abandono da “[...] esperança de haver um lugar privilegiado a partir do qual se possa olhar e compreender objetivamente as relações do mundo”. Ainda de acordo com Seifert (2012), diferentemente do fundacionismo, o antifundacionismo impulsiona a revisão das crenças básicas, abandonando o ideal de conhecimento indubitável.

Pela adoção dessas características esta tese foi concebida atendendo à epistemologia pós-estruturalista. No entanto, a busca por teóricos e teorias que fundamentassem essa escolha me fez deparar com conhecimentos múltiplos, de tal modo que a conceituação de pós-estruturalismo não pareceu tarefa fácil. Essa dificuldade encontrada é compartilhada em alguns campos científicos, levando autores a fazer considerações sobre ela, no sentido de mostrar que definir pós-estruturalismo não é algo fácil (NEWMAN, 2005; SOUZA, 2012),

muito menos em poucas linhas (PAES DE PAULA; MARANHÃO; BARROS, 2009), como se pretendeu nesta tese.

Por esses motivos, não busquei esgotar as discussões em torno do conceito de pós-estruturalismo. Em vez disso, problematizei a temática diante de outros conceitos que durante a revisão bibliográfica se mostraram importantes. Nessa linha de trabalho, isso foi feito diante do pós-modernismo, para mostrar brevemente como ele e o pós-estruturalismo se confundem; diante do estruturalismo, para mostrar em que ponto o pós-estruturalismo se assemelha a ele. Dessa forma, não foram feitas conceituações diretas sobre o modernismo e sobre o estruturalismo, pois algumas de suas características estão disseminadas na problematização realizada.

Segundo Agger (1991), tanto o pós-modernismo quanto o pós-estruturalismo são tradições mais familiares para pessoas que trabalham com filosofia, teoria estética, crítica literária e estudos feministas, sendo ambas as tradições críticas ao positivismo nas ciências. Segundo Peters (2000) e Souza (2012), o pós-estruturalismo é frequentemente confundido com pós-modernismo. Isso é evidente em Calás e Smircich (1999, p. 298) quando iniciam uma seção desse trabalho da seguinte forma: “Teorias Feministas Pós-Estruturalistas/Pós-modernas”. Adicionalmente, ao longo do texto redigido pelas autoras se alternam os usos dos termos como se fossem sinônimos.

Essa dificuldade de conceituação adentrou nos estudos organizacionais, como no caso visto em Calás e Smircich (1999), fornecendo subsídios para Souza (2012) afirmar que a dificuldade encontrada por pesquisadores para chegar a uma definição de pós-estruturalismo contribuiu para o uso inadequado do termo na área, dando a ele o mesmo significado do pós-modernismo. Em meio a esses enganos, como mostra Souza (2012), há também uma indefinição sobre o que seria pós-modernismo, tendo em vista que alguns trabalhos em estudos organizacionais se referem à pós-modernidade como sendo uma ontologia e outros tratam o termo como sendo uma epistemologia. Em certa medida, essa imprecisão conceitual gerou enganos quanto, por exemplo, à capacidade do pós-estruturalismo em ser crítico (NEWMAN, 2005). Essa imprecisão também fez com que não fosse percebida a possibilidade de o pós-estruturalismo gerar reflexões que poderiam contribuir, por exemplo, com o movimento *Critical Management Studies* (CMS) (PAES DE PAULA; MARANHÃO;

BARROS, 2009). Diante das proveniências desses enganamentos, como nos casos descritos acima, é necessário esclarecer características de ambos, começando pelo pós-modernismo.

Peters (2000) vê o pós-modernismo como algo abrangente, que principia mudanças nos campos artístico e filosófico. Em termos de conhecimento, o pós-modernismo descentra os saberes depositados em um projeto científico único, ao passo que agrega o conhecimento das pessoas que se envolvem com o mundo e o conhecem por meio de suas próprias experiências (AGGER, 1991). Deve ser salientada, no entanto, a perspectiva de Peters (2000) sobre a abrangência do pós-modernismo. Souza (2012, p. 276) compartilha com ele essa visão, ao defender que não se pode falar do pós-modernismo como sendo ligado somente ao conhecimento, pois sendo um *ethos*, “[...] sua abrangência e influência vai além dos domínios do conhecimento científico e filosófico”.

Newman (2005) remete ao pós-modernismo como constituído de um posicionamento cético ante as epistemologias racionalistas, as convicções positivistas e os imperativos categóricos do Iluminismo. Newman (2005, p. 4, tradução nossa) continua, dizendo: “Além disso, a vida em sociedades pós-industriais é vista como muito plural, ambígua, complexa e fragmentada para sustentar as ideias de racionalidade e moral universais”. Assim, o pós-modernismo retira o sujeito “[...] de seu pedestal de ‘racionalidade’ narcisista a que ele se auto-elevou [...]” (COOPER; BURRELL, 2007, p. 315). Portanto, o sujeito de acordo com o pós-modernismo é dissociado da perspectiva de sujeito racional, que poderia agir de maneira autônoma. Em vez disso, o sujeito é visto como constituído por condições que estão fora de seu controle; portanto, essa concepção é diferente da cartesiana, que vê o sujeito como capaz de, por meio da razão, decidir sobre as coisas e ter o seu comportamento explicado de forma clara.

Muitas são as vozes sobre o pós-modernismo, mas apesar delas, as noções de ciência e de sujeito não estão claras nos estudos organizacionais. Isso levou Souza (2012) a argumentar que tal fato se dá pela dificuldade de definição vista nos estudos sociológicos. Para ele, essa dificuldade contribui para a referência menos atenta, colocar o termo pós-modernismo em consonância total com o termo pós-estruturalismo. Segundo Souza (2012), a semelhança se dá pelo fato de a pós-modernidade influenciar o pós-estruturalismo, bem como o estruturalismo. No entanto, esses dois últimos não reúnem todas as características pós-modernas. Assim, a pós-modernidade é algo maior, mais abrangente, e não circunscrita somente ao campo do conhecimento, pois envolve também “[...] transformações estéticas, sociais, culturais,

políticas, econômicas, geográficas, dentre outras” (SOUZA, 2012, p. 274). Ou seja, o pós-modernismo se refere a uma ontologia, a um momento histórico e a um *ethos* (SOUZA, 2012). Sendo assim, corroborando a defesa de Souza (2012), nesta tese o pós-estruturalismo não será tratado como sinônimo de pós-modernidade.

Não sendo possível esgotar as definições sobre pós-modernismo e sendo elucidadas suas características principais, foram feitas a partir deste ponto do capítulo discussões conceituais em torno do termo pós-estruturalismo, mostrando como alguns estudos se manifestam conceitualmente sobre ele. Nessa discussão, foi considerado o seguinte questionamento e a seguinte resposta de Newman (2005, p. 3, tradução nossa): “O que é exatamente pós-estruturalismo? Não é fácil responder a essa questão”.

Peters (2000) afirma que o pós-estruturalismo é um movimento surgido na França no início dos anos 60 inspirado principalmente em Friedrich Nietzsche e Martin Heidegger. Segundo ele, esse movimento nasceu e se tornou um rótulo utilizado pela comunidade acadêmica de língua inglesa como resposta filosófica ao estruturalismo de Claude Lévi-Strauss na Antropologia; de Louis Althusser no marxismo; de Jacques Lacan na psicanálise, e de Roland Barthes na literatura. Essa foi uma resposta específica ao “[...] *status* pretensamente científico do estruturalismo e à sua pretensão a se transformar em uma espécie de megaparadigma para as ciências sociais” (PETERS, 2000, p. 10).

Com relação aos autores pertencentes ao pós-estruturalismo Peters (2000) fala de uma primeira geração em que destacam Jacques Derrida, Michel Foucault¹⁰, Julia Kristeva, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze, Luce Irigaray e Jean Baudrillard. Outra geração, segundo Paula (2008), caracterizada como mais recente, é formada por autores que extrapolam a fronteira francesa inicial por desenvolver e aplicar o pensamento da primeira geração em estudos feministas, pós-colonialistas, neofoucaultianos, neodeleuzeanos e neoderrideanos. De modo geral, esses estudos pós-estruturalistas estão engajados na superação do modo estruturalista de pensar, filosofar e escrever (PETERS, 2000), embora Peters (2000) saliente que essa superação não caracteriza a criação de uma nova homogeneidade, singularidade ou unidade.

¹⁰ Não há unanimidade em definir Foucault como pós-estruturalista. Agger (1991) e Cooper e Burrell (2007), por exemplo, posicionam-no como pós-moderno. Essa falta de consenso é descrita por Souza (2012) e, segundo ele, é um equívoco considerar Foucault como um autor pós-moderno.

De modo semelhante a Peters (2000), Newman (2005) defende que o pós-estruturalismo rejeita os fundamentos metafísicos do estruturalismo, bem como o caráter universal das grandes narrativas. Nesse sentido, compreendo o modo de pensar pós-estruturalista distante das crenças da pureza do método e da ciência neutra. A posição pós-estruturalista, ao contrário, é antifundacionista em termos epistemológicos e dá ênfase ao perspectivismo nas interpretações científicas (PETERS, 2000).

Percebem-se nas abordagens denominadas pós-estruturalistas questionamentos sobre a validade do conhecimento positivo que desqualificam a existência de uma razão transcendental e a possibilidade de conhecimento objetivo. Em face ao conhecimento positivo, o pós-estruturalismo coloca em xeque a pretensão estruturalista de encontrar estruturas comuns a todas as culturas e à mente humana. Sendo assim, a busca dos positivistas por essa estrutura está relacionada com o objetivo de compreender como as pessoas e os fenômenos se constituem, pois se assim fizessem poderiam entender e intervir sobre o social por meio das generalizações. O pós-estruturalismo abandona essa ideia, pois reconhece o conhecimento sobre o mundo como sendo parcial e em constante mudança, tendo em vista as perspectivas e o relativismo das investigações.

Outra característica marcante do pós-estruturalismo é a substituição do pensamento hegeliano pelo pensamento nietzschiano (PAES DE PAULA, 2008). De acordo com Paes de Paula (2008), com essa substituição se passa a questionar as oposições binárias (bom/mau; ruim/bom), pois elas, quando introduzidas em um pensamento, criam hierarquias de valor entre polos. Assim, no pós-estruturalismo é discutido o privilégio das dicotomias, pois “[...] elas não são nem fundacionais nem exclusivas da forma que os estruturalistas supõem que elas sejam” (PETERS, 2000, p. 40).

Esse rompimento do pós-estruturalismo com o binarismo nos faz romper com a dicotomia relacionada à definição de sujeito, marcada pelo jogo da agência e da estrutura. Souza (2012) também tem esse entendimento. Para ele, a epistemologia pós-estruturalista visa romper com a dicotomia existente diante da concepção de sujeito, em que de um lado está posicionado o sujeito completamente autônomo e, no outro, um sujeito socialmente determinado. Fazendo assim, não tem sentido para o pós-estruturalismo as discussões em torno da concepção de sujeito por meio da agência e da estrutura. Nesse modo de pensar, o sujeito “[...] é visto em

toda a sua complexidade histórica e cultural, um sujeito dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente construído [...]” (PETERS, 2000, p. 33).

Por causa desse posicionamento em relação ao sujeito, há a noção de que os pós-estruturalistas contribuem para que exista uma descrença no potencial de ação das pessoas. Sendo assim, elas deixam de ser vistas com potencial de agir sobre a realidade individual e coletiva. Isso se dá porque “grandes esforços são despendidos pelos teóricos desse campo para afirmar e apontar evidências da ‘morte do sujeito’ ou do seu descentramento” (PAES DE PAULA; MARANHÃO, BARROS, 2009, p. 394), ocasionando a impossibilidade de engajamento nas causas concernentes à melhoria de vida dos sujeitos. Nessa mesma linha argumentativa, alguns tacham o pós-estruturalismo como eticamente vazio e politicamente impotente (NEWMAN, 2005). Entretanto, Souza, Petinelli-Souza e Silva (2013) defendem um posicionamento discordante. Para os autores, a despeito da existência de diversas possibilidades de subjetividades no pós-estruturalismo e da multiplicidade de correntes teóricas pertencentes a essa episteme, não é verdadeiro falar sobre a impossibilidade de o sujeito agir politicamente.

De maneira diversa dos projetos emancipatórios, o direcionamento das reflexões pós-estruturalistas não almeja apontar um caminho a ser seguido pelos sujeitos, tendo em vista a existência de uma multiplicidade de possibilidades relativas a determinado contexto histórico, cultural, social, político, religioso e econômico (SOUZA, 2012; SOUZA; PETINELLI-SOUZA; SILVA, 2013). De acordo com Paes de Paula, Maranhão e Barros (2009), tanto o pós-estruturalismo quanto o estruturalismo tem esse mesmo posicionamento em relação ao sujeito, fato este que aproxima essas duas correntes de pensamento. Ainda para os autores, esse tipo de elaboração é decorrente da fenomenologia, da teoria crítica, do existencialismo e do humanismo. Tentando mostrar mais claramente a relação entre pós-estruturalismo e estruturalismo, irei mais uma vez recorrer a Peters (2000). Segundo ele, são vários os pontos comuns. Um deles, diz sobre o partilhamento da suspeita ao privilégio concedido à consciência humana, pois ambos são céticos diante da concepção que vê a consciência humana como autônoma, diretamente acessível e como a única base de compreensão das ações das pessoas.

Outro ponto de contato que merece destaque, entre pós-estruturalismo e estruturalismo, são os ataques efetuados por essas duas correntes aos pressupostos universalistas da racionalidade,

da individualidade, da autonomia e da autopresença subjacentes ao sujeito da perspectiva humanista (PETERS, 2000). Em síntese:

Estruturalismo e pós-estruturalismo têm em comum serem movimentos que se potencializam em um contexto histórico pós-moderno, compartilham o rompimento com uma definição de sujeito Humanista, combatem a filosofia Humanista e atribuem uma grande importância à linguística. O que os afasta é a crítica pós-estruturalista ao fundacionismo, a busca de estruturas universalizantes, a metafísica, a crença no progresso e a busca da emancipação (SOUZA, 2012, p. 276).

Como descritas por Souza (2012), ambas as correntes cultivam uma suspeita à ideia de autoconhecimento, pois sugerem que as estruturas socioculturais têm papel preponderante na formação da autoconsciência. Essas estruturas, exteriores aos indivíduos, os constroem e tentam governar seus comportamentos. Ao passo que o afastamento entre essas correntes se dá pelo fato de o pós-estruturalismo não buscar estruturas para explicar o comportamento humano, nem chegar a um tipo de conhecimento que possa ser chamado de “verdade última”.

As pontuações feitas até agora permitem dizer que falar do pós-estruturalismo envolve estabelecer uma discussão multifacetada com diversas perspectivas filosóficas, lastreando a discussão por caminhos da história da ciência de modo a observar o pensamento científico se alterando para atender a demandas específicas de conhecimento. Uma delas surge da área de estudos organizacionais, que se apropriou dessas correntes de investigação sem antes fazer análises críticas (PAES DE PAULA; MARANHÃO; BARROS, 2009). Por isso a necessidade de refletir sobre essas apropriações por pesquisas da área de estudos organizacionais¹¹.

A propósito da escolha epistemológica para a realização deste trabalho, defendo que pós-estruturalismo não é pós-modernismo e que, apesar de o pós-estruturalismo manter algumas semelhanças com o estruturalismo, eles são movimentos diferentes. Mas o que faz deste trabalho um trabalho pós-estruturalista? Em minha tentativa de mostrar as “artes de fazer” no cotidiano circense, foram feitas análises pautadas em meus saberes, adquiridos ao longo da minha vida. Por isso, os conhecimentos foram construídos com a influência de minhas experiências e escolhas teóricas. Sendo assim, esta pesquisa não é neutra, não carrega consigo essa pretensão. Pelo contrário, ela traz em seu bojo muito de mim.

¹¹ Deve ser reconhecida a importância das discussões feitas nos congressos no Brasil, principalmente no espaço criado pelo Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, que em 2015 estava em sua quinta edição.

Também não teve a “pretensa ideia” de criar conhecimentos generalizáveis¹², que poderiam ser observados em todos os circos ou na maioria deles. Meu “olhar” é contextual. Isso significa que ele se deu diante de um quadro social, econômico e político específico. Entendo também a realidade como uma construção social, formada continuamente por relações sociais. Ou seja, ela não está dada e por isso não espera por contemplação. A realidade, nesse sentido, é uma (re)construção, pois devido às ações das pessoas no mundo ela está em constante mudança. Em minha visão, ao longo do tempo a realidade se altera, à medida que as pessoas agem cotidianamente. Entre essas ações figuram práticas discursivas variadas, que por sua vez constituem vários pontos de vista em relação ao real (FAIRCLOUGH, 2001). Por esse motivo, considero a existência de realidades construídas por meio da ação das pessoas com base em suas várias visões de mundo.

Por fim, como a pesquisa está centrada em torno do “exercício do poder” e das práticas de “resistência” no circo, partindo de uma análise foucaultiana sobre o poder e dos saberes cotidianistas cereteunianos, foram evidenciadas as formas pelas quais o sujeito é construído e se constrói em meio às suas relações sociais. Sendo assim, nesta tese, o sujeito foi descentrado, o que permite ver como as relações de poder estão fora do seu controle, à proporção que o criam.

Em certa medida, o uso das ideias de Foucault e das de Certeau neste trabalho implicou correr duas visões do sujeito que, no entanto, não se fazem excludentes. Observando as colocações de Foucault tem-se um sujeito mais descentrado, pois o autor o observa mais passivo diante do poder. Já diante das análises feitas por Certeau, pode-se verificar que nelas o sujeito está mais centrado, pois é reconhecida a sua capacidade criativa nas relações de poder. No entanto, isso não faz dele controlador dessas mesmas relações.

¹² Thiry-Cherques (2009, p. 626) diz que qualquer que seja o estudo empírico, sua conclusão não pode ser generalizável, porque “[...] refere-se a casos que jamais se repetem de maneira idêntica”. Mattos (2011) faz um apanhado sobre essa ressalva e conclui que quando feita em um estudo qualitativo ela faz referência implícita à superioridade daquilo que ele chamou de paradigma quantitativo. Concordo com o autor, mas acho necessário manter a ressalva para deixar ainda mais claro o posicionamento epistemológico desta tese.

3 A ANALÍTICA DE PODER E AS INVENÇÕES COTIDIANAS

O cotidiano tem sido utilizado como pano de fundo teórico, metodológico e epistemológico em diversas áreas de estudo (CARRIERI, 2012). Uma das marcas desses estudos é o rompimento com grandes narrativas, responsáveis por “generalizar” os acontecimentos na sociedade. Com efeito, grandes narrativas fadaram episódios da história das civilizações a perderem, desde a sua criação, acontecimentos que poderiam colocar em xeque a linearidade da história contada, bem como sua clareza e sequência (FOUCAULT, 2008).

A descontinuidade e complexidade que deveriam estar presentes na história foram, então, suprimidas como consequência do exercício do poder e a favor de uma série única datada por marcos cronológicos específicos (FOUCAULT, 2008). Ao estabelecer essa temporalidade linear, a história mascarou diversas erupções presentes no cotidiano e, assim, o modo como as pessoas sem importância agem no dia a dia. Parafraseando Dosse (2004, p. 87), à semelhança da história para Foucault (2008), “os itinerários narrados não são feitos em uma marcha contínua, mas, ao contrário, são pontuados de ausências, de amnésia, de lacunas e de esquecimento”.

Os itinerários eleitos como sendo sem importância para a história foram subtraídos das enunciações, levando Lefebvre (1991) a inquietar-se com o fato de não encontrar muita coisa sobre a maneira como as pessoas sem importância viveram em dias marcantes da humanidade. Do mesmo modo, mas não só em dias marcantes, há pouco sobre a história circense, sobretudo sobre as pessoas de circos menos afamados.

Assim, observando as ideias de Lefebvre, bem como as de Certeau (2012a), há em comum entre elas a incitação de uma preocupação orientada a desvelar o cotidiano do homem comum, sem importância, ou seja, do sujeito ordinário. O cotidiano, como visto nesta tese, reluz as elucidações de Certeau (2012a). Para ele, o cotidiano é a expressão das ações dos indivíduos, as quais ocorrem na “estratégia” e na “tática” cotidiana. Na medida em que os sujeitos agem pautados em um desses dois tipos de ação eles produzem o cotidiano. Contudo, essas ações ocorrem de modo complexo e imbricado, por isso o cotidiano depõe contra discursos simplistas, sintetizados e claros.

Para saber como se dá a construção da realidade cotidiana é necessário investigar o social em busca de processos que ocorrem paralelos aos fatos mais marcantes. Assim, a teorização sobre a prática social por vias das atividades diárias posiciona os sujeitos como criadores do cotidiano, pois a cotidianidade não é se não, suas próprias vidas. A dinâmica que guia o comportamento das pessoas e constitui suas vidas, e que por sua vez cria o cotidiano, é dada por lutas que surgem diante de interesses díspares. Tais lutas se dão em meio às relações de poder que resultam nas construções que realizamos dia após dia.

Para mostrar como se dão essas relações e em que sentido elas foram empregadas nesta pesquisa, recorri às elucidações feitas por Foucault sobre a analítica de poder e as feitas por Certeau sobre a vida cotidiana. O primeiro autor nos instrui a pensar sobre as forças disseminadas em nossa sociedade e que nos constituem enquanto sujeitos e nos tornam dóceis e úteis (MACHADO, 1979; FOUCAULT, 1982). Foucault tem a sua analítica associada a essa concepção e profícua ao revelar as operações das forças e descrevê-las como fontes de resistências. Já o segundo autor, em consonância com elementos encontrados em Foucault, como se poderia dizer da antidisciplina¹³, teve seus ensinamentos usados para elucidar como os sujeitos fundam o cotidiano diante dos poderes que tentam governá-los. Dada a não naturalidade do governo de suas vidas as pessoas fundam um cotidiano marcado por microrresistências (CERTEAU, 2012a). Nesse sentido, os ensinamentos de Foucault e os de Certeau foram usados de forma complementar.

Com a intenção de mostrar as contribuições dos dois autores sobre as relações de poder e sobre as resistências, foram feitos neste capítulo compêndios sobre o período genealógico¹⁴ de Foucault, bem como sobre a visão cotidianista de Certeau. Para tanto, dissertei sobre as construções analíticas do primeiro, evidenciando como surgiu a questão do poder para ele; sobre características que podem ser elencadas como sendo as principais desse período e; o domínio exercido por meio da disciplina. Depois, dando continuidade ao propósito desta parte da tese, são discutidas as elucidações de Certeau, dando ênfase ao modo pelo qual os sujeitos constroem seus cotidianos e aos mecanismos de operação das práticas antidisciplinares.

¹³ Segundo Giard (2012), o termo antidisciplina presente nos textos de Certeau ecoa, certamente, do livro “Vigiar e Punir”, de Foucault. Essa obra é para Certeau a obra-prima de Foucault (JOSGRILBERG, 2005; GIARD, 2012).

¹⁴ Além do período genealógico, existem outros dois. O arqueológico, que antecede o genealógico, onde Foucault faz uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade; e o período ético, posterior ao genealógico, em que ele pretende elaborar uma ontologia histórica de nossas subjetividades (DÍAZ, 2012). Ainda segundo Díaz (2012), os textos fundamentais do momento genealógico de Foucault são: “A ordem do discurso”, “Vigiar e punir”, “História da sexualidade: a vontade de saber” e “Microfísica do poder”.

Minha intenção foi mostrar as características principais do pensamento de cada um deles em relação ao poder e às práticas antidisciplinares, respectivamente, para, ao final, ensaiar conclusões usadas na análise de dados.

3.1 Analítica foucaultiana das relações de poder

Segundo Hardy e Clegg (2001), existem muitas vozes diferentes que falam sobre o poder, entre as quais estão aquelas filiadas tanto ao funcionalismo quanto à crítica. Essas vozes criaram teorias para explicar o poder, na tentativa de compreender quem o possui, como ele se manifesta, quem o exerce e quais são as condições para o seu exercício. Essa variedade de modos de apreender o poder impõe a necessidade de destacar uma colocação feita pelos autores: “O poder deve ser entendido em sua diversidade, mesmo porque ele resiste a uma explanação em termos de uma teoria única” (HARDY; CLEGG, 2001, p. 282). Com isso, as teorias sobre o poder são construídas com base em epistemologias e ontologias específicas, que produzem “verdades” sobre o poder.

Os usos epistemológicos e ontológicos na investigação sobre poder criaram, assim, uma multiplicidade de pontos de vista e teorias. No entanto, este trabalho limita-se a elucidar o entendimento de poder com base no filósofo Michel Foucault. Antes disso, é necessário salientar que apesar da intensa discussão provocada por Foucault sobre a temática do poder, ele não objetivava com seus escritos a formulação de algo que pudesse ser chamado de “teoria do poder”. Sendo assim, sobre a temática do poder, o filósofo não queria instituir um discurso de verdade, ou seja, cimentar características que pudessem ser consideradas estáveis, quando dessa temática Foucault almejava destacar a alteridade de modos de sujeição, cada qual em reciprocidade a circunstâncias específicas (FERREIRINHA; RAITZ, 2010; DÍAZ, 2012; MAGALHÃES, 2013).

Isso fez do trabalho de Foucault algo em que não podemos buscar elementos claros para dar encaminhamentos às investigações que em sua analítica possam se basear. Devemos, a partir das leituras das obras do autor, fazer bricolagens e adaptar suas elucidações aos questionamentos que possam ser colocados em pauta. Certa vez, quando na oportunidade explanava sobre as elucubrações que faria em uma de suas obras, ele disse: “O que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmo-nos menos para uma ‘teoria’ do que para uma analítica do poder” (FOUCAULT, 2014, p. 90).

Em cada uma das investigações realizadas, sejam sobre as prisões, a sexualidade, os hospitais, as Ciências Humanas ou sobre as clínicas psiquiátricas, Foucault deparou-se com características do poder que só poderiam ser vistas ali ou em situações semelhantes, pois estavam intimamente ligadas aos ambientes que circundavam o fenômeno investigado. Na prisão, por exemplo, ele pôde se deparar com o exercício do poder de forma clara, pois lá o poder se materializa de forma justificada. Por outro lado, em algumas de suas inserções no campo ele se viu diante de dispositivos de poder muito mais sutis, em que os sujeitos não conseguiam se perceber cercados por determinações que os coagiam, fazendo de suas ações algo previsível e inscrevendo neles modos de sujeição.

Transpondo as fronteiras conceituais que cercavam a temática do poder, edificadas por diversas teorias, Foucault atuou como um genealogista para entendê-la. Segundo Díaz (2012, p. 2, grifo do autor), ainda sobre o período genealógico de Foucault, ele compreende a fase em que o filósofo “[...] tenta produzir uma ontologia histórica de nossos modos de sujeição em relação ao campo do **poder**, por meio do qual nos constituímos em sujeitos que agem sobre os demais”. Nesse período, Foucault compreende o poder fugindo às perspectivas anteriormente adotadas para compreendê-lo (BURRELL, 1988). Por isso, o período genealógico de Foucault marca a tomada de novos rumos e de inversões na análise do poder (DÍAZ, 2012; MAGALHÃES, 2013).

A temática do poder surgiu para Foucault não pelo seu interesse no poder diretamente, mas por sua vontade de compreender a constituição do sujeito em suas relações sociais. Que pese em dizer que ele investigou o poder, a verdade é que ele estava interessado no poder não como um fim, mas como um meio para dar conta de seu real problema. Assim, quando estudou o poder, o autor teve como objetivo “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1982, p. 777, tradução nossa). Como ponto de partida, nos idos de 1955 ele começou a reverberar sobre o problema do excesso de poder nas sociedades, chegando a dizer que o problema do poder era um problema de todo o mundo (MOTTA, 2012).

Houve regimes, fossem capitalistas, que era o caso do fascismo, fossem socialistas ou se dizendo socialistas, que era o caso do stalinismo, nos quais o excesso de poder do aparelho de Estado, da burocracia, e diria igualmente dos indivíduos uns com os outros, constituía alguma coisa absolutamente revoltante, tão revoltante quanto a miséria no século XIX (FOUCAULT, 2012, p. 220).

Antes de ser um problema em relação somente ao poder exercido pelos Estados sobre os indivíduos, Foucault chamou a atenção para o exercício do poder dos sujeitos para com outros. Nesse caso, a noção de poder ultrapassa a ideia que o restringe a algo que existe em relação aos governos políticos de alguns países e adiciona a ideia do governo de uns sobre os outros. Isso remete a diversas situações em que há exercício de poder: nos lares, entre marido e esposa; no trabalho, entre chefe e funcionários; na escola, entre professores e alunos. Muito ainda poderia ser relacionado, pois como advoga Foucault, em nossas relações sempre há o exercício de poder, estando em cada momento os sujeitos posicionados de alguma forma nessas relações.

Dada a existência da tradição em estudar o poder por vias legais, que envolve as leis elaboradas e fiscalizadas pelos governos, o despertar do interesse de Foucault pela temática do poder fez com que ele identificasse a falta de instrumentos conceituais para abordar o tema como pretendia, considerando que o seu modo de investigação partiria de pressupostos ainda não totalmente contemplados nas análises antecessoras (FOUCAULT, 1982). A consideração sobre essa falta de instrumentos analíticos foi motivada, sobretudo, por ele considerar o poder como algo não restrito ao Estado. Assim, para o autor, os únicos recursos existentes eram os modos de pensar o poder com base nos modelos legais, em termos daquilo que o legitima e também sobre o papel do Estado. Desconheciam-se outros modos, principalmente que fossem capazes de captar como o poder permeia as relações sociais. Portanto, as construções teóricas feitas por outros autores não o convenceram do esclarecimento da temática. Faltava algo nessas teorias e essa ausência impedia que fosse possível descrever a mecânica do poder, ou seja, como ele opera, quais são seus mecanismos e suas estratégias.

Entre os principais autores que poderiam, em tese, auxiliar Foucault na análise da mecânica do poder estavam Marx e Freud. No entanto,

[...] Marx e Freud talvez não bastem para nos ajudar a conhecer essa coisa enigmática, a um só tempo visível e invisível, presente e escondida, investida por toda parte, que chamamos de poder. A teoria do Estado e a análise tradicional dos aparelhos de Estado não esgotam, sem dúvida, o campo do exercício e de funcionamento do poder (FOUCAULT, 2012, p. 42).

Desse modo, Foucault passou a despender esforços e a aprofundar ainda mais nas questões relativas ao funcionamento do poder na sociedade. Essa coisa que o filósofo chamou de

“enigmática” não padecia de um conceito, que por sua vez não lhe servia de estímulo. Mesmo assim, em suas diversas falas, sejam elas proferidas em aulas inaugurais ou em cursos ministrados, houve ensaios dessa conceituação, como se segue:

O poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2014, p. 101).

Vale frisar, no entanto, que Foucault não estava em busca de uma resposta para a questão “o que é poder?”, mesmo que até aquele momento não se pudesse a partir desse questionamento obter uma resposta satisfatória. Aquilo que buscava sobre o problema demandou do filósofo substituir a oposição entre legítimo e ilegítimo pela oposição entre luta e submissão, ou seja, Foucault estava em busca de uma concepção não jurídica do poder (MAGALHÃES, 2013).

3.1.1 O inominável poder

Aquele que utiliza a perspectiva foucaultiana de poder encontra dificuldade, a princípio, em conceituar o que seria poder para Foucault. Sendo assim, torna-se difícil “nomeá-lo”, dar-lhe contornos definidos, pois em contato com os ensinamentos do autor somos levados a abandonar visões correntes até que a temática do poder, conforme o autor a descreveu, torne-se familiar como as outras. Sobre essas últimas, Díaz (2012) comenta que alguns teóricos optam por olhar o poder em meio aos processos de equilíbrios e desequilíbrios sem, contudo, observar a sua mecânica. Assim, dividem suas atenções entre aqueles que têm e os que não têm poder. Esse posicionamento epistemológico foi o que Foucault tentou evitar em seus trabalhos sobre o poder, à medida que buscou uma alternativa aos teóricos que não salientam como o poder opera nas organizações, transpassando as pessoas e, com isso, esses teóricos elucidaram somente os seus efeitos. Análises desse tipo, conforme defende Díaz (2012), correspondentes somente aos produtos do poder e a seus reflexos sobre o corpo social, não descrevem, sozinhas, o fenômeno. Não se espera, contudo, que isso se tenha conseguido com as pesquisas de Foucault, mas é notória a incidência de suas colocações sobre aspectos relacionados ao exercício do poder, negligenciados nos trabalhos anteriores aos seus.

Segundo Foucault (2012), sejam em hospitais, asilos, orfanatos, colégios, reformatórios, usinas, ateliês e prisões, em todos eles, há exercício de poder. Sobre o exercício do poder, Foucault (1982) o define como um modo de ação sobre as ações dos outros, que pode ser

considerado como o governo dos homens uns sobre os outros. De tal modo que “viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros” (FOUCAULT, 1982, p. 791, tradução nossa). Isso conduziu o autor a afirmar que essa presença constante do exercício do poder, comum a estas instituições, demonstra que a partir do início do século XIX foi estabelecida na sociedade uma espécie de grande forma social do poder. O decorrer dos anos até os dias atuais não impediu as inferências de Foucault de permanecerem atuais e comuns a várias realidades.

Essa possibilidade de agir sobre a ação do outro foi um dos elementos essenciais para que a sociedade capitalista tivesse condições de funcionar, transformando o corpo do homem e seu tempo em força de trabalho. Desse modo, para que fosse decretada a cimentação das relações de exploração no sistema capitalista foi necessário um conjunto de mecanismos que propiciasse o funcionamento de um aparelho de coações (FOUCAULT, 2012). Tal conjunto forma uma rede de pressão punitiva que age sobre o sujeito, que inserido em uma sociedade capitalista irá se deparar com as estruturas responsáveis por guiarem seu comportamento em torno do consumo, do trabalho e entre outras coisas próprias a essa sociedade.

Esses mecanismos se multiplicaram e passaram a habitar as diversas instâncias da sociedade. Prova dessa consciência de Foucault pode ser vista abaixo:

Tento pôr em evidência, fundamentando-me em sua constituição e sua formação histórica, sistemas que ainda são os nossos nos dias de hoje, e no interior dos quais nos encontramos inseridos. Trata-se, no fundo, de apresentar uma crítica de nosso tempo, fundamentada em análises retrospectivas (FOUCAULT, 2012, p. 12).

Decerto, segundo as colocações de Foucault (2012), vivemos imersos em situações que nos coagem sem que as percebamos, sem que sejamos capazes de nos espantar pelo fato de nossas ações serem governadas de acordo com um interesse específico, que não somente os nossos. Situações, as mais cotidianas, tentam condicionar o nosso comportamento. Tendo isso como base e de modo sintético, podemos afirmar que o trabalho de Foucault sobre o poder procurou pôr em evidência construções históricas que podem ser observadas hoje na constituição do homem sujeito.

Isso fez com que fossem desveladas várias características daquilo que ele entendia como sendo o poder, mas isso não nos permite atribuir um conceito ao poder. Isso seria fechar em

uma espécie de fronteira algo tão inominável e de difícil compreensão. Não porque lhe faltam elementos, mas pela vasta singularidade de situações das quais lhes foram extraídas suas próprias características e, sobretudo, pelo seu posicionamento crítico e antipositivista. Depreende-se disso que não há na analítica foucaultiana um conceito uno sobre o poder. Há, antes disso, formulações feitas por Foucault que aos poucos vão sendo descobertas em seus textos, que em conjunto dão algumas dimensões sobre o seu entendimento sobre o modo como somos governados.

Entre elas, há a de que o poder não é “um objeto natural, uma coisa; **é uma prática social e, como tal, constituída socialmente**” (MACHADO, 1979, p. X, grifo nosso). Como apontado por Machado (1979), o poder não é isolável, como aconteceria a algo unitário, e nem se pode, em uma tentativa de lhe compreender, dar a ele uma forma, pois como as suas feições se dão por movimentos histórico-sociais, ele é multiforme e variável.

Foucault também se opõe à ideia de que o poder possa pertencer a alguém. Assim, na concepção foucaultiana, uma pessoa ou instituição por mais que possam exercer dominação sobre sujeitos ou grupos sociais, elas não detêm poder. Antes disso, “poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1979, p. 175). Diante da concepção adotada nesta tese, poder não se possui, se exerce, e o seu exercício consiste em conduzir condutas.

Para Foucault, “[...] a ‘conduta’ é ao mesmo tempo o ato de ‘conduzir’ os outros e a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades” (MAGALHÃES, 2013, p. 35). Porém, não se deve confundir que a condução dos indivíduos seja feita somente por meio de ações de um governo político. Inclusive essa postura diante do poder é uma importante marca do trabalho de Foucault. Esse posicionamento adotado pelo filósofo é uma forma implícita de crítica endereçada à tendência de supervalorizar o Estado, colocando-o como detentor de poder, em detrimento da multiplicidade de formas de relações de poder (ALBUQUERQUE, 1995; PETERS, 2000). Observa-se que essa crítica se dirige aos movimentos marxistas surgidos a partir do final do século XIX, em que era privilegiado o aparelho de Estado como alvo de luta (FOUCAULT, 1979). Com vistas a redimensionar a importância do aparelho estatal na determinação da conduta das pessoas, Foucault faz com que o poder deixe, então, de pertencer ao Estado e passe a ser percebido nas relações.

Devo adicionar também que de acordo com Foucault (2012) há uma relação de complementaridade entre o poder exercido pelo Estado e o poder difundido em outras instâncias. De tal modo que para o Estado exercer poder sobre os sujeitos, ele se utiliza de um grande subterfúgio que age reunindo todas as técnicas locais e individuais em seu próprio proveito. Nessa linha de raciocínio, o poder enraizado em nossas relações alimenta o poder exercido pelo Estado, de tal modo que sem a consideração daquilo que está em nosso cotidiano, não seria possível mudança na sociedade. De modo mais elucidativo, caso se planeje uma mudança social significativa, os jogos de força que proporcionarão essa mudança proverão das relações de poder em níveis de menor abrangência. Foucault (1979, p. 149-150) nos adverte sobre isso tomando como exemplo a experiência soviética, “[...] de que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível mais elementar, cotidiano, não forem modificados”. Em outra passagem, Foucault (2012, p. 262) corrobora essa visão: “Se quisermos mudar o poder de Estado, é preciso mudar as diversas relações do poder que funcionam na sociedade. Se não, a sociedade não muda”.

Segundo Maia (1995), a analítica foucaultiana de poder ganha em observar além das forças exercidas pelo Estado, colocando em evidência aspectos que se colocam fora da esfera governamental. Isso permitiu à analítica elucidar as relações de poder, definidas por Foucault (2014, p. 103) como “[...] intencionais e não subjetivas”. Depreende-se disso que a sua visão sobre o poder permite concluir sobre a intencionalidade, este que objetiva algo, que mascara intenções até que se possa compreendê-lo nas relações, entre vários pontos. Portanto, não só aqueles em que figuram o Estado.

Isso posiciona Foucault como crítico à ligação que une o poder aos predicados do Estado. Segundo Foucault (2012), houve no final do século XVI e início do século XVII uma primeira cristalização dessa união. Assim, a razão do Estado leva-o a exercer poder por meio de leis racionais próprias. Ratificando sua crítica, Foucault elucidada sob seu ponto de vista como a noção de poder é frequentemente usada.

Permanecemos presos a uma certa imagem do poder-lei, do poder soberania que os teóricos do direito e a instituição monárquica tão bem traçaram. E é dessa imagem que precisamos liberar-nos, isto é, do privilégio teórico da lei e da soberania (FOUCAULT, 2014, p. 98).

A imagem do “poder soberania” à qual nos lançamos e, por vezes, permanecemos presos a ela pode ser vista em “O Príncipe”, de Maquiavel (1974)¹⁵. Em seu livro ele expõe o poder por meio do qual os príncipes devem reger os reinos sob seu comando e faz elucubrações considerando diversas situações. Nelas o poder aparece ligado ao soberano, pertence somente a ele, que o usa para conquistar ou manter sobre seu domínio uma população geograficamente situada. Nesse sentido, Maquiavel (1974) “escava” entre governantes e governados “abismos do poder” (HERB, 2013, p. 271).

Por considerar que o poder está em meio às relações, para Foucault (2014) ele não pode ser considerado como ligado a um soberano, a uma instituição ou a uma estrutura. Na visão do autor o poder é visto sem a representação “jurídico-discursiva”, na qual o conceito se baseia exclusivamente à obediência de leis (FOUCAULT, 2014, p. 90). Não obstante, as relações de poder transpassam a legalidade jurídica, pois residem em nossos encontros com a ciência, em nossas relações com colegas de universidade etc. Enfim, está presente em nossa vida cotidiana, e não necessariamente na interface agonística entre legalidade e ilegalidade.

Do mesmo modo, o poder não está localizado em nenhum ponto, pois funciona como uma espécie de “rede” de dispositivos ou mecanismos da qual as pessoas não conseguem fugir (MACHADO, 1979, p. XVII). Essa visão identifica o poder como algo difundido no corpo social e coloca as pessoas sempre submetidas a alguma relação da qual participam permanentemente. Pelo fato de o poder estar difundido no tecido social e sempre presente nas relações sociais, às vezes mais perceptivo em algumas situações que em outras, é possível dizer que ele “[...] está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 2014, p. 101). Sumariamente, a concepção foucaultiana não reconhece uma só fonte de poder, mas sim que ele está presente em situações relacionais vividas por todos nós.

Outra característica do poder, que decorre da analítica de Foucault, opõe-se à sua concepção enquanto força repressiva (FOUCAULT, 1979, 2014; MACHADO, 1979; SAMPAIO, 2007; SOUZA *et al.*, 2007; DÍAZ, 2012; SOUZA; PETINELLI-SOUZA; SILVA, 2013). Essa visão figurou no discurso contemporâneo por meio de Hegel e depois por Freud e Reich (FOUCAULT, 1979). Tal abandono talvez seja a característica mais surpreendente na

¹⁵ Obra originalmente publicada sob o título “*Il principe*”, em 1532.

analítica foucaultiana. Apesar disso, Díaz (2012) salienta que essa noção de repressão aparece fortemente nos primeiros textos de Foucault, que com a maturidade teórica do filósofo foi abandonada, pois ele a considerava pobre.

Sob o tema geral de que o poder reprime o sexo, como na ideia da lei constitutiva do desejo, encontra-se a mesma hipotética mecânica do poder. Ele é definido de maneira estranhamente limitada. Primeiro, porque se trataria de um poder pobre em seus recursos, econômico em seus procedimentos, monótono nas táticas que utiliza, incapaz de invenção e como que condenado a se repetir sempre. Em segundo lugar, porque é um poder que só teria a potência do “não” incapacitado para produzir, apto apenas a colocar limites, seria essencialmente antienergia; esse seria o paradoxo de sua eficácia: nada poder, a não ser levar aquele que sujeita a não fazer senão o que lhe permite (FOUCAULT, 2012, p. 93-94).

Passado esse momento e sendo a visão negativa do poder considerada como limitada, pobre e somente com potência do “não”, as análises de Foucault se opuseram insistentemente a essa perspectiva preliminar. Foucault (2014) entende que alguns estudos sejam levados a firmarem esse entendimento de poder, como sendo repressivo, justamente pela necessidade de ser mascarada uma parte importante de si mesmo e, por isso, tal visão se torna tolerável.

Seu sucesso está na proporção daquilo que consegue ocultar dentre seus mecanismos. O poder seria aceito se fosse inteiramente cínico? O segredo, para ele, não é da ordem do abuso; é indispensável ao seu funcionamento. E não somente porque o impõe aos que sujeita, como também talvez porque lhes é, na mesma medida, indispensável: aceitá-lo-iam, se só vissem nele um simples limite oposto a seus desejos, deixando uma parte intacta – mesmo reduzida – de liberdade? O poder, como puro limite traçado à liberdade, pelo menos em nossa sociedade, é a forma geral de sua aceitabilidade (FOUCAULT, 2014, p. 94).

Portanto, no sentido foucaultiano “é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga” (MACHADO, 1979, p. XV). O poder produz, levando Foucault (1979, 2014) a afirmar que o homem é fruto de relações históricas de poder, produto de forças que o atravessam, ou seja, o homem é criador e criatura das relações de poder. Por isso, Foucault considera que em nenhuma época o homem foi puro, virtuoso e livre das pressões exercidas nele pelas relações de poder (SOUZA, *et al.* 2007; SOUZA; PETINELLI-SOUZA; SILVA, 2013). Para Foucault (2014), o homem sempre esteve imerso nessas relações, mas nunca havia dado conta disso.

Na concepção de Foucault, o homem é um produto social, construído socialmente mediante relações de poder. Assim, “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (FOUCAULT, 1979, p. 179). Nesse sentido, Peters (2000)

entende tal conceito em Foucault como algo não necessariamente repressivo, mas também positivo e envolvido nos processos de constituição do próprio sujeito e da sociedade. Além disso, o poder cria saberes que podem libertar, mesmo que a repressão ocorra em alguns momentos (PETERS, 2000). Com isso, Peters (2000) quer salientar que o poder, não sendo necessariamente repressivo, não significa que não seja repressivo, pois em determinados momentos o seu exercício poderá valer-se de ações mais controladoras.

De acordo com Díaz (2012), caso o poder fosse somente repressivo, ele não seria obedecido. Para ele existir como força criativa e, portanto, ser capaz de criar, é necessário que seja pensado para além de algo que diz não, mas também que produz coisas, induz prazeres, forma saberes, produz discursos (DÍAZ, 2012). Pois, “de fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade” (MACHADO, 1979, p. XVI). De forma corroborativa, Souza *et al.* (2007, p. 16) advertem que diante do poder se percebe “[...] a sua eficácia produtiva, sua positividade, pois o indivíduo é uma produção do poder e do saber, tendo como efeito a constituição de sua subjetividade”. Nessa linha de raciocínio, o poder em Foucault deve ser visto como uma rede produtiva que atravessa a sociedade, subjacente à sua constituição (DÍAZ, 2012).

O poder que produz está nas relações, sendo todas elas relações de poder, pois “caracterizam-se pela capacidade de uns para poder ‘conduzir’ as ações dos outros” (DÍAZ, 2012, p. 120). A atuação do poder nessa produção ocorre de forma micro, porque usa de parcelas ínfimas da vida das pessoas para determiná-las, e faz isso capilarizado no tecido social. Em todas as relações sociais há exercício de poder (SOUZA, *et al.* 2007), gerando-se genuínas construções, que determinam nosso comportamento, nosso modo de vestir, o que devemos estudar, o que devemos dizer etc. Sobre essa última determinação, disse Foucault (1996, p. 9): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

Alongando essa discussão sobre o ato de fala, naquilo que ele mantém relação com o poder, é possível observar que não existe somente um modo para dizer as coisas. Quando há exercício de poder e, por conseguinte, a disposição de conduta, há a estruturação de um campo, por meio do qual são estabelecidas possibilidades para a fala, de modo que o sujeito poderá falar respeitando um limite de possibilidades estabelecido. Por isso, não se pode dizer tudo em todo lugar, em todo campo de saber, em todas as relações sociais, em todas as cerimônias; enfim,

há um controle¹⁶ sobre a fala. Esse controle se exerce sobre o discurso em forma de “interdição” (FOUCAULT, 1996, p. 9).

O mesmo pode ser aplicado para avaliar a constituição da subjetividade humana, tendo em vista que ao longo do tempo instituições tiveram o papel de tolher nossas ações. Desde crianças, as pessoas participam de instituições e a partir de então têm seus comportamentos determinados.

Nunca vi uma criança recusar-se a construir alguma coisa com cubos, ou a aprender alguma coisa nova, ou a enfrentar a tarefa seguinte. Os adultos são diferentes, unicamente porque eles passaram um tempo na escola e em outras instituições repressivas que rechaçaram essa vontade (FOUCAULT, 2012, p. 123).

Todavia, a produção surgida a partir das relações de poder não respeita o progresso rumo a uma reta, pois é fruto de uma sucessão de sujeições e resistências (DÍAZ, 2012). Isso quer dizer que a produção que surge dessas relações não consegue prepará-las para uma produção cada vez mais eficiente, de modo a promover mais e mais docilidade. Essa perspectiva faz aflorar uma questão marcante nos estudos de Foucault, a qual está relacionada à presença da resistência nas relações de poder (FOUCAULT, 1979, 2011, 2014). Além disso, “as reflexões foucaultianas acerca da resistência apontam para um poder que, ao invés de ser constituído por uma potência infinita, possui uma espécie de ineficácia”, e por isso, conforme sugere Sampaio (2007, p. 4), surgem resistências.

Mesmo que Foucault consinta a sofisticação dos mecanismos de coação, a resistência não pode ser associada à ineficácia do poder, como colocado por Sampaio (2007). Essa associação só é possível fazendo-se uma análise jurídica do poder, posição negada por Foucault em sua analítica. Por isso, discordando de Sampaio (2007), a resistência em Foucault não surge diante da falha do poder, mas naquilo que constitui o próprio poder. Assim, não cabe questionar sobre o embate entre poder e resistência. Nessa linha de raciocínio, Souza *et al.* (2007) advoga que poder e resistência coexistem e assim permanecem porque a força dominante não se obriga a eliminar a outra, mesmo sendo elas conflitantes. A força dominante constrói uma dinâmica que marca as diferenças entre elas. Além disso, como já afirmado ao longo deste texto, essa força contrária constitui o poder, de modo que, sem ela, ele não existiria.

¹⁶ O uso do termo “controle” neste trabalho reflete o entendimento de Foucault quanto aos efeitos da vigilância e aproxima o seu uso ao significado do termo “disciplina”, assim como o fez Mathiesen (1997).

Nesse sentido, Foucault questiona a afirmação de que, estando o poder por toda a parte, não existiria a possibilidade de o sujeito agir de outra forma, que não de acordo com aquela apreendida por um poder (MAGALHÃES, 2013).

[...] dizer que não pode existir sociedade sem relação de poder não quer dizer nem que aquelas que são dadas são necessárias, nem que de qualquer modo o “poder” constitua, no centro das sociedades, uma fatalidade incontornável (FOUCAULT, 1982, p. 791, tradução nossa).

Consoante a isso, para Foucault, o poder só se exerce sobre sujeitos livres, em que esse estado está associado a um campo de possibilidades que permite condutas, reações e diversos modos de comportamento. Se, em vez disso, houver saturação de determinações, como no caso da escravidão, não há relação de poder. Foucault “[...] recusa, portanto, que lhe atribuam a ideia de que o poder é um sistema de dominação que controla tudo e que não deixa qualquer margem para a liberdade” (MAGALHÃES, 2013).

Para Foucault (2014, p. 104), “[...] onde há poder há resistência [...], sendo a resistência nunca encontrada em posição de exterioridade em relação ao poder”. A onipresença da resistência se coloca no sentido de estar em cada ponto de correlação, com intensividade e extensividade variáveis (MAGALHÃES, 2013). Assim, Foucault (2014, p. 104) entende o poder intimamente relacionado à resistência e, em certa medida dependente dela, pois as correlações de poder “[...] não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão”.

As resistências fazem parte da constituição dessas relações de poder, ou seja, são como forças presentes na sociedade. “Por definição, [as resistências] não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 104). Assim, “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar” (MACHADO, 1979, p. XIV). Dada a simultaneidade entre poder e resistência, um sempre presente diante do outro, não há o lugar da resistência, estando ela presente em todo o corpo social, em pontos que se alternam, nunca fixos e distribuídos de modo irregular (MACHADO, 1979; SAMPAIO, 2007; FOUCAULT, 2014).

Na analítica foucaultiana a resistência pode provocar manifestações de vigor no corpo social, dando origem a grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças, o que o filósofo chama de “estratégia” (FOUCAULT, 2014). Mesmo com a sua participação pessoal em movimentos de resistência, Foucault pouco escreveu sobre o assunto, citando, em raras passagens, movimentos contrários ao consumismo e em torno da autonomia do uso do corpo (BRANCO, 2001). Segundo Branco (2001), nas obras iniciais de Foucault, o filósofo contestava os efeitos desses movimentos de esquerda, pois eles eram engessados. Contudo, a partir de 1978, Foucault, por meio de fatos marcantes à época, como a revolução iraniana, passou a acreditar na possibilidade de a resistência contestar os sistemas hegemônicos de poder e ter êxito em transformá-los (BRANCO, 2001). Contudo, conforme salienta Foucault (2014), normalmente a resistência não tem isso como objetivo.

3.1.2 *O domínio pela disciplina*

No início de sua obra sobre as prisões, “Vigiar e Punir”¹⁷, Foucault descreve o suplício que marca o fim da vida de Robert François Damiens¹⁸, ocorrido em 1757. O relato é cabal em mostrar como o poder atravessava o corpo do condenado, agindo sobre ele como força aterrorizadora. Não se queria uma morte rápida, até porque o que alimentava aquela exibição terrificante não era o desejo da morte do culpado, mas sim a prolongação de seu sofrimento, para que fosse também prolongada a visibilidade do exercício do poder do rei. Assim como Damiens, tantos outros tiveram que pedir desculpas diante de dezenas de pessoas e pagar publicamente suas penas. Aquela era a forma encontrada para que o crime fosse entendido pelos espectadores como algo que se projeta contra a realeza.

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios se investe toda a economia do poder (FOUCAULT, 2011, p. 36).

Destarte, o corpo do condenado tornava-se legível para todos que participavam como espectadores da execução da sentença. Aos olhos daqueles que assistiam ao suplício ele se passava como uma vingança dada em troca do ato infracional e, de modo menos perceptível, era também a inscrição da ordem nas práticas cotidianas. Assim, “o suplício tem então uma

¹⁷ Obra originalmente publicada em 1975 sob o título “*Surveiller et punir: naissance de la prison*”.

¹⁸ Robert François Damiens foi condenado à morte por tentar contra a vida do rei da França, Louis XV.

função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante” (FOUCAULT, 2011, p. 49).

Como mostra Foucault (2011), essa forma de justiça como força física, que tortura os corpos dentro de uma economia bem elementar, perdurou, de maneira geral, até o fim do século XVIII e começo do século XIX. Depois desse tempo, marcado pela “festa” da punição, a aplicação pública das penas deu lugar à outra modalidade punitiva. Para os mais otimistas, o sistema de punição passou por um processo de “humanização”, levando em consideração o enfraquecimento dos castigos públicos que quase sempre expunha a chegada da morte para o réu. Assim, “um fato é certo: em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo” (FOUCAULT, 2011, p. 13). Não mais do que isso, pois a humanização não era objeto do sistema de punição vindouro.

Com o passar dos anos houve uma diminuição dos suplícios como mostra do poder do rei sobre os súditos em seu território, desde então esse tipo de punição começou a ter caráter negativo. Com isso, toda e qualquer forma de punição que pudesse ser vista passou a ser tratada como um ato atroz. Essa transmutação de espetáculo à atrocidade insinuou as modificações que viriam a transformar as engrenagens pertencentes à máquina punitiva. A partir desse momento, precisamente no início do século XIX, a condenação marcará o infrator com um sinal negativo, ao passo que sua pena será guardada à distância da justiça (FOUCAULT, 2011). Com isso, “a execução da pena vai-se tornando um setor autônomo, em que um mecanismo administrativo desonera a justiça, que se livra desse secreto mal-estar por um enterramento burocrático da pena” (FOUCAULT, 2011, p. 15).

Ao passo em que aumenta essa autonomia são criadas as prisões, que instituem uma alteração na economia do corpo. Não mais é o castigo físico que faz do condenado “local” onde se deixa a marca da lei. Em vez disso, priva-se o sujeito de um de seus atributos principais, a liberdade¹⁹. É tirado dele a obrigatoriedade de pagar com o sofrimento físico e é instaurado o regime do confinamento.

[...] a relação castigo-corpo não é idêntica ao que ela era nos suplícios. O corpo se encontra aí em posição de instrumento ou de intermediário; qualquer intervenção

¹⁹ Termo empregado como sinônimo de “possibilidade ir e vir”.

sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem. Segundo essa penalidade, o corpo é colocado num sistema de coação e de privação, de obrigações e de interdições. O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos (FOUCAULT, 2011, p. 16).

No passado, quando ainda os corpos eram supliciados, eles eram expostos ao maior número possível de pessoas, de modo que “muitos podiam observar poucos” (MATHIESEN, 1997). Com o nascimento da prisão Mathiesen (1997) acredita ter ocorrido uma importante mudança na natureza da punição. A partir daquele momento, passou-se a forma de vigilância em que “poucos observam muitos”. Essa mudança é evidenciada por Foucault (2011) e marca como a punição física é substituída por uma série de mecanismos para a transformação da alma das pessoas.

Tal mudança não se deu ao acaso, mas sim pela instauração do projeto burguês diante de uma nova estrutura econômica, que via na implementação das instituições prisionais um modo de organizar a sua chegada ao poder (FOUCAULT, 2012). Segundo Foucault (2012, p. 149), até as penas respeitaram esse interesse, sendo ela proporcional ao delito cometido. Desse modo, “[...] para um trabalho, um salário proporcional; para os delitos, penas proporcionais”. Para o autor, longe de representar um fracasso, a prisão é importante para a estrutura de poder dominante. Entre um dos aspectos que podem ser destacados a partir das colocações sobre esse assunto, tem-se a necessidade da criminalidade para que seja legitimado o enrijecimento do controle sobre a sociedade.

Ainda de acordo com Foucault (2012), a nova economia punitiva legitima o poder que define as regras e demonstra o quão importante deve ser a eficácia da pena. Isso permitiu o agrupamento de determinadas pessoas cujas características eram alvo da estrutura de poder dominante, e que pudesse tornar-se uma arma com fins econômicos ou políticos. A exemplaridade da estratégia empregada nas prisões acabou por se disseminar por várias instituições, que passaram a concentrar (não exclusivamente em termos físicos, mas também simbólicos) pessoas. Além de nas prisões, podia-se verificar como a estratégia de coerção foi transposta para tribunais, hospitais, medicina do trabalho, universidades, órgãos de imprensa e de informação. Assim, parafraseando Foucault (2012, p. 27), “[...] através de todas essas instituições e sob diferentes máscaras, uma opressão que, em sua raiz é uma opressão política, se exerce”.

Por meio de mecanismos instaurados nas mais diversas instituições o sujeito passou a ser controlado por meio de uma vigilância ininterrupta. A percepção dessa vigilância constante, devido à funcionalidade do poder em (re)construir as pessoas, fez delas “internalizadoras” de regras. Para Branco (2001), surge, como resultado desse processo, o sujeito “assujeitado” a normas e a padrões de constituição de sua subjetividade, ao passo que este mesmo sujeito é autoidentificado por meio de regras de conduta previamente planejadas. Para mostrar isso, Foucault (2011) explorou metaforicamente a figura do panóptico²⁰, batizada e minuciosamente descrita por Bentham²¹.

Na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (FOUCAULT, 2011, p. 190).

Em uma estrutura em forma de panóptico, aquele que está sendo observado da torre tem o seu corpo à mostra por todo o tempo. Nesse espaço fechado, o sujeito tem seu corpo localizado, recortado e vigiado por vários ângulos; tem seus movimentos identificados (FOUCAULT, 2011). Por força da incerteza de ter alguém na torre, o observado introjeta a sensação de estar sob constante vigília. “Daí o efeito mais importante do Panóptico: introduzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (FOUCAULT, 2011, p. 191). Nesse caso, é possível sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce, de modo que o sujeito fique localizado em uma situação de poder da qual ele próprio é portador. Quem exerce o poder passa a se valer de uma economia de poder que descentralizada o ato da vigília, desobrigando-o a estar permanentemente atendo àquilo que o detento faz, pois o próprio prisioneiro participa disso

²⁰ Apesar do fascínio provocado pela adequação do panopticismo ao retratar a vigilância na sociedade capitalista, Foucault (2011) não salientou outras formas de vigilância, como o “sinóptico”, um hábil neologismo criado por Mathiesen (1997) para designar uma situação em que “muitos vigiam poucos”. No entanto, entendo que o emprego dessa palavra não atinja aquilo que é principal na obra de Foucault (2011), qual seja, os efeitos do poder na constituição dos sujeitos.

²¹ Segundo Foucault (1979), a ideia de panóptico antecede a Bentham; contudo, Bentham a batizou com esse nome. Segundo Miller (2008, p. 89), para Bentham “o panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas”.

de maneira central. Em suma, o panóptico funciona como laboratório do poder, devido aos seus mecanismos de observação cujas características tornam eficaz a penetração do poder no comportamento do indivíduo (FOUCAULT, 2011).

O panóptico, por meio de sua arquitetura, permite que os corpos sejam vigiados e esquadrihados em uma relação em que poucos podem observar muitos, como na prisão austera descrita por Foucault. Contudo, o filósofo extrapola a noção arquitetural em seus aspectos físicos, como descritos em seu livro sobre as prisões, e mostra como a sua essência está disseminada na sociedade moderna e presente em várias instituições. Há para Foucault (2011) muito da experiência panóptica das instituições do início do século XIX na organização social capitalista. Isso se deu pela absorção de seus mecanismos, tornando-os disseminados e até hoje evidentes em várias organizações a fim de guiar o comportamento humano de acordo com interesses específicos e contribuindo significativamente para a produção da subjetividade e do autocontrole (MATHIESEN, 1997; REVEL, 2005).

Nessa nova economia de poder não são necessárias, portanto, formas “barulhentas” ou aparentes para fazer com que o sujeito se comporte de acordo com a norma. O poder, nesse modo arquitetural age silenciosa e constantemente sobre as pessoas de modo eficiente. Segundo Foucault (2011), duas características marcam o exercício do poder nesse modo arquitetural, quais sejam: visível e inverificável. Essas duas características proporcionam o princípio da sujeição do indivíduo, mas não parece para Foucault algo infalível.

Nesse ponto Foucault sofreu várias críticas, pois as leituras que foram feitas de sua obra sobre as prisões pareceu para seus críticos que a máquina panóptica conseguia promover o exercício de poder ininterrupto e infalível. Se essa fosse a intenção de Foucault, certamente haveria em sua análise de poder pouco espaço para a criatividade e ações individuais. De fato, a leitura de “Vigiar e Punir” fornece a dimensão proclamada por seus críticos. Ou afirmações sobre o poder como: “Não há, entre as malhas de sua rede, praias de liberdades elementares” (FOUCAULT, 2012, p. 243). Entretanto, a temática do poder para Foucault não se limita a completar somente essa obra. Fazer isso é simplificação inadequada e desconsideração dos vários ditos e escritos feitos por ele sobre essa temática em outras obras e em formas de comunicar suas análises.

Ainda sobre o panóptico, Foucault (2012) afirma que Bentham construiu algo com características utópicas, tendo em vista que a figura por ele descrita não dava conta de cercar por completo a subjetividade humana.

De fato, se mostro que o pan-óptico foi uma utopia, uma espécie de forma pura elaborada no final do século XVIII para fornecer a fórmula mais cômoda de um exercício constante do poder imediato e total, se portanto eu fiz ver o nascimento, a formulação dessa utopia, sua razão de ser, é verdade também que mostrei, imediatamente, que se tratava, em termos precisos, de uma utopia que nunca funcionara tal como ela fora descrita, e que toda a história da prisão (sua realidade) consiste justamente em ter sempre passado ao largo desse modelo (FOUCAULT, 2012, p. 267).

Essa defesa, feita originalmente em 1978, três anos após a publicação do seu livro sobre as prisões, foi uma tentativa de Foucault se livrar da imagem de estruturalista criada em torno dele. De fato, algumas leituras levam o leitor a essa conclusão e a se perguntar sobre a onipresença e onipotência do poder. Estaria ele por toda a parte? Figurá-lo-ia em todas as nossas relações? Seria ele responsável por guiar todos os nossos comportamentos? Em resposta a esses possíveis questionamentos que, por ventura, rondaram o pensamento daqueles que o perceberam como estruturalista, disse Foucault:

O poder não é onipotente, onisciente, ao contrário! Se as relações de poder produziram formas de inquirição, de análises dos modelos de saber, é precisamente porque o poder não era onisciente, mas cego, porque se encontrava em um impasse. Se assistimos ao desenvolvimento de tantas relações de poder, de tantos sistemas de controle, de tantas formas de vigilância é justamente porque o poder sempre foi impotente (FOUCAULT, 2012, p. 268).

Nesse sentido, como já defendido, a visão de Foucault sobre poder é distorcida por alguns posicionamentos pouco claros presentes em suas primeiras obras, onde ele não deixava clara a possibilidade de os sujeitos agirem de modo autônomo. Sendo assim, considero o esquema panóptico como intensificador do exercício do poder para qualquer aparelho ou instituição, pois assegura ao poder economia, eficácia e funcionamento contínuo, mas não consegue controlar a todos em todos os momentos.

A intenção do uso da metáfora do panóptico por Foucault se deu pelo seu objetivo em reverberar sobre as estruturas sociais, que assim como o panóptico estão disseminadas em

nossa sociedade²². Para ele, “vivemos em uma sociedade pan-óptica” (FOUCAULT, 2012, p.70). Isso faz dela uma sociedade disciplinar, a qual nossas ações se dão de acordo com um campo de ação organizado, mas não o bastante limitador para eliminar a capacidade criativa dos sujeitos. Apesar disso, a trama social é tecida pelo poder disciplinar, que em nossas relações de poder faz da disciplina uma de suas tecnologias.

Na visão de Burrell (1988, p. 227, tradução nossa), “hoje, uma função de ‘normalização’ é realizada por uma série de entidades controladas que se aglomeram em torno das disciplinas”. Assim, a disciplina se torna um mecanismo de poder, operando seu exercício e agindo sobre as resistências. Por meio da disciplina, o poder se exerce sobre as pessoas, tornando-as dóceis e ao mesmo tempo úteis, tentando tirar o ímpeto de resistência delas. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2011, p. 132).

É a partir do poder disciplinar que surge uma arte do corpo humano, que visa não somente o aumento de suas habilidades “seja para produzir em uma indústria, seja para servir das tendências que estão na moda, seja para apresentar-se em um circo”; não somente a sua sujeição, mas também a criação de relações que, no mesmo mecanismo, torna o corpo tanto mais obediente quanto é mais útil (FOUCAULT, 2011).

Outras coisas também podem ser ditas sobre o corpo quando é analisado na relação com a disciplina. Essa tecnologia de poder, não na mesma intensidade, dissocia o corpo do poder, e nisto ela é bastante produtiva²³, pois ao fazer isso torna o corpo útil e obediente, transformando-o em um objeto que é capaz apenas de servir, dando opacidade ao potencial que poderia surgir da sujeição. O potencial seria, nesse caso, uma força com substância de resistência.

²² Bauman (2013) consente em admitir que o “panopticismo” é um efeito do poder, no sentido de inscrevermos em nós mesmos o poder da vigilância. Interessante notar em sua publicação, “Vigilância Líquida”, o modo pelo qual a figura panóptica alardeada por Foucault sofreu modificações alinhadas aos dias atuais e ao desenvolvimento da sociedade. Para Bauman (2013), “[...] o pan-óptico está vivo e bem de saúde, na verdade, armado de músculos (eletronicamente reforçados, ‘ciborguizados’) tão poderosos que Bentham, ou mesmo Foucault, não conseguiria nem tentaria imaginá-lo”. A fim de mostrar como isso ocorre, Bauman (2013) faz uma discussão importante sobre o surgimento de mecanismos de vigilância a partir do avanço tecnológico. De acordo com ele, a cada dia mais câmeras de segurança são instaladas nos locais que frequentamos nas horas de lazer ou durante o trabalho, bem como participamos do registro de nossa opinião em redes sociais.

²³ Uso o adjetivo “produtiva” no sentido empregado por Machado (1979), quando o autor se refere à capacidade do poder em criar.

Em uma palavra: ela [a disciplina] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2011, p. 134).

Quando dóceis, os corpos podem ser usados na maquinaria social, deles esperando relações de sujeição estritas. Isso remete a uma incapacidade (total ou não) de o corpo reagir às formas de dominação impostas sobre ele. A docilidade e a utilidade são conseguidas pelo efeito disciplinar sobre o corpo. Sua ação sobre ele se dá pela sua organização e distribuição no espaço; do controle da atividade dos corpos; do uso do tempo; e da criação de aparelhos para capitalizar o tempo (FOUCAULT, 2011). De acordo com essa visão, o sujeito passa a ser visto como duplamente envolvido com o funcionamento da disciplina, como objeto e como instrumento. No primeiro caso, ele é entendido como o ser sobre o qual a disciplina age. No segundo, como atravessado pelo poder capilarizado, não concentrado em nenhuma parte e partindo de vários pontos móveis.

Atuando como objeto e como instrumento do poder disciplinar, a disciplina individualiza os corpos, atuando sobre “[...] uma massa confusa, desordenada e desordeira”, fazendo nascer uma multiplicidade ordenada da qual emerge o indivíduo como produto do poder (MACHADO, 1979, p. XIX). Desse modo, o sujeito individualizado deixa de compor uma massa e passa a ser enxergado de modo particular, sendo o poder disciplinar considerado responsável por essa singularidade, que faz do indivíduo alvo mais fácil para o funcionamento da vigilância. Cabe às instituições promover essa individualização, operando esse processo, à medida que declara alguém doente, louco ou prisioneiro. Antes dos hospitais, dos manicômios e das prisões (tantas outras instituições poderiam ser citadas) esse alguém fazia parte de uma massa homogênea que, após a criação dessas instituições, passou a ser classificado e categorizado.

Da época do suplício restou o exercício do poder, agora com máscaras para revestir aquilo que ele tinha de mais perverso, o terror. Foi abandonado o corpo supliciado, marcado pelo poder do rei contra aquele que infligia a ordem, para reinar atos que não dilaceram, mas findam a criação do sujeito de forma ainda mais incessante. Segundo Machado (1979, p. XVII), é nessa produção que agem as instituições, cada qual com papel específico na criação de seu produto por meio do objeto e do instrumento “corpo”. Essa operação se dá pela

“disciplina”, gerada pelo “poder disciplinar”. “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder” (DÍAZ, 2012, p. 165). O poder disciplinar é, então, uma relação específica sobre o indivíduo, incidindo sobre seu corpo, por meio de tecnologias próprias de controle e dominação (MACHADO, 1979).

Com isso, as instituições criam suas próprias tecnologias de controle, presentes nos clubes de recreação, nas universidades, nos circos, entre outras instituições; enfim, na vida. Inserindo-se no cotidiano das pessoas e constituindo-as, as instituições fornecem os elementos certos para uma vida controlada. Na sociedade atual, considerada como uma sociedade de controle, nada escapa do olhar disciplinar (FOUCAULT, 2014). Esse olhar é capaz de tornar contínua a vigilância, por usar diversos mecanismos de poder disseminados nos espaços em que as pessoas vivem.

Essa vigilância constante do comportamento deve ser apreciada quando se pensa também na resistência, que age com a mesma sutileza com que o poder disciplinar atravessa os corpos para torná-los dóceis e úteis. Diante disso, com a intenção de buscar lugares para criação em meio ao exercício de poder, torna-se necessário compreender as práticas cotidianas que aí se inserem, dando atenção à mecânica das práticas de conformidade, mas também à mecânica das práticas de resistência, uma vez que estas últimas fundam uma antidisiplina. O exercício teórico dessas práticas pode, em certa medida, requalificar e complementar a noção de exercício de poder vista em Foucault. Com esse intuito, o tópico seguinte recorre às explanações de Michel de Certeau, especificamente sobre as “artes de fazer” no cotidiano.

3.2 As invenções cotidianas

A obra mais propagada do historiador Michel de Certeau na Administração é, sem dúvida, “A invenção do cotidiano”. Sob esse título estão organizados dois tomos²⁴, que envolvem estudos sobre o cotidiano nas mais diversas esferas e sociedades²⁵. Segundo Kinser (1992), Certeau buscava com essas publicações questionar o pensamento estrutural francês característico dos anos de 1960 quanto à vida cotidiana. Nesses volumes, são descritas e analisadas práticas cotidianas do homem comum, que revelam como o cotidiano é muito mais complexo do que

²⁴ Primeiro volume originalmente publicado em 1980 sob o título “*L’invention du quotidien*”.

²⁵ Certeau (2012a) também escreveu sobre a cultura brasileira.

nos parece. Certeau divide os volumes em razão das temáticas abordadas, sendo eles “artes do fazer” e “morar e cozinhar”. Esses textos redigidos por Certeau ou por seus colaboradores²⁶, como fruto de sua pesquisa junto à *Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique* (DGRST)²⁷, formam um legado substancial desse autor.

O pensamento certeuniano e as análises presentes nos tomos refletem contribuições originárias principalmente de Ludwig Wittgenstein, ao qual pode ser dado o “crédito máximo” na influência da perspectiva cotidianista de Certeau (GIARD, 2012, p. 29). Wittgenstein o inspirou através das explicações feitas em torno da linguagem ordinária, à medida que pretendeu transportar a linguagem filosófica para o seu uso ordinário. Nesse sentido, Wittgenstein almejava reintroduzir a linguagem ordinária tanto na filosofia como nas ciências, que a excluíram por força de um domínio efetivo (CERTEAU, 2012a). À semelhança do filósofo austríaco, quanto à temática do cotidiano, Certeau buscou introduzir as práticas de sujeitos comuns no campo da ciência, elevando-as à condição de “objeto” a ser investigado e a terem estatuto científico.

Enfaticamente, em “A invenção do cotidiano”, tomo I e II, buscou-se explicitar as combinatórias operações que compõem uma cultura e desmistificar os modelos de ação que definem as pessoas como consumidoras passivas de produtos culturais (em sentido amplo) (CERTEAU, 2012a). Certeau, então, ao contrário de alguns de seus contemporâneos, crê que o sujeito age cotidianamente por vontade própria, mas não de maneira irrestrita, podendo modificar seus itinerários limitados por poderes. Por causa disso, esse autor é tido como um pensador inconformado com a ordem construída e otimista em relação à capacidade de modificarmos a estrutura de poder (KINSER, 1992). De acordo com essa ideia, Souza Filho (2002, p. 131) aponta que o autor tenha partido da seguinte suposição central para formular suas reflexões:

[...] é erro supor que o consumo das idéias, valores e produtos pelos anônimos sujeitos do cotidiano é uma prática passiva, uniforme, feita de puro conformismo às imposições do mercado e dos poderes sociais.

Outros autores, como Duran (2007), compartilham desse entendimento com Certeau. Duran (2007) afirma que o sujeito não é um receptáculo passivo das normas para agir. Para ele, o

²⁶ Figuram como colaboradores Luce Giard e Pierre Mayol.

²⁷ Certeau e seus colaboradores se mantiveram ligados à DGRST de 1974 a 1977, em função de uma pesquisa encomendada pelo Governo Francês para definir prioridades orçamentárias para os anos vindouros.

sujeito é, ao contrário, um consumidor ativo de produtos recebidos, pois ele cria ações de forma anônima por meio da prática cotidiana, fazendo assim um desvio do uso desses produtos que lhe são oferecidos e, como defendido nesta tese, realiza outra produção. Ao desviar o uso de produtos culturais, os sujeitos subvertem determinações de uso colocadas como possíveis. Para Souza Filho (2002, p. 131), ao consumirem bens culturais (trabalho, notícias, leis, espetáculos e tudo o mais produzido por uma cultura) os atores sociais sempre realizam “[...] apropriações e ressignificações imprevisíveis, incontroláveis, modificadoras de pretensões previstas na origem, no planejamento, na idealização das coisas”. Certeau (2012a) mostra isso tornando evidente como as pessoas agem diante das regras que lhes são impostas. Isso se deve à descrença do autor diante da irredutibilidade normalizadora. Assim,

Sua não credulidade diante da ordem dogmática que as autoridades e instituições querem sempre organizar, sua atenção à liberdade interior dos não conformistas, mesmo reduzidos ao silêncio, que modificam ou desviam a verdade imposta, seu respeito por toda resistência, ainda que mínima, e por toda forma de mobilidade aberta por essa resistência, tudo isso dá a Certeau a possibilidade de crer firmemente na **liberdade gazeteira das práticas** (GIARD, 2012, p. 18, grifo nosso).

A “liberdade gazeteira das práticas” (GIARD, 2012, p. 18) insinua minúsculos espaços onde a prática se expressa desconforme com aquilo que é imposto, ou seja, que deveria ser seguido sem ser contestado. Contudo, para entender a elucidação desses espaços em que se pode desenvolver uma “outra” prática, “outra” produção, é necessário compreender alguns conceitos presentes nas obras de Certeau, basilares nesta tese.

Dois deles são “lugar” e “espaço”, conceitos que têm significados específicos e que são fundamentais no entendimento da dinâmica das práticas cotidianas na visão certeuniana. Certeau (2012a, p. 184) define “lugar” como sendo a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, o que não permite, portanto, duas coisas ocuparem o mesmo lugar. No “lugar” impera a lei²⁸ que de algum modo tenta controlar nossas ações, localizando-nos de algum modo nas relações. “Um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições”. Já o “espaço”, para Certeau (2012a), existe sempre na presença de vetores de direção, de quantidades de velocidade e da variável tempo. Assim, para o autor, o “espaço” é animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram.

²⁸ Certeau (2012a) emprega a palavra “lei” em sentido amplo, não exatamente para referir-se a preceitos ou regras do Direito. Entendo que o emprego dessa palavra queira em alguns momentos significar lei, mas quer se referir de forma mais abrangente às regras vigentes em determinada circunstância e que, por isso, influenciam o comportamento das pessoas.

Nesse sentido, a criação do “espaço” se dá à medida que ocorrem operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais (CERTEAU, 2012a). Certeau (2012a, p. 184) esclarece: “A rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”. Desse modo, conclui-se que “[...] o espaço é um lugar praticado”. Contudo, “lugares” e “espaços” devem ser pensados juntos, pois o cerne da questão é a contínua organização de novos equilíbrios (JOSGRILBERG, 2005). Assim, “lugares” podem tornar-se “espaços” e “espaços” tornarem-se “lugares”, variando conforme se organizam.

A transformação de “lugares” em “espaços” ocorre após apropriações feitas pelos sujeitos, mais especificamente quando eles se utilizam do repertório de suas “operações próprias” (CERTEAU, 2012a, p. 88). Essas operações dependem de outros dois elementos conceituais presentes em Certeau (2012a), pois elas são realizadas mediante o “uso” e o “consumo” de bens culturais. Diante dos bens culturais pode parecer que nos encontramos como espectadores, pois estamos afastados do produto, excluídos da manifestação. Não temos direito de autor, pois figuramos apenas como receptores (CERTEAU, 2012a). O “uso”, nesse caso, remete a um posicionamento passivo em relação aos bens culturais, seja diante de sua fase de produção ou de exibição.

Esse modo de comportamento, decorrente do “uso”, com o qualificador de passividade, fornece à ideia central de Certeau elementos de contraposição, fazendo-o insurgir contra essa visão. E é aí que opera o sentido dado por Certeau ao “consumo”, que se mostra de outra forma diante dessa produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e “barulhenta” de bens culturais. Em vez da passividade, quando há o “consumo” de bens culturais ocorre um fazer ativo (JOSGRILBERG, 2005; CERTEAU, 2012a; GIARD, 2012; SLATER, 2012). O “consumo” é, então, uma produção que tem como

[...] característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarias’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase invisibilidade [...] (CERTEAU, 2012a, p. 89).

Portanto, o “consumo”, na visão certeuniana, remete ao posicionamento subversivo dos sujeitos em relação a algum poder.

Em síntese, há “uso” quando trabalhamos, assistimos a filmes, informamos-nos, conhecemos por vias estatísticas, entre outros. Esses são movimentos de “uso” se for crível somente nossa passividade diante desses produtos culturais. Por outro lado, será “consumo” o uso ativo, quando disso o trabalhador, o espectador, o leitor e o estudioso subtraírem elementos para uma produção própria, não totalmente independente daquela que lhes foi colocada (CERTEAU, 2012b). Da mesma forma, o “consumo” encontra-se em Certeau (2012a) como “uso popular”: “Um uso (popular) da religião modifica-lhe o funcionamento. Uma maneira de falar essa linguagem recebida a transforma em um canto de resistência [...]” (CERTEAU, 2012a, p. 74). Assim, ao empregar o termo “uso popular”, Certeau nos faz entender o termo como subversão a um dogma, a uma regra, colocando-o como sinônimo de “consumo”, dado o posicionamento ativo daquele que pratica a ação.

Relacionando os conhecimentos sobre “lugar”, “espaço”, “uso” e “consumo”, presentes em Certeau (2012a, 2012b), nota-se como o autor recupera as práticas anônimas, os fazeres escondidos em forma de práticas sociais que mascaram uma fabricação “silenciosa” (CERTEAU, 2012a, p. 39). Essas práticas são assim chamadas por não serem contabilizadas, por não estarem visíveis. Desse modo, os produtores históricos, mediante exercícios de poder, suprimiram a cotidianidade para deixar à mostra somente aquilo que lhes interessava do ponto de vista de seus objetivos. Complementarmente, para Lefebvre (1991), da vida cotidiana só enxergamos o seu aspecto épico, a máscara, as vestimentas e os cenários, pois ela é absorvida pela vida universal e pelo espírito do tempo e ganha amplitude teatral.

Ocorre o mesmo com as maneiras de viver o tempo, de ler os textos ou de ver as imagens. Aquilo que uma prática faz com signos pré-fabricados, aquilo que estes se tornam para os usuários ou os receptores, eis algo essencial que, no entanto, permanece em grande parte ignorado (CERTEAU, 2012b, p. 234).

Nesse sentido, a investida de Certeau em torno do cotidiano das pessoas comuns é bastante provocadora, pois ele almejou produzir uma inquietação sobre a questão social, sobre as produções silenciosas que foram e são ignoradas. Ofereceu-nos elementos teóricos e conceituais para conhecer com mais profundidade as nossas práticas diárias presentes na vida comum de qualquer sujeito ordinário.

Parafraseando Giard (2011, p. 21), diante do cotidiano é possível captar a multiplicidade das práticas, “não sonhá-las”. Nesse sentido, a visão cotidianista certeuniana permite observar

como ocorrem construções sociais realizadas por sujeitos ordinários. Do contrário, só o “sonho” e a representação “teatral” poderão revelar a superfície de tais acontecimentos e deixar adormecer as práticas anônimas que tecem a trama de nossas vidas. Nessa produção, os sujeitos, por meio de tais práticas anônimas, almejam abandonar a “conveniência”, entendida como um compromisso exercido pelos sujeitos ao renunciarem à anarquia das pulsões individuais para fortalecerem o sistema disciplinador, onde se enquadram os comportamentos domesticados pela disciplina obedecida (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011, p. 39) ou, como prefere Foucault (2014), pelo poder disciplinar. Seguir os passos anunciados como convenientes não estabelece “outro” tipo de ação, contestadora, as chamadas microrresistências.

Utilizando a noção de microrresistência, torna-se claro como a individualidade age sobre determinada força opressora representada por sistemas que tentam massacrar as forças que se mostram externas às suas concessões. Por isso, essas atividades individuais, por vezes, pervertem normas e diretrizes estabelecidas, ambas firmadas para a cimentação da normalidade, já que a aparência de estabilidade é fixada pelas relações de poder dissimuladoras das condições de sua produção (JOSGRILBERG, 2005).

Para Certeau (2012a), essas relações de poder se dão mediante a existência de duas forças, a “estratégia”, que estabelece a normalidade e as regras, e a “tática”, força com sentido diferente ao da primeira, pois existe em contrapartida à ordem ou a um domínio. Assim,

Chamo de **estratégia** o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um **lugar** suscetível a ser circunscrito como algo **próprio** e ser a base de onde se podem gerir as relações com **uma exterioridade** de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalidade “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro (CERTEAU, 2012a, p. 93, grifos do autor).

Essa distinção entre o “próprio” e o “outro” na definição de “estratégia” é acompanhada de três efeitos consideráveis. O primeiro deles é sobre a condição do “próprio” enquanto uma vitória do “lugar” sobre o “tempo”, possibilitando a capitalização de vantagens conquistadas, expansões futuras e obter, assim, uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. Trata-se de um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo que

serve de base estratégica a partir do qual um determinado poder se move ameaçadoramente para todos os locais de propriedade (CERTEAU, 2012a; KINSER, 1992). Assim, a “estratégia”, na condição de ação de um “próprio”, pode acumular aquilo que consegue obter sobre o “outro” ao longo do tempo e expandir suas conquistas por outros espaços a partir daqueles já ocupados.

O segundo efeito refere-se à característica do “próprio” como algo que exerce o domínio dos lugares pela vista, pois “a divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, incluir na sua visão” (CERTEAU, 2012a, p. 94). A divisão geográfica proporcionada pelo “próprio” determina a vigilância daqueles com os quais se têm relações de poder, tornando-os disciplinados com o objetivo de evitar movimentos contrários à organização do “espaço”, ou seja, à ordem estabelecida.

Por fim, o terceiro efeito é

[...] reconhecer nessas “estratégias” um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. De modo semelhante, as estratégias militares ou científicas sempre foram inauguradas graças à constituição de campos “próprios” (cidades autônomas, instituições “neutras” ou “independentes”, laboratórios de pesquisas “desinteressadas” etc.). Noutras palavras, **um poder é preliminar deste saber**, e não apenas o seu efeito ou seu atributo (CERTEAU, 2012a, p. 94, grifo do autor).

Segundo o autor, para a existência da “estratégia” é preciso que haja a organização de um campo de saber, pois dele surgirá a possibilidade de governar alguma instância da vida cotidiana. A organização de um campo remete a inauguração de um “lugar próprio”. Sendo assim, o saber, para Certeau, tem a função de constituir o lugar das “estratégias”. Contudo, a constituição do saber se dá pela existência e exercício de algum tipo de poder. Em suma, a “estratégia” surge a partir de um poder para depois ser protagonista do exercício do mesmo. Isso não significa que os seus efeitos sejam os mesmos, sendo comum, de fato, o controle de esferas da vida cotidiana.

Com base na definição de “estratégia” e seus efeitos, em Certeau (2012a) o “lugar” é o local da ordem, em que impera a lei do “próprio” e do qual as regras tentam manter distante qualquer possibilidade de dinamicidade, ou seja, contestação/resistência. No “lugar do próprio” coexistem objetos que, pré-posicionados, definem as características das forças que

normalizam a ordem, fazendo dele uma configuração instantânea de posições que dá ao “lugar” uma indicação de estabilidade.

A “estratégia”, assim, impõe aos sujeitos formas de comportamento e maneiras de agir, organizadas pelo “próprio” a partir de um “lugar de poder”. As relações de poder no “lugar” da “estratégia” intencionam regular a dinâmica social e, a um só tempo, perpetuar a posição daqueles que ditam as normas. Em suma, a ação na “estratégia” tenta manter organizados os elementos que compõem o “lugar”, com posições fixas e relativas umas às outras, sem que haja movimento, garantindo a normalidade (JOSGRILBERG, 2008). Isso porque, a todo o momento, as “estratégias” querem reprimir qualquer forma de ação contraventora, que possa utilizar os produtos fabricados por uma elite a favor da ação criativa. Assim, para Certeau (2012a), a “estratégia” se vale de cálculos objetivos para esconder a sua relação com o poder que a sustenta, originário do “lugar do próprio”, que pode ser representado por alguma instituição ou pessoa.

As estratégias são, portanto, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas de discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem (CERTEAU, 2012a, p. 96).

A segunda força, denominada como “tática” cotidiana²⁹, suplanta a ideia de passividade do comportamento humano diante do governo da vida das pessoas. Quando estudada ela adiciona ao pensamento sobre os fenômenos sociais a capacidade das pessoas em subverter algum poder. De forma sumária, a “tática” cotidiana dá às práticas cotidianas uma dimensão política de contestação das normas estabelecidas, que por seu turno criam formas particulares de exercer as atividades cotidianas, das mais simplórias às mais significativas na vida de qualquer pessoa (KINSER, 1992). Nesse sentido, uma prática localizada na “tática” cotidiana é claramente um posicionamento de contestação sem, contudo, significar oposição a uma força. Certeau a define do seguinte modo:

[...] chamo de **tática** a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A

²⁹ Josgrilberg (2005) relata que Certeau reflete sobre as “táticas” cotidianas em situação de uso da linguagem. Ainda para o autor, a maior parte dos termos usados por Certeau tem origem na linguística. Essa característica seria fruto de influências sobre o trabalho de Certeau, tais como as promovidas por Ludwig Wittgenstein e Sigmund Freud (GIARD, 2011). Contudo, em diversos momentos Certeau ultrapassa a noção de “tática” ligada somente ao uso da linguagem (CERTEAU, 2012a, 2012b).

tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria. [...] Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetável (CERTEAU, 2012a, p. 94, grifo do autor).

A “tática” é operada no “lugar do próprio”, dentro da percepção de conformidade e de passividade. Por meio dela, os sujeitos dão forma a ações astuciosas e são capazes de usar, à sua maneira, os produtos adquiridos; porém, nunca acumuláveis, perfazendo os delineamentos de um consumo supostamente passivo, ou seja, um “uso” no vocabulário certeauniano (CERTEAU, 2012a). Contudo, a ação na “tática” aproveita “as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 2012a, p. 95). Por isso, a “tática” é uma antidisciplina, feita por meio de uma ação calculada e determinada pela ausência de um “próprio”. Como ela não possui um “lugar próprio”, pois só tem o “lugar do outro”, faz-se presente onde residem as “estratégias”, ou seja, as diretrizes que organizam o “lugar”.

Outra característica da “tática” cotidiana é que ela não almeja um “espaço” a ser denominado como “próprio”, pois é empenhada apenas em criar resistência sem, contudo, construir caminhos que a conduzam a um “lugar” possível, para gerir uma ordem notável (CERTEAU, 2012a). No entanto, as ações na “tática” podem conduzir de forma não intencional à conquista de um “lugar” que seja circunscrito como “próprio”.

Em relação a essa possibilidade, em que a “tática” cotidiana joga com o “lugar” ocupado pelo “próprio”, podendo obter um lugar privilegiado, ela passa a assumir o caráter de uma prática do espaço. Com isso, a prática na “tática” cotidiana se transforma em autora da transformação do “lugar do próprio” em “espaço”. Essas alterações do lugar privilegiado são articuladas por meio da prática astuciosa realizada por sujeitos que encontram, em meio à norma, espaço para subversão e, conseqüentemente, destituem a estabilidade do “próprio”, ao passo que conferem dinamicidade ao “lugar” que é vigiado para não ser alterado. Por isso, “lugar” e “espaço”, na visão de Certeau (2012a), coexistem, sendo diferenciados pelo *status* de seus produtos, pois as “táticas”, bem como as “estratégias”, criam uma organização espacial; entretanto, as “estratégias”, por meio de relações de poder que lhe são próprias, são capazes de garantir um aparente equilíbrio das referências que as organizam (JOSGRILBERG, 2008).

Além disso, a ação na “tática” cotidiana não tem condições de criar um projeto global nem de colocar o adversário em um lugar onde possa vê-lo em sua totalidade, pois ela sobrevive imersa no lugar de poder, ou seja, no “lugar do próprio”. Contudo, ela traduz transgressões em “artes de fazer”, fazendo com que os sujeitos se sintam orgulhosos de suas ações que subvertem o “olhar disciplinador”. Para Certeau (2012a, p. 95), “a tática é a arte do fraco”, pois é praticada por aqueles que nas relações de poder não ocupam lugares privilegiados. Para o autor, ela é a única maneira de o fraco engajar a criatividade em um benefício que seja seu, à medida que aproveita circunstâncias em meio à vigilância realizada pelo poder disciplinar.

Como a “tática” não estoca benefícios adquiridos, nem tende a aumentar a propriedade ou imaginar saídas à organização do “espaço”, ela se restringe a um período efêmero (JOSGRILBERG, 2005; CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2011; CERTEAU, 2012a). Para Certeau (2012a), essas ações astuciosas, pequenas e de pouca duração, criam produtos que na instituição a servir se insinuam como um estilo de resistência moral. Entretanto, tal produção, segundo os ensinamentos de Certeau, não se faz com produtos próprios, caso contrário seria descoberta e possivelmente “sufocada” pela força que ascende dos sistemas repressivos. Ela se faz nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem dominante, que constitui as “artes de fazer” ou “maneiras de fazer”. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”, alterando os objetos e os códigos e estabelecendo, além da (re)apropriação do “espaço”, o uso ao jeito de cada um (CERTEAU, 2012a, p. 41).

A ação na “tática” possibilita (re)apropriações e usos que criam generosidades como revanche, sendo elas operações artísticas e mil formas de negar a ordem estabelecida ou estatuto da lei. As “táticas” são “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte” (CERTEAU, 2012a, p. 44). Ao tempo em que tiram partido do forte as práticas na “tática” criam trajetórias aparentemente desprovidas de sentido. Isso acontece porque elas não têm relação com o espaço construído, pré-fabricado (CERTEAU, 2012a). Assim, as produções táticas não despertam interesse daquele que exerce poder por falta de sentido aparente, ou seja, por não demonstrarem oposição à ordem que organiza o “lugar”; e, assim, segue-se o

fluxo dos acontecimentos, no qual os indivíduos, por meio da “bricolagem”³⁰, criam a cultura ordinária (CERTEAU, 2012a, p. 86).

Nessa perspectiva, é possível ao sujeito atuar em movimentos de conformidade e de resistência. Conformidade, pois ele pode absorver características do “espaço” organizado e, assim, agir em conformidade com aquilo que lhe é exigido pelo poder disciplinar. Por outro lado, ações efêmeras, astuciosas e contrárias ao poder que disciplina o sujeito podem ser praticadas, dando origem às resistências. Em poucas palavras, o fazer na “tática” pode ser descrito como procedimentos que se valem do tempo e de circunstâncias. Com isso, em um instante preciso, a intervenção que foge à disciplina transforma a situação, colocando-a como favorável àquele que a pratica (CERTEAU, 2012a). Por isso, a “tática” é efêmera e silenciosa. Ela atua em meio ao poder sem dela fazer suspeita. Desse modo, fazendo alusão ao trabalho com sucata, em que o trabalhador se permite recuperar de forma criativa refugo gerado pela indústria, transformando-o em algo utilizável, esse autor mostra que esse tipo de criação é tido como transgressor, porque subtrai à fábrica o tempo que poderia ser usado para fins lucrativos.

Acusado de roubar, de recuperar material para seu proveito próprio e utilizar as máquinas por conta própria, o trabalhador que “trabalha com sucata” subtrai à fábrica tempo (e não tanto bens, porque só se serve de restos) em vista de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo. Nos próprios lugares onde reina a máquina a que deve servir, o operário trapaceia pelo prazer de inventar produtos gratuitos destinados somente a significar por sua **obra** um saber-fazer pessoal e a responder por uma **despesa** a solidariedades operárias ou familiares (CERTEAU, 2012a, p. 82, grifos do autor).

No mesmo espaço dividido com a máquina³¹ à qual deve servir o construtor criativo “trapaceia” pelo simples prazer de mostrar para si, por meio de sua obra, um saber-fazer pessoal. São “golpes” em espaços circunscritos por normas e formas de procedimento (CERTEAU, 2012a, p. 96). Da mesma forma que o “sucateiro”, entre normas e formas, o sujeito ordinário alija “golpes” contra a ordem estabelecida, à medida que realiza ações pervertidas que não podem ser enaltecidas sob nenhum pretexto (CERTEAU, 2012a, p. 82).

³⁰ O uso do termo “bricolagem” por Certeau (2012a) é inspirado no “bricoleur” de Claude Lévi-Strauss. Para este, “[...] *bricoleur* é aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos se comparados com os do artista” (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 32). No entanto, Certeau se apropria do termo para se referir ao uso de vários elementos culturais na construção de algo novo (NEIRA; LIPPI, 2012). Para Neira e Lippi (2012) Derrida também se apropria do termo e o ressignifica no âmbito da teoria literária, adotando-o como sinônimo de colagem de textos em uma dada obra.

³¹ Refere-se ao bem de capital usado na transformação de matéria-prima.

Assim se processa a bricolagem no espaço social, permitindo ao sujeito inventar e usar a sua criatividade para gerar produtos próprios de interesse particular.

De modo semelhante, a escrita que se realiza na própria academia, presente nos artigos científicos e livros, segue as diretrizes colocadas por uma gramática que deve ser respeitada. Isso inclui a utilização das palavras corretas, tanto do ponto de vista da adequação à norma culta da língua, quanto da utilização de signos linguísticos da área para a qual se escreve, entretanto, com vigilância maior sob a qual é feito o trabalho de “sucata”, pois aquele que produz um trabalho científico, na maioria das vezes, almeja publicá-lo.

Dessas analogias, do trabalho de “sucata” e da escrita, extrai-se a existência de diferenças entre “lugares” naquilo que diz respeito aos exercícios de poder, pois existem “lugares” em que a sua organização permite ao sujeito agir astuciosamente, em diversas circunstâncias; e outros onde não há tanta possibilidade para isso. Mas esses últimos não deixam de permitir exercícios de bricolagem, pois é dada ao sujeito a possibilidade de exercitar sua resistência; contudo, será requerida do praticante maior capacidade inventiva. Ou seja, maior esforço e astúcia.

Em síntese, entre as diversas coisas que os indivíduos realizam, Certeau (2012a) estabelece novas possibilidades de pensar as ações cotidianas, formando um ponto de observação capaz de recuperar as astúcias anônimas das “artes de fazer” (DURAN, 2007). Certeau mostra como as pessoas encontram na atividade diária maneiras de subverter as prescrições e criar formas de utilizar os produtos que lhes são impostos pelo poder disciplinar que reina incontestado em sua superficialidade. Essas maneiras fugidias fazem isso realizando astúcias transvestidas em maneiras particulares de caminhar, ler, escrever, produzir, falar, cozinhar, vender, organizar etc.

Toda essa produção na “tática” cotidiana, que cria maneiras particulares agir, insinua distanciamentos e aproximações com a analítica foucaultiana do poder. Por isso, no próximo tópico serão elucidados os pontos em que isso acontece, sendo exibido também em que sentido as aproximações favorecem este estudo no que tange ao entendimento da dinâmica das “artes de fazer” no cotidiano.

3.3 Possíveis aproximações entre a analítica foucaultiana de poder e a perspectiva cotidianista cerтеаuniana

Discutidas a perspectiva da analítica de poder de Foucault, que marca o período genealógico do autor, e a perspectiva cotidianista de Certeau, algumas questões surgem da confluência dessas duas visões. Isso não se dá no sentido de compará-las para ver qual delas melhor se aplica à temática estudada (cotidiano circense), mas para saber em quais pontos elas se complementam e de maneira conjunta contribuem para a compreensão do exercício do poder e da resistência social. Assim, para fazer aproximações, no sentido de complementar as “perspectivas” são necessários alguns questionamentos: quais as possibilidades de ação do sujeito diante do poder nas duas perspectivas? Em sentido geral, como se processam as resistências nas duas perspectivas? De que modo a aproximação dos autores contribui para compreender as dinâmicas do poder disciplinar e das relações de poder nesta tese? O objetivo deste tópico é tecer uma discussão com vistas a elucidar tais questões.

Segundo Josgrilberg (2005, p. 54), “dependendo de como e quais textos de Foucault alguém leia, seu trabalho pode soar como pessimista, e algumas vezes determinista, deixando pouco espaço para a ação criativa ou de resistência dos sujeitos”. Josgrilberg (2005, p. 54) continua, dizendo que por essa razão Foucault é colocado em tensão com Certeau, uma vez que o último “parece oferecer uma interpretação mais dinâmica das estruturas que organizam a sociedade”. Tal fato transparece em uma entrevista feita por F. Elders com o filósofo, presente em Foucault (2012). Nela o filósofo afirma conhecer essa interpretação de seus textos e admite ter dado pouco espaço para a ação criativa dos sujeitos.

Nos estudos históricos que pude fazer, ou que me esforcei em fazer, deixei, sem dúvida alguma, muito pouco espaço para o que o senhor chama de criatividade dos indivíduos, para sua capacidade de criação, para sua aptidão de inventar conceitos, teorias, ou verdades científicas (FOUCAULT, 2012, p. 93).

Talvez essa observação seja possível e mais precisa ao analisar somente uma das obras de Foucault, “Vigiar e punir: nascimento da prisão”, em comparação com uma das de Certeau, “A invenção do cotidiano: artes de fazer”. Essa observação, feita com base na comparação de apenas algumas obras dos autores, é bastante reducionista, pois os entendimentos de ambos sobre aspectos específicos da sociedade não se encontram condensados em poucas obras. Antes disso, encontram-se dispersos e fragmentados em várias de suas produções.

A publicação dessa obra de Certeau foi entendida como uma crítica àquela de Foucault (SLATER, 2012). Contudo, apesar de se referirem ao tema poder, Foucault mostrou os modos de sujeição (DÍAZ, 2012) e como as relações de poder operam (SLATER, 2012), enquanto Certeau se dedicou às práticas antidisciplinares (GIARD, 2012) e ao modo como as pessoas as praticam na vida cotidiana (SLATER, 2012). Segundo Giard (2012), apesar da similaridade quanto ao tema, Certeau não escreveu a sua obra para dar uma resposta e fazer oposição à análise de Foucault, apesar de Certeau considerar Foucault como figura teórica de oposição³² (GIARD, 2012).

Na visão de Josgrilberg (2005, p. 61), “Certeau provavelmente concordaria com a maioria das observações feitas por Foucault”; no entanto, algumas diferenças podem ser discutidas. Assim, para Foucault, a vida cotidiana é o lugar do poder que sujeita o homem, não sendo possível o sujeito viver sem a ele estar condicionado. Já Certeau, com um relato mais otimista sobre as possibilidades de ação dos sujeitos, considera que, apesar de existirem regras que nos condicionam em nossa vida cotidiana, há também espaços em que é possível eclodir certa autonomia nas ações (SLATER, 2012). Entretanto, Slater (2012) fala sobre uma mudança de pensamento de Foucault em relação ao poder, e isso pode ser visto claramente após uma leitura comparativa em torno do tema das obras “Vigiar e punir: nascimento da prisão” e “História da sexualidade: a vontade de saber”. Assim, em obras mais recentes, como nessa segunda, Foucault desenvolve uma argumentação mais parecida com o otimismo visto em Certeau, à medida que começa a falar mais densamente sobre resistência.

Portanto, a resistência encontra lugar tanto nas obras de Foucault quanto nas de Certeau, pois ambos apostam em suas elucidações na existência do poder e da resistência em nosso dia a dia. O poder é responsável por tentar fazer do nosso cotidiano os reflexos dos jogos de interesses alheios aos nossos, tornando-nos dóceis e úteis. Ele nos coage a todo o momento e em todo o lugar, por isso o caráter “micro” do poder, exercido sobre as pessoas pelo poder disciplinar. Por sua vez, o poder disciplinar tenta criar uma vigilância irrestrita e, por isso, age em pequenas esferas de nossas vidas e em todas as nossas relações, do mesmo modo como estão presentes as formas de resistência a esse poder disciplinar.

³² Pierre Bourdieu também é um teórico ao qual Certeau se opõe, principalmente ao caráter estrutural de seu trabalho e à sua formulação teórica (CERTEAU, 2012a).

Para Josgrilberg (2005, p. 60), “podemos afirmar que a tecnologia de poder descrita por Foucault remete a questões semelhantes às levantadas pela noção de estratégia desenvolvida por Certeau”. Isso se dá devido ao reconhecimento do panoptismo como estratégia de organização do “espaço” quando Certeau se refere ao “lugar do próprio”. O “próprio” é considerado por Certeau como algo que exerce o domínio dos lugares pela vista, pois “a divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, incluir na sua visão” (CERTEAU, 2012a, p. 94). Assim, em Foucault e em Certeau há o reconhecimento de forças que nos “governam”.

Apesar dessa consideração sobre a vigilância, ou seja, sobre a função panóptica do poder, Foucault (1979, p. 226) diz que “é preciso analisar o conjunto das resistências ao *panopticon* em termos de tática e de estratégia, vendo que cada ofensiva serve de ponto de apoio a uma contraofensiva”. Foucault assume, então, a existência de forças contrárias ao poder. O mesmo é feito por Certeau, quando fala das “táticas” cotidianas que agem no poder e se “nutrem” dele para criar possibilidades de contestação da ordem estabelecida no cotidiano.

Em mais uma entrevista concedida por Foucault, desta vez à Perrot, a entrevistadora afirmou que, apesar de Foucault combater a ideia de um poder que se materializaria na superestrutura, ele não era contra a ideia de o poder ser parte do desenvolvimento das forças produtivas. Em atenção à provocação, Foucault reforçou o posicionamento descrito por Perrot, dizendo que o tema de um “[...] poder espacializante, vidente, imobilizante, em suma, disciplinar, era de fato extrapolado por mecanismos muito mais sutis” (FOUCAULT, 1979, p. 222). Mas como funcionam os mecanismos dessas práticas sutis? Esses mecanismos se assemelhariam às “táticas” de Certeau? Ao não ser encontrada a resposta desse questionamento no período genealógico de Foucault, apesar de falar sobre resistência e contra-poder, pode ser realçada mais uma peculiaridade da analítica foucaultiana em relação à visão cotidianista de Certeau. Assim, não que se pese, “[...] o que os sujeitos fazem de sua individualidade e das tarefas a eles designadas pelo aparato disciplinar não tem relevância para Foucault” (JOSGRILBERG, 2005, p. 62). Por outro lado, escapa a Certeau um melhor entendimento do poder disciplinar e como age a estrutura (SLATER, 2012). Isso se deve, principalmente, ao olhar “microbiano” de Certeau (CERTEAU, 2012a, p. 41).

Ao entender o poder como algo disseminado no tecido social, Foucault “privilegia” o aparelho produtor da disciplina. “Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede de ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela” (CERTEAU, 2012a, p. 40). Nesse sentido, Certeau questiona a “onipresença” da rede de vigilância e a sua “efetividade” para controlar o comportamento das pessoas. Ele desconfia dessas duas características do poder descritas por Foucault. Antes, Certeau fala sobre as “artes de fazer” que, segundo ele, colocam questões análogas e contrárias ao livro “Vigiar e Punir: nascimento da prisão” de Foucault.

Análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano; contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes de “vigilância” (CERTEAU, 2012a, p. 41).

Seu posicionamento “inconformado” com a soberania da rede de vigilância faz Certeau falar de “rede de uma antidiplina”, que age simultaneamente àquela, pois,

Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, elas [as táticas] se põem a vagar por toda a parte em um espaço que se homogeneiza e amplia (CERTEAU, 2012a, p. 98).

Com isso, assim como a rede disciplinar de Foucault, Certeau crê na disseminação de práticas contestadoras do poder, indo “vagar” por várias esferas da sociedade. Somado a isso, Kinser (1992) relata a soberania da “tática” cotidiana descrita por Certeau, pois elas são mais fortes do que os olhos panópticos discutidos por Foucault. Apesar disso, Foucault e Certeau estavam preocupados com o micropoder e com as microrresistências, respectivamente.

Foucault faz a análise sobre as relações de poder sem apontar a existência de lugares privilegiados para o seu exercício. Para ele, o poder está disseminado, formando uma maquinaria que quer controlar as pessoas, tendo como uma de suas tecnologias o poder disciplinar. Para o autor, essa tecnologia de poder age sobre as pessoas reduzindo a dinâmica social a tipos dominantes de procedimentos. Isso pode ser bem ilustrado pela função panóptica das instituições nas sociedades, à qual nada escapa dada a disseminação do poder. Desse modo, contrário a Certeau, há na analítica foucaultiana a influência da estrutura no comportamento dos indivíduos, que seria determinado por uma estrutura formada por forças,

sejam elas dominadoras ou de resistência (JOSGRILBERG, 2005). No caso de Certeau, impera a capacidade de o sujeito resistir ao processo de dominação, por meio de ações individuais de resistência. Em suma, as colocações de Foucault giram em torno, principalmente, da noção da presença do poder por toda parte, que surge a partir de uma estrutura, enquanto as explicações de Certeau giram em torno da presença de resistência por toda parte, que surge a partir de uma vontade própria do sujeito (SLATER, 2012).

Como já mencionado, Foucault também fala de resistência, mas é provável que ao se referir a essa forma de poder, não esteja falando de “tática” no sentido ceriteuniano; contudo, não se trata de termos que se distanciam por completo. Foucault (2014, p. 105) acredita na possibilidade de a resistência proporcionar “grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças”. Portanto, ele confere à resistência a ideia de um projeto mais geral de oposição, permitindo realizar um arranjo de seus vários pontos de apoio e se transformar em uma grande estratégia (SAMPAIO, 2007). Enquanto que para Certeau, a “tática” não tem essa potência: de se transformar em um movimento, em uma “estratégia”. “Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global, visível e objetável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance” (CERTEAU, 2012a, p. 94). Isso não quer dizer que a “tática” não seja uma forma de resistir, pelo contrário; mas penso a “tática” como um tipo de resistência que não encontra forma na analítica foucaultiana de poder.

As “táticas” para Certeau seriam

[...] práticas, sem-número, que ficaram como “menores”, sempre no entanto presentes, embora não organizadoras de um discurso e conservando as primícias ou os restos de hipóteses (institucionais, científicas), diferentes para esta sociedade ou para outras (CERTEAU, 2012a, p. 108).

Assim, Certeau (2012a) apresenta a “tática” como não organizadora de discursos; no entanto, essa prática pode ser pensada como ações que em conjunto geram uma série de movimentos de contestação sem, contudo, organizarem-se em um “grande” movimento. As “táticas”, nesse sentido, não esperam modificações, pois não têm projeto, elas agem dentro do “lugar do próprio” sem almejar uma organização que lhe seja “desejável”³³.

³³ Prefiro falar de não lhe ser “desejável”, pois, como já dito, a “tática” pode se transformar em “estratégia”.

Reconheço que a conciliação entre a analítica foucaultiana de poder e a perspectiva cotidianista de Certeau constrói possibilidades para pensar o poder disciplinar e a antidisciplina nas organizações, mais que se tomadas em separado. Paralelamente às diferenças, existem complementaridades e semelhanças que fazem dos trabalhos dos autores obras fundamentais para pensar as características do poder e a sua mecânica, no caso de Foucault; e as “artes de fazer” pelas quais os indivíduos “constroem” o cotidiano, subvertendo o poder disciplinar, no caso de Certeau.

Para além desse tema do poder disciplinar e da antidisciplina, as semelhanças nas elucidações de Foucault e Certeau se complementam e se tornam forças contrárias às meganarrativas e à tentativa de construir teorias sobre o poder ou sobre as ações astuciosas dos sujeitos diante do poder disciplinar (SLATER, 2012). Dito de outro modo, nem Foucault, nem Certeau empreenderam esforços para criar algum tipo de *modus operandi*. Assim, concordo com Machado (1979, p. XVI) quando o autor salienta que em Foucault a “questão do poder é resultado de investigações delimitadas, circunscritas, com objetos bem demarcados”. O mesmo acontece em Certeau, cujas investigações tentaram compreender lugares delimitados por seu interesse e de seus colaboradores (GIARD, 2012).

Por fim, entendo que a visão de poder em Foucault, cuja descrição é rica sobre relações de poder e poder disciplinar, juntamente com a visão de Certeau sobre a operação das microrresistências, dá aos dois autores lugares privilegiados neste trabalho. Portanto, aproveito em minhas análises as substâncias teóricas que me fazem entender Foucault como o teórico da disciplina e Certeau como o teórico da antidisciplina. Isso é operado com base em Foucault naquilo que diz respeito ao funcionamento do poder em nossas relações sociais, pois a sua abordagem fornece elementos para pensar as “táticas” cotidianas descritas por Certeau. Nas palavras de Foucault (1982, p. 780, tradução nossa): “[...] para compreender o que são relações de poder, é necessário investigar as formas de resistência [...]”. O contrário também parece verdadeiro.

Da aproximação proposta nesta tese, entre as contribuições analíticas de Foucault e as de Certeau para analisar a temática do poder e as formas de contestação propostas pelas pessoas, surgiu o esquema conceitual representado na figura a seguir:

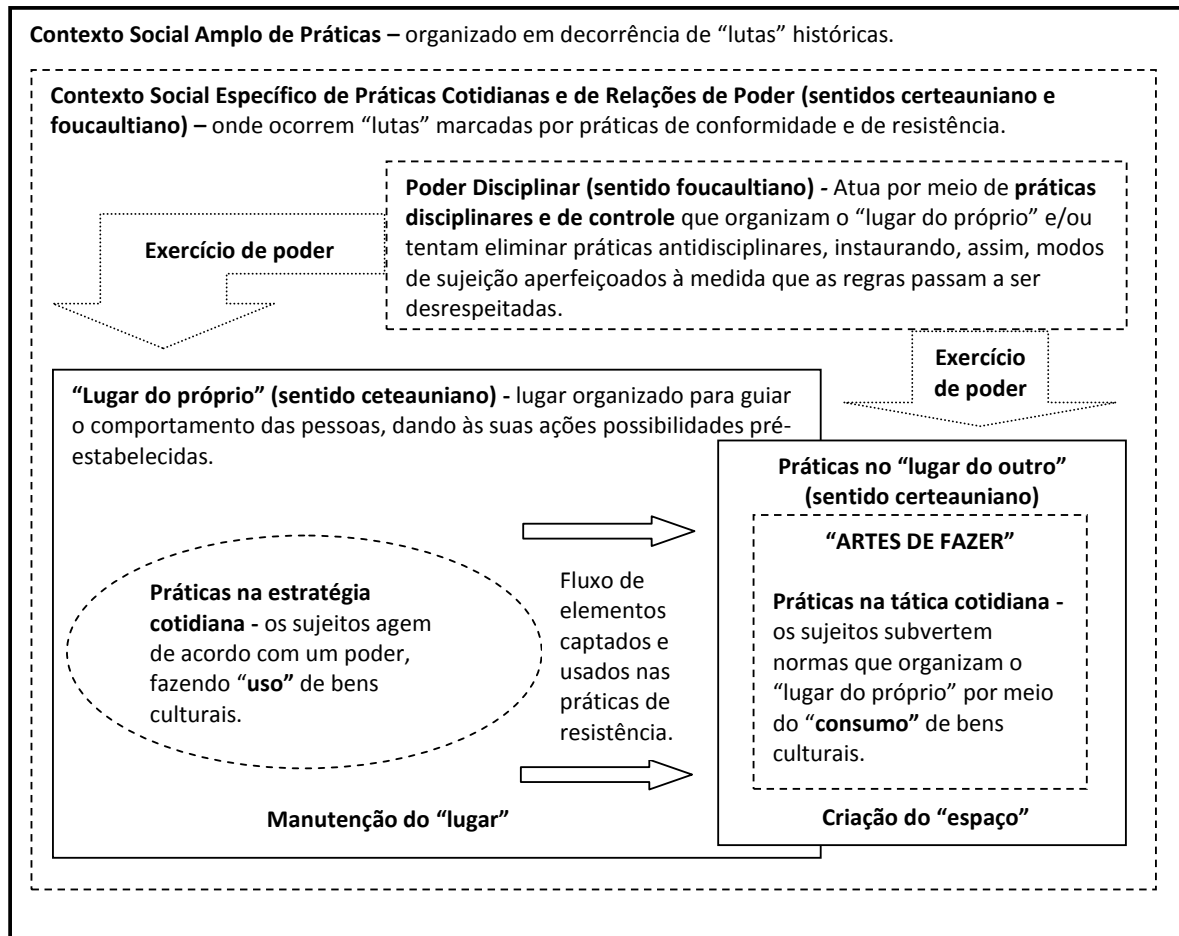


FIGURA 1 - Esquema conceitual desta tese

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Foucault (1979, 2011, 2012, 2014) e em Certeau (2011, 2012a, 2012b).

Na extremidade desse esquema conceitual mostro que as práticas sobre as quais tratam esta tese estão inseridas em um contexto amplo de práticas sociais, cujos delineamentos foram dados por construções sociais baseadas em ações realizadas ao longo do tempo. Sendo assim, as práticas que versam este trabalho estão inseridas em um ambiente sócio-histórico organizado, mas sem ser estático, pois as práticas descritas em seu interior, conforme a figura, reorganização constantemente esse contexto mais amplo.

Em um nível menos amplo, represento esquematicamente um contexto específico de práticas cotidianas e de relações de poder. Tendo como base a temática deste trabalho e o objeto empírico, poder-se-ia dizer se tratar das práticas cotidianas e de relações de poder que ocorrem no contexto em que os circos estão inseridos. Nele há o exercício de práticas panópticas instigadas pelo poder disciplinar com vistas a organizar o lugar do “próprio” e dele manterem afastadas práticas antidisciplinares.

Essas práticas panópticas ao incidirem sobre o lugar do “próprio” tentam tornar as ações dos sujeitos previsíveis, conferindo previsibilidade a suas ações, na medida em que fazem somente o “uso” dos bens culturais. No entanto, mesmo diante das práticas de vigilância proporcionadas pelo poder disciplinar os sujeitos captam elementos que organizam o lugar do “próprio”, e deles fazem “consumo”, subvertendo normas que tentam a todo o instante controlar suas ações. Com isso, dado essa prática subversiva, os sujeitos dão origem às “artes de fazer”, que no caso desta tese refere-se às dos sujeitos circenses.

Devo salientar, no entanto, o reducionismo desse esquema, pois dele foram subtraídas nuances constituintes da visão tanto de Foucault quanto da de Certeau, sobre as relações de poder e sobre a vida cotidiana, respectivamente. Além disso, ele poderá servir de referencial para mostrar como esses pontos de contato (ou complementaridades) entre as duas perspectivas podem ser mais dinâmicos, sobretudo, quando forem comparados a configurações sociais presentes nos mais diversos contextos empíricos.

4 PERCURSO EMPÍRICO

Em minha proposta teórica de pesquisa, que antecede a este trabalho final, eu atentei o leitor sobre a complexidade ainda desconhecida do campo ocupado pelas experiências de vida dos sujeitos de pesquisa. Diante dela procurei me precaver de formulações absolutas e insolúveis, pois elas apenas atendiam ao conhecimento prévio o qual construí nas primeiras vezes em que o circo surgiu como objeto de pesquisa. Dizia sobre a possibilidade de a pesquisa tomar novos direcionamentos durante a sua execução, pois o ato investigativo poderia guardar para os meus sentidos estranhezas e encontros com alguns “inesperados”. Não se trata de um objeto totalmente novo para a Administração, mas para mim o era.

[...] não há objeto verdadeiramente novo se ele não se manifesta quebrando uma expectativa genuína do pesquisador, se ele não vai a campo convicto de que poderá abranger a realidade dentro do projeto que elaborou, conservando porém a arte suficiente para captar e valorar a violência que o mundo, mudando, exerce sobre o melhor juízo prévio possível (SÁEZ, 2011, p. 599).

Por isso, corroboro a ideia de Godoi, Bandeira-de-Mello e Silva (2006, p. 7) de que na prática de pesquisa “[...] trabalhamos com as mais tênues e superficiais formulações de critérios, apenas com padrões mais soltos e flexíveis possíveis”. Aliado a isso, vejo a investigação como reformulação de crenças, e não como descoberta da natureza dos objetos. Muito embora defenda isso, estabeleci alguns princípios, para não dizer parâmetros de pesquisa. Parafrazeando Godoy (1995, p. 28), ainda na fase do projeto estabeleci “[...] um conjunto básico de instruções sobre o que fazer e aonde ir durante o estudo”, ou seja, dei publicidade a alguns “caminhos” que iria trilhar.

Esses “caminhos” estão ligados à epistemologia qualitativa que, por sua vez, possibilita mudar os direcionamentos de pesquisa, caso o cotidiano revele situações em que sejam necessários outros recursos de investigação, além daqueles que haviam sido descritos. Assim:

Tomamos, então, como primeiro passo o reconhecimento da força central do cotidiano, ou seja, a poética que emana da própria ambiência da pesquisa: o acontecimento da vida dos sujeitos que o produzem. Explorar a potência do cotidiano seria impensável sob a tutela de abordagens e registros guiados por qualquer unidade metodológica **rígida**, pois entendo que, para esta aventura investigativa, a idéia de uma metodologia concebida e estruturada em procedimentos regulares não levaria além da ilusão de uma tradução limitadora de algo que prima pelo constante transbordamento de seus próprios limites (VICTORIO FILHO, 2007, p. 102, grifo nosso).

Esse posicionamento, próprio da pesquisa qualitativa e adotado nesta tese, permite pesquisar sem as amarras de um método consagrado, pois abre a possibilidade de enfrentar desafios epistemológicos que surgem nos campos particulares de cada ciência (REY, 2005). No campo ao qual entrei para compreender o cotidiano circense tive vários encontros, e por isso fiz questão de salientar a alteridade das minhas concepções investigativas, que culminaram na realização metodológica descrita nas próximas linhas deste capítulo.

4.1 Os circos e os circenses

Nesta tese as investigações não pretenderam uma apropriação linear da realidade (REY, 2005). Assim, não parti do princípio da existência de uma realidade pronta, à espera da contemplação. Assim, acessar o real “absoluto” não se configurou em nenhum momento como objetivo, pois, no máximo, apresento, ao final, uma das possíveis realidades produzidas em uma “zona de sentido” (REY, 2005). Essa zona de sentido se deu a partir das escolhas feitas por mim, que mantiveram uma relação transformadora com a prática de pesquisa e com o cotidiano dos sujeitos circenses.

Diante da pesquisa que realizei, também investida dos meus interesses políticos, no início deste trabalho assumi um posicionamento a favor da organização circense, por acreditar que ela leva manifestação cultural às populações carentes em termos de eventos de produção cultural. Nesse contexto observam-se populações geralmente residentes nas periferias das cidades brasileiras. Alegar-me-ia se eu fosse capaz de atuar neste trabalho como o fez Friedrich Nietzsche em “Genealogia da Moral”. “Ele [Nietzsche] pretende ser médico e salvador, e assume este papel com a paixão que lhe é peculiar” (SOUZA, 2009, p. 162). Paixão sim, mas não a capacidade de “medicar” a atividade circense de suas mazelas, “salvando-a”. Faltou-me essa pretensão, mas se ainda a tivesse, careceria de experiência sedimentada pela vida circense, da qual só conheço ínfimos substratos por meio deste trabalho.

Assumo também, os compromissos do pesquisador como um “*bricoleur*” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 20). Como tal, anuncio a influência da minha história pessoal, do meu gênero, da minha raça, da minha classe, da minha etnicidade e daquelas pessoas que fizeram parte do cenário de pesquisa na realização deste trabalho. Portanto, esta investigação não é “neutra” e não atende aos critérios positivistas de validade de pesquisa.

Em minha incursão política investigativa pesquisei em cinco circos, cujos nomes foram mantidos em sigilo, conforme estabelecido na negociação para entrada no campo. Trata-se de circos itinerantes que no momento da pesquisa estavam nos estados de Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). O circo itinerante é caracterizado por realizar curtas temporadas nas “praças”³⁴ (TEMPERANI, 2014). Sendo assim, os circos pesquisados mudam frequentemente de cidade ou bairro, sempre em busca de espectadores e, dependendo do caso, movidos pelo esgotamento das atrações, que após um final de semana se tornam repetitivas para o público e, assim, pouco atrativas. Além de itinerantes, os circos escolhidos têm outra característica importante, tendo em vista que lhes agregam muitos atributos: podem ser descritos também como de “variedades”. Segundo Magnani (2003), os circos de “variedades” são chamados assim por terem atrações variadas, como malabares, magia, trapézio, bailado, ventríloquo, números de equilíbrio etc. Por fim, são caracterizados também como circos de organização familiar, pois a sua constituição social é majoritariamente de pessoas com laços consanguíneos (SILVA, 1996).

As organizações investigadas também são caracterizadas por terem população numericamente variada e dividida entre aqueles que pertenciam às famílias proprietárias e aqueles contratados para atuar nas montagens e nos espetáculos. O mais populoso dos circos contava com 26 pessoas entre adultos e crianças. Desse total, 13 pertenciam ao núcleo familiar proprietário e o restante ao grupo de contratados contratadas. O segundo circo com maior número de pessoas tinha no total 16 integrantes entre crianças e adultos, sendo cinco deles contratados. O terceiro circo, em um escala decrescente em número de integrantes, contava com 12 pessoas, sendo duas contratadas. O quarto possuía nove integrantes, sendo apenas um contratado. Por fim, o quinto tinha oito componentes, sendo dois deles contratados. Entre os contratados desse circo, um deles residia em residência convencional em uma cidade próxima e só trabalhava no circo nos finais de semana.

Em relação àquilo que compunha as estruturas dos circos, todos eles tinham capacidade para abrigar até 600 pessoas durante os espetáculos. Contudo, haviam entre eles demasiada diferença, principalmente se levada em consideração a quantidade de mastros que cada um

³⁴ “Praça” é uma metáfora comum no vocabulário circense e usada para designar a cidade ou bairro onde o circo é armado (BOLOGNESI, 2009; TEMPERANI, 2014). Já o termo “fazer a praça”, significa preparar a cidade ou o bairro de destino, ou seja, fazer a propaganda, escolher o terreno, entrar em contato com as autoridades locais, entre outras coisas (SILVA; ABREU, 2009, p. 69).

possuía, de forma que quanto mais mastros os circos possuíssem mais trabalhoso era levantar a lona que abrigava os palcos. Dois deles tinham quatro mastros, enquanto outros dois tinham dois mastros cada e um de apenas um mastro. Todos eles, além da lona principal, eram compostos também por uma lona menor chamada de marquise, onde funcionavam as praças de alimentação, usadas como espaço para a comercialização de brinquedos, mas principalmente de gêneros alimentícios vendidos nas “praças”.

Em suas itinerâncias os circos pesquisados procuram por “praças” localizadas no interior, estando sempre armados em pequenas vilas e bairros distantes dos centros das cidades. E foi em um desses lugares que tive o primeiro contato com os circenses de umas das organizações pesquisadas. Naquela oportunidade, meus objetivos de pesquisa de doutoramento ainda não eram claros, por isso, conversei com eles por interesse apenas na arte que praticam. Passado algum tempo sem vê-los tive notícias do paradeiro do circo, desta vez na fase de elaboração do projeto, e à procura por circos para realizar esta investigação. De posse das informações que me levariam ao circo, fui ao seu paradeiro para saber se os circenses aceitariam a realização da pesquisa. Como resultado, interessei-me pelo circo em questão, sobretudo, pelas pessoas daquele circo pelos seguintes motivos: a) por ser de organização familiar; b) por ser itinerante; c) por eu ter sido bem recebido pelos circenses quando estive com eles, e; d) pelo fato de os circenses terem aceitado participar da pesquisa. A partir de então, levando em consideração essa primeira experiência, adotei os motivos que despertaram o meu interesse como critérios para a seleção dos próximos circos.

Para mim era necessário escolher circos familiares, pois trabalharia com organizações do mesmo tipo e isso poderia facilitar a minha compreensão em torno do cotidiano das pessoas. Os circos também deveriam ser itinerantes e, assim, percorrerem vários municípios ou bairros. Isso permitiria que eu pudesse observar relações instáveis entre os circenses e cidadãos, bem como observá-los durante a montagem do circo, apontada por Ruiz (1987) como uma das partes mais penosas da atividade circense. Disse o autor: “Tarefa absolutamente difícil é a montagem de um circo” (RUIZ, 1987, p. 22).

Destaco também como sendo um fator decisivo na escolha dos circos a receptividade dos circenses em relação a mim, que entraria de modo invasivo em suas vidas para fazer algo que a princípio interessava somente a mim. Por último, incrustada nas instâncias lógica e ética, a permissividade quanto à realização da pesquisa. Ocorre que, em pelo menos uma vez a minha

presença não se mostrou desejável, quando em contato com o proprietário de um circo e após lhe apresentar os objetivos da pesquisa houve recusa. De modo sutil ele me indicou outro circo para a realização desta investigação e isso me fez ainda mais curioso quanto à vida circense e as relações de poder.

A procura por circos durou vários meses e eles foram surgindo enquanto objetos de estudo selecionados de modo bastante aleatório, sendo a aproximação feita de acordo com a notícia de localização de circos com as duas primeiras características descritas (a e b), sendo as duas últimas observáveis somente em contato com as pessoas do circo. Nos circos selecionados vivem várias pessoas, dentre familiares e funcionários, todas elas envolvidas na produção dos espetáculos e/ou na venda de produtos na praça de alimentação e, de igual modo, sujeitos desta pesquisa.

Complementarmente às estratégias de pesquisa, os instrumentos para a construção dos dados e os métodos de análise empregados não foram usados para elevar os conhecimentos retratados neste trabalho ao grau de verdade “última”, ou seja, a um tipo de verdade indubitável. Em vez disso, os dados analisados têm caráter reflexivo em relação ao social. Por isso, durante a execução deste trabalho rompi com a consciência tranquila que poderia ter, para admitir que as colocações em termos de construção de dados e análises têm certo grau de perspectivismo, pois estão pautadas na epistemologia pós-estruturalista (PETERS, 2000).

4.2 Tessituras metodológicas no cotidiano de pesquisa

A realização desta tese foi pensada ensejando espaços para a criação e não exclusivamente para a aplicação de uma sequência de instrumentos investigativos definidos previamente. Sendo assim, apesar da adoção antecipada de algumas medidas metodológicas, deixei-me ser levado pelas surpresas do cotidiano de pesquisa, o que fez deste trabalho uma “bricolagem” no sentido dado por Denzin e Lincoln (2006). Dessa forma, ao longo dos dias de pesquisa, estratégias de investigação foram abandonadas em virtude de o cotidiano ter se apresentado sinuosamente, fadando aquelas concebidas previamente à inadequação em relação aos objetivos estabelecidos, estando sua completude presente em minha primeira experiência empírica. Sendo assim, relatarei a seguir como situações e métodos se relacionaram na constituição das mudanças investigativas desta tese, baseando-me apenas na experiência inicial.

Essas mudanças deram a este trabalho uma organização peculiar, fortemente entrelaçada com o cotidiano da pesquisa e, ainda, com a perspectiva pós-estruturalista. A princípio eu desejava fazer uma etnografia em apenas um circo, convivendo com circenses por um período estimado em seis meses, pois isso me parecia ser adequado para eu conseguir interpretar os significados que eles davam às suas ações e, assim, conhecer em profundidade um cotidiano circense. Com esse intuito, escolhi um circo cujos proprietários eu já havia conversado em pelo menos duas oportunidades em virtude da pesquisa da qual participei com os meus colegas do Neos, tendo sido fundamental para essa escolha a receptividade com a qual fui recebido anteriormente. Escolhido o circo era preciso negociar a minha entrada no campo.

Com esse intuito fui ao encontro das pessoas do circo. Como nas outras vezes, fui bem recebido, mas me chocou saber que residiria no circo durante seis meses como havia planejado. Toda a organização social e estrutural era bastante estranha, causando em mim, de fato, um enorme estranhamento. Conversei um pouco com um dos donos do circo sobre os objetivos da pesquisa e meio sem entender exatamente a minha proposta concordou com a minha presença para realizar o estudo (talvez tenha se perguntado: O que faz um administrador estudar circo?). Salientei, ainda, a necessidade de eu ter alguma função no circo, pois isso permitiria me envolver mais no cotidiano e, conseqüentemente, com os sujeitos de pesquisa para entender suas ações em meio às relações de poder. Curiosamente, ele não me queria no circo como alguém improdutivo, partindo dele também a necessidade de eu fazer algo para beneficiá-los na produção do espetáculo circense. Sendo assim, eu deveria ser “útil”, ou seja, deveria participar e não somente observar.

Perguntado por mim sobre onde eu poderia morar durante a pesquisa ele disse para eu ficar junto aos funcionários, mas naquele momento achei melhor ter mais privacidade, pois não conhecia a todos no circo e pareceu-me, desde aquele momento, arriscado dividir o mesmo dormitório com pessoas desconhecidas. A partir de então, decidi adquirir um *trailer*, mas uma procura exaustiva nos dias seguintes me revelou que esse tipo de moradia torna-se bastante caro quando em bom estado de conservação e com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) quitado.

Mesmo assim eu estava decidido a manter a minha privacidade (e segurança) e a partir de então abandonei a ideia de ficar seis meses em somente um circo, como havia planejado para

a realização da etnografia. Isso me frustrou bastante, mas em vez de um circo arquitetei ficar períodos menores em vários circos. Não sabia ao certo quantos circos, pois havia a necessidade de primeiro conhecer o cotidiano circense e ver como seria a minha relação com os circenses. Para abrigar-me, considerei como única alternativa morar em uma barraca, estendendo a minha privação ao interior do meu automóvel.

Assim,

Às 09h00min cheguei ao circo em busca de um lugar para armar a barraca e tive certeza que os meus dias ali seriam sob o sol forte. Procurei por uma sombra que pudesse acomodar a minha residência provisória [barraca], mas não a encontrei. [...] Um dos proprietários do circo me assessorou na tarefa de escolher um lugar para a barraca. Percorremos uma área próxima à sua carreta, mas ele disse que seria melhor eu ficar próximo à carreta carregada de ferragens da arquibancada que não usavam mais (Diário de campo, 09 de janeiro de 2015).

Notei a intenção do dono do circo em me manter afastado da sua residência e da de seus familiares, colocando-me próximo às moradias dos funcionários que estavam também próximas à carreta com as ferragens. Enquanto preparava a minha moradia rumores sobre a minha identidade e sobre os meus objetivos no circo já eram discutidos entre os funcionários. Um deles, dias após a minha chegada, confessou que perguntou a um dos donos do circo se eu era policial. Outro ventilava a ideia de que eu estava no circo para “curtir” a vida, experimentando o cotidiano circense. Inúmeros comentários chegaram ao meu conhecimento na medida em que eu estreitava o relacionamento com os circenses.

À medida também que os dias se passavam uns deixavam de temer a minha participação no circo, mas o meu temor em relação aos funcionários aumentava a cada dia. Isso se acentuou quando um dos sujeitos de pesquisa, funcionário do circo, disse que eu estava correndo risco de ter meus pertences furtados por outros funcionários, pois a minha barraca era bastante vulnerável, conforme pode ser vista na figura a seguir:



FIGURA 2 - Barraca usada como moradia pelo pesquisador no primeiro circo pesquisado
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Soma-se a isso o calor muito forte que me obrigava a deixar a barraca muito cedo e o fato de a minha presença no circo ter levantando a suspeita de que eu estava ali para de algum modo vigiar os funcionários, após quatro dias resolvi me hospedar em uma pousada diante do circo. Essa reorientação na construção dos dados me mostrou ser uma solução a suspeita que tinham sobre mim. Além disso, ao contrário das pesquisas etnográficas, em que os sujeitos são forçados a conviver com o pesquisador, a medida adotada proporcionou diminuir esses instantes de imposição, tendo em vista que os donos do circo consentiram na realização da pesquisa, não sendo nada perguntado aos funcionários.

Com os circenses deste circo passei a ter uma relação mais amigável após ter deixado de residir na barraca e, portanto, no circo. Nos dias seguintes as minhas observações se deram em momentos esparsos que permitiam a eles ter mais privacidade e se isentarem da necessidade de me dar atenção a todo o momento. Reverberando sobre essa alteração nos planos iniciais concluí sobre como o pesquisador pode tornar a sua presença indesejável se ele não se reconhecer como um estranho para os sujeitos de pesquisa, tomando como parâmetro as circunstâncias deste estudo. Em suma, considero salutar ter mantido certo distanciamento do cotidiano dos sujeitos de pesquisa, dando-lhes condições para que pudessem em momentos específicos criar o cotidiano sem a minha interferência.

Mesmo realizando várias tarefas conjuntamente com os circenses eu não ansiava romper com as diferenças entre nós. Nossas diferenças eram claras e não me inspirava a construção de uma identidade falseada para me passar como circense. Assim, decidi que a minha condição deveria ser assumida e não disfarçada. Além disso, se eu tentasse me passar por circense eu

deveria escolher ser integrante da família proprietária ou funcionário, estando a minha condição socioeconômica mais ligada ao primeiro grupo isso fatalmente implicaria na construção de barreiras que me distanciariam dos integrantes do segundo grupo. Assim, decidi ser pesquisador e com isso frequentar as relações sociais dos dois grupos.

Portanto, assumi-me diferente dos circenses, pois o meu modo de vida e como percebo o mundo são aspectos idiossincráticos. Não conseguiria fingir mais que um dia ser circense, em um esforço para abandonar quem realmente sou. Isso me exigiu não medir esforços para estabelecer “relações de troca” com os circenses, em que eu os ajudava para com eles conviver (MAGNANI, 2009, p. 135). Para isso, mesmo estando ali como pesquisador tornei os objetivos do grupo em torno da produção do espetáculo circense como sendo meus também. No entanto, não se tratou de colocar esses objetivos acima dos objetivos desta pesquisa, mas lhes dar importância suficiente para me tornar produtivo na visão deles. Assim, além de pesquisar eu tive que trabalhar.

Sobre a minha participação em atividades cotidianas no circo, creio não ter ocorrido como eu esperava antes de entrar no campo. Antes, imaginava que seria fácil o meu engajamento em alguma atividade, mas logo descobri que as funções estão ligadas às vidas das pessoas, como se a apropriação de alguma delas por mim fosse uma apropriação de parte da vida de algum deles. Não só das dos funcionários. Todas as atividades realizadas no circo estavam ligadas a uma pessoa e, assim, a sua importância para o funcionamento da organização circense. É ingenuidade pensar que o campo está aberto às possibilidades pensadas por você sem antes conviver com os sujeitos de pesquisa, pois os espaços de práticas estão demarcados e cada um o defende com “unhas” e “dentes”. Invadir esses espaços é romper a ordem estabelecida e, em minha visão, dar início a conflitos não imagináveis. Por isso, engajei-me em atividades em que não havia pessoas zelando por sua demarcação. Em um lugar em que as pessoas querem mostrar “trabalho” não se admite que o perca para um “outro”. Quer-se mostrar trabalho! (Diário de campo, 17 de janeiro de 2015).

Minha participação ocorreu na medida do possível e após ter descoberto que para sê-lo em uma organização circense requeria reconhecer as necessidades durante o dia a dia, oferecendo-me para realizar atividades e ajudar quando solicitado. Sendo assim, pouco a pouco me envolvi nas apresentações, na venda de produtos na praça de alimentação, na negociação de locação de terrenos, na busca por licenças para o funcionamento do circo etc. Paralelamente observei os circenses nas mais diversas situações presentes no cotidiano daquele circo.

A descrição das minhas atividades e do cotidiano observado, como já evidente nas transcrições realizadas, foi registrada em diário de campo, conforme recomenda Cavedon (1999, 2001). Para a autora, o pesquisador deve descrever no diário de campo tanto as expressões do grupo investigado quanto seus próprios sentimentos. Para tanto, é necessário que eu tivesse o olhar treinado, sempre atento aos acontecimentos e sentimentos expressos no contexto; em outras palavras, foi preciso estar sempre “com os sentidos à flor da pele” (CAVEDON, 2001, p. 2). Nesse processo, foi inevitável o impacto da minha subjetividade, pois fui eu que selecionei quais acontecimentos eram importantes para compreender as relações de poder e que por isso deveriam ser descritos. Essa característica, por sua vez, reforça uma defesa já realizada nesta tese, quanto à sua falta de neutralidade.

Além da observação participante e do registro do dia a dia no diário de campo, realizei entrevistas semiestruturadas.

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada me permitiu maior liberdade para desenvolver cada situação de entrevista em qualquer direção que considerasse adequada aos objetivos desta pesquisa e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados para falar delas. Alguns assuntos foram evitados, pois mesmo sendo bastante reveladores eles comprometiam os sujeitos de pesquisa em suas relações de poder. As entrevistas foram necessárias para esclarecer pontos que não ficaram claros durante a observação participante, abrangendo somente aqueles circenses com posicionamentos políticos específicos, que me possibilitariam ouvir a multiplicidade de pontos de vista necessária aos objetivos desta pesquisa. Assim, entrar no campo foi algo fundamental nessa escolha. Nesse caso, a princípio, eu considerei todos como potenciais participantes, mas o cotidiano direcionou o meu olhar para determinados sujeitos, conforme preconiza a transcrição abaixo:

[...] a primeira atitude a ser tomada antes de selecionar alguém é envolver-se no campo para observar, conversar e conhecer, de forma geral, as particularidades do contexto em que a pesquisa será desenvolvida (REY, 2005, p. 110).

No trecho acima Rey (2005) mostra como que a experiência no campo de pesquisa indicará ao pesquisador quem são as pessoas que poderão contribuir para a construção da resposta do problema de pesquisa. Assim, como ocorreu nesta tese, a entrada no campo e a posterior escolha dos sujeitos entrevistados me conferiram tempo para programar o contato com os sujeitos avaliados como tendo algo revelador a dizer sobre o cotidiano circense e de preparar formas de aproximação e contato capazes de promover a interação adequada para estabelecer a confiança mútua.

Contrariando as minhas expectativas, alguns circenses se recusaram a participar das entrevistas, mesmo aqueles que durante a minha estadia no campo se mostraram receptivos e curiosos quanto à pesquisa. Lamentei profundamente a recusa de alguns, pois tinham uma capacidade incrível para verbalizar seus sentimentos e falar sobre o cotidiano no circo. Nos encontros diários em torno da atividade circense fizeram revelações profundas e análises que aguçaram o meu entendimento sobre as relações de poder. Em geral, não participaram porque consideraram a entrevista desnecessária, ou porque tiveram vergonha de falar a um ouvinte portando um gravador, ou pelo mais surpreendente, como em um dos casos: por pura coerção do marido. Não era o que eu esperava, tendo isso frustrado minhas ambições, mas ao mesmo tempo fui lembrado de que eu estava agindo em um campo organizado por poderes.

Essa primeira experiência empírica norteou as vindouras. Sendo assim, adotei como parte do método as seguintes medidas: dar aos sujeitos mais liberdade e privá-los da observação contínua; conviver com eles o tempo suficiente para esclarecer fatos importantes ligados às relações de poder, antes que a minha presença passasse a incomodar; participar, na medida do possível, de atividades de produção do espetáculo circense; confeccionar diário de campo e; realizar entrevistas.

Ao todo a construção de dados envolveu mais quatro circos, além desse primeiro, sendo esse número referente à quantidade de experiências que me proporcionaram recriar a mecânica do poder no cotidiano circense. Assim, findada a experiência inicial no primeiro circo, sobretudo após ter notado que a minha presença se tornara indesejável, várias dúvidas persistiram, sendo necessário contatar mais circenses e lhes propor esta pesquisa para, a partir da convivência com eles, compreender mais aspectos ligados às “artes de fazer”. Com esse objetivo, foram pesquisados mais quatro circos, totalizando cinco organizações circenses, estando duas delas no estado de MG e três no ES.

A experiência de convivência com os sujeitos desta pesquisa resultou em cinquenta e cinco dias de observação participante no ano de 2015 e a participação de dezessete entrevistados que tiveram suas falas gravadas em áudio. Devo salientar, entretanto, que apesar de ter usado observação participante e realizado entrevistas, recursos esses do método etnográfico, eu não fiz uma etnografia. Considero ter fugido a diversos princípios essenciais do método etnográfico, pois eles não se ligam ao posicionamento epistemológico que assumi nesta tese.

Em primeiro lugar, porque desde o princípio não quis interpretar o esquema de pensamento dos sujeitos de pesquisa (MALINOWSKI, 1978). Em vez disso, tentei interpretar o modo de vida deles a partir do meu olhar. Em segundo, o meu posicionamento e o meu olhar sobre os fenômenos não ensejavam que eu ultrapassasse o que chamam de “estranhamento” ou “deslumbramento” (MAGNANI, 2009, p. 150). Ora, eu tinha a convicção de sempre ser um estranho, pois a minha estadia no campo não me livraria de aspectos objetivos e subjetivos alicerçados durante os anos de minha existência. Em terceiro, não observei o cotidiano em busca de padrões que pudessem retratar a vida de uma comunidade (MALINOWSKI, 1978). Existem padrões observáveis no cotidiano, mas a princípio eles não configuravam em meus objetivos. Em suma, em vez de um método, preocupou-me fazer uma pesquisa em que eu pudesse ser um “*bricoleur*” e, assim, jogar criativamente com métodos de pesquisa existentes, tendo liberdade para combiná-los para melhor compreender as “artes de fazer” de acordo com a epistemologia pós-estruturalista.

4.3 Decifrando os discursos sobre o cotidiano circense

Os instrumentos para a construção de dados discutidos no tópico anterior produziram dois tipos de dados: relatos presentes no diário de campo e aqueles produzidos a partir das transcrições das entrevistas. Esses últimos foram analisados pensando em discutir as características dos discursos dos dezessete sujeitos entrevistados, identificados na análise de dados por meio de letras associadas a números. Cada letra representa um contexto de pesquisa, ou seja, um circo, e os números designam cada um dos sujeitos.

Para tanto, empregou-se a técnica de Análise do Discurso (AD). A AD, de maneira geral, parte da relação existente entre o nível linguístico e o nível social, revelando-se como uma técnica para compreender os fenômenos sociais por meio da interpretação dos atos

linguísticos (BRANDÃO, 2002). Nessa linha de raciocínio, para Bakhtin (1992, p. 280), “a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. Com isso, a análise da relação entre os níveis linguístico e social é possível porque a enunciação carrega consigo elementos compartilhados socialmente e esses elementos, quando contextualizados, podem revelar parte do nível social que foi subjetivado pelos sujeitos. Essa característica desperta a necessidade de utilização da AD para compreender o social, enfraquecendo a análise estritamente linguística.

Faz-se necessário, nessa análise, direcionar a atenção para as características de produção da linguagem; com isso, é possível compreender aquilo que a AD promete em tom de diferenciação da Análise de Conteúdo (AC). Assim, a AD busca revelar aquilo que não está explícito, mas parte do explícito para compreender os aspectos ideológicos refletidos no discurso e percebidos somente após a análise amalgamada (ORLANDI, 2007). Ainda para Orlandi (2007), a AD tem como principal contribuição, enquanto técnica, a de proporcionar a observação dos modos de construção do imaginário necessário na produção de sentidos. Aliada a essa contribuição mais geral, outra mais específica, ligada ao campo dos estudos organizacionais, é dada por Carrieri, Pimentel e Cabral (2005). Os autores advogam ser por meio dos discursos que as pessoas dão os contornos de suas visões de mundo, de suas significações, de suas representações em relação à gestão de uma organização; ordenam seus valores, coordenam seus comportamentos e reforçam seus papéis e seus laços com a organização da qual fazem parte, sendo o discurso uma fonte rica para a criação de conhecimentos sobre o contexto organizacional.

Algo importante para a análise realizada nesta tese se refere ao conceito de gêneros discursivos. Na concepção de Bakhtin (1992), eles são caracterizados pela relativa estabilidade que os enunciados ganham tendo como parâmetro por esferas de utilização da língua. Assim, mesmo que existam enunciados individuais, consideramos isoladamente, há também enunciados que se assemelham e virtude do contexto de sua utilização. Isso de maneira alguma diminui a variabilidade dos gêneros discursivos, pois à medida que a instância de utilização dos enunciados se torna cada vez mais complexa, ainda mais variados se tornam os gêneros discursivos. Com isso, a Análise Linguística do Discurso proposta nesta tese permitiu identificar os gêneros discursivos utilizados pelos circenses em diversas situações presentes nos cotidianos investigados.

5 PODER E AS “ARTES DE FAZER” NO COTIDIANO CIRCENSE

O circo em sua forma moderna, como os que compõem esta pesquisa, surgiu em 1770 quando o inglês Phillip Astley, suboficial reformado da cavalaria inglesa, passou a se apresentar em provas equestres. Com o decorrer do tempo, Astley ampliou o espetáculo e agregou a ele outras atrações, alternadas às apresentações com cavalos (SILVA; ABREU, 2009). Essa ideia se espalhou rapidamente pela Europa, Japão e Américas, chegando aqui no século XIX e, como consequência, várias famílias de outros países se instalaram no Brasil e, com elas, suas tradições (SILVA; ABREU, 2009).

5.1 A tradição de geração a geração

Desde a chegada ao Brasil as organizações circenses se caracterizam pela mão de obra constituída, majoritariamente, por pessoas de uma mesma família (embora atualmente haja casos em que isso não seja observado). Mesmo assim, algo marcante na organização familiar circense é a transmissão de saberes entre seus integrantes, sendo esse um dos aspectos centrais na tradição circense (SILVA; ABREU, 2009). Segundo Ruiz (1987), a atividade artística circense é uma atividade eminentemente familiar, sendo as habilidades passadas de “pai para filho” e de geração a geração de maneira oral.

Para Souza Júnior (2011), isso se dá porque o conhecimento circense está na memória coletiva da família, que guarda o conteúdo da tradição circense. Para explicar isso, o autor acima citado fez uma analogia desse conhecimento ao falar do bombeiro Montag, personagem do filme “Fahrenheit 451”, de François Truffaut. No filme o bombeiro transmite oralmente o conteúdo de um livro no “país dos homens-livros”, contando para os outros “homens-livros” a história memorizada por ele. Assim como Montag, os circenses transmitem oralmente suas tradições. Contudo, no caso do filme em questão, sempre é contada a mesma história, pois nele as pessoas remetem a textos que não se reescrevem cotidianamente. Já na tradição circense, as histórias se alteram ao longo do tempo, pelo fato de práticas no fazer circense serem substituídas por outras. Sendo assim, a tradição no cotidiano da população de circo não se mostra imóvel ao longo do tempo. Essa constatação difere do conceito de tradição observado em Hobsbawn (1984, p. 10), quando o autor afirma que “o objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade”.

A tradição circense torna as pessoas de circo dotadas de saberes pouco comuns àqueles que não têm o trabalho relacionado ao modo de vida itinerante e à arte circense. Segundo Silva (2009), o conteúdo do saber das pessoas de circo é suficiente para que elas saibam, entre outras coisas, armar e desarmar o circo; executar números; atuar em peças teatrais; viver na cidade; e se locomover pelo território onde os circos são armados. No entanto, para ser considerado circense tradicional não basta viver em circo e ter aprendido os saberes que constituem a tradição circense.

Antes, é necessário ter nascido em circo ou ser filho de pessoas que moram em circo, conforme ilustra o trecho a seguir extraído do diário de campo: “[01] O cara que é tradicional tem que ser nascido de *circo*. Nascer em barraca, mesmo que ele tá, mesmo que não nasça na barraca, nasça em hospital, mas a família dele tá no circo. *Acabou de nascer no hospital e veio pro circo*” [R03]. Nesse fragmento discursivo o enunciador defende, na primeira frase, como única condição para ser tradicional o nascimento no circo. A palavra “*circo*” é usada por ele metaforicamente para significar o que ele explica mais adiante em sua fala. Sendo assim, nascer no circo significa ser filho de trabalhadores circenses. A última frase do fragmento, “*acabou de nascer no hospital e veio pro circo*” revela que o início da aprendizagem dos saberes circenses deve começar o quanto antes. Esse é um ponto importante na constituição do circense tradicional, pois dada a amplitude dos conhecimentos concernentes à atividade circense e o início de sua participação nos espetáculos, desde ainda muito jovem lhe será exigido contribuir, junto à sua família, em atividades ligadas à produção do espetáculo.

Posto isso, o saber circense determina a identidade do sujeito circense tradicional, envolvendo a totalidade da vida dessas pessoas que nasceram em circos. O circo se torna para elas o local da aprendizagem e condiciona o círculo familiar como instância principal de ensinamento e aprendizagem. Por meio desse ensinamento as crianças circenses são condicionadas a viver profissionalmente da arte praticada por seus pais e familiares, restando-lhes poucas opções além de permanecerem nos circos, estando isso intimamente ligado à função do poder em criar, conforme salienta Foucault. Nesse caso, em criar o sujeito circense tradicional. Sendo assim, o início sumário do sujeito circense tradicional no sistema de aprendizagem da arte circense e a relação da família com a arte circense se constituem como meios para controlar as opções profissionais dos tradicionais e, conseqüentemente, agir sobre as ações dos mais

novos. Subvertê-las pode significar abandonar experiências e romper a continuidade da tradição familiar.

Uma forma comum encontrada para inserir os tradicionais desde cedo nas atividades circenses é vestir as meninas de bailarinas e os meninos de palhaços. No entanto, “[02] [...] hoje em dia *nem pode tanto* criança mais entrar no espetáculo. Porque né, *proibiram*, né? Mas, faz uma participação com uma *dancinha*, uma *coisinha* assim pode entrar” [B01]. A expressão “*nem pode tanto*” supõe uma subversão à norma informada pelo enunciador que proíbe a participação de crianças nos espetáculos. Ela foi empregada para suavizar a afirmação de que as crianças trabalham. Essa proibição, explícita no léxico “*proibiram*”, mostra como a tradição circense está submetida a normas criadas em outros contextos, mas pelo imperativo da tradição ela é subvertida, tendo, assim, o caráter astucioso descrito por Certeau. As palavras “*dancinha*” e “*coisinha*” estabelecem entre si relações semânticas de complementaridade sobre qual seria a participação dessas crianças, relacionando-a a danças e pequenas participações.

Com mais idade as crianças circenses tradicionais passam a ter responsabilidades cada vez maiores no dia a dia do circo e iniciam o treinamento de algum número de habilidade. A aprendizagem de números também é importante na tradição circense porque as crianças são vistas como aqueles que darão continuidade ao circo à medida que os mais velhos forem deixando de se apresentar. Essa substituição se dá porque muitos números exigem força física, que com o passar do tempo fada os circenses com mais idade a abandonar o picadeiro. Essa preocupação em iniciar as crianças na arte circense atende também à necessidade de o circo continuar a existir para garantir renda a todos os membros da família. Isso faz dos circenses pessoas que têm “serragens nas veias” (SILVA, 2009, p. 27). Essa expressão é comum em conversas com circenses tradicionais, que a usam como referência ao gosto pelo circo, ao amor pela arte circense, mas, principalmente, pela ligação com o circo desde o nascimento. Segundo Silva e Abreu (2009), a tradição também está ligada à passagem do circense pelo ritual de aprendizagem total do circo, e isso inclui tanto aprendizagem de números quanto de técnicas usadas na manutenção do circo. A passagem por esse ritual mediado pelas relações familiares requer longos anos de vivência e, logicamente, início imediato após o nascimento.

A dualidade entre o tradicional e o não tradicional, no âmbito pessoal, orgulha os que podem ser classificados de acordo com a primeira designação por terem nascido em circo, como

demonstra a fala de um dos entrevistados logo no início da gravação da entrevista feita com ele: “[03] eu autorizo a gravação e uma coisa que já vou avisar pra você: sou tradicional de circo” [R03]. No campo, bastava eu iniciar uma conversa com um circense tradicional para ele se apresentar como tal. Ser tradicional e deixar isso em evidência atesta uma qualidade que nem todos têm e por isso a tradição se torna um meio de diferenciação entre os circenses, que por causa da experiência acumulada os circenses tradicionais são os únicos beneficiários desse sistema de diferenciação, aparentemente intransponível para os nascidos em famílias não circenses.

No interior desse sistema, nitidamente um sistema de poder, há também formas de diferenciação entre os tradicionais. Assim, usa-se frequentemente mencionar quantas gerações a família está envolvida com a arte circense. As gerações têm início a partir do nascimento do primeiro descendente de pais trabalhadores de circo que não possam ser classificados como tradicionais. Quanto maior for o número resultante da contagem das gerações, maior será o prestígio da família e do indivíduo perante a população circense. Algumas famílias por contabilizarem várias gerações são respeitadas, sobretudo, diante a perenidade das organizações comandadas por elas.

Em seu comando as gerações se alternam. Aduz-se disso a necessidade de terem filhos, pois caso contrário será colocada em risco a relação estabelecida entre o nome da família e a arte circense, bem como a continuidade das empresas. Nessa linha de raciocínio, quanto mais filhos um circense tradicional tiver, maiores serão as chances de algum descendente permanecer na tradição circense e dar continuidade à empresa. No caso de famílias circenses com reduzido número de descendentes a continuidade das futuras gerações no circo está seriamente comprometida.

[04] *A gente já tem uma idade*, então não sei se *cinco anos* mais. Três anos mais. Não sei, entendeu? Não sei. [Determinado circense integrante da família proprietária] só tem um filho, porque o circo tem isso: ter *muitos filhos* e nós não temos muitos filhos. Entendeu? *Prá dá sequência* [C02].

Na primeira frase do fragmento discursivo produzido por C02, ele lamenta sua idade avançada por meio da locução “*a gente já tem uma idade*”. Essa apreensão pode ser percebida na sequência, em que o locutor expõe incerteza quando a existência do circo em um horizonte temporal limite de “*cinco anos*”. Tal incerteza é alimentada pelo fato de não terem tido

“*muitos filhos*”, algo considerado pelo enunciador como fundamental para o circo da família continuar a existir. Mas não só isso, pois é comum circenses idosos continuarem a viver com seus descendentes e dependerem da renda obtida com os espetáculos. Nesse sentido, “*dá sequência*” garantiria tranquilidade financeira a todos os integrantes da família que trabalham no circo.

Apesar de comum, o processo sucessório em decorrência do aumento de gerações nem sempre acontece sem conflitos. Isso foi visto em um dos circos pesquisados, onde a gestão do circo estava sendo requerida por um dos descendentes do casal fundador, tendo em vista a importância adquirida por ele na produção do espetáculo. Nesse caso, em especial, apesar de pertencer à família proprietária ele não vislumbrava assumir o gerenciamento do circo e se via como empregado, conveniente ao mecanismo de dominação que o afastava da gerência do circo, como se segue: “[05] filho, neto, mas somos *empregado* deles” [I01]. Observa-se que os laços cosanguíneos por si só não definem uma diferenciação completa em relação à categoria “*empregado*”. Porém, é importante salientar que o enunciador silencia sobre os benefícios usufruídos pelo fato de pertencer à família dona do circo. Nesse sentido, o termo destacado é usado de modo a comunicar que os funcionários poderiam estar localizados em um mesmo nível hierárquico que ele.

Para complementar o tema “sucessão”, ele ainda declara: “[06] *eu não posso investir numa coisa que não é minha*, tá entendendo? Por exemplo, cê tá construindo no terreno dos outro?” [I01]. Por ainda não ter assumido a gestão do circo o enunciador considera que o circo não é seu, sendo essa uma exceção dentre os circos pesquisados. A análise da frase “*eu não posso investir numa coisa que não é minha*” revela a presença do implícito pressuposto de que se o circo fosse dele ele investiria. Assim, para ele, ter a propriedade do circo é fundamental para dedicar-se financeiramente ao empreendimento. Já a frase “*construindo no terreno dos outro*” legitima a decisão de não investir no circo, como também revela que a transferência da propriedade a ele é incerta e caso faça algum investimento poderá perdê-lo. O léxico “*construindo*” remete à constituição de algo sólido, que leva tempo para ser edificado. Ao usá-la o enunciador quer dizer não ter estabelecido com a organização de seus pais um vínculo duradouro, pois eles não possibilitaram ao seu descendente considerá-la como algo destinado às gerações futuras.

De maneira geral, a sucessão no gerenciamento dos circos é marcada pela escolha de um sucessor (do sexo masculino), que por esse motivo, nos circos pesquisados, se excluem as mulheres. Assim sendo, em todos os circos pesquisados não havia mulheres cotadas a assumir a gestão do circo. Desde cedo elas são cerceadas para quando chegarem à maturidade considerarem a gestão como um “lugar” ocupado e a ser ocupado somente pelos descendentes homens. Sendo assim, dadas as condições de sucessão determinadas por um “próprio” regido pelo patriarcado, a tradição circense dispõe como única possibilidade de gerenciamento dos circos circenses do sexo masculino.

Por ser um processo que ocorre ao longo dos anos, a sucessão nas organizações circenses não exhibe suas rupturas, ou marcos claros de mudanças na gestão. Então, de maneira processual e fragmentar, os sujeitos circenses vão sendo envolvidos gradualmente pelas mudanças. Dessa maneira, dia após dia os circenses homens vão habitando o “lugar” destinado a eles, sendo isso reconhecido pelos demais, que compactuam com os desígnios da tradição.

Apesar da pouca idade, 17 anos, ele é ouvido e tem sua opinião considerada. Há alguns dias, quando trabalhava na manutenção do circo os funcionários disseram, em tom de brincadeira, que ele tinha que fazer mais força porque tudo ali seria seu [Diário de campo, 12 de janeiro de 2015].

Em todos os casos pesquisados os homens seriam e foram elevados à condição de donos do circo em detrimento das mulheres, dividindo entre eles este “lugar”. Essa característica patriarcal e discriminatória que as mulheres circenses vivem, pois são retiradas delas várias possibilidades que impediriam a caracterização da preponderância da supremacia masculina no cotidiano circense, restringem a participação delas em várias atividades.

Apesar de essa condição sugerir falta de unidade entre os circenses tradicionais, eles estão unidos em defesa de suas origens e, com isso, demonstraram forte identificação com o grupo ao qual pertenciam e com os aspectos relativos à vida nômade. Em alguns momentos tal demonstração teve como objetivo reafirmar essa identificação, principalmente, diante de pessoas com as quais se relacionavam nas cidades onde os circos foram armados. Essa atitude é também uma forma de resistir àqueles que queiram, por ventura, discriminar de alguma maneira a população circense. Nesse caso, essa unidade mascara os jogos de poder onde as mulheres são subjugadas, talvez por terem a ideia de que devam prezar por algo maior, tido como mais importante que a própria condição de sujeição: a tradição.

O fragmento abaixo é um exemplo de como a unidade serve aos circenses tradicionais como um importante elemento para definir um “próprio” nas relações de poder com outros sujeitos sociais. “[07] [...] Eu *sou de circo, honro meu nome e defendo em tudo quanto é lugar*. A gente sofre um *preconceito*, infelizmente é isso. [...] Eles chamam a gente de ladrão, chama” [R01]. Essa unidade é dada, sobretudo, pelo reforço de características identitárias; a que liga o enunciador com o seu trabalho: “*sou de circo*” e; com a sua família e com sua subjetividade: “*honro meu nome*”. A frase “*defendo em tudo quanto é lugar*” demonstra que a defesa feita pelo enunciador perpassa várias instâncias e, como consequência, mostra a existência de diversos campos de “luta”.

O principal deles é em torno do “*preconceito*” existente e que marca profundamente a relação dos circenses com os cidadãos. São muitos pontos de suas vidas que os separam e os tornam distantes. Dentre eles, existem aqueles relacionados com o modo como os dois grupos se relacionam com o espaço geográfico. Analogamente ao uso por Certeau das metáforas geográficas, “lugar” e “espaço”, as pessoas da cidade (o “outro” para os sujeitos circenses tradicionais) reservam para si um local, por manterem com ele relações diárias e duradouras, podendo ser definido como um “lugar” de poder. De outro modo, os circenses estabelecem com o “lugar” ocupado e defendido pelos cidadãos de modo esporádico e efêmero, tonando-se estranhos àquela organização espacial, ou seja, ao “lugar do próprio” discutido por Certeau. Sendo assim, os circenses têm somente o “lugar do outro” como dimensão espacial metafórica para criar “espaços” durante a temporada.

Em contato com a espacialidade invadida por “forasteiros”, sujeitos de determinadas cidades usam um sistema de diferenciação que provê poder ao tachar os circenses como ladrões. A frase “*eles chamam a gente de ladrão*” mostra como isso acontece, ao localizar os circenses, tomados como um todo, em uma classificação negativa aos olhos do restante da população. Segundo Foucault (2011), as classificações servem ao poder como mecanismos de dominação, ao passo que isola o sujeito, mesmo que não seja em um espaço físico real, cujas dimensões lhe servem como barreiras. Louco, preso ou “*ladrão*” são classificações que definem os elementos de subjetivação para o sujeito se constituir. No entanto, os circenses não agem convenientemente ao oferecimento desses elementos quando sobre eles são feitos julgamentos. Ao contrário, eles “lutam” contra esses elementos e tentam definir a si próprios de outro modo.

Nesse sentido, no fragmento discursivo [07] também está presente o tema “marginalização” contra o qual o enunciador age discursivamente. De igual modo, presente em várias falas de circenses tradicionais, como algo ao qual toda a população de circo está submetida. Aliado a esse tema, coaduna-se o discurso sobre criminalidade, que proferido por pessoas das cidades cria uma narrativa generalizante sobre os circenses. Parte disso resulta, sobretudo, do modo superficial e fragmentar com que a população circense se relaciona com as pessoas da cidade, pois o tempo médio de permanência nela (geralmente duas semanas) não proporciona situações sociais suficientes para desconstruir essa imagem. Nesse caso, de modo geral, as considerações socialmente compartilhadas entre os habitantes de um bairro ou cidade sobre os circenses permanecem inalteradas.

No fragmento discursivo [08] produzido por A01, transcrito abaixo, novamente aparece o tema “marginalização”, contudo, atrelado a outros aspectos que compõe a representação da identidade circense criada pelas pessoas das cidades.

[08] Você chega com o *circo* na cidade, o cara não sabe que tem, igual, pessoa que tem estudo, que tem *formação*, que tem filho formado, entendeu? Igual aqui, por exemplo, minha irmã tem três formados, eu tenho uma formada e tenho outra que forma ano que vem, né? Então, as pessoas não acho que assim, pensam que nós somos *peessoas chulas*. Igual: *roubam uma galinha lá, sumiu uma galinha lá, e veio aqui perguntar se nós não vimos a galinha* [A01].

O emprego da metonímia “*circo*” designa que a marginalização é uma situação vivida por várias famílias circenses, sendo isso uma relação entre o particular e o universal que se constitui como uma abstração quanto à identidade circense. No fragmento discursivo A01 contesta esse julgamento e diz que isso ocorre porque as pessoas da cidade não sabem da existência de pessoas com “*formação*”, sendo esta uma referência à aquisição de conhecimento por meio da educação formal. Porém, o enunciador remete somente às gerações mais recentes como pertencentes ao grupo de circenses formados. Subentende-se disso não haver entre as primeiras gerações circenses formados, que faz com que se lance sobre os demais a consideração sobre serem “*peessoas chulas*”. Em contraste com o tema “marginalização”, surge o tema “educação formal” como um artifício de oposição àquele.

Dar publicidade a formação de circenses é também uma forma de recriar a identidade dos circenses, desvencilhando-os de preconceitos que os definem como criminosos. Diante disso,

dada à educação formal dos circenses, para A01 não faz sentido a ocorrência de fatos como o citado por ele mesmo: “[09] *roubam uma galinha lá, sumiu uma galinha lá, e veio aqui perguntar se nós não vimos a galinha*”.

Contraditoriamente, a educação formal, sobretudo em nível superior, é apontada como algo que fere os interesses daqueles que querem manter a tradição e evitar que as gerações mais novas deixem o circo. Temerários a isso, alguns circenses apontam o estudo como a causa da saída de circenses tradicionais dos circos. Em certa medida, para eles, isso reflete a inserção de mulheres não tradicionais no convívio com circenses tradicionais. Elas, portanto, são acusadas de incorporarem ao dia a dia elementos contrários aos interesses daqueles que pregam a unicidade de todos em torno da atividade circense. Um fato narrado a mim é emblemático quanto a esse aspecto. Nele a esposa de um circense tradicional foi apontada como responsável por incentivar suas filhas a iniciar os estudos em nível superior e fazer com que elas perseguissem objetivos profissionais alhures.

Para meu interlocutor isso se deve ao fato de sua cunhada não ser tradicional de circo, tendo isso favorecido ela a dar uma educação inapropriada para as moças. Segundo ele, seu irmão deixou a educação profissional de suas sobrinhas aos cuidados da esposa, o que não podia ter acontecido, e por causa disso elas estão deixando o circo, uma a uma [Diário de campo, 14 de janeiro de 2015].

Para mantê-las no circo a educação delas deveria estar a julgo de um circense tradicional, pois ele as tolheria considerar qualquer outra possibilidade que não a de continuar no circo, ou ao menos, continuar a trabalhar com a arte circense. Em suma, seria exercido sobre elas um controle mais rígido que evitaria situação semelhante à retratada no extrato tirado do diário de campo. Com esse mesmo propósito, qual seja, delimitar os campos de possibilidade disponíveis às mulheres, outras formas de controle são lançadas sobre elas, como se pode dizer sobre desestimular as solteiras a se relacionarem com pessoas “de praça”³⁵.

Como dito, não se trata de impedi-las de deixarem o circo de seus pais ou familiares, mas, sobretudo, de deixarem de trabalhar com a arte circense, podendo isso ser observado no fragmento discursivo a seguir: “[10] eu tenho minha filha ali, que tá com vinte anos, *pode casar a qualquer momento e ir embora do circo*” [I01]. O fragmento “*pode casar a qualquer*

³⁵ A expressão “de praça” refere-se a pessoas que residem nas cidades ou bairros onde os circos são armados, sendo usada de forma ampla para se referir a todos aqueles que não são tradicionais de circo, ou seja, que não nasceram em circo. Sendo assim, essa expressão é um modo de diferenciação e, portanto, de constituição da própria identidade circense e de exercício de poder.

momento e ir embora do circo” revela como as circenses adicionam certo grau de incerteza à organização circense, que por serem mulheres podem “*ir embora do circo*” repentinamente. Sendo assim, com a intenção de manter a filha no circo, as observações me permitiram identificar que o sujeito de pesquisa I01 tentava manter controle sobre o futuro da filha e, conseqüentemente, da organização circense da qual fazia parte. Para tanto, ele usava um mecanismo de controle baseado na ameaça, intimidando-a, como pode ser visto no extrato a seguir extraído do diário de campo.

Seu pai disse não admitir que ela fuja do circo para se casar com alguém, até porque isso traria ao conjunto familiar problemas de falta de mão de obra para trabalhar nos espetáculos. Ele afirmou, categoricamente, dirigindo-se a ela, que se isso acontecer ela não seria aceita no circo caso desejasse voltar. Falou a ela em tom ameaçador e, com certeza, ela teme se aventurar em um relacionamento fora do circo e com isso prejudicar a relação com seu pai [Diário de campo, 13 de março de 2015].

A partir desse trecho, observa-se a articulação entre o discurso que tenta evitar que as mulheres frequentem cursos superiores com o discurso sobre a definição de aspectos matrimoniais que envolvem as jovens circenses. Quando conversamos sobre esse assunto, observei que manter a filha no circo, além de resguardar a tradição da família de uma eventual descontinuidade, resguarda também o espetáculo da perda de números. Disse o enunciador: “[11] *meus pais tão velhos, minha filha se sair do circo* aí eu... *Como é que vai ficar?* Não sei. *Como é que eu vou tocar um circo?* Eu, minha mulher, meu filho, minha nora e uma criança?” [I01]. Uma constatação, “*meus pais tão velhos*” e uma suposição, “*minha filha se sair do circo*”, ambas feitas pelo enunciador, constituem um cenário diante do qual ele legitima o funcionamento do mecanismo de controle exercido sobre a filha, até porque nada poderia fazer quando à velhice de seus pais.

As interrogações “*como é que vai ficar?*” e “*como é que eu vou tocar um circo?*” mostra como o futuro da organização se tornaria incerto sem a presença de sua filha. Por isso, nos circos pesquisados foi demonstrada uma dependência em relação a cada um dos integrantes das famílias proprietárias. Em relação às mulheres ela se dá, principalmente, na conexão delas com o espetáculo, pois “[12] [...] um espetáculo *sem mulher* é uma coisa. Não existe, né? Pra mim não existe, entendeu? Mulher pra mim é, é *a primeira coisa*, primeira *peça* que tem que ter nele, entendeu?” [B03]. O enunciador ao afirmar não existir espetáculo “*sem mulher*” posiciona as circenses de forma diferente ao espaço ocupado por elas no contexto circense como um todo. Nos espetáculos, ela é a “*a primeira coisa*”. Essa seleção lexical poderia ser

substituída sem perda semântica pela palavra “basilar”. Com isso, tem-se a mulher no espetáculo circense como fundamental. Por fim, o tratamento metafórico dado à mulher, evidente no emprego dos léxicos “*coisa*” e “*peça*”, caracteriza um estilo discursivo dos circenses tradicionais que a toma como um objetivo, ou seja, como uma coisa, uma peça. Essa constatação é reveladora da maneira como a mulher é vista por muitos circenses tradicionais, como sendo uma propriedade e, fundamentalmente, como um objeto, e talvez por considerarem-se dessa forma, as mulheres circenses não exibem reações diante do controle sobre seu comportamento.

Em outra instância discursiva também há indícios sobre o papel da mulher nos espetáculos circenses, descrevendo-a como indispensável, mas, assim como no fragmento [12], também com base na ideia de coisificação que paira sobre elas, como pode ser visto abaixo, na FIG. 3.



FIGURA 3 - Convite promocional de um dos circos pesquisados
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Nela se lê além de “Trapezistas Voadores”, “Equilibristas” e “Malabaristas”: “[13] *Lindas Garotas*”. A presença da expressão “*lindas garotas*” mostra que as mulheres são anunciadas como atrações do espetáculo circense em questão. O uso do adjetivo “*lindas*”, por seu turno, sugere o apelo à beleza da mulher como um artifício com função de tornar o espetáculo atrativo, não sendo observado o mesmo adjetivo, ou assemelhado, nas outras citações igualmente presentes no convite antes dessa.

De mesmo modo, conforme um dos entrevistados, “[14] se você tem uma filha *nova, bonita*, então você vai explorar isso” [C02]. Corroborando com o tema da mulher e de sua beleza como atrações nos espetáculos, nesse fragmento discursivo novamente surge a beleza como

algo a ser explorado, corroborando, portanto, a ideia central presente no convite mencionado no parágrafo anterior. Apesar de as mulheres executarem números que provocam a admiração do público, isso quase nem sempre é mencionado, fadando ela a ser reconhecida por características físicas ou até mesmo somente pelo sexo. Nesse sentido, a exaltação da beleza da mulher é reducionista quanto à sua participação e importância nos espetáculos.

Ademais, chama atenção no fragmento discursivo [14] a menção ao fato de a filha além de ser “*bonita*”, deva também ser “*nova*”. Verifica-se, subjacente a essa consideração, que a mulher é útil ao processo que a explora por um período determinado, ou seja, enquanto não deixa de ser nova. Portanto, quando belas e ainda jovens as mulheres servem aos propósitos do poder exercido sobre elas e, por essa razão, constituem-se em atrações no espetáculo circense. A produção que surge disso pode ser vista a seguir, em trecho tirado do diário de campo.

O ponto alto do espetáculo para alguns homens da plateia é quando as mulheres realizam o bailado, logo no início, todas elas trajando vestes sensuais. Nesse momento, ouve-se vindo da plateia enorme burburinho provocado por grande agitação. [...] Tal coisa é explorada pelos circenses e usada para atrair até o circo pessoas que queiram ver as “*lindas garotas*”, como descrito no convite promocional [Diário de campo, 10 de janeiro de 2015].

O receio quanto à saída de circenses tradicionais dos circos só se dá em relação às mulheres. Como reflexo, não há igual cerceamento do interesse que os homens solteiros tradicionais possam ter por mulheres “*de praça*”, pois “[15] [...] um *filho homem*, *ele vai casar e trazer a menina pro circo*, [...]”. Normalmente se ela [filha] gostar de um outro rapaz *de praça*, ela vai ficar na *praça* porque o cara dificilmente vem pro circo, *é raro*” [C02]. Nesse fragmento discursivo o enunciador deixa claro que ter “*filho homem*” pode significar o ingresso de uma mulher ao grupo circense, sendo isso observável no trecho “*ele vai casar e trazer a menina pro circo*”. De modo contrário, ter filhas significa a possibilidade de saída de integrantes do grupo para se juntar a alguém “*de praça*”. Nesse trecho em destaque e em outro mais adiante o léxico “*praça*” foi usado como metáfora para designar pessoas que não são nascidas em circo, portanto, que não são tradicionais. Esse termo presente no discurso dos circenses constituiu uma maneira muito particular de se referirem às pessoas que residem nas cidades ou bairros onde os circos são montados.

Ao final do fragmento [15] o enunciador emprega da palavra “*raro*” com o objetivo de representar às vezes em que isso aconteceu de modo diferente, ou seja, quando um homem

“*de praça*” foi morar no circo. Em todos os circos pesquisados, como apontou C02, só havia um caso para servir como exceção a esse costume. Uma das explicações para esse fenômeno pode ser obtida considerando as características do trabalho masculino no circo, reputado como “pesado”. Dito de outro modo, caso o homem vá morar no circo possivelmente terá que se sujeitar a tarefas braçais tidas como dispendiosas de grande esforço físico.

É fácil compreender, dada a localização das mulheres nas relações de poder no contexto dos circos pesquisados, a graduação em nível superior e a união com pessoas “*de praça*” como uma forma de escapar à estrutura de dominação à qual estão submetidas. Com isso, em vez de questionar a estrutura e, assim, o exercício do poder sobre elas que as torna subjugadas, as jovens mulheres circenses preferem abrir mão da convivência com a família da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos desde a infância para perseguir outros objetivos profissionais, afastadas da arte circense.

Adicionalmente, a saída das mulheres dos circos e a permanência dos homens podem ser explicadas ao se considerar a predominância dos interesses masculinos em detrimento dos delas. Nesse sentido, as mulheres, talvez por não serem cotadas como candidatas à gerência dos circos no processo sucessório, decidam deixar a vida circense. Trata-se, portanto, de uma produção do exercício de poder sobre elas, que por as subjugarem a instâncias que não sejam de prestígio na gestão do circo, condicionam-nas a deixar a tradição circense. Já os homens, por terem “lugar” privilegiado, preferem continuar no circo e aproveitar as condições oferecidas pela organização do “lugar do próprio”, indubitavelmente a seu favor, pois é por eles definido.

No entanto, a decisão de deixar a vida circense não ocorre em qualquer estágio da vida das circenses tradicionais³⁶, sendo mais comum saírem ainda jovens. Elas deixam o circo assim que se tornam maiores, pois transcorridos alguns anos criam uma dependência financeira com a empresa circense. A partir de então, caso tornem-se dependentes, viver no circo passa a ser a única alternativa ao futuro das mulheres tradicionais. Uma delas confessou ter, por algum tempo, pensado em sair do circo para atender ao desejo da pessoa com quem vive e que não é tradicional de circo. Segundo ela, apesar da vontade de abandonar o trabalho no circo isso não seria possível por dois motivos: por não ter outra experiência profissional além daquela

³⁶ Há casos também da saída de homens do circo, entretanto, isso não foi observado nos circos pesquisados.

adquirida com o trabalho no circo e que, portanto, facilite uma colocação no mercado de trabalho e por achar que não ganhará mais que o lucro obtido por ela com a venda de produtos alimentícios durante os espetáculos. Para ela, o valor arrecadado com as vendas no circo é incompatível, tendo em vista sua superioridade, com o salário de pessoas com baixa escolaridade, assim como ela.

Conscientes do “lugar” privilegiado que ocupam na hierarquia das organizações circenses pesquisadas os homens, ao contrário das mulheres, permanecem solteiros até encontrar alguma mulher “de praça” que queira se juntar matrimonialmente a eles e, com isso, aceite ou queira morar no circo. Para um dos sujeitos de pesquisa, não se deve enganar sobre a ida de uma mulher para o circo estar ligada somente a interesses afetivos. Essa observação serve também para mulheres interessadas por funcionários do circo. Para o entrevistado:

[15] [...] *falar que veio porque gostou do cara, isso não existe*. Por quê? *Você conhece uma pessoa num dia e no outro dia você já quer morar com o cara? Cê tá entendendo como é que é? Então, a vida, que eu gostei de circo, não pode ser isso. Pode até gostar agora, agora prá frente, igual minha mulher passou a gostar. Agora, pô, tem vários motivos, né?* [I01].

Do período “*falar que veio porque gostou do cara, isso não existe*” depreende-se a ideia de haver outros motivos que levam alguma mulher a ir morar no circo que não seja exclusivamente por motivos afetivos. O caráter repentino dessa mudança de vida, presente em “*conhece uma pessoa num dia e no outro dia você já quer morar com o cara?*” é colocado em suspeita pelo enunciador, pois contrário àquilo que algumas mulheres possam usar como justificativa para ir morar no circo, para ele, há outras motivações silenciadas. Tal desconfiança levanta também suspeita quanto à ideia de que a vida no circo seja boa e que por ter essa característica a empresa circense atraia pessoas “de praça”. A rejeição a essa consideração foi feita pelo enunciador no trecho “*não pode ser isso*”. Assim, para o enunciador, o verdadeiro motivo que leva uma mulher a mudar-se para o circo não está nem no fato de ela gostar de um circense, nem por ter interesse em experimentar uma vida itinerante.

Ao final de sua fala, I01 afirma haver “*vários motivos*” para isso. Em outro trecho ele indica claramente quais seriam esses motivos.

[16] Às vezes [a vida que a mulher levava era] muito pior do que no circo. Às vezes tem pai que bate, tem pai que bebe, espanca, quebra as coisa de dentro de casa. Tem pai que deixa faltar as coisa de alimento dentro de casa. Então, às vezes quando vem assim é tipo um refúgio, né? *Querer arriscar tudo que tem pra ver se consegue uma vida um pouco melhor* [I01].

Apesar de serem suposições, as motivações apontadas pelo enunciador foram observadas durante o trabalho de campo. Por conseguinte, as histórias dessas mulheres têm a ver com algumas das situações descritas pelo enunciador. Ao menos, estão ligadas ao tema do circo como “refúgio”, sendo isso algo preponderante na definição das identidades sociais dessas mulheres. No entanto, o enunciador destaca, logo no início do primeiro período do fragmento discursivo selecionado, um implícito pressuposto de que a vida no circo também não seja boa, mas legitima a escolha dessas mulheres ao final de sua fala dizendo: “*querer arriscar tudo que tem pra ver se consegue uma vida um pouco melhor*”. Em um só termo, “*arriscar*”, o enunciador descreve uma situação comum, que na verdade se trata de dramas vividos por elas, pois deixar a vida que tinham, muitas das vezes, significa abandonar laços familiares, profissão e projetos de vida.

Justificadamente, corroborando o entendimento visto no fragmento discursivo anterior, essas mulheres descrevem a mudança de vida usando a expressão “fugir com o circo”. Isso se dá, sobretudo, pelo confronto com seus pais que, na maioria dos casos, opinam contrariamente à vontade delas, como está evidenciado no próximo fragmento discursivo. “[17] [Meus pais] quase *morreram* né. Chamou um *pastor* pra conversar comigo, chamou um *policia* pra conversar comigo” [C02]. Nesse relato, uma circense, que não é tradicional, dá indícios de como a família dela encarou a sua decisão de ir morar no circo. O uso da hipérbole “*morreram*” teve como intuito indicar a não conformidade de seus pais. Além disso, sugere que ficaram desesperados quando isso aconteceu. No entanto, nem mesmo a intervenção de um “*pastor*” e de um “*policia*”, “autoridades” religiosa e civil, respectivamente, a fizeram desistir.

Algumas famílias circenses pesquisadas iniciaram do mesmo modo e em todos os circos havia mulheres que impulsionadas pelo desejo de encontrar um “refúgio” deixaram suas famílias para morar no circo, conforme relato a seguir: “[18] [...] *a minha mãe não era de circo*. Meu pai *roubou* a minha mãe [...] há muitos anos. Meu pai foi lá pra pedir pra casar com ela e meu avô, um italiano muito sistemático, *disse não*” [A01]. A expressão “*a minha mãe não era de circo*” contribui para compreender que o fato de ela não ser de uma família circense tenha

contribuído para o avô de A01 negar o pedido de casamento. Muito disso pelas abstrações que caracterizam os circenses como marginais, mas também pelo fato de a falta de moradias fixas dificultar o contato com os parentes residentes nas cidades. Por fim, o uso do léxico “roubou” e da locução “disse não” reforça a hipótese de que o início da família à qual pertence A01 se deu de maneira não consensual, assim como outros presentes nos circos pesquisados.

Em síntese, notam-se nas famílias tradicionais pesquisadas configurações estáveis que dentre seus reflexos faz com que a aprendizagem da arte circense comece desde cedo, envolvendo as crianças circenses na produção do espetáculo. Do mesmo modo, observam-se os homens, em consequência da tradição e do desejo de continuidade das gerações, ocuparem “lugares” privilegiados na hierarquia organizacional. Diante de tal estabilidade, as mulheres circenses veem como alternativa a esse cotidiano, sublinhado por poderes que a subjulgam, deixar os circos onde nasceram para assumir uma “outra” vida, fora do contexto circense, devendo para isso reconfigurarem seus projetos de vida tornados inconvenientes pelo controle promovido pela tradição. Paradoxalmente, enquanto as circenses tradicionais deixam os circos, por terem seus campos de atuação limitados em demasia, mulheres “de praças” fazem o movimento contrário, deixando suas vidas para seguir com circos.

5.1.1 *Pesos vivos*

Uma das marcas principais da identidade do circense tradicional é ter conhecimento amplo sobre os vários aspectos que envolvem o trabalho no circo. Essa característica é construída a partir do seu nascimento, quando ele passa a ter contato desde muito cedo com o trabalho desenvolvido por sua família. Essa, que por sua vez, transmite a ele conhecimento variado o bastante para saber fazer quase tudo em uma organização circense, seja na montagem da estrutura ou na execução de números. Esse conhecimento cotidianamente construído é como a mesma intensidade demandado, pois é exigido dos circenses tradicionais se envolverem nas atividades desenvolvidas, exceto naquelas delegadas momentaneamente a funcionários. Assim, todos os integrantes dos circos pesquisados contribuía de alguma forma na produção do espetáculo, pois no

[19] [...] circo não tem *peso morto*. Ou você faz *qualquer coisa para o circo*, você vende pipoca, você vende refrigerante, você vende qualquer coisa. Você tá ali no circo, você é considerado como um do circo. *Não importa qual serviço você faz* [...] [C03].

A metáfora “*peso morto*” presente no fragmento acima é frequente no discurso dos integrantes das famílias proprietárias. Observa-se no discurso de C03 a ligação dessa metáfora com o trabalho no circo, podendo ela ser decomposta em duas partes para facilitar o seu entendimento. Analisando-se somente o léxico “*peso*”, observa-se a sua relação com algo que possa ser carregado, mas com algum grau esforço, estando essa parte da metáfora relacionada ao transporte, nas mudanças, de tudo o que compõe o circo, tanto a parte estrutural quanto os pertences de cada um dos circenses. Completando a metáfora, o enunciador usa do termo “*morto*” para significar algo inanimado, sem vida, usando para isso uma característica própria de seres vivos. Sendo assim, a análise conjunta dos léxicos “*peso*” e “*morto*” relaciona a metáfora à ideia de que todos no circo tenham que ter uma função para serem levados com o grupo, ou seja, serem transportados.

Assim sendo, o circense deve fazer “*qualquer coisa para o circo*”, pois estando no circo ele deve contribuir desempenhando alguma atividade, tendo em vista a carga de trabalho à qual os circenses estão submetidos e também como forma de compensar o esforço para transportá-lo. Nesse sentido, a frase “*não importa qual serviço você faz*” denota que todos, independente se artista ou não, devam contribuir em algum serviço que esteja precisando de ajuda. Essa contingência é comum no período da montagem do circo, quando a situação obriga os desocupados momentaneamente a ajudarem. Como exemplo disso, observei mulheres trabalhando na montagem, o que é incomum tê-las nesse tipo de trabalho. “Como estava muito pesado para nós, as mulheres do circo nos ajudaram” [Diário de campo, 17 de julho de 2015]. A causa desse efeito é, sem dúvida, a prática panóptica de vigilância, que impede os corpos de ficarem parados diante de tanto trabalho. Com isso, principalmente nos dias de grandes esforços, as pessoas se mantêm a vista e realizando qualquer tarefa que seja. Afinal, ninguém quer ser um “*peso morto*” e, portanto, todos encontram um jeito de serem produtivos, ou seja, de serem “*pesos vivos*”.

Do poder que obriga os circenses a serem produtivos, nem mesmo crianças e idosos escapam, como demonstra o fragmento abaixo.

[20] [...] não é porque ela tá *velha* ou é porque ele é *novinho demais* que ele não tem *utilidade* [...], é o caso do [...] meu filho. Ele faz falta no espetáculo. Ele tem seis anos. Quando ele tá aqui, ele alivia a gente. Ele entra na borboleta. Ele entra numa palhaçada, que vai dar um “*upgridezinho*” no espetáculo, entendeu? Ele dá um recado, ele vai lá e ele volta aqui. Então faz falta, não é? O funcionário do circo ele

não tem um *limite de idade*, não tem. Você é novo demais, não! Você é novo demais pra bater marreta, mas pra fazer uma outra coisa, não é! [C01].

No início do fragmento discursivo selecionado a palavra “*velha*” surge em contraste com o termo “*novinho demais*” e em conjunto designam que independentemente da idade dos circenses todos eles têm uma “*utilidade*”. Parafraseado Foucault (2011), o poder torna os corpos úteis, sendo isso também uma realidade no contexto circense. Sendo assim, C01 revela não haver “*limite de idade*” para alguém ser útil, em outros termos, ser considerado um trabalhador circense. Com isso, ele reforça o tema “ser útil” como uma condição à que todos devem se submeter. Em relação ao filho, C01 diz que ele “*é novo demais pra bater marreta*”, mostrando que as funções do trabalhador circense se alteram levando em consideração as condições físicas e habilidades de cada um, fortalecendo assim, a ideia de que o circense vive de maneira contínua um ciclo de aprendizagem, abrangente o suficiente para fazer dele alguém com habilidades múltiplas, até que seja capaz de armar o circo e executar números.

Ao chegar à velhice o circense tradicional, que desde a infância foi acompanhado por mudanças de ofício, passa a ocupar funções bastante específicas. Nos circos pesquisados essas pessoas trabalhavam nas bilheterias ou nas lanchonetes. Também eram conselheiras em diversos assuntos, guiando, dessa forma, o comportamento dos mais novos. Com isso, às vezes visivelmente debilitados, muitos deles trabalhavam mesmo após a aposentadoria, o que ratifica a não existência de “*peso morto*” no circo. Nesse sentido, o trabalho e a utilidade findam-se quando não há mais o que se possa fazer, ou seja, com a chegada morte.

A necessidade de ocupação e conseqüente contribuição para a produção coletiva do espetáculo faz do circense tradicional um trabalhador com habilidades que só podem ser aprendidas ao longo de vários anos através do compartilhamento de saberes. Em cada uma de suas tarefas observam-se tecnologias desenvolvidas e usadas por seus antepassados. O mesmo não se pode dizer sobre alguém que não é tradicional de circo, pois em comparação com os tradicionais pressuponho terem pouca experiência. Diante disso, quando se trata de executar tarefas especializadas e ligadas, principalmente, aos números, são os circenses tradicionais, ou os integrantes da família proprietária que as realizam, conforme a FIG. 4. Ela retrata três integrantes da família proprietária montando um equipamento para execução de número aéreo. Ao lado, à esquerda da figura, um contratado apenas os observava.



FIGURA 4 - Trabalho realizado por integrantes de umas das famílias proprietárias
Fonte: Arquivos de pesquisa.

As gerações carregam consigo os nomes das famílias e isso atesta se o indivíduo tem ou não conhecimentos variados e habilidades múltiplas necessárias para trabalhar no circo e se são capazes de atuar em diferentes áreas. Desse modo, em um agrupamento circense os que são descendentes da família proprietária ocupam posições privilegiadas na hierarquia e, por meio dela, exigem obediência a contratados. O comando, portanto, exerce-se por meio de relações de poder que têm a tradição circense e o consequente acúmulo de conhecimento como instrumentos de poder.

5.1.2 *Um título de poder: os barões do circo*

Em um dos circos pesquisados um dos sujeitos pareceu-me, pelo menos por conta de nome como era chamado, como representativo do papel exercido pelos donos de circo e seus familiares nas relações de poder no cotidiano circense. Ele, fundador e proprietário do circo, era chamado por todos de “Barão”. Quando ouvi essa designação pela primeira vez eu não tinha a dimensão adequada de como eram essas relações nas organizações circenses. De quem eu a ouvi disse-me também ser uma referência a um personagem do filme “Os Saltimbancos Trapalhões”, de 1981. No filme, “Barão” era o dono do Circo Bartolo.

Assim como no filme, nos circos pesquisados as relações de poder eram “lugares” governados pelos interesses dos donos de circo e de seus familiares. Para tanto, o contexto circense era constituído por campos de possibilidade delimitados por regras criadas por eles e, como se poderia esperar, em benefício desses dois grupos. Legitimadas pela propriedade dos circos, pelo grau de parentesco com a linhagem proprietária e pelo conhecimento adquirido ao longo

dos anos, os integrantes das famílias proprietárias, por meio de regras, disciplinam o comportamento dos funcionários.

[Pesquisador: Quais são as regras do circo, dessa vida aqui do circo? Existe alguma regra que tem que ser cumprida, como é que funciona?]. Entrevistado: [21] Regras? Bom, assim, regra passada pra mim não foram, mas eu tenho pra mim o seguinte: *obedecer aqueles que são superiores a mim [...] os donos do circo... [...] o gerente né? [...] O que eles mandarem eu fazer eu vou fazer, independente se está certo ou não. É eles que estão mandando* [A05].

Apesar de a A5 não ter sido dada nenhuma instrução quanto a quem ele deve obedecer, ele consente que seja aos “superiores”, aos “donos do circo” e ao “gerente”. Essa obediência remete ao plano interdiscursivo da gestão das empresas de mercado, em que o funcionário deve atender às ordens de seus superiores. No entanto, há por parte de A05 uma obediência cega às ordens vindas de estratos superiores, fazendo com que ele execute algo “*independente se está certo ou não*”. Essa expressão remete a um implícito pressuposto de que mesmo o contratado sabendo que está fazendo algo errado ele o fará por dever obediência irrestrita a quem é, em relação a ele, hierarquicamente superior. Afinal, são “*eles que estão mandando*”. Nesse caso, o enunciador refere-se às personagens “superiores”, “donos do circo” e “gerente” como aquelas que na visão certeuniana ocupam o “lugar do próprio” em relação ao funcionário, ou seja, de onde partem as diretrizes que organizam as relações. A passividade observada diante das ordens que lhe possam ser dadas corrobora a ideia de, nesse caso, não haver chance aparente para subversão. Assim, o enunciador diz agir convenientemente aos interesses do poder.

Com isso, os possuidores do sobrenome da família proprietária podem dar ordens de execução de tarefas e esperam que não sejam questionados por isso. Dito de outro modo, na hierarquia circense não é permitido ao funcionário questionar alguém da família proprietária, por qualquer que seja o motivo. Enquanto eu trabalhava na montagem de um dos circos pesquisados uma discussão me deu a prova cabal disso. Na sequência de “xingamentos” proferidos a um dos funcionários, um integrante da família proprietária que participou da discussão o humilhou, dizendo que ele é dono do circo e que funcionário deve obedecer às ordens sem qualquer questionamento.

O circense proprietário discutiu por vários minutos com o funcionário sem que da outra parte houvesse qualquer tipo de enfrentamento. Dada à situação conflitante, existia claramente a

possibilidade da ocorrência de agressão física entre eles. Tudo transcorreu para esse desfecho. Ao final da discussão o circense da família proprietária disse ao funcionário: “por isso que não deu certo no [outro] circo. Respondão de filho de dono de circo” [Diário de campo, 16 de julho de 2015]. Sendo assim, o funcionário errou se levadas em consideração as regras que regem as relações entre funcionários e integrantes da família proprietária. A despeito da brutalidade com a qual o funcionário foi coagido, desse episódio o que mais me surpreendeu foi a forma pacífica como ele se comportou diante de tudo aquilo.

Em vez de confronto, dada à divergência de opiniões, minutos depois da discussão o que se sucedeu foi uma reação de conformidade e arrependimento de ter entrado em conflito com o circense da família proprietária. Certamente temeu ser despedido naquele mesmo instante. Afinal, para onde ele iria? Sobreviveria de qual renda? Sendo as respostas a esses questionamentos desfavoráveis a ele, mesmo diante do ocorrido, restou-lhe apenas aceitar as condições de submissão impostas para que a relação de trabalho continuasse.

Em outro circo pesquisado presenciei discussão semelhante, sendo a recorrência desses episódios sentenças que descrevem as organizações circenses como locais onde a disputa transcende a cordialidade e o respeito mútuo. Assim como na situação descrita anteriormente, um integrante da família proprietária discutiu com um funcionário, pois estimulado pela minha presença falou sobre como é o trabalho no circo e como um funcionário deve se comportar, constrangendo aquele que naquele momento estava próximo a nós, conforme descrito no trecho abaixo.

Enquanto o funcionário estava dentro do baú do caminhão tirando os tablados e dando-os em nossas mãos para os colocarmos no carrinho de transporte, [o integrante da família proprietária] disse que o trabalho tem que ser realizado de acordo com suas ordens, caso contrário o funcionário tem que pedir demissão. Disse isso diretamente ao funcionário, causando em mim enorme constrangimento. Parecia uma briga de apenas uma das partes, tendo em vista que o funcionário disse apenas o necessário [Diário de campo, 29 de abril de 2015].

A maneira como os integrantes das famílias proprietárias dos circos observados se relacionam com os funcionários é, em todos os casos, bastante intimidadora. Da mesma maneira como o faz o “Barão” no filme mencionado. Com isso, torna-se necessária a criação de mecanismos de controle social para que o funcionário não se rebele contra os donos dos circos e deixe a organização circense. O trecho abaixo revela como funciona um desses mecanismos, estruturado para manter o único funcionário do circo.

[22] Meu pai, o jeito dele é antigo, vamos dizer assim. É o *jeito bruto, antigo, que batia no funcionário*. Antigamente eles pegavam o funcionário de pau. [...] *Hoje já não rola, né?* Então assim: e eu sou mais *o vaselina* e ele é mais *o estourado*. Ele vai lá quebra o cacete com o [funcionário] lá, briga. Aí eu chego e “pô cara, você também, cê vacilou ali, pô, sabe que isso aí tá errado, tal”. Você tem que intermediar, mas não significa que tá me agradando, não me agradou, mas eu não posso expor os meus sentimentos, né? Então, eu tenho que ter um *jogo de cintura* ali porque senão eu fico *sozinho* aqui. Não é um *serviço fácil* [C01].

No fragmento discursivo acima C01 remete a um tempo passado em que os funcionários eram agredidos fisicamente pelos donos de circo e que seu pai, por ter “*jeito bruto, antigo, que batia no funcionário*” pertence a esse período passado. Assim, ele revela que houve um período da história do circo no Brasil em que as relações de trabalho não se restringiam somente às ofensas verbais, tendo sido esse contexto ainda mais violento em relação àquilo que eu havia observado. Sendo assim, naquele tempo o “lugar do próprio”, ocupado pelos donos de circo, era protegido por formas de coerção menos sofisticadas, cujo corpo era onde se inscreviam as marcas do exercício do poder.

Ainda segundo C01, como mostra o fragmento [22], as agressões físicas já não são mais praticadas, contudo, por diversos momentos, em discussões, houve ameaças à integridade física dos funcionários. A referência à suposta passagem desse tempo se dá pela locução “*hoje já não rola*”, no entanto, essa nova situação se reporta mais a uma exigência atual, do que propriamente do reconhecimento de que se trata de uma forma desajustada, do ponto de vista da civilidade, de solução de conflitos.

Atualmente, em vez de agressões físicas, os donos de circo preferem agressões verbais vexatórias para a dissolução das divergências nas relações de trabalho. Mesmo assim, como pude vivenciar, não são menos desproporcionais à forma como alguém deva ser tratado. Esse reconhecimento foi feito de forma subentendida por C01, quando disse ser “*o vaselina*” em contraposição ao “*o estourado*”, representado por seu pai. O primeiro léxico da contraposição foi usado por ele metaforicamente para expressar um modo de lidar com o funcionário diferente ao usado por seu pai, sendo sua característica principal não entrar em conflito claro e direto com ele. Nesse sentido, o conflito direto e as agressões constituem o modo “antigo” de gerir as relações conflituosas com os funcionários. Mesmo opondo-se a esse jeito apontado como sendo de seu pai, o enunciador não demonstra reprovação quanto à atitude do seu

genitor. Em vez disso, prefere não expor seus sentimentos e, assim, ter uma postura calculista junto ao funcionário.

Com isso, a oposição de comportamentos refletida no modo como os integrantes da família proprietária tratam o funcionário preserva-o no circo. Esse mecanismo de controle o C01 chamou de “*jogo de cintura*” e tem como função evitar, portanto, que fique “*sozinho*”. Caso esse mecanismo, ou outro qualquer não fosse empregado, o funcionário deixaria o circo e os familiares donos dele não teriam alternativa se não armarem eles mesmos a estrutura, sendo essa uma tarefa que eles tentam evitar por não ser “*serviço fácil*”. Diante desse comportamento, menos bruto, o funcionário encontra no filho do fundador uma suposta compreensão, alinhando-se às exigências requeridas de modo menos grosseiro, portanto, mais civilizado. No entanto, não menos destituído de poder.

Assim, como tratado por Foucault (2011), quando o autor diz sobre meios de controle mais sutis em substituição à inscrição do poder no corpo do prisioneiro, observa-se no fragmento discursivo produzido por C01 uma substituição dos mecanismos punitivos no contexto circense. Como não se pode mais bater no funcionário, deve-se agir do seguinte modo: “[23] [...] você tem que, tem que se *impor*. Você tem que *mostrar* que você é o *chefe* e ele é o funcionário. *Eu não sou autoritário* [...]” [C01]. Por esse ângulo, a imposição é usada como meio para atentar o funcionário para a localização do “*chefe*” em um “lugar” privilegiado, ou seja, no “lugar do próprio” na visão ceriteuniana. Isso faz com que haja manutenção do “lugar”, sendo esse recurso necessário sempre quando há ameaças à estabilização do poder, conforme descrito por Certeau (2012a). Porém, o enunciador ao declarar “*eu não sou autoritário*”, contradisse-se, levando em consideração o uso dos léxicos “*impor*” e “*mostrar*” presentes em seu discurso. Adicionalmente, é interessante notar sua tentativa de dissolver a própria imagem, de controlador nas relações de trabalho.

Com base nisso, a população dos circos pesquisados é dividida em grupos com delineamentos claros e hierarquicamente distintos, o que possibilita verificar uma contradição. Nessa linha de raciocínio, apesar de integrantes da família proprietária e funcionários morarem tão próximos, eles estão distantes em termos de posições ocupadas nas relações sociais que, segundo Foucault (2012), são sempre relações de poder.

A AD feita nesta parte deste capítulo concentrou-se em examinar fragmentos discursivos em torno de alguns temas notáveis diante dos objetivos desta pesquisa e da leitura das entrevistas tendo, ainda, como arcabouço analítico as considerações de Foucault, sobre as relações de poder, e as de Certeau, sobre as “artes de fazer”. Dentre os assuntos, elucidei pontos importantes para compreender aspectos relacionados à tradição circense (item 5.1), aos modos de participação no trabalho de produção dos espetáculos (item 5.1.1) e ao “lugar” ocupado pelos donos das organizações circenses e seus familiares no cotidiano dos circos (item 5.1.2).

Em síntese, destaca-se na análise a autodenominação que os sujeitos circenses fazem sobre si para se dizerem “tradicionais”. Essa denominação contrasta com a daquele que em virtude de não ter nascido em circo não possa fazer sobre si, mas, principalmente, não pode ser assim considerado. Essa forma de diferenciação confere aos “tradicionais” a organização de um “próprio”, conforme descrito por Certeau (2012a), ao passo que possibilita ao detentor dessa denominação exercer poder sobre os demais, conforme descreve Foucault. De modo semelhante, também se encontra a referência às gerações, que nos circos pesquisados servem como qualificador que dirá sobre a tradição da família na arte circense. Quanto maior ela for, mais conceituada é a família, o que torna seus componentes orgulhosos disso e assim se justificam como ocupantes de um “lugar” (de poder) privilegiado em comparação aos não tradicionais.

Outro aspecto importante discutido versa sobre o sistema criado pelos circenses para que eles se alternem na gestão dos circos por vias sucessórias. Nesse processo, os homens se beneficiam por um “campo” estruturado, no sentido certeuniano, para que eles possam assumir a gerência em um momento oportuno. Sendo assim, o exercício do poder descrito por Foucault (2011) age sobre as mulheres tradicionais e as afasta desse “lugar” de poder, determinando o campo de atuação delas e fazendo com que deixem os circos em virtude da profissionalização em outra área, que não a circense, ou em consequência de matrimônios com pessoas “de praça”. Em suma, os discursos sobre a sucessão nas pequenas organizações circenses fadaram as mulheres, por meio do exercício de poder, a criarem outros objetivos, afastando-as de suas famílias e, conseqüentemente, da arte circense, que desde muito novas tiveram que apreender em virtude de outro propósito.

Interessante notar, também, como nos circos pesquisados a sensualidade é adjeta ao espetáculo, em um contexto em que as habilidades artísticas dividem a cena com as “lindas

garotas”. Por esse motivo, nos discursos dos circenses tradicionais as mulheres são denominadas como objetos e ganham notoriedade no convite promocional, como demonstrado, ou nos anúncios feitos em carro de som. Nesse sentido, algo a servir de atração, que por seu turno deixa de lado outras características da participação feminina na produção e constituição do espetáculo circense. Portanto, a mulher no discurso circense é reduzida às suas características físicas e se tornam ainda mais produtivas, do ponto de vista do exercício do poder, conforme descreve Foucault (2011), quanto mais bela for e, conseqüentemente, quanto mais suspiros conseguir “arrancar” dos espectadores.

A esse quadro algumas mulheres juntam-se voluntariamente, pois não têm a devida consciência de sua participação no sistema criado para, dentre outras coisas, subjugar-las. Contudo, a análise do discurso circense mostrou que os tradicionais veem a ida de algumas mulheres “de praça” para os circos como “fuga” de uma realidade externa ao circo à qual estão insatisfeitas. Para eles, as mulheres que decidem morar nos circos não são motivadas apenas pelo desejo de constituírem um matrimônio com algum circense, mas, sobretudo, para abandonarem situações socioeconômicas ainda piores àquelas que passaram a experimentar vivendo nos circos.

Práticas discursivas também foram observadas para combater o tema da “marginalização”. Assim, movidos por aspectos identitários que conspiram contra a decência de todos que trabalham em circo os circenses promovem ações discursivas para romper com o que para eles é um estigma criado pelo “outro”, ou seja, pelos “de praça”. Porém, a análise mostrou também que isso, em certos momentos, é uma prática inserida no cotidiano pelos próprios circenses com o objetivo de se tornarem “vítimas” e, assim, conseguirem benesses daqueles que ocupam o “lugar do próprio” na regulamentação do funcionamento dos circos. Nesse sentido, a luta contra o tema “marginalização” e a sua constituição promovida pelos próprios sujeitos circenses se apresenta como um paradoxo no cotidiano circense.

Igualmente presente nos cotidianos circenses investigados está a necessidade de que todos nos circos, independentemente se crianças, jovens, adultos ou idosos, tenham alguma participação na produção do espetáculo circense. No cotidiano circense isso se torna uma obrigatoriedade instaurada pelo exercício de poder dos integrantes das famílias proprietárias. Essa necessidade se dá por duas características intrínsecas aos pequenos circos investigados: a necessidade de mudanças constantes e, por isso, terem consigo somente o indispensável e; a grande carga de

trabalho em algumas fases da produção circense. Esses aspectos alimentam o exercício do poder sobre os circenses, transformando-os em produtivos de acordo com a organização promovida por um “próprio” na concepção cersteuniana. Diante dela, os circenses devem tornar-se “pesos vivos”, pois no circo, segundo a metáfora usada por um dos sujeitos de pesquisa, não há “peso morto”.

Por fim, foram discutidos aspectos relacionados a conceitos tratados por Certeau (2012a), sobre o “lugar” de poder ocupado pelos donos dos circos e seus familiares. A partir desse lugar, de acordo com Foucault (2011), eles governam a vida dos funcionários, usando para isso elementos coercitivos para tornar os corpos dóceis e empregá-los com a máxima eficiência nos afazeres cotidianos e de acordo com os interesses daqueles que detêm os meios de produção circense; ou seja, que nas relações de poder ocupam um “lugar” privilegiado. Essa forma de agir é uma das principais influências na constituição do sujeito funcionário circense, devendo ele ser submisso e, portanto, não esboçar qualquer tipo de reação àquele que ocupa o “lugar do próprio” nas relações de poder. Com isso, ou seja, na relação entre os integrantes das famílias proprietárias e os funcionários, encontrei a forma mais exasperante do exercício de poder nas organizações circenses investigadas, qual seja: histórias de agressões físicas. Nessa forma, o exercício do poder se mostrou visivelmente opressor e muito próximo de quando o corpo era onde ele se inscrevia o poder, como descreveu Foucault (2011).

5.2 Trabalho e as tessituras cotidianas dos funcionários circenses

Os pequenos negócios circenses de constituição majoritariamente familiar, como as pesquisadas, são habitados por dois grupos de pessoas que se diferenciam em vários aspectos. De um lado donos dos circos e integrantes de suas famílias e do outro funcionários contratados. Ambos trabalham em conjunto na produção do espetáculo circense, embora haja independência dos primeiros em relação aos segundos, pois na falta de funcionários os integrantes da família proprietária, em quase toda a sua composição circense tradicional, têm conhecimentos suficientes para armar o circo e realizar números.

Apesar disso, os circenses da família proprietária preferem se dedicar aos números e a outras atividades consideradas de maior prestígio ou que os coloquem em evidência. Por esse motivo, eles recorrem à contratação de funcionários para que possam destinar a eles as tarefas desprezadas, como armar o circo, lavar a lona, cavar fossas, limpar o circo e etc. Isso é tão

comum que em todos os circos pesquisados havia funcionários contratados. Diante desse cenário, torna-se importante estabelecer quem são essas pessoas, o que elas fazem, quanto ganham e como se inserem nas relações de poder nos circos pesquisados.

5.2.1 *(Auto)constituição dos funcionários circenses*

Não há um perfil que possa representar adequadamente o funcionário de circo, pois durante as observações foi possível verificar uma diversidade de características em torno dele. No entanto, algumas histórias se assemelham e juntas ajudam a contar sobre essa categoria de mão de obra e como os sujeitos nela inseridos se (auto)constituem por meio de processos de subjetivação. Para efeitos de construção deste tópico, considero funcionário de circo todos os sujeitos não pertencentes às famílias proprietárias e que exercem alguma atividade laboriosa nas organizações circenses. Alguns deles trabalham em circos desde a adolescência. Como exemplo, um dos sujeitos desta pesquisa, incluído nessa categoria de trabalhador, iniciou no mercado de trabalho circense quando tinha apenas 14 anos e no momento da pesquisa, com 24 anos, já havia completado, portanto, 10 anos de venda de sua mão de obra a organizações circenses.

No princípio, muitos desses trabalhadores se sentem atraídos pelo modo de vida itinerante e pela vontade de conhecer outras cidades e regiões do país. Embarcam em verdadeiras aventuras, quase sempre sem o consentimento de seus pais. Para evitar que os filhos deixem suas casas esses pais fazem o possível para impedi-los, sendo em vários casos acionada a polícia e os conselhos tutelares. Essa situação se assemelha à “fuga” de mulheres com circos, conforme já descrito neste trabalho. Para os pais desses adolescentes, a ida do filho para o circo é reprovada por causa da imagem que as pessoas das cidades têm em relação às organizações circenses, vistas como sinônimo de precariedade, mas também pelo pavor de que a itinerância, intrínseca aos circos, afaste esses trabalhadores de suas famílias para sempre.

No entanto, deixar a família para seguir com o circo é uma forma de deixar o destino, em muitos casos, ligado a uma possível criminalidade. Infelizmente, a convivência com os contratados me revelou exatamente esse aspecto, pois muitos deles relataram condições

sociais desfavoráveis que os posicionavam, quando viviam com suas famílias em cidades, à margem do mercado de trabalho e do sistema educacional.

[23] Se eu tivesse do *lado de lá* eu ia envolver no *crime*. [...] Agora, se eu tenho *educação* não foi pela família nem pela escola. Eu não tenho estudo cara. Eu estudei até o *quarto ano*. Tirando disso eu acho que foi a *escola do mundo* que me ensinou cara [A03].

O enunciador A03 ao usar a locução “*lado de lá*” releva uma polarização que opõe a sua vida atual, no circo, à outra, em que as circunstâncias o levariam a se envolver com o “*crime*”. Sendo assim, ir para o circo foi uma forma encontrada por ele para se livrar da criminalidade, ou ao menos, levou-o a isso. Ele também afirma ter “*educação*”, mas diz não ter estudo. Essa contradição mostra que ele é educado no sentido de saber viver socialmente e que por ter cursado até o “*quarto ano*” considera ter pouco tempo de educação formal. Em sua fala, ele exclui a própria família e a escola no processo que fez dele alguém educado, e menciona a “*escola do mundo*” como responsável por seu aprendizado. Nesse sentido, o enunciador considera que foram as suas experiências de vida que o ensinou, fazendo delas sua lente para ver o mundo.

Assim como A03 outros contratados revelaram durante a pesquisa experiências semelhantes. Nos circos, esses trabalhadores são acolhidos e inseridos em um sistema produtivo que lhes confere algum reconhecimento enquanto trabalhadores, uma pessoa que tem trabalho e até profissão. Apesar de geralmente chegarem jovens ao circo, é comum dentre esse grupo a existência de sujeitos que perceberam o trabalho na organização circense como uma possibilidade de inserção anos mais tarde, já tendo passado da adolescência. Em alguns casos já com família constituída. Nesse caso, essas pessoas são impelidas ao trabalho circense por consequência, sobretudo, da exclusão econômica, pois a baixa escolaridade de muitos deles impede uma colocação no mercado de trabalho fora dos circos. Em exceção, uma família composta por pais e duas crianças literalmente fugiram com o circo para se livrarem de condições sociais que submetiam todos eles ao risco de morte.

A despeito da metáfora “fugir”, em se tratando de funcionário circense ela pode significar situações próximas ao sentido denotativo da palavra. Assim, para essas pessoas o trabalho no circo é uma alternativa que lhes permite aproveitar a condição de itinerância da organização circense para não terem destino certo e, portanto, não serem encontradas. Esses casos, assim

como tantos outros que vieram ao meu conhecimento, descrevem a organização circense não só como um local de pessoas com habilidades artísticas, de tradicionais de circo ou de pessoas que, de modo geral, queiram a ela vender sua mão de obra, mas também de pessoas refugiadas de seu passado e em busca de um futuro melhor para si e seus familiares.

O primeiro contato dessas pessoas com o trabalho no circo se dá na montagem ou na desmontagem do circo, pois é nesse período em que a necessidade de mão de obra é maior, sobretudo de mão de obra não qualificada cujo ofício nessa parte do trabalho consiste em seguir ordens simples de execução de uma sequência de tarefas. Assim, é comum, logo após a chegada de um circo a uma cidade, ofertar emprego àqueles que queriam trabalho temporário na montagem. Dos que vão ao circo oferecer sua força de trabalho, alguns decidem seguir com ele e, como no caso de vários sujeitos de pesquisa, trabalham anos a fio sem jamais voltarem para casa.

No entanto, a mão de obra para trabalhar nos circos como funcionário está bastante escassa e isso se dá, principalmente, pela disponibilidade de mudanças que o candidato ao emprego tem que ter, mas também pelas precárias condições oferecidas a esses trabalhadores. Diante disso, o contexto do trabalho circense, que envolve os funcionários, faz de pessoas em situação de vulnerabilidade social seus melhores candidatos. Sobre a contratação de trabalhadores braçais um dos entrevistados disse:

[24] Às vezes [o candidato] *bate na porta*, às vezes você tem um *lugar certo*. Eu tô sozinho no circo eu vou onde? Eu vou no *albergue*. Albergue seis horas da manhã. Eu encontro dez caras lá, setenta reais a diária e em um dia eles montam o meu circo [C01].

No período inicial da primeira frase a expressão “*bate na porta*” revela um modo muito comum de como se dá o início do trabalho como funcionário em organizações circenses, quando pessoas passam diante do circo e oferecem sua mão de obra. Quando isso não acontece, o enunciador se dirige a um “*lugar certo*”, o “*albergue*”. Em certa medida, esse subterfúgio para se conseguir mão de obra possibilita que haja entre os funcionários circenses semelhanças, que os unem pela exclusão econômica e/ou social. Desse modo, durante o trabalho de campo constatei ser comum dentre eles grave dependência do uso de drogas, envolvimento com crimes e experiências de abandono familiar. Há também, para evitar universalizações, contratados que não estão envolvidos com nada que seja ilegal ou que

viviam situação de abandono familiar, mas numericamente eles não representam os funcionários circenses com os quais convivi na realização desta pesquisa.

Algumas características da mão de obra contratada são conhecidas dos proprietários de circos, que sabem claramente quem está disposto a trabalhar em uma pequena organização circense. Por se apresentarem em número reduzido, esses proprietários também sabem o quanto é difícil conseguir suprir a necessidade por esses trabalhadores, como pode ser observado no fragmento discursivo a seguir:

[25] [...] é muito difícil encontrar pessoas, pessoas que queiram a *sujeitar* a viver no circo. Você encontra tudo que for de *ruim* para o circo. É *fugitivo*. É *ladrão*. É isso que vem para mão de obra do circo. Pessoas que tenham um pouquinho de estudo, um pouquinho de conhecimento ele não vem por que ele fala: “pô, eu vou para lá para sofrer, para dormir em trilho? Para dormir em barraca?”. Então ele não vem [C01].

O léxico “*sujeitar*” usado no fragmento discursivo acima sugere que a vida no circo seja difícil, e como mostrou a observação participante, fadaram os funcionários circenses ao significado literal da primeira palavra em destaque. Porém, a despeito disso, existem pessoas dispostas a esse tipo de inserção profissional. Para tanto, dadas as condições subumanas observadas em alguns casos, a vida no circo ainda atrai pessoas em busca de emprego, representadas pelo enunciador, pelo léxico “*ruim*”, dentre às quais estão aquelas que se enquadram nas descrições “*fugitivo*” e “*ladrão*”. Essa visão endossa o tema “marginalização” da população circense. Os substantivos em destaque sugerem também que esses trabalhadores procuram por circos porque não podem inserir-se em atividades no mercado de trabalho convencional. Sendo assim, para aceitar as condições de vida no circo, supõe-se que esses trabalhadores não tenham encontrado emprego melhor. Mas também, que vendam sua mão de obra a organizações circenses para abandonarem situações sociais que colocam em risco a liberdade deles diante do cometimento de crimes.

Tal consideração cria enlaces entre funcionários e mecanismos de controle que visam proteger os interesses das famílias proprietárias. Assim, nos circos há uma regra tácita que limita a circulação de funcionários em áreas destinadas exclusivamente a integrantes das famílias proprietárias. Com base nisso, por exemplo, um funcionário só pode se aproximar da moradia dos donos de circo se tiver algo importante a dizer ou se for chamado até lá. Quando lhe é permitido aproximar não pode sequer se posicionar abaixo do toldo existente diante dessas

moradias. Por conseguinte, a suspeita latente com relação aos funcionários faz surgir formas de evitar delitos como, por exemplo, pequenos furtos.



FIGURA 5 - Freezer trancado com cadeado para evitar furtos
Fonte: Arquivos de pesquisa.

A falta de confiança nos funcionários circenses produz medidas protetivas para livrar os donos dos circos de prejuízos financeiros e com isso, esses últimos passam também a constituir “lugares” com o objetivo controlar o comportamento dos funcionários. Na FIG. 5 se observa isso, tendo em vista o trancamento do *freezer* usado para armazenar bebidas vendidas durante os espetáculos. Essa providência foi tomada após terem sido furtadas diversas latas de refrigerante e a responsabilidade pelos sumiços creditada a um dos funcionários. Mesmo descoberto ele não foi desligado do grupo, pois em face de falta de mão de obra é preferível continuar a conviver com o infrator a ter que empregar integrantes da família proprietária nas tarefas tidas como “pesadas”.

Essa desconfiança em relação aos funcionários circenses não é restrita à relação entre eles e às pessoas que pertencem às famílias proprietárias, pois também está presente na relação entre funcionários, como poderá ser visto a seguir: “[26] se o cara tá *no mundo* aí hoje em dia *alguma coisa* ele fez. *Muito serviço* tem cara, *serviço* tem demais aí.” [A03]. “*No mundo*” é uma expressão que no fragmento discursivo em análise significa a pessoa que não está inserida no mercado de trabalho. Para A03, funcionários de um dos circos pesquisados, isso tem relação com o fato de ela ter feito “*alguma coisa*”, no sentido de ter atentado contra alguma ordem estabelecida e, como coerção, impedido-a de adentrar-se no mercado de trabalho. Assim, mesmo na condição de funcionário, A03 admite ser o trabalho no circo destinado àqueles que tenham algum empecilho para trabalhar em outra empresa. Afinal, há “*muito serviço*”, ou seja, vagas de trabalho disponíveis. Portanto, sua visão reforça a ideia de

marginalização dos funcionários circenses, mas também remete ao implícito subentendido da precariedade à qual esses trabalhadores estão condicionados por força de relações de poder baseadas na situação anterior ao início do trabalho como funcionários circenses.

De toda a discussão tecida a partir do fragmento discursivo anterior, pode-se entender como o discurso dos funcionários pode ser povoado por características consideradas como produto do discurso dominante, produzido pelos integrantes das famílias proprietárias, como àquele proferido por C01 no fragmento [25], quando afirmou serem os funcionários circenses fugitivos e ladrões. No caso de A03, verifica-se como ele incorpora ao seu discurso esses elementos e, com isso, elucida parte das colocações de Foucault (2011) sobre a produção surgida como efeito panóptico. Assim, em contato com o discurso dominante, A03 mostra-se alinhado aos seus objetivos e dá a ele provas de seu êxito.

Como consequência de relações de poder demasiadamente assimétricas, o cotidiano circense é marcado por uma clara divisão entre membros da família proprietária e funcionários. Há, entre eles, uma barreira aparentemente intransponível, dada a unidade do primeiro grupo conferida por meio de laços consanguíneos. Apesar disso, os funcionários podem resignificar o conceito de “família”, alterando a substância que lhes exclui desse grupo na medida em que produzem, astutamente, a ideia do circo como uma “grande família”. Essa prática social se realiza no lugar do “outro”, de acordo com a visão certauniana, através do estreitamento de laços afetivos proporcionado pela convivência dos funcionários com os proprietários dos circos.

Assim, de acordo com um funcionário: “[27] [...] a gente que entra pro circo, *aqui nós vira uma família*. Então assim, se o circo é [nome do circo] então todo mundo é [sobrenome da família proprietária]” [R02]. Por meio do fragmento discursivo acima R02 se aproxima de uma colocação feita por Costa (1999), de que o conceito de família no circo envolve não somente as pessoas com grau de parentesco, mas todas aquelas que de alguma forma compartilham conhecimentos relativos à arte circense. Para tanto, o enunciador sugere que essa redefinição, presente no trecho “*aqui nós vira uma família*”, é marcada pelo ingresso de funcionários no circo. Com isso, ele sugere também uma redefinição identitária do sujeito circense contratado, devendo ele, de acordo com um implícito subentendido, adotar as regras de comportamento do grupo do qual passou a fazer parte.

Surpreendeu-me ao iniciar a entrevista com o sujeito de pesquisa autor do fragmento discursivo [27] a abdicação feita por ele do sobrenome de sua família de origem, apresentando-se a mim como pertencente à família proprietária do circo. Assumir o sobrenome da família é uma prática que em meio ao “lugar do próprio”, ocupado por integrantes da família proprietária, cria um “espaço” que dá unicidade ao grupo e, por meio dela, o funcionário passa a gozar de mais prestígio frente às pessoas “de praça”. Ademais, essa ação supre a necessidade de pertencimento surgida por causa do distanciamento de seus familiares. No entanto, dada à causalidade estabelecida, o mesmo não se observa dentre os funcionários casados e, dessa maneira, por estarem acompanhados de suas famílias conseguem manter a identidade de outra forma.

Esse artifício astucioso, no sentido atribuído por Certeau (2012a), de agregar-se discursivamente à família proprietária do circo, praticado por R02, a despeito de sua funcionalidade diante das pessoas de determinada cidade ou bairro não tem legitimidade interna na comunidade circense, pois o cotidiano do circo mostrou uma situação diferente daquela apregoada por ele, pois os privilégios e a ocupação do “lugar do próprio” desconstroem a ideia de unicidade que os funcionários possam criar, agrupando-os no “lugar do outro” todos aqueles que não pertencem às famílias proprietárias.

Sendo assim, o comportamento dos funcionários nos circos permanece regido por relações de trabalho e não por relações familiares. O fato de não pertencerem às famílias proprietárias marca de modo claro a instância ocupada por esses trabalhadores contratados nas relações de poder, sendo ela notoriamente desprivilegiada em relação àquela ocupada pelos familiares donos dos circos. Por estarem localizados desse modo nas relações eles são dominados à medida que deles são subtraídos campos de possibilidade de ação, como descreve Foucault (2012). Com isso, é possível afirmar que os donos dos circos se aproveitam das condições socioeconômicas dessas pessoas para impor-lhes uma disciplina e, conseqüentemente, dominá-las, impelindo-as a condições de trabalho degradantes e sem qualquer tipo de garantia trabalhista.

5.2.2 *Palavras ao vento: o “contrato palavreado” de trabalho*

Antes de iniciar o trabalho no circo o funcionário define com aquele que o contrata as condições de moradia, o fornecimento ou não de alimentação e o valor a receber, esse último

sempre semanalmente. Chegando a um acordo sobre esses aspectos, firma-se um “contrato” verbal entre eles, sem nenhum tipo de registro formal, baseado apenas na confiança mútua entre as partes. Essa prática localiza-se, de acordo com a recorrência em circos pequenos, com base no costume, tendo em vista que é a regra na relação de prestação de serviço estabelecida entre funcionários e donos de circo.

Na tentativa de haver mais confiança entre as partes, os proprietários de circo recorrem à verificação das referências dos funcionários a serem contratados. Eles procuram saber, junto à rede de contato estabelecida com outros donos de circo, informações sobre o comportamento do candidato ao emprego no agrupamento social do qual fazia parte. Sendo assim, adicionalmente à chegada de um acordo entre as partes do “contrato”, um dos entrevistados disse: “[28] [o dono do circo] viu umas referências dos circos que eu trabalhei também” [B02]. Com base nisso, decide-se se o trabalhador será contratado ou não. Mas pode acontecer de a contratação não envolver essa procura, tendo em vista a já mencionada indisponibilidade de mão de obra contratada para atuar em organizações circenses.

Não havendo essa observância, os funcionários que já trabalham nos circos se sentem ameaçados, pois não sabem com quem irão trabalhar e, em alguns casos, dividir a mesma moradia.

[29] [...] chega *pião*, ali pega e nem sabe quem é o cara. Quantas vezes já pegou nego aí, *estrapador*, trabaia aqui. O cara já *mato* e *coloca a gente do lado*. Cê dormir do lado sem saber quem é a pessoa, entendeu? Se ela quiser fazer sacanagem com você, de madrugada, *te matar* [A03].

A situação descrita acima por A03 revela seu desabafo sobre o perigo ao qual está submetido quando passa a conviver com um desconhecido. O léxico “*pião*” é uma denominação atribuída pelo enunciador a todos os funcionários que trabalham com tarefas operacionais, como aquelas ligadas ao serviço braçal. No plano interdiscursivo, essa denominação é dada a trabalhadores com pouca qualificação. O mesmo acontece no circo, o que faz desse o primeiro “cargo” a ser ocupado pelas pessoas que encontram no circo uma oportunidade de inserção econômica. Dada a situação de escassez de mão de obra, os donos de circo contratam trabalhadores sem saber sobre a índole dessas pessoas, podendo isso ser verificado no seguinte fragmento: “*pega e nem sabe quem é o cara*”. A escolha lexical “*cara*” se refere ao

“peão” e reflete o sexo das pessoas que procuram emprego nos circos, em todos os casos pesquisados, homens.

A falta de informações sobre os funcionários no momento das contratações pode colocar em risco os funcionários que já trabalham nos circos. Nessa linha argumentativa, a palavra “pegou”, presente na segunda frase do fragmento [29], descreve esse modo de contratação e sugere elevado grau de informalidade. Com isso, A03 diz já ter trabalhado até com “*estrupador*” e gente que “*já mato*”. A locução “*coloca a gente do lado*” mostra que a divisão do espaço social com esse trabalhador recém-contratado e ainda desconhecido é uma imposição feita pelos donos do circo, portanto, à revelia dos funcionários e em função do poder exercido pelos donos dos circos. Nesse contexto, os funcionários dos circos passam a viver com medo de serem mortos, podendo isso ser entendido através da locução “*te matar*”. Dormindo longe do perigo e protegidos por uma organização do espaço circense favorável somente a ela, os donos dos circos e sua família não se preocupam com a segurança dos funcionários. Nesses termos, é o funcionário quem deve cuidar de sua integridade física diante de novas contratações.

Apesar de serem chamados de contratados ou funcionários, os trabalhadores circenses que vendem sua mão de obra aos donos dos circos não formalizam o “contrato”, como já registrado neste trabalho. Essa é uma realidade em todas as organizações circenses pesquisadas e mostra, com isso, a fragilidade das relações estabelecidas entre as partes do acordo de trabalho. O “contrato” é “[30] só de boca. Não tem carteira assinada. Tem nada” [C04]; ou, então, como prefere dizer outro entrevistado, trata-se de “[31] *contrato palavreado*, contrato por falar” [A02].

A condição à qual os contratados são submetidos pela necessidade de inclusão econômica e social se dá, primeiramente, pela aceitação em estabelecerem “contratos” de trabalho informais. Contraditoriamente, um dos sujeitos de pesquisa, dono de circo, afirmou: “[32] a gente procura *andar mais ou menos, dentro do possível, dentro da lei*. Porque você pega hoje uma pessoa, um circo é *considerado como serviço escravo*” [C03]. Inicialmente, C03 tenta minimizar a contravenção que faz às leis trabalhistas, pois ele admite “*andar mais ou menos*” de acordo com a lei. Essa prática discursiva tem íntima ligação com os ensinamentos de Certeau (2012a), quando ele afirma que não há o discurso da “tática”, sendo assim, C03 não admite claramente o corrompimento da “*lei*”. Nesse sentido, mais adiante em sua fala, ele

profere a locução “*dentro do possível*” para convencer de que há aspectos na legislação aos quais ele atende e a outros não. Há nessa última locução em destaque o implícito de que algo o impede de cumprir as leis, sendo ela usada para legitimar a sua atitude. Por fim, contradizendo os aspectos relacionados ao cumprimento parcial da legislação, C03 admite que o trabalho no circo seja “*considerado como serviço escravo*”.

Autores de práticas que colocam, de modo geral, o regime de trabalho do funcionário contratado próximo ao trabalho escravo, argumentam que o pequeno negócio circense não tem condições de arcar com as despesas previstas em leis para regular a situação funcional de seus trabalhadores. No entanto, o trabalho de campo mostrou em vez de impossibilidade haver, na verdade, “conveniência” por parte daqueles que administram os circos, pois quase sempre estão preocupados somente com o acúmulo de capital em detrimento da melhoria da qualidade de vida e salarial dos funcionários. Assim, como o já mencionado personagem “Barão” do filme “Os Saltimbancos Trapalhões”.

A ausência da formalização do “contrato” de trabalho, resultado do exercício de poder sobre os funcionários, também dificulta o acesso deles a inúmeros direitos garantidos em lei, sendo esse contexto favorável aos donos dos circos, como mostra um trecho de uma entrevista feita com um funcionário:

[33] E aqui *não tem futuro. Tem futuro pros donos*. [...] você não tem *direito de férias, nem seguro desemprego*. Se cê machucar, aí, às vezes, *pode te ajudar*. Dependendo, um, um machucado aí que leva mais tempo, aí *vai saber*. Aí já, cê viu. *O menino machucou ali, cê viu o drama*, entendeu? [A03].

Analisando o fragmento discursivo acima, percebe-se nitidamente um conflito de interesses entre as partes do “contrato palavreado”. De acordo com A03, baseando-se nas condições de trabalho e nas características do “contrato”, ele afirma que na empresa circense “*não tem futuro*” e que só haja “*futuro pros donos*”. Muito disso porque os donos ocupam na organização circense o “lugar do próprio” elucidado por Certeau (2012a) e, conseqüentemente, definem as regras de contratação para tão somente se beneficiarem. Sendo assim, os funcionários não têm “*direito de férias, nem seguro desemprego*”, direitos esses comuns em empresas de mercado.

Da mesma forma não são dadas aos funcionários as condições necessárias para zelarem adequadamente por sua saúde, pois não usam qualquer tipo de equipamento de segurança. Esse fato leva esses trabalhadores a se exporem a condições perigosas de trabalho. Similar à segurança da qual cada um deve cuidar da sua, devem de igual modo cuidar da saúde. Como evidencia o trecho “*pode te ajudar*”, caso haja algum acidente durante o trabalho não é certo que o funcionário conte com a colaboração de seu empregador e, sendo o acidente mais grave, ele poderá até ser demitido, podendo isso ser subentendido através da expressão “*vai saber*”.

Ao término do fragmento discursivo [33] A03 me insere em sua fala (pois eu o entrevistei) por meio da frase “*o menino machucou ali, cê viu o drama*”. A palavra “*drama*”, usada por ele, tem relação direta com uma situação relatada no diário de campo, a qual segue abaixo:

Ele [um dos funcionários do circo] estava machucado devido a um acidente ocorrido na montagem do circo nesta praça, quando uma das torres caiu sobre um de seus pés, impedindo-o de trabalhar. Um dos donos do circo queria-o no trabalho, mesmo o funcionário estando sentindo dor. Ele próprio [um dos donos do circo] disse também se encontrar machucado, mas nem por isso deixou de trabalhar. Naquele momento vi que teria um princípio de discussão. Como o funcionário não saiu de sua moradia, o dono do circo pediu à esposa do empregado que o acordasse e que ele começasse imediatamente a trabalhar [Diário de campo, 10 de janeiro de 2015].

É de conhecimento dos funcionários a inconformidade de práticas circenses em relação às leis trabalhistas. No entanto, eles não demonstraram opor-se a essa condição e agem convenientemente diante das consequências decorrentes de tal desrespeito, como é possível observar no fragmento discursivo a seguir: “[34] eu sei que mais *pra frente vai ficar complicado* pra mim. Um dia se eu for pra *aposentar* vai ser mais difícil pra mim” [B02]. O enunciador B02 admite serem as condições contratuais desfavoráveis a ele futuramente, pois “*pra frente vai ser complicado*”, principalmente quando for querer se “*aposentar*”. Por outro lado, quase a totalidade dos circenses pertencentes às famílias proprietárias dos circos pesquisados tinha registro formal de trabalho. Tanto que durante a construção dos dados dois desses sujeitos gozavam de afastamento remunerado por motivos clínicos. Essa contradição mostra a exploração pela qual passam inúmeros contratados de circos pequenos e corrobora a ideia de que o circo seja uma empresa com a finalidade de beneficiar exclusivamente seus proprietários, bem como os integrantes de suas famílias.

Por essa razão, há sempre o risco de algum funcionário acionar a justiça para requerer seus direitos não cumpridos durante o trabalho em algum circo. Mesmo sendo isso possível,

nenhum dos proprietários dos circos pesquisados relatou ter sido processado judicialmente. Antes disso, eles estabelecem acordos de desligamento da empresa ou o funcionário é mantido mesmo não cumprindo adequadamente suas obrigações. Nesse último caso, principalmente se estiver na empresa há muitos anos, o funcionário passa a ocupar, na relação de poder com o dono do circo, o “lugar do próprio”. Isso pôde ser visto analisando o comportamento de um funcionário contratado. Ele “[...] é considerado, por quase todos, como um funcionário preguiçoso, que não é demitido porque já está no circo há muito tempo” [Diário de campo, 13 de janeiro de 2015].

Outra medida adotada visando evitar processos trabalhistas é dar aos funcionários melhores condições de trabalho, se comparadas com as de outras organizações circenses, como revelou um dos sujeitos de pesquisa dono de um dos circos pesquisados.

[35] O *formato* que eu levo, eu nunca fui levado [a responder judicialmente por infringir a legislação trabalhista] não. Porque aqui eu trato como *ser humano*. Eu não desfaço. Claro, cada um se coloca. Você é meu funcionário, te dou o *limite* até aqui, *daqui pra lá*, é meu *espaço*. Nós estamos aqui vivendo em conjunto, trabalhando em conjunto, dormindo em conjunto, né? É uma sociedade fora da sociedade. Aqui tem as leis, aqui tem as regras, nós temos as nossas regras [C01].

Sendo assim, o enunciador disse usar um “*formato*” de gerenciamento de pessoas que o livra da condição de denunciado pelas irregularidades correntes na relação de trabalho estabelecida com funcionários. Esse modo de gerenciamento consiste em tratar o funcionário como “*ser humano*”. Subentende-se a partir disso, a existência de organizações circenses onde os funcionários sejam tratados de outra forma, vivendo situações ainda piores que as vistas no circo do enunciador, onde coexistem falta de formalização do “contrato” de trabalho e o oferecimento de péssimas condições de moradia.

As escolhas lexicais “*limite*” e “*espaço*”, feitas pelo enunciador, ajudam a entender as configurações do “lugar do próprio” organizado de forma a promover controle sobre os funcionários. Nesse sentido, o “*espaço*” é delimitado pelo enunciador, que no contexto descrito ocupa um “lugar” de poder (de querer), cuja delimitação se dá por meio de um “*limite*”. Na prática, esse limite nada mais é que a fronteira que localiza o funcionário fora de “lugar”, representado na fala do enunciador pela locução “*daqui pra lá*”. Curiosa e contraditoriamente C01 diz o seguinte: “*nós estamos aqui vivendo em conjunto, trabalhando em conjunto, dormindo em conjunto*”. Essa frase é colocada de modo a promover o

entendimento de que há simetria de condições de vida entre integrantes da família proprietária e funcionários. No entanto, o “lugar” do funcionário não é em “conjunto” com os donos do circo e seus familiares, mas sim “*pra lá*”.

Ainda no fragmento discursivo produzido por C01, verifica-se “espaços” criados pelos donos de circo, quando se observa, em vez de conformidade às leis trabalhistas, o estabelecimento de regulamentos próprios. A frase: “*aqui tem as leis, aqui tem as regras, nós temos as nossas regras*” reforça a revelação anterior, de que o circo “*é uma sociedade fora da sociedade*”. Sendo assim, o enunciador define em sua fala a existência de uma ruptura entre a sociedade circense e a sociedade tomada de maneira geral, sendo isso possível em relação às regras e aos costumes.

Como tal, a sociedade circense a qual se refere C01 me propiciou ter contato com situações profissionais singulares, como se elas realmente fossem consoantes a preceitos incomuns à sociedade maior da qual fazem parte. Essas práticas têm substratos remanescentes de um tempo em que inexistiam leis trabalhistas, mas também substratos surgidos em uma esfera particular, específica do campo de trabalho circense; e mantidas até os dias atuais como consequência da existência de poderes que organizam o “lugar” ocupado pelos donos de circo. De fato, não há comunhão, nesses termos, entre as leis trabalhistas e as práticas circenses, pois estas se mantêm fiéis a práticas desenvolvidas nos primórdios da inserção da organização circense no Brasil e hoje, diante do desenvolvimento do campo do trabalho, o “contrato palavreado” de venda de mão de obra mais se parece com um regime de escravidão. No entanto, o regime de trabalho circense, em vez de correntes, utiliza meios mais sutis para aprisionar os funcionários às condições laborais.

A convivência por vários dias com esses trabalhadores e a observação do trabalho realizado por eles elucidou elementos que tornam indubitável o desalinhamento das práticas circenses em relação à licitude da situação trabalhista dos funcionários. Esse aspecto é reforçado pela observação da existência de um “lugar próprio” para a criação de leis específicas que regulamentam esse tipo de trabalho em todas as organizações observadas. Como consequência, o “contrato” informal de trabalho circense constitui o funcionário como sendo o mais fraco dessa relação, gozando de poucas possibilidades para “tirar partido do forte” conforme apregoa Certeau (2012a, p. 44). Como se não bastasse a semelhança com o trabalho

escravo, outros aspectos nos levariam a crer estarem os funcionários vivendo (ou terem vivido) de fato uma escravidão no sentido estrito do termo.

Outra característica do “contrato” de trabalho circense está calcada em uma convenção compartilhada entre eles, que por sua vez reforça a ideia de a organização circense ser regida por regras próprias. Ela define que o funcionário só pode deixar o emprego 15 dias após comunicar ao dono do circo sobre sua saída. O mesmo não vale para a gestão do circo, que pode dispensar o contratado sem aviso prévio e sem direito a nenhum tipo de benefício. Pode acontecer também de o dono do circo exigir que o funcionário fique até o final da temporada ou até findar a montagem do circo na próxima “praça”.

[36] [O contrato informal ou “palavreado”] é *acordo de cavalheiro*, né? Porque se o cara quiser te largar na hora ele te larga na hora. Eu não posso mandar ele embora na hora, mas ele pode me *largar na hora*, entendeu? [...] Ele pode *ir na justiça e me ferrar*, entendeu? [A06].

O emprego da locução “*acordo de cavalheiro*” traduz a natureza informal das relações de trabalho e do acordo de aviso prévio antes da saída de algum funcionário. O léxico “*cavalheiro*” sugere a existência entre as partes de um compromisso baseado na confiança, mas, principalmente, a ideia de existir entre empregado e empregador o compartilhamento de interesses que fazem da contratação uma celebração de interesse mútuo. A denominação dada às partes do “contrato”, cavalheiros, silencia a existência de assimetrias de poder na relação social entre eles. No entanto, o descumprimento à legislação trabalhista, faz da situação hipotética descrita no fragmento acima um momento oportuno para subversões à norma estabelecida pela prática circense. Sendo assim, o contratado pode não cumprir com os termos do acordo, pois ele pode “*largar na hora*”, ou seja, deixar o emprego instantaneamente. Essa característica do acordo de trabalho circense, junto à expressão “*ir na justiça e me ferrar*” mostra que nessa circunstância o proprietário do circo não se encontra no “lugar do próprio” e por isso não é lhe dada outra forma de agir se não aceitar a saída do funcionário.

Além disso, aquele que se submete ao “contrato palavreado” de trabalho, sendo essa a única forma de contratação realizada nos circos pesquisados, passa a concordar compulsoriamente com o pagamento de multas com correspondência financeira em decorrência de atrasos e comportamentos desconformes às regras que organizam os contextos sociais pesquisados. Por essa razão, e dada à tentativa de ajustamento de conduta desses funcionários, vários deles

relataram já terem sido punidos, alguns sem terem ciência de que determinadas ações eram passíveis de penalidades. O valor delas é variável, pois equivale ao ganho diário de cada um. Essas punições são mecanismos de controle e revelam uma forma encontrada para delimitar o comportamento dos contratados no circo, ou seja, tirar-lhes outros campos de possibilidades de acordo com Foucault (2012). Com isso, com o passar do tempo os funcionários subjetivam tais comportamentos até que não tenham seus salários reduzidos.

Subjaz a isso o gênero do controle, podendo ele ser identificado no fragmento discursivo a seguir: “[37] na vez que eu entrei aqui eu tomei umas cinco multa. *Uma atrás da outra. Nos primeiro mês.* Depois passou *uns dois mês* que eu tava aqui, aí tomei umas. Umas *multinha. Aí depois passou disso eu nunca tomei multa não*” [A03]. Verifica-se no fragmento discursivo acima que ao ingressar no trabalho circense como funcionário A03 foi penalizado diversas vezes pelo descumprimento de regras. A frase “*uma atrás da outra. Nos primeiro mês*” reforça a ideia de ter existido um desalinhamento do enunciador em relação às regras circunscritas ao quadro social de trabalho circense.

Uma característica importante observada no fragmento [37] produzido por A03 é a forma gradual como as regras passam a determinar o seu comportamento, pois passados “*uns dois mês*” ele ainda tomou algumas multas. Essa forma gradual de ajustamento comportamental, que pode ocorrer dentro de períodos variados, dificilmente se dá de maneira instantânea, por dois motivos: porque é consequência de “lutas” estabelecidas entre os indivíduos e uma ordem externa a eles, criada sem o consentimento de quem deva segui-la e; porque essas regras incidem também sobre o plano privado e, assim, torna-se difícil alterar comportamentos sedimentados ao longo da experiência de vida de cada funcionário.

Ao final de sua fala o enunciador, por meio da escolha lexical “*multinha*”, age discursivamente contra as penalidades sofridas, tentando diminuir a importância delas com o uso da palavra multa no diminutivo. Nesse caso, verifica-se sua ação como uma tentativa de “tirar partido do forte”, de acordo com a visão certeuniana. Contudo, na frase seguinte, “*aí depois passou disso eu nunca tomei multa não*”, ele admite não ter cometido outras ilegalidades, do ponto de vista daquele que ocupa o “lugar do próprio”, ou, ao menos, elas não foram descobertas. Caso seja essa última suposição falsa, esse trecho revela que as ações do enunciador passaram a se restringir à “conveniência”, ou seja, de acordo com os interesses do

“próprio” na visão certauniana e influenciadas pelo poder disciplinar descrito por Foucault (2011).

Dessa maneira, verifica-se nos circos pesquisados a existência de uma composição de poderes que dominam e controlam os trabalhadores de acordo com visões particulares daqueles que detêm os bens de capital. A dominação pode ser vista na docilidade traduzida em aceitação por parte de A03 perante as sanções impostas a ele. As penas são aplicadas quantas vezes forem necessárias, até as ações dos funcionários tornarem-se circunscritas a um campo pré-estabelecido pelo poder (ou poderes) que os governam. Nesse caso, a dominação utiliza como mecanismo de poder aquilo que talvez mais falte aos funcionários do circo, dinheiro, e sobre o qual os donos das organizações circenses possuem controle quase absoluto.

A discordância quanto às penalidades aplicadas prevê outras sanções em um âmbito mais amplo, portanto, não restrito somente à organização circense da qual o funcionário faz ou fazia parte. Nesse caso, aplica-se como pena a publicidade do ocorrido em um campo menos restrito. Como consequência, o trabalhador, depois de difamado por inconformidade às regras circenses, sejam elas específicas de determinada organização ou comuns às organizações circenses, poderá encontrar dificuldade de recolocação no mercado de trabalho circense, tendo em vista a existência de redes de contato (pessoais ou virtuais)³⁷ onde tratam também sobre esses assuntos.

Antes mesmo da saída de algum funcionário por motivo de violação a regras, esse mecanismo de punição entra em ação. Não para impedir uma recolocação no mercado de trabalho circense, mas para evitar que o funcionário saia do circo onde se encontra. Por isso, é muito importante para o funcionário manter sua insatisfação em segredo e buscar “contrato” sem a ciência de seu empregador. Essa possibilidade é viável e amplamente praticada, dada à fragilidade do “contrato” ser “palavreado”. Dito de outro modo, a informalidade e a fragilidade das regras do acordo de venda de mão de obra às organizações circenses permitem aos funcionários deixarem os circos abruptamente em virtude de um novo acordo de trabalho com outra empresa circense.

³⁷ Usei o termo “pessoais” para me referir às relações sociais entre donos de circo que acontecem em encontros entre eles e o termo “virtuais” para designar as relações sociais estabelecidas por meio de sites de comunidades virtuais e por aplicativos de celular.

Somam-se a isso as péssimas condições de trabalho, poder-se-ia pensar serem esses os motivos determinantes para um funcionário decidir deixar um circo para trabalhar em outro. Entretanto, a maior motivação é a oferta de remunerações semanais maiores. Basta ser oferecido um pouco mais para a decisão de deixar o circo ser tomada. Não somente por esse motivo, mas principalmente por causa dele, um dos sujeitos de pesquisa mudou de circo 14 vezes em seus 36 anos de carreira.

[38] [...] dentro de circo é assim: eles negociam. Outro vem procura a gente. *Um contrato oferece mais um pouco e quando a gente é novo a gente não liga muito pro azar, sai.* [...] Casado e tá no circo, um oferece o outro oferece. Às vezes o cara sai daqui e vai lá pro norte lá pro outro circo. O dono do circo oferece algum *abono*, dão um dinheiro. Cê tá num circo e um outro quer te contratar, aí cê não tem [dinheiro] pra você ir, aí eles te adianta um dinheiro pro cê ir e você tá lá e, *às vezes, descontam do seu ordenado* [A02].

Na primeira frase do trecho selecionado verifica-se um implícito subentendido em relação à singularidade da forma como são realizados os “contratos” de trabalho em empresas circenses. O extrato “*um contrato oferece mais um pouco e quando a gente é novo a gente não liga muito por azar, sai*” evidencia logo em seu início, através da locução “*oferece mais*”, o ponto mais importante da negociação, a remuneração. Como prova disso, outros fatores, como moradia, alimentação, entre outros, não foram mencionados por A02. Ainda de acordo com esse trecho, a motivação salarial para mudanças de circo é descrita como um fator ligado à juventude, sugerindo que nesse estágio da vida os funcionários estejam menos preocupados com a possibilidade de se arrepender, pois não importam com o “*azar*”.

A análise do fragmento discursivo [38] sugere que as mudanças de emprego independem da condição civil do funcionário, sendo necessária apenas uma maior oferta salarial. A palavra “*abono*” mencionada pelo enunciador refere-se a um costume no processo de contratação de funcionários. Ela nomeia o adiantamento financeiro enviado ao futuro funcionário para ele pagar as despesas de viagem até o circo que o está contratando, podendo parte desse valor ou a sua integralidade ser descontada ou não do salário do funcionário, como revela o trecho “*às vezes, descontam do seu ordenado*”.

5.2.3 *Ofícios e ordenados*

O ofício desempenhado por funcionários circenses contratados é bastante diversificado e composto por trabalhos braçais e apresentações artísticas. Dada a variabilidade das tarefas

realizadas por eles, que mesclam as várias formas de inserção no trabalho circense, identifiquei a existência de dois grupos de trabalhadores, compostos por: trabalhador braçal, trabalhador braçal que também é artista. No caso de circos pequenos, como os pesquisados, quase sempre a contratação é de trabalhadores braçais que tenham algum número artístico de habilidades. Essa preferência é motivada pela possibilidade de tornar o espetáculo mais variado, com números artísticos realizados não só por integrantes das famílias proprietárias, ao passo em que há igual aumento de mão de obra para atuar nas montagens e desmontagens.

Em todos os casos, a definição do valor a ser pago a um funcionário circense passa pela consideração se ele tem moradia própria e se a alimentação sua, ou de sua família, será custeada por ele mesmo. As moradias oferecidas aos funcionários seguem o padrão de precarização observado nas garantias trabalhistas e, portanto, são, em muitos casos, impróprias para acolher esses trabalhadores. Isso é agravado pelo fato de na organização circense, trabalho e lar estarem tão próximos, a ponto de o circense fazer do local de trabalho seu lar, e vice-versa. Nesse sentido, novamente, as regras que organizam o local de trabalho circense fadaram os funcionários a condições laborais precárias, que têm nas moradias sua expressão mais marcante.

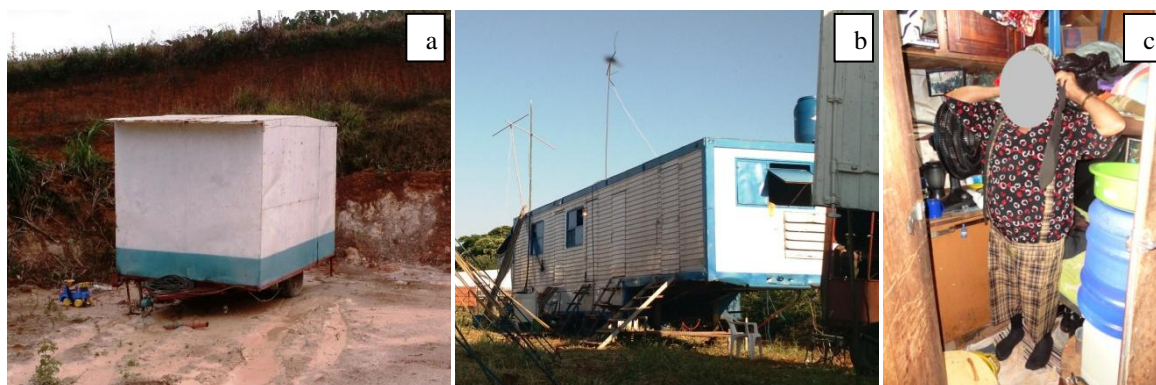


FIGURA 6 - Moradias destinadas a funcionários

Legenda: (a) moradia individual fornecida a funcionários; (b) moradia coletiva com apartamentos individuais fornecidas a funcionários e; (c) interior de um desses apartamentos ocupado por um funcionário.

Fonte: Arquivos de pesquisa.

Além das moradias individuais (FIG. 6, item “a”), em um dos circos pesquisados também eram oferecidas moradias localizadas em uma carreta-apartamento (FIG. 6, item “b”). Para se ter ideia da ocupação dessa última, em uma delas oito pessoas dividiam os quatro apartamentos, sendo um deles ocupado por uma família inteira, composta por dois adultos e

duas crianças. Conheci o interior de um desses apartamentos (Fig. 6, item “c”), que de tão reduzido só havia espaço para uma pessoa.

A falta de revestimento térmico dessas moradias dificulta a permanência dos funcionários dentro delas. Estive por vários momentos nessas moradias e o calor para mim sempre era insuportável. Com isso, muitos deles eram forçados a usar a lona principal dos circos como extensões de suas casas. Sob sua sombra, alguns deles almoçavam e descansavam nos momentos em que o sol permanecia no horizonte. Por esse motivo, mesmo em dias de menos trabalho, em que os funcionários poderiam estar descansando em suas residências, vi muitos deles próximos ao picadeiro em busca de um local mais fresco durante os dias.

As moradias dos funcionários, além de não contarem com ar condicionado, também não possuem banheiro, devendo os contratados usar banheiros improvisados, montados no perímetro dos terrenos em que os circos são armados, ou então de postos de combustíveis, como os fotografados e apresentados a seguir:



FIGURA 7 - Banheiros destinados a funcionários

Legenda: (a) banheiro improvisado montado no mesmo terreno em que o circo e; (b) banheiro de um posto de combustíveis.

Fonte: Arquivos de pesquisa.

Muitos dos sujeitos de pesquisa, mesmo os que possuíam moradia própria, sonhavam em melhorar suas condições de vida no circo. Isso passa, principalmente, pela compra de moradia maior e mais confortável. Quem ainda não a possui encontrava, em um dos circos pesquisados, grande barreira para alterar essa condição. Tal dificuldade se dava porque as moradias mais baratas são *trailers* e eles necessitam de veículos motorizados para o seu transporte, em geral caminhonetes ou caminhões. Dado ao alto valor desses últimos veículos, quem os possui são os donos do circo, que por sua vez os utilizam para rebocar as moradias

de seus familiares e as de propriedade da organização circense. Nesse caso, a compra de moradias pelos funcionários pode elevar o número de viagens feitas pelos automóveis do circo durante as mudanças e, diante disso, os contratados são desencorajados por não poderem arcar com as despesas de frete.

Além das moradias, a alimentação também constitui parte dos salários dos funcionários. No caso de o funcionário ser solteiro a alimentação é fornecida pelo proprietário do circo e é dividida em café da manhã, almoço, café da tarde e jantar. Caso o funcionário queira fazer outras refeições ele tem que procurar algum estabelecimento na cidade que possa as oferecer-lhe. De outro modo, quando se contrata um conjunto familiar o fornecimento da alimentação não é de responsabilidade dos donos do circo, pois é pago ao funcionário ou ao conjunto familiar um valor a mais, em comparação àquele pago ao funcionário solteiro, para ele arcar com os custos envolvidos na alimentação de seus familiares.

[39] Um ganha *duzentos*, o outro *duzentos e cinquenta*, cada um tem um salário. Tem um pessoal que recebe *cento e cinquenta*, que já é o salário básico de quem ajuda a montar e desmontar, que é praticamente um salário por mês. *Só que é livre*, a gente come, dorme, tem a carreta [A06].

O valor pago a esses trabalhadores contratados é bastante diverso, como demonstra o fragmento discursivo [39], pois em cada um dos três grupos (trabalhadores braçais, trabalhadores braçais que também são artistas e artistas) há uma série de funções e qualificações. Os salários semanais nos circos pesquisados pagos a funcionários iniciam em R\$ 150,00, podendo atingir até R\$ 600,00. Na fala A06, dono de um dos circos, ele mostra essa variabilidade ao citar: “*duzentos*”, “*duzentos e cinquenta*” e “*cento e cinquenta*”. Sendo o pagamento feito semanalmente, aquele que recebe o menor valor em um mês terá ganhado o montante de R\$ 600,00. Ou seja, menos que o salário mínimo estabelecido pelo Governo Federal, fixado em R\$ 788,00 no momento da pesquisa (BRASIL, 2014). Essa situação revela mais uma face da precariedade do trabalho exercido pelos funcionários de circo que não pertencem às famílias proprietárias.

A locução “*só que é livre*” é uma prática discursiva por meio da qual o enunciador tenta legitimar o valor pago a funcionários abaixo do salário mínimo estabelecido em decreto federal, pois na organização circense os funcionários recebem alimentação e moradia. Porém, a condição salarial desvelada reflete a consideração, por parte dos donos de circos e já

discutida neste trabalho, de a empresa circense ser “*uma sociedade fora da sociedade*”. Os menores salários nos circos pesquisados são pagos àqueles funcionários com menor experiência, chamados de “boré”. Por outro lado, paga-se mais a pessoas com maior experiência, como no caso do capataz, especialista na montagem da estrutura do circo e quem comanda os demais durante esse processo.

Em situações especiais, no entanto, funcionários podem ganhar menos ainda que o mínimo praticado nas organizações circenses, como pode ser observado abaixo, quando um funcionário falou sobre a sua remuneração.

[40] [Eu ganhei] *setenta reais* [...]. Eu *fiquei tranquilo* porque deu uma *praça fraca*, *aqui é um lugar ruim*. Não deu bem movimento e ela [a dona do circo] falou assim: “eu vou dar isso aqui pra você, pra você *não ficar duro*, mas não é isso que você recebe, vai receber sempre, pode ter certeza que vai *receber bem mais*” [B02].

O valor recebido e declarado por B02, “*setenta reais*”, revela uma condição salarial ainda pior que as relatadas até o momento, pois ela é ainda mais destoante ao ganho necessário à subsistência de uma pessoa. Observa-se no fragmento discurso um aspecto que leva a crer sobre a conformidade do enunciador diante de sua remuneração, podendo essa ideia ser inferida a partir da locução “*fiquei tranquilo*”. A remuneração recebida pelo enunciador é descrita por ele como passageira, pois é consequência da “*praça fraca*”. Essa locução denota a baixa arrecadação financeira do circo em sua temporada em determinada cidade e usada pelo enunciador para legitimar o baixo ganho semanal. Em contraste ao que normalmente acontece ao dizer “*aqui é um lugar ruim*”, B02 compartilha com os donos do circo o ônus da baixa arrecadação, sendo esse um fator que evidencia como ele incorpora à sua fala elementos discursivos próprios dos donos de circo.

Nesse sentido, no plano interdiscursivo, B02 reproduz o que seria a fala da proprietária do circo. Nela, há elementos para supor sobre o valor ao qual o funcionário faz jus. No entanto, não há qualquer referência ao valor que um dia irá receber, pois fica apenas a promessa de “*receber bem mais*”. Essa situação, de não definição salarial, deixa o funcionário em uma situação ainda pior que a de outros, pois não sabendo o quanto ganhará ele não terá elementos suficientes para exigir uma reposição salarial. Essa variabilidade impõe ao funcionário a uma condição ainda mais evidente de exploração e pior que isso, pois não tendo condições de deixar o circo, tendo em vista a quantia recebida, ele é obrigado a aceitá-la. Afinal, a quantia

de setenta reais lhe serve apenas para “*não ficar duro*”, ou seja, sem qualquer dinheiro à sua disposição.

A reprodução discursiva do que seria a fala da dona do circo, feita por B02 ao final do fragmento selecionado, dá indícios de como a dona do circo opera o sistema de controle sobre o enunciador, guarnecendo-o de itens básicos à sobrevivência dele, como comida, moradia e um pouco de dinheiro. Talvez tenha surtido efeito com esse funcionário porque sabia das condições experimentadas por ele em outro circo, como ele próprio me relatou: “[41] eu ficava semanas sem receber” [C04]. Aspectos como esse, constituintes do tema “*escravidão*”, como ficar sem receber, são frequentes no discurso dos funcionários que, no caso analisado, serviu para explorar e submeter o funcionário a um regime de controle no molde das elucidações foucaultianas.

A despeito disso, os sistemas implícitos que provêm exploração e controle não são visíveis aos funcionários e, por esse motivo, os envolve sem que deles tenham a devida consciência, corroborando assim a ideia de Foucault (2011, 2012). No fragmento discursivo abaixo, percebe-se a relação de um funcionário circense com um desses sistemas, como se segue:

[42] Eu gosto do meu trabalho cara, como se diz, eu me *sinto profissional* entendeu? Meu trabalho, *eu curto o meu trabalho*. Assistente de palco ali. É uma alegria minha, conviver com o público, entendeu? Ali, assistente de palco, ali é você que comanda o espetáculo. Se você atrasa um aparelho ali, *o artista tem que esperar* você colocar o aparelho [A03].

Tal engajamento na maquinaria que provê dominação é feito, como mostrado no fragmento acima, por meio do tema “*profissionalização*”. Mesmo subjugado A03 sente-se profissional, podendo isso ser visto nos trechos “*sinto profissional*” e “*eu curto o meu trabalho*”, respectivamente. Esses trechos também se revelam como efeitos de uma situação anterior à entrada do funcionário no circo, quando não tinha emprego, portanto, não era “*profissional*”.

No entanto, a dominação exercida sobre o funcionário não faz dele alguém passivo, pois ele reconhece no contexto circense elementos circunstanciais para “*tirar partido do forte*”, como apregoa Certeau (2012a, p. 44). Na prática cotidiana circense, uma dessas situações está presente no fragmento discursivo acima, quando o enunciador disse: “*o artista tem que esperar*”. Em uma situação como essa, o funcionário se utiliza de seu cargo, hierarquicamente

inferior, reorganizando suas práticas de forma a tornar o artista dependente dele, pois, caso contrário, aquele não poderá executar o número.

Essa proximidade aos artistas ainda favorece os funcionários de outro modo, pois estando próximos a eles os funcionários ganham notoriedade. Isso se dá porque esses trabalhadores consideram a importância dos artistas no espetáculo circense e, portanto, estando próximo a eles há mais probabilidade de serem vistos pelo público. Com essa intenção, observei no cotidiano circense a disputa por notoriedade obtida dessa forma, conforme trecho abaixo extraído do diário de campo.

Entre os funcionários contratados há funções estabelecidas e conquistadas após disputas. Uma delas refere-se ao momento em que o palhaço sobe na estrutura do trapézio para executar um voo. Lá em cima, prestes a se lançar no voo o palhaço joga o seu chapéu e em todas as vezes um dos contratados estava lá embaixo para pegá-lo. Não houve um dia que tenha se afastado dessa função. Eu não havia observado isso, até o momento em que outro funcionário tornou isso evidente e me disse que seu colega de trabalho defende aquele posto, não permitindo outra pessoa exercer a função de recolhimento do chapéu. Quando o pega, vê-se claramente sua satisfação em contracenar com o ator principal naquele momento [Diário de campo, 13 de janeiro de 2015].

Sendo assim, as possibilidades de se tornarem visíveis são disputadas por aqueles funcionários que as consideram como um fator de destaque no trabalho que realizam. Quando nessa tarefa de auxílio aos artistas os funcionários exercem a função de “barreira”³⁸.

Em comparação com a remuneração paga aos trabalhadores braçais, que também auxiliam os artistas durante os espetáculos, aquela paga aos artistas e aos que acumulam funções braçais e artísticas é maior. Geralmente os valores partem de um patamar de ganho superior aos R\$ 150,00 pagos aos que atuam somente em atividades braçais, chegando a R\$ 500,00, como nos circos pesquisados. No entanto, um dos integrantes de uma das famílias proprietárias dos circos pesquisados relatou a dificuldade encontrada para se conseguir contratar artistas que também façam trabalhos braçais, bem como sobre o processo de agregação do ofício artístico aos desígnios do trabalhador braçal, este constituinte do tema “mudança de ofício”.

[43] [...] *Artista de circos aí, não quer pegar na mudança mais não*, eles acham que são *artista de televisão*, mas eles não são. São como aquele funcionário ali, mesma *pele*, mesmo *osso*, mesma coisa. Porque eles fazem uma *coisinha a mais* no picadeiro, que eles aprenderam no circo, mas muitos começaram assim também, *só*

³⁸ Diz-se “barreira” o circense que auxilia os artistas no palco, montando os aparelhos ou compondo com objetos o cenário das apresentações.

que *eles viram a cara* aí pra eles que tão começando agora. *Eu não viro. Eu vejo que eles tão batalhando pra ser alguma coisa também. O cara tá no circo quer virar artista também* [B01].

Analisando o fragmento discursivo acima, a frase “*artista de circo aí, não quer pegar na mudança mais não*” mostra a existência de artistas em outros circos que não ajudam nas mudanças, mas que isso não era comum há algum tempo atrás. O enunciador se opõe a esse fato, pois, para ele, artista também deve realizar trabalhos braçais. Os que não o fazem é porque se consideram “*artista de televisão*”, modalidade, segundo B01, que tem direito de apenas se apresentar, dada a existência de condições para isso. Ele utiliza essa denominação para contrapor-la à situação vivida por artistas de circo, nesse caso, apontados por ele como de menor prestígio em comparação com os da televisão. Os léxicos “*pele*” e “*osso*” são citados pelo enunciador para criar a ideia de os artistas de circo serem semelhantes aos trabalhadores braçais. Com isso, ele utiliza essas evidências, comuns a todos os seres humanos, para com base nelas tornar injustificada a diferença de ofício.

Há também uma tentativa clara de B01 em desqualificar o trabalho artístico daqueles que só atuam no picadeiro como artista, referindo-se aos números apresentados por eles através do uso da locução “*coisinha a mais*”. Ademais, o seu uso dá a ideia de que o trabalho realizado pelo artista exclusivamente no picadeiro não satisfaz a necessidade de mão de obra na produção do espetáculo circense, sendo isso pouco, diante de todo o trabalho que envolve tal produção.

O fragmento discursivo [43] ainda revela que alguns circenses que hoje são artistas começaram trabalhando em serviços braçais e que após essa mudança de ofício deixaram de reconhecer a importância do trabalho realizado em sua condição anterior. Assim, para B01, com a mudança de ofício, o trabalhador circense se afasta dos que exercem os trabalhos mais pesados. Em termos hierárquicos, o artista passa a se considerar superior ao trabalhador braçal, e o despreza, sendo possível entender essa situação por meio da locução “*eles viram a cara*”. O sentido, além de revelar desprezo, mostra que o artista deixa de ajudar os outros contratados a se tornarem artistas também. A palavra “*só*”, presente na quarta frase, denota lamentação por parte do enunciador que mais diante revela que age diferente, ao dizer: “*eu não viro*”. Com isso, ele se diferencia daqueles que desde o início do fragmento discursivo critica.

Por fim, na frase “*eu vejo que eles tão batalhando pra ser alguma coisa também. O cara tá no circo quer virar artista também*” o léxico “*batalhando*” denota por meio do interdiscurso que as condições do trabalho braçal circense são árduas e que a realização deste trabalho é uma manifestação do interesse em ser “*alguma coisa também*”. Batalhar, para B01, é a forma que os funcionários têm para conseguir ser alguma coisa. Já o último período da frase em destaque auxilia a compreensão de que ser alguma coisa está ligado ao ofício de artista. Portanto, para o enunciador, “*ser alguma coisa é virar artista*”. Como o produtor do fragmento discursivo selecionado é artista, a palavra “*também*”, presente no final da frase do último período, torna evidente que ele fala de uma posição privilegiada hierarquicamente em relação sobre os quais fala.

O tema “mudança de ofício” também aparece em outros fragmentos discursivos. Desse modo, em uma das entrevistas essa intenção foi expressa por um dos funcionários contratado para serviços braçais: “[44] [...] não quero trabalhar só como *peão*, entendeu? Quero trabalhar também em ser um artista, né?” [A05]. Analisando esse fragmento discursivo percebe-se a intenção de o enunciador agregar ao seu ofício de “*peão*” a função de artista, mas, o mais interessante, é reconhecer-se como tal, pois essa metáfora se refere, no ambiente circense, ao trabalhador de menor prestígio. Isso é legitimado entre os trabalhadores braçais, pois muitos deles se reconhecem dessa forma. No entanto, há diferenças a esse respeito comparando o discurso dos integrantes da família proprietária e o dos funcionários. No primeiro, ambos são vistos como tendo a mesma importância, não sendo isso observado no discurso do segundo grupo.

O circo pequeno é, como nos casos pesquisados, uma instância que privilegia a entrada no “mundo circense” daqueles que desejam trabalhar como artistas, mesmo que inicialmente sejam contratados para a função de trabalhador braçal, como pode ser observado a seguir:

[45] [O circo pequeno é dada] [...] *oportunidade* para você ser artista. Você trabalha, faz malabares, faz negócio. Então, você tem *oportunidade de aparecer*. No circo maior não, você [...] *nem aparece na verdade. Só por trás das câmeras ali*. Que é *armando circo, desarmando, limpando, essas coisas assim* [C04].

No fragmento discursivo acima, observa-se exatamente isso por intermédio de uma oposição entre a vida do trabalhador circense contratado no circo pequeno e no circo grande. Nos pequenos negócios circenses é dada “*oportunidade*” para o trabalhador braçal se tornar artista.

Sabe-se que nesse tipo de organização, como observado durante o trabalho de campo, faltam recursos para a contratação de mão de obra e quando um trabalhador braçal quer se desenvolver artisticamente lhe são dadas as condições para tanto, mas se tornando artista não haverá aumento significativo em seus ganhos financeiros semanais.

Tornando-se artista no circo pequeno o funcionário, antes trabalhador braçal, passa a ter mais momentos de visibilidade, como retratado na locução “*oportunidade de aparecer*”, sendo esse um fator motivador e preponderante para que muitos queiram ser artista. O contrário não acontece no circo de maior porte. De acordo com C04, a subjugação do trabalhador braçal a um plano de pouca visibilidade nos circos maiores, sendo isso entendido por meio da frase “*você [...] nem aparece na verdade. Só por trás das câmeras ali*”, é acompanhada pela concentração desses trabalhadores em torno das funções operacionais, seja “*armando circo, desarmando, limpando, essas coisas assim*”.

5.2.4 *Ganhos complementares para essa (não) relação de trabalho*

Além da parte fixa, estabelecida no momento da contratação, os funcionários dos circos pesquisados geralmente recebem rendimentos variáveis, provenientes da receita gerada com vendas feitas durante os intervalos dos espetáculos ou à prestação de serviços não correspondentes às funções para as quais foram contratados. Em relação à receita gerada com as vendas durante os intervalos, o funcionário poderá receber porcentagens relativas à sua receita total, nos circos pesquisados sempre estabelecida em 10%, ou até mesmo a integralidade do montante arrecadado.

Em todos os casos, quem define qual vendagem será oferecida ao funcionário para dela usufruir da porcentagem ou do total arrecadado é o dono do circo ou algum integrante de sua família que seja “dono” dela. No entanto, isso não acontece com qualquer venda, pois as mais rentáveis, geralmente de pipoca e refrigerante, permanecem reservadas à composição dos ganhos da família proprietária. Com isso, os funcionários costumemente arrecadam pouco dinheiro com as vendas, sobretudo os que trabalham em troca de porcentagens, como evidente no fragmento discursivo a seguir: “[46] ontem eu não vendi *bolinha* nenhuma, ninguém comprou. *Algodão* eu ganhei três [reais], *três e cinquenta*. Já é alguma coisa. Melhor do que *ficar parado* ali, encostado até começar o espetáculo” [A03]. Apesar de não ter ganhado nada com a venda de “*bolinha*” e apenas “*três e cinquenta*” com a venda de “*algodão*” doce o

enunciador atribui às vendas certo grau de importância na composição de sua renda, percebida na análise da locução “já é alguma coisa”. Dito de outro modo, independentemente do valor gerado com as porcentagens, sendo ele maior que zero já representa um ganho com certo grau de importância. Assim, para A03 é melhor ganhar tão pouco que “ficar parado”, portanto, sem fazer nada. Nesse sentido, as vendas também são uma ocupação do funcionário, que transforma a ociosidade em trabalho produtivo em termos de geração de renda.

Outros funcionários, em menor número, já ganhavam bem mais, como se pode ver nas anotações observáveis na FIG. 8. Nela, verifica-se a contabilidade relativa à venda de cachorro-quente e de batata frita em dois dias de espetáculo, estando em destaque (círculo com contorno preto) a receita total obtida em um deles. A receita total de R\$ 425,00 rendeu à funcionária R\$ 42,50 em porcentagem (10%) em apenas um dia. Portanto, renda essa bastante superior àquela relatada por A03 anteriormente.

| 11 Segunda | | |
|------------|--------|-------|
| Pão | Batata | Lico |
| 8 | 43 | 60,00 |
| 10 | 20 | |
| 15 | 10 | |
| 12 | 73 | |
| 45 | 95 | |
| 5 | 7 | |
| 92,5 | 73 | |
| | 6 | |
| | 67 | |
| | 3 | |
| | 201 | |
| | | 425 |
| Terça | | |
| Pão | Batata | Lico |
| 24 | 50 | 60,00 |
| 18 | 10 | |
| 48 | 57 | |
| | 3 | 171 |
| 40 | 171 | |
| 5 | 200 | |
| 900 | 171 | |
| | 371 | |

FIGURA 8 - Controle de vendas feito por funcionário
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Outros aspectos relativos às anotações feitas na FIG. 8 podem ser vistos no trecho extraído do diário de campo reproduzido a seguir:

Hoje vi em posse de uma funcionária os registros que ela faz da venda de batatas fritas e cachorros-quentes. Todos os dias antes de começar seu expediente na praça de alimentação ela anota, em um caderno engordurado, quantos saquinhos para colocar batatas estão disponíveis e com quantos pães ela irá trabalhar. Esse é um método para controlar as vendas, sendo a contagem conferida pela proprietária da vendagem. Para a dona da vendagem, é um modo de fiscalizar e, assim, evitar que parte da receita obtida com as vendas seja desviada pela funcionária [Diário de campo, 14 de janeiro de 2015].

Sendo assim, as anotações feitas no caderno, conforme a FIG. 8, também servem para controlar o trabalho da funcionária. Assim como no caso relatado no trecho extraído do diário de campo, ao final do espetáculo funcionários e proprietários das vendas se encontram nas barracas para o repasse de dinheiro. No caso citado, antes do repasse dos valores, tanto daquele relativo à receita total à dona da vendagem quanto da porcentagem correspondente à funcionária, é conferida a contabilidade e verificado quantos pães estão inutilizados e a quantidade restante de saquinhos usados para acondicionar batatas fritas. Essa conferência é feita de maneira bastante constrangedora e mostra claramente não haver confiança entre as partes. Nesse sentido, o caderno de anotações, mostrado na FIG. 8, funciona como uma prática panóptica nos termos foucaultianos.

Outras práticas de vigilância também incidem sobre o comportamento dos funcionários que atuam nas vendagens. Assim, nos intervalos, momentos em que há maior movimento de compradores na praça de alimentação, os funcionários ficam o tempo todo sob o olhar dos integrantes das famílias proprietárias e ao menor descuido daquele que os vigia os funcionários criar “espaços” para subversão, sobre os quais trata Certeau (2012a), podendo isso ser entendido por meio do trecho abaixo tirado do diário de campo.

[...] Não há controle sobre as batatas desviadas sem os saquinhos, pois é difícil mensurar o volume delas após serem fatiadas e fritas. Sabendo disso, o marido da vendedora foi flagrado por mim com as mãos cheias de batatas fritas, mas ao perceber que seria visto por um integrante da família proprietária escondeu-as atrás de seu próprio corpo [Diário de campo, 14 de janeiro de 2015].

Dessa maneira, os funcionários, apesar de cerceados pela vigilância, não são impedidos de desviarem pequenas porções de alimentos contrariando, assim, os interesses dos donos das vendagens. Na ausência de olhares que atravessam seus corpos os funcionários, durante as vendas, dão pequenas porções de alimentos a outros funcionários, quase sempre a integrantes de família.

Nos casos em que a venda é “dada” ao funcionário, ou seja, quando toda a receita gerada torna-se pertencente a ele, não há, sobre ela, qualquer tipo de controle por parte dos donos dos circos ou por seus familiares. Nessa situação, todo o dinheiro arrecadado com a venda de algo no circo compõe o salário do contratado, pois “[47] [...] quando um *artista*, *ele quer xis salário*, então, eu não posso pagar aquele xis salário, a gente precisa entrar em um *acordo*, eu complemento com uma venda. [...] Dou uma venda que eu *não esteja utilizando*” [C02]. Isso acontece quando os gestores dos circos não querem se comprometer em pagar salários elevados a algum funcionário, geralmente “*artista*”. Com isso, em vez de pagá-lo semanalmente uma quantia total pré-fixada, por meio de um “*acordo*” entre as partes, o artista contratado recebe um valor fixo menor por sua mão de obra e o restante obtém com a receita da venda que lhe é oferecida. A locução “*ele quer xis salário*” revela, no entanto, tratar-se de uma situação em que a contratação é indispensável, tendo em vista o emprego de verbo “*quer*”, que transmite a ideia de “exigência”.

O fragmento discursivo [47] revela ainda não tratar-se de qualquer venda, mas daquelas que não estejam sendo usadas pela família proprietária, como demonstra a locução “*não esteja utilizando*”. Nesse sentido, tratar-se-á apenas daquelas cujo rendimento naquele momento não é de interesse da família proprietária do circo. Por outro lado, em um dos circos pesquisados, pertencente à família de C02, o único funcionário contratado não possui vendagens ou porcentagens as vendagens existentes. Desse modo, toda a receita gerada pertence à família proprietária do circo, conforme relatou outro integrante da mesma família que C02.

[48] Eu prefiro pagar os trezentos reais e a vendagem é minha. Por quê? Deu na hora da segunda parte e o [funcionário] tem que entrar e ele tem a *vendazinha* dele de algodão doce. Aí a *filinha* dele tá enorme lá pra vender algodão doce. Você acha que ele vai tá lá *atrás da cortina* ou vai *vender o algodão doce dele*? [C01].

Por meio dessa forma de organizar C01 consegue ter maior controle quanto à participação do funcionário no espetáculo. Compreende-se a partir do trecho supracitado a existência de polaridade entre os interesses dos donos de circo, como o é C01, e o interesse de funcionários envolvendo as vendas nos circos. A despeito disso, primeiramente, deve-se observar que as escolhas lexicais “*vendazinha*” e “*filinha*” contribuem para inferir sobre o baixo rendimento gerado com a venda de algodão doce. Quanto à polaridade, observa-se no fragmento discursivo a existência de uma contraposição de situações, em que o enunciador sinaliza ironicamente que o funcionário preferiria “*vender o algodão doce dele*” a estar “*atrás da*

cortina”, ou seja, permaneceria atendendo os clientes em vez de se preparar para a segunda parte do espetáculo. Com a finalidade de evitar que isso aconteça, diz preferir concentrar as vendas sob sua gerência.

Dando continuidade à apresentação dos principais assuntos discutidos nas partes deste capítulo, neste (item 5.2) foram analisados aspectos presentes nos fragmentos discursivos selecionados relacionados à constituição do funcionário circense (item 5.2.1), ao “contrato” de trabalho estabelecido entre os donos de circo e os funcionários (item 5.2.2), aos ofícios e remuneração provenientes desses “contratos” (item, 5.2.3) e aos ganhos complementares dos funcionários (item 5.2.4).

A análise dos fragmentos discursivos apontou a existência de marginalização dos sujeitos circenses contratados dos circos. Muitos deles relataram fatos que os ligam a algum tipo de precariedade. Antes, estavam envolvidos com crimes ou poderiam se tornar criminosos, passando dessa situação para uma tão quanto degradante nos circos. A baixa escolaridade dessas pessoas e a falta de ocupação no mercado de trabalho convencional os tornam candidatos aptos ao trabalho circense, pois não têm outra saída se não se submeterem a regimes de trabalho e de vida subumanos. Nesse sentido, a própria aceitação e a permanência no circo como trabalhador contratado é consequência do exercício de poder sobre eles, pois de acordo com Foucault (2011) o poder determina o comportamento dos sujeitos.

As condições iniciais de trabalho fora do circo produzem (no sentido foucaultiano) trabalhadores acostumados com o trabalho duro, no entanto, não como observado nos circos. Em meus dias de campo pude verificar como o labor circense destinado aos contratados é desgastante, não tendo eu aguentado a carga de trabalho por muito tempo. No entanto, para aqueles homens e mulheres trata-se de “tudo ou nada”. Os próprios donos dos circos pesquisados reconhecem a fragilidade na qual se encontram os contratados circenses, mas em vez de tornar a vida deles melhor acabam por fragilizá-los ainda mais, pois a eles pagam baixos salários e lhes privam de qualquer garantia trabalhista.

Ainda sobre eles, as famílias proprietárias dos circos pesquisados fazem incidir uma série de práticas disciplinares e de controle para garantir a organização proposta por aqueles que

ocupam o “lugar do próprio” nos circos. Desse “lugar”, os donos dos circos estabelecem penas para desvios de conduta e as regras de “contratação” dos funcionários, quase sempre desfavoráveis a eles. Não por completo, pois em meio a elas os funcionários encontram formas de subverter a ordem estabelecida quando, por exemplo, deixam de cumprir os prazos do “contrato” circense para buscar emprego em outros circos.

Contra isso, os circenses donos de circo criam formas de controle social para manter os funcionários em regime de trabalho semelhante ao trabalho escravo. Não com os mesmos mecanismos do período escravocrata do Brasil. Nos circos utilizam meios mais sutis, dentro daquilo definido por Foucault (2011), fazendo dos funcionários sujeitos presos aos circos por dívidas adquiridas na compra de bens pagos pelos donos dos circos e também por sistemas de afetividade que retiram a culpa que poderiam dirigir a alguém da família proprietária.

Com isso, os circos pesquisados se mostraram como “lugares” cuja organização perpetua as relações de trabalho e sociais que submetem os funcionários às regras convenientes aos interesses das famílias proprietárias. Diante das quais eles encontram pouco espaço de contraposições ou questionamentos, mesmo recebendo baixos salários e obtendo ainda mais baixos rendimentos com as porcentagens das vendas; sendo isso realizado por meio da posse dos meios de produção circense e da presença maciça de pessoas de uma mesma família cuja propriedade dos circos está ligada a ela.

5.3 Do “fazer a praça” à estreia

A atividade circense em cada uma das cidades onde o circo é armado é precedida por uma análise de viabilidade da atividade circense, especificamente para verificar se há terrenos disponíveis; como é a receptividade da uma população aos espetáculos circenses; se há interesse de gestores públicos de que o circo vá para a cidade e; quais concessões serão feitas às empresas circenses. Em conjunto, essas informações ajudam a definir o itinerário do circo, levando-se em consideração, principalmente, a lucratividade.

Com a finalidade de apresentar as práticas presentes entre o “fazer a praça” à estreia do circo em uma “praça” decidi manter uma organização expositiva que acompanhasse o fluxo dessas práticas, mesmo que algumas delas tenham íntima conexão com outras já discutidas. Contudo, mesmo havendo essa relação, no campo de pesquisa elas ocorreram em instâncias temporais

distintas. Mantê-las dessa forma, como se seguem, permite ao leitor compreender o cotidiano tendo como fundamento a sequência de suas revelações, a começar pela definição da região onde o circo irá circular.

5.3.1 *Destinos incertos*

Os circos pesquisados ficam, em média, duas semanas em cada cidade ou bairro. Esse período é determinado pelo número de pessoas que vão aos espetáculos, podendo ser inferior a esse tempo médio caso os ganhos sejam menores que os esperados. Leva-se também em consideração na determinação do tempo de permanência a disponibilidade de mão de obra para trabalhar na mudança do circo, pois havendo poucos funcionários contratados opta-se por ficar duas semanas. Isso evita desgaste excessivo dos trabalhadores. No entanto, dependendo da necessidade financeira dos proprietários o circo é mudado de cidade todas as semanas com vistas a arrecadar mais dinheiro. Com isso, aproveita-se somente o rendimento gerado pela primeira semana, sempre mais elevado que o da segunda.

Apesar da existência de um planejamento em que são conhecidos os dois ou três próximos destinos o itinerário pode ser alterado a qualquer momento, ao tempo em que a expectativa de lucratividade seja afetada por qualquer motivo. Mesmo com tal alteração, existem delimitações geográficas às quais os circenses estão condicionados, pois o acúmulo de conhecimento sobre determinadas regiões lhes beneficia mais que se fossem em busca de outras “praças” ainda não visitadas.

Por isso, a escolha do itinerário não é aleatória, como revela o fragmento discursivo a seguir: “[49] a visão que eu tenho é o seguinte: primeiramente *conhecer a região. Conhecer aonde você tá. Se você não conhece, dificulta muito as chances [...] de você acertar*” [C01]. O trecho “*conhecer a região. Conhecer aonde você tá*” denota que a atividade circense de “fazer a praça” requer conhecimentos prévios sobre a região. Caso não tenha esse conhecimento “*dificulta muito as chances [...] de você acertar*”. Prova disso, é que em um passado recente, um dos integrantes de uma das famílias dos circos pesquisados tinha o território nacional como limite para suas atividades, mas suas lembranças não eram boas, tendo em vista a baixa arrecadação.

Antes mesmo da montagem de um circo, o primeiro passo é ir à prefeitura solicitar ao prefeito, por meio de requerimento específico, a realização do espetáculo circense. Nesse documento, deve-se informar o período de realização do evento e os dados da empresa. No entanto, o pedido não torna a ida do circo para a cidade uma obrigação, muito porque também não é pago qualquer valor para protocolar o pedido. Essa facilidade permite aos secretários impetrarem vários requerimentos em quantas cidades acharem necessário. Feito o pedido e sendo ele aceito, outros circos ficam impedidos de serem armados nas datas estabelecidas nesses documentos.

Apesar disso, as observações mostraram que um circo pode se passar por outro que obteve a licença, sendo isso facilitado pela diferença existente entre o nome da pessoa jurídica e o nome fantasia usado pelas empresas circenses. Observa-se, a partir disso, como os secretários, aproveitando-se da falta dessa característica criam “espaços” para subversão, como elucida Certeau (2012a). Apesar dessa possibilidade, alguns secretários estabelecem entre si relações mais éticas que evitam essa prática. Nesse último caso, em vez de disputas, há a negociação do itinerário dos circos entre os secretários de cada um deles, promovendo com isso uma melhor dispersão geográfica das empresas circenses, no entanto, incerta.

Dentre as cidades presentes na região de atuação dos circos pesquisados, sobre as quais os secretários têm conhecimento, a característica mais importante que faz uma delas ser incluída no itinerário é a existência de terrenos favoráveis à instalação dos circos. Isso se dá pelo fato de em muitas delas haver grande ocupação da área urbana, o que dificulta reunir em um só lugar os requisitos para implantar a arquitetura circense, sendo o principal deles espaço suficiente, e atrair o público, ou seja, que não diste muito das aglomerações urbanas. Desse modo, quando o secretário chega à cidade para “fazer a praça” ele mobiliza a sua rede de contatos para conseguir um terreno previamente identificado. Caso se trate de um terreno público o mesmo é solicitado à prefeitura. Essa última opção é mais desejada, pois assim a gestão do circo tem certeza que ficará livre de pagar por sua locação.

Porém, não havendo terreno público disponível ou sendo a sua cessão negada, o secretário, nesse caso ocupante do “lugar do outro” nas relações de poder segundo Certeau (2012a), procura por proprietários de terrenos privados. Nesse caso, tenta-se primeiro obter a gratuidade para a utilização da área, usando para isso o estigma de que os circenses, tomados de maneira geral, sejam pessoas desfavorecidas financeiramente. Se a gratuidade não for

possível, paga-se pelo terreno ou procura-se por outra “praça”. Os valores cobrados dos circos são variados e conforme as observações partem de R\$ 500,00, podendo alcançar até R\$ 2.000,00 por temporada.

Dados os valores normalmente cobrados pelos terrenos alguns secretários em vez de locação optam pela invasão desses terrenos, porém, essa prática não é comum, e só acontece quando um circo com limitação financeira encontra dificuldade em obter áreas gratuitas. Por força da sequência de “praças” ruins alguns grupos circenses chegam às cidades financeiramente desestabilizados e não podem pagar pelos terrenos. Em face dessa dificuldade, observada em dois dos pesquisados, pode-se decidir excluir do itinerário as cidades em que os secretários não conseguiram terrenos de forma gratuita.

Às vezes faltam aos circenses opções de terrenos e isso os obriga a armar onde normalmente não armariam, como pode ser visto nos fragmentos discursivos a seguir: “[50] *nós arrumamos lugares, mas os terrenos tava tudo fechado para festa na cidade, aí a prefeitura não quis arrumar. Aí tivemos que montar aqui, às pressas*” [B01] e; “[51] fui *obrigado* a armar aqui porque *não tinha outro jeito*” [B03]. Subjaz às locuções “*nós arrumamos*” e “*prefeitura não quis arrumar*”, presentes no fragmento [50], a ideia de que a personagem “*prefeitura*” ocupa um “lugar” de poder na cessão de terrenos. Mesmo tendo encontrado um terreno, B01 revela que não foi permitido pela personagem armar o circo. Como consequência, tiveram que montar o circo “*às pressas*”, ou seja, como medida emergencial noutra terreno. Tal medida é corroborada por B03, quando afirma no fragmento [51] ter sido “*obrigado*” a armar o circo no local onde estava localizado no momento da entrevista.

A locução “*não tinha outro jeito*”, presente no último período do fragmento [51], é elucidativa do papel das prefeituras e de como elas organizam o uso do espaço urbano. Na relação com os circenses essa personagem localiza-se naquilo que Certeau (2012a) chamou de “lugar do próprio”. Estando assim localizada, ela consegue gerir também o comportamento dos circenses, limitando-os a atuarem em áreas determinadas por ela. Sendo assim, como evidenciou B03 por meio da seleção lexical “*obrigado*”, e tendo em vista as colocações de Foucault (2012), a prefeitura limitou o campo da atuação circense, tornando a procura por outra área para armar o circo previsível e de acordo com sua vontade.

A escolha de uma “praça” depende também de quando um circo esteve nela pela última vez. Em caso de contabilizar pouco tempo, deve-se evitar armar o circo nela. Os circenses costumam dizer nesses casos que a “praça” está “cansada” [Diário de campo, 18 de março de 2015]. Sendo assim, “[52] tem que esperar aí no mínimo, no mínimo um ano e meio, dois pra o povo sentir *saudade* de circo” [R01]. O léxico “*saudade*” revela ter decorrido o lapso temporal descrito pelo enunciador, ou seja, quando a ida do circo para determinada “praça” gerará o rendimento que justifica armar o circo nela.

Pior que a frequência de um circo na cidade nos últimos tempos, ou seja, sem que a “praça” esteja com “*saudade*” é se, além disso, o circo anteriormente presente for considerado pior que aquele que está por vir. Assim, “[53] não adianta você *entrar atrás* de um circo se o circo for *pior* do que você. Você vai *se danar*” [C01]. A expressão “*entrar atrás*” é usada pelo enunciador para se referir à chegada de um circo logo após outro ter saído de uma “praça”. No entanto, isso só será um problema se o circo for considerado “*pior*”. Basicamente, um circo é considerado pior que outro em termos de espetáculo. Nesse caso, armar o circo em uma cidade ou bairro onde havia um circo com espetáculo pior pode representar insucesso financeiro, sendo isso inferido através da expressão “*se danar*”.

Outro fator condicionante na determinação do itinerário circense é a programação de festas regionais. Talvez esse seja o mais importante deles, pois os circenses alegam o desprestígio do evento circense diante dos demais. Em alguns casos, a instalação do circo é expressamente vetada por atores públicos, normalmente pelas prefeituras, por consequência de a previsão de sua chegada coincidir com a realização de alguma festividade. Mais restritivo se torna se a festa for organizada por autoridades locais, como se poderia dizer de líderes espirituais. Nas pequenas cidades, as preferidas pelos circos pequenos, esses atores sociais exercem grande poder, não sendo possível opor-se diretamente aos seus interesses como revela trecho abaixo extraído do diário de campo.

Quem nos atendeu na prefeitura foi uma conhecida do circense que eu acompanhava e que também quis saber sobre a chegada do circo [...], pois ele não poderia ser armado antes da realização da festa do padre. Essa foi uma condição estabelecida antes de qualquer acordo o circense e a prefeitura. A festa do padre não podia contar com a presença do circo na cidade, tendo em vista a concorrência por público que se estabeleceria entre os eventos. [...] Não tinha outra opção, se não acatar tal exigência. [...] Além da festa do padre, também houve grande preocupação com a permanência do circo na cidade durante o carnaval. Foi solicitado, assim, que o circo fosse embora antes do início das festividades que marcam o período de carnaval,

também para não concorrer em público com ele [Diário de campo, 14 de janeiro de 2015].

No caso acima, a exigência em relação à chegada do circo seria cumprida, pois a prefeitura só liberaria o alvará de funcionamento após o encerramento das festividades. No entanto, mesmo o alvará tendo prazo de vigência, ou seja, com data determinada para que o circo deixe de oferecer espetáculos naquela cidade, havia o interesse do secretário em não deixar a cidade antes do carnaval. Dessa forma, ele iria descumprir um acordo feito com a prefeitura e disse que estando na cidade tudo mudaria, deixando-se entender que iria subverter as regras estabelecidas no acordo informal. Observa-se, nesse caso, que enquanto o circo não está na cidade o secretário atende às exigências feitas a ele, agindo, assim, convenientemente de acordo com o poder que determina, naquele momento, a atuação da empresa circense. À medida que passa a ter contato com a sociedade local é provável que o secretário consiga reunir elementos que o permitam ficar com o circo armado mais tempo, além daquele estabelecido previamente.

5.3.2 Poder disciplinar e a criação de “espaços”

Observada a existência de terrenos para armar o circo, a receptividade da população ao espetáculo circense, a presença ou não de outros circos em períodos anteriores e o calendário festivo, e se mesmo assim decidir-se pela inclusão de uma cidade no itinerário do circo, o secretário deve negociar as exigências para que a permissão para armar o circo seja concedida, bem como providenciar formas para prover os demais circenses do fornecimento de água e energia elétrica. Essa fase do processo para a instalação temporária das organizações circenses nas cidades é povoada por práticas astuciosas que tornam o funcionamento dos circos imerso em complexas relações de poder estabelecidas entre vários atores sociais.

A atuação empresarial circense é regulamentada por leis que dificultam, do ponto de vista dos donos do circo, a produção do espetáculo circense, principalmente a de pequenas organizações. Em muitos casos os gestores desses pequenos negócios não estão dispostos a comprometer parte de seus lucros no atendimento às exigências legais feitas por diversas instituições, que exercem sobre eles poder disciplinar. Como consequência, os donos dos circos pesquisados diante desse tipo de poder requerem dos gestores municipais maior receptividade aos circos, concedendo incentivos às organizações circenses.

Assim sendo, “[54] eu vou trazer um espetáculo de cultura aqui, a *prefeitura* tinha que me receber de *braços abertos*, como espetáculo cultural, né? Mas *circo é muito marginalizado*, ainda é muito marginalizado” [C03]. De acordo em esse fragmento discursivo, produzido pelo dono de um dos circos pesquisados, a personagem “*prefeitura*” deveria ser mais receptiva às organizações circenses. A expressão “*braços abertos*” dá exatamente essa ideia, na medida em que elucida de modo figurativo uma forma acalorada de recepção. No âmbito do intradiscursivo, essa metáfora aponta, ainda, para uma situação de desburocratização do processo de obtenção de licenças de funcionamento, algo tido pelos circenses como primordial. No entanto, atualmente a atividade circense é tida pelas prefeituras, conforme o fragmento, como uma atividade feita por marginais, pois segundo C03 o “*circo é muito marginalizado*”. Nesse sentido, a metáfora “*braços abertos*” opõe-se ao tema “marginalização” tão frequente no discurso dos integrantes das famílias proprietárias.

Não obstante, a marginalização atribuída aos sujeitos de pesquisa que desestimula a atividade artística circense não se apresentou como compartilhada pelos circenses em relação a todas as prefeituras. Um episódio observado durante a construção de dados foi bastante elucidativo dessa constatação, quando os donos de um dos circos pesquisados foram procurados pessoalmente pelo prefeito de uma cidade vizinha àquela onde o circo se encontrava, como descreveu um deles: “[55] *o cara* veio pedir pra gente ir pra lá, entendeu? Aonde você já viu um prefeito vim *pedir* pra você levar o circo pra lá?” [R03]. A característica mais marcante desse fragmento discursivo é o espanto do enunciador perante o ocorrido, pois, decerto, não é comum receberem um convite como esse. O emprego do verbo “*pedir*” designa uma atitude contrária ao tema “marginalização” e sinaliza que os circenses, nessa relação, deixaram momentaneamente de ocupar o “lugar do outro” no “fazer praça” para ocupar o “lugar do próprio” na visão certauniana. Pois a falta de opções de lazer em cidades pequenas como à qual pertence a personagem “*o cara*” favorece essa reconfiguração, pois com a chegada de uma organização circense também chega a elas um evento cultural, às vezes, não imagináveis nesses locais.

No entanto, situações como a descrita acima não diminuem a frequência com que o tema “marginalização” aparece no discurso dos proprietários dos circos pesquisados, pois a sua manutenção é uma forma encontrada por eles para legitimar o descumprimento de leis que

regem o funcionamento dos circos, cuja fiscalização, segundo o fragmento discursivo a seguir, aumentou.

[56] Há uns dez anos atrás não tinha assim uma *perseguição como tem hoje*, entendeu? Com o circo. *As pessoas viam o circo como ele deveria ser visto*. “Uma *atividade cultural* que está chegando para a minha cidade”. Beleza, nunca foi *recebido de braços abertos*, como diz a *campanha* do *Ministério*: “*receba o circo de braços abertos*” [C01].

Ao usar a expressão “*perseguição como tem hoje*” o enunciador quer se referir implicitamente ao aumento da fiscalização da atividade circense, tendo em vista que instituições passaram a fiscalizar ainda mais o funcionamento dos circos, principalmente sobre os aspectos ligados à segurança dos espectadores. Para legitimar seu posicionamento, o enunciador menciona um período em que “*as pessoas viam o circo como ele deveria ser visto*”, ou seja, com importância, considerada por ele, como devida. Ao atribuir ao circo a qualidade de “*atividade cultural*” C01 quer justificar a necessidade de ele ser “*recebido de braços abertos*”. Essa expressão carrega consigo a ideia de ser dado mais apoio aos circos, conforme já discutido neste tópico. No entanto, em nenhum momento de sua fala ele trata o circo como uma empresa, em que seus donos obtêm lucros e que esses lucros poderiam ser revestidos no cumprimento da legislação.

A visão do enunciador também é legitimada pela utilização da intertextualidade presente na frase “*receba o circo de braços abertos*”, tendo como autoria indicada por ele a personagem “*Ministério*”, nesse caso, o Ministério da Cultura, ligado ao Governo Federal. O contexto originário dessa produção intertextual, em uma “*campanha*”, mostra o alinhamento do discurso do enunciador com o discurso produzido pelo Ministério da Cultura, cujo objetivo é promover as organizações circenses. Porém, mesmo com o apoio de uma Instituição com prestígio nas relações de poder naquilo que tange à produção cultural no país o enunciador admite que as organizações circenses nunca foram recebidas de “*braços abertos*”, como sugere a penúltima frase do fragmento [56].

Em casos mais extremos, a dificuldade para atender aos requisitos legais para a montagem do circo faz os secretários reforçarem a ideia de marginalização em torno da organização circense. Segundo um deles, “[57] [...] tem *cidade* que não gosta de circo. ‘Não, eu não cedo o alvará, eu não cedo espaço para o circo, *eu não gosto de circo*’” [C01]. Nesse caso, o enunciador descreve uma situação de impedimento ao funcionamento do circo, baseando-se

nas supostas considerações de um gestor público sobre a atividade circense. No entanto, a metonímia “*cidade*” usada pelo enunciador não reflete adequadamente a posição da população de uma cidade sobre a arte circense, mas sim, de gestores municipais que diante da sua condição de ocupantes de um “lugar” de poder podem impedir o funcionamento de um circo. A expressão “*eu não gosto de circo*”, presente no trecho intertextual reproduzido pelo enunciador, reflete a tentativa do enunciador de atribuir a um gosto pessoal do gestor público a responsabilidade pelas dificuldades encontradas pelas organizações circenses em determinadas cidades.

A argumentação tecida por C01, no fragmento [57], silencia sobre o fato de o funcionamento dos circos ser marcado pela realização de diversas subversões no sentido dado por Certeau (2012a). Duas das mais comuns envolvem o consumo de água e de energia elétrica. Os valores cobrados pelo fornecimento desses recursos são variáveis dentre os estados em que os circos pesquisados costumam frequentar. As companhias responsáveis por esses serviços cobram taxas de instalação consideradas altas pelos donos dos circos e algumas delas, além das taxas de fornecimento, cobram pela quantidade consumida, registrada em hidrômetros e em medidores de energia instalados provisoriamente. Por se dizerem sem dinheiro disponível para isso muitos dos circos obtêm esses recursos de forma clandestina e, com isso, descumprem regras relativas ao acesso à prestação desses serviços.

Nas conversas e entrevistas realizadas o tema “clandestinidade na obtenção de água e energia elétrica” sempre foi evitado, talvez porque revelasse nitidamente a subversão de regras que se delatadas poderiam levar os circenses a sofrerem punições, como a seguir: “[58] [...] eu *prefiro pedir* a luz de uma casa, dar uns ingressos, que a maioria das vez a gente faz é isso aí, né? A gente não concorda com essas coisas de *gato*, esses negócio assim” [I01]. O léxico “*prefiro*” expressa a realização de uma prática, “*pedir*”, diferente daquela à qual o enunciador se opõe, denominada “*gato*”, que consiste em obter energia elétrica de maneira ilegal. No entanto,

Na entrevista realizada, quando falamos sobre o serviço de fornecimento de energia elétrica, [o entrevistado I01] disse não fazer “gato”, mas ao mesmo tempo em que dizia isso esboçou expressões faciais que significavam o contrário [Diário de campo, 28 de março de 2015].

Assim, apesar de ser evitada no plano discursivo, nas observações realizadas essa prática sempre esteve presente nos circos pesquisados, como ilustra, abaixo, a FIG. 9.



FIGURA 9 - Instalação para captação clandestina de energia elétrica
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Apesar de clandestina, a ligação ilegal estava exposta diante do circo. Nesses casos, a ligação elétrica é feita por algum circense sem que possua para isso conhecimentos técnicos necessários. Isso se mostrou ser um grande perigo contra a vida daqueles que executam esse tipo de trabalho nos circos, pois choques elétricos e outros tipos de acidente foram relatados como sendo frequentes. Apesar de comum, essa prática só é possível em pequenas cidades ou em bairros mais distantes do centro, conforme relatou um dos entrevistados: “[59] [...] quando é um lugar assim, a gente encosta, faz um gato. Até eu subo ali e ligo ali, mas é lugar pequeno” [C04]. Em virtude de muitas dessas empresas terem dificuldade financeira, os circenses buscam na periferia ou nas pequenas cidades os elementos necessários para agir fora do alcance do poder disciplinar obtendo, assim, energia elétrica sem pagar por ela.

Durante as entrevistas um dos sujeitos de pesquisa ao refletir sobre a prática do “gato” relatou o seguinte: “[60] [eu] não deveria estar sentindo que estou *roubando* isso do Estado, entendeu?” [C01]. Como retrata o fragmento discursivo selecionado, o enunciador admite que faz ligação clandestina de energia elétrica, pois diz estar “*roubando*”, mas que não deveria ser

assim. Essa consideração reforça o tema “espetáculo circense enquanto atividade cultural” e que, por isso, deveria ser incentivado. De modo subjacente à afirmação feita por C01 encontra-se a ideia de as organizações circenses serem recebidas de “braços abertos” e que isso desobrigue os circenses de cumprir uma série de requisitos legais.

Outra norma que rege o funcionamento dos circos estabelece o pagamento de taxa para despesas de policiamento. Assim, sendo o espetáculo circense considerado um evento, torna-se obrigatório o pagamento dela. De todas as taxas cobradas essa é a que os circenses mais resistem em pagar, pois eles a consideram cara, como pode ser visto no fragmento discursivo abaixo.

[61] [...] [a] taxa da Polícia Civil ela é *absurda*. Ela é *quinhentos e tanto*. Pra festa ela é *setenta e poucos reais*. Pra circo é *quinhentos e tantos reais*. É um absurdo essa taxa. Eu nem procuro assim, eu dou meio que de *João sem braço*. [...] A gente chega, a gente chega e nem procura delegacia. Espera o *delegado* chamar. Na hora que ele chama a gente vai embora. [...] O delegado uma vez falou, que eu não procurei ele e se eu tivesse trabalhado sem procurar ele, no outro dia ele ia passar lá e ia me prender. *Cê acredita?* [R01].

No primeiro período do fragmento discursivo selecionado o enunciador se posiciona contrário à obrigação de ter que pagar para ter policiamento durante os espetáculos. O emprego da palavra “*absurda*” foi feito para marcar essa oposição, pois ele a considera cara. De todos os valores que compõem as despesas pagas por um circo em uma “praça”, somente os gastos com o aluguel de terrenos podem ser maior que a taxa de segurança pública. O enunciador fez uma comparação entre os valores cobrados de festas, “*setenta e poucos reais*”, e das organizações circenses, “*quinhentos e tanto reais*”. Com isso, ele quis reforçar a falta de apoio às organizações circenses e sugere que o valor mais elevado cobrado delas dificulta o cumprimento dessa obrigação.

Como consequência dessa cobrança e da discordância quanto a ela R01 esclarece que tenta não pagá-la, dando uma de “*João sem braço*”. Por meio dessa metáfora ele deixa transparecer que diante da necessidade de pagá-la age de modo desentendido e astuto, fingindo desconhecer-la ou tê-la esquecido. Com isso, dada a existência de possibilidade de criação de “espaço” no sentido atribuído por Certeau (2012a), ao chegar a uma cidade ele se comporta como se desconhecesse tal cobrança e assim permanece até ser procurado pela autoridade competente, “o *delegado*”. Entretanto, quando isso acontece, o enunciador afirma deixar a cidade em que está para não cumprir tal obrigação. Com isso, os circenses podem trabalhar

por vários dias ilegalmente, valendo-se do “espaço” criado em meio ao “lugar” organizado no qual a autoridade policial exerce vigilância, no entanto, de modo não ininterrupto. No final de sua fala, R01 se mostra surpreso com a possibilidade de ser preso por não pagar a taxa de segurança pública. Por meio da locução “*cê acredita?*” ele tenta convencer de que o motivo para tanto não se justifica e que ele não se enquadra como alguém que merecesse essa punição.

Em alguns municípios onde os espetáculos circenses são apresentados, quase sempre cidades pequenas, atores públicos que ocupam o “lugar do próprio” não têm clareza quanto aos deveres da organização circense e por esse motivo falham no exercício de práticas panópticas. Os secretários dos circos apesar de saberem quais são, em contato com esses atores esperam que as exigências lhes sejam lembradas. Sendo assim, o secretário irá cumprir somente o que lhe for solicitado. Em meio ao desconhecimento dos deveres circenses para a realização de um espetáculo, o laudo técnico do Corpo de Bombeiros, em muitos casos, não é exigido. Desse modo, apesar da exigência de vistoria do Corpo de Bombeiros, em nenhuma das “praças” onde os circos pesquisados foram armados ela ocorreu.

Porém, mesmo tendo certeza de que a fiscalização não iria aos circos as observações foram capazes de constatar vários cuidados, não necessariamente para garantir a segurança do público, mas, principalmente, para criar uma imagem de conformidade às regras de segurança. Em termos analíticos, essa prática demonstra uma subversão ao desígnio do poder exercido pelo Corpo de Bombeiros que exige segurança em um espetáculo circense. No entanto, em alguns casos, os circenses sequer se preocupavam em esconder a existência de riscos, como pode ser visto na figura a seguir.

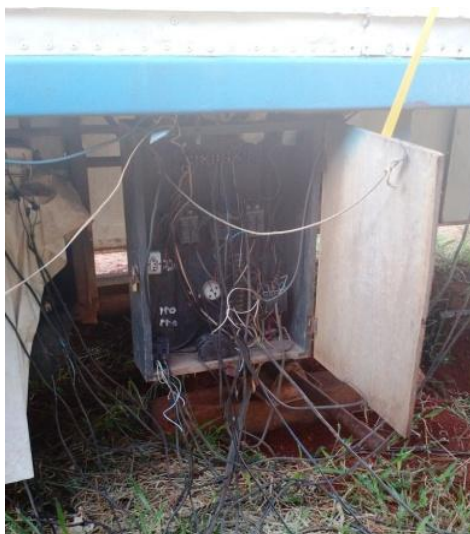


FIGURA 10 - Caixa de distribuição de energia elétrica
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Adicionalmente, antes do início de cada espetáculo, é dito à plateia que as instalações estão em conformidade às exigências do Corpo de Bombeiros. Esse anúncio foi unânime em todos os circos pesquisados e tenta evitar denúncias aos órgãos competentes. Com essa mesma intenção há indicações de saídas de emergência, luzes de emergência em caso de panes elétricas e extintores de incêndio afixados em locais visíveis. Outra forma de evitar denúncias é esconder do público equipamentos em más condições de conservação, como se pode dizer das faixas usadas na fixação das lonas. As faixas em pior estado, desfiadas, são usadas na parte de trás dos circos, fora do campo de visão dos espectadores, ou seja, daqueles que durante o espetáculo possam servir ao poder disciplinar.

Essas subversões se dão devido à dicotomia entre seguir as normas de segurança e obter lucros mais elevados. Do ponto de vista dos donos do circo as normas de segurança são incoerentes com a realidade circense, considerada por eles diferentes das de outras empresas. Os circenses argumentam, ainda, sobre a falta de recursos financeiros e por isso colocam a segurança das pessoas em segundo plano diante dos requisitos para se atingir os objetivos da empresa circense. Em um dos circos pesquisados, por exemplo, os extintores de incêndio estavam vencidos há anos e, alertado sobre o fato, o dono do circo negou ao secretário dinheiro para trocá-los.

Com isso, os espectadores estão, em muitos casos, lançados à própria sorte, pois não podem contar com a segurança necessária enquanto estão diante dos artistas em suas *performances*.

Em um dos circos eu testemunhei os espectadores submetidos a isso, quando em um incidente durante o espetáculo “[...] uma das hastes de sustentação da cama de voo, que ficava sobre o solo, firmando uma das cordas que compõem o aparelho, partiu-se [...] e por pouco não feriu alguém” [Diário de campo, 18 de janeiro de 2015]. Nesse sentido, a organização circense congrega apresentações onde todos estão em risco, não somente os artistas em números perigosos. Assim, enquanto os artistas desafiam seus próprios limites com base nos riscos, os espectadores os assistem sem saberem os perigos aos quais estão submetidos.

A segurança alimentar também é alvo de regulamentações da Vigilância Sanitária e, portanto, do exercício do poder disciplinar. Sendo assim, frequentemente são feitas incursões aos circos em busca de irregularidades envolvendo os alimentos comercializados. Não é difícil encontrar irregularidades nessa parte do trabalho circense, pois as instalações são quase sempre precárias e, portanto, desconformes às exigências. Em um desses circos pesquisados os circenses foram surpreendidos pela vistoria feita por dois fiscais, conforme trecho abaixo tirado do diário de campo.

A princípio estavam querendo saber o que era vendido de alimento no circo, mas logo um dos fiscais alertou que a pipoca não deveria permanecer no carrinho usado para vendê-la, como se podia observar [Diário de campo, 12 de janeiro de 2015].

Outras irregularidades que podiam ser identificadas foram afastadas do conhecimento dos fiscais, tendo em vista o fornecimento de informações falsas a eles. Uma delas foi para esconder deles que a produção de pururuca é feita ali mesmo, no circo e que depois de prontas ainda ficam estocadas por vários dias. De acordo com os fiscais, isso não poderia acontecer, mas a situação foi contornada após um dos donos do circo astutamente, no sentido certeuniano, dizer que elas foram compradas prontas e depois embaladas em quantidades menores para venda no varejo.



FIGURA 11 - Preparação de batata frita
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Pode-se notar na figura acima que o local não propicia condições sanitárias adequadas à produção de alimentos, que se desveladas, poderiam ser reprimidas por fiscais sanitários. As sanções impostas aos circenses por violarem regras sanitárias incluem multas e o fechamento da praça de alimentação impedindo, com isso, a venda de alimentos durante os espetáculos.

5.3.3 A montagem

Após deixarem o terreno onde estavam, geralmente às terças-feiras, pouco a pouco a estrutura é transportada para a próxima “praça”, e no terreno a montagem começa habitualmente quarta ou quinta-feira. Independente do dia em que toda a estrutura chegará tudo deve estar pronto para a estreia às sextas-feiras. Assim, de maneira concomitante às medidas necessárias à realização dos espetáculos, discutidas no tópico anterior, deve-se iniciar a montagem da estrutura circense. Afinal, poucos dias separam a chegada dos circenses a uma cidade do dia da estreia.

A primeira etapa da montagem consiste em posicionar as moradias nos terrenos e de maneira não aleatoriamente a distribuição delas é determinada pelos donos dos circos ou pelos capatazes, que durante a montagem agem de acordo com os interesses daqueles. A pesquisa de campo apontou que as moradias dos funcionários são colocadas sempre nos fundos dos circos com propósito de esconder dos transeuntes as moradias menores e em piores condições. Isso evita que julgamentos negativos sobre a qualidade do circo sejam feitos, dentre eles sobre a qualidade de vida dos circenses, pois segundo um dos sujeitos de pesquisa “[62] *derruba a imagem* do circo ficar botando um *trailer* desses [ruim] na porta do circo, com esses menininho peladinho” [R03]. Para o enunciador, por meio do uso do léxico “*derruba*”, as más

condições da moradia apontada por ele e destinada a um funcionário podem depor contra a “*imagem*” do circo. O termo *imagem* refere-se não diretamente à estética do circo, mas sim sobre as considerações que possam fazer sobre ele.

O fragmento discurso produzido por R03 sobre o controle daquilo que a população de determinada “praça” possa dizer sobre o circo também leva em consideração agir sobre a visibilidade das condições sociais dos filhos do funcionário ao qual se refere. Com esse objetivo, o enunciador admite que ao definir a localização do “*trailer*” em que mora o funcionário em questão opta por um local onde as crianças fiquem longe do olhar dos transeuntes. Por consequência dessa necessidade e a de manter os funcionários sob o olhar disciplinador dos proprietários dos circos, esses últimos estabeleceram um modo de organização das moradias nos terrenos comuns aos circos pesquisados.

Dessa forma, à semelhança do panóptico de Bentham, as organizações circenses pesquisadas estavam estruturadas geograficamente com base em regiões (zoneamentos) designadas a cada um dos grupos que as compunham. Na disposição arquitetural proposta por Bentham essa divisão das pessoas em determinadas áreas separa vigilantes de prisioneiros; no circo, integrantes das famílias proprietárias de funcionários. Em termos mais precisos, os fundos dos terrenos são ocupados pelos funcionários, cuja localização tem como objetivo favorecer a vigilância sobre eles, na medida em que torna seus corpos dóceis e alinhados aos interesses daqueles que ocupam os “lugares” de poder nos contextos circenses pesquisados, notadamente os donos dos circos e seus familiares. Confinados em áreas pré-estabelecidas os funcionários têm seus corpos controlados no intuito de criar uma imagem favorável à organização, mas também de proteger o patrimônio e preservar o ambiente “familiar”. Poder-se-ia utilizar, para retratar essa divisão, aproveitando-se a ideia de escravidão referente às condições gerais do trabalho realizado pelos funcionários, as metáforas “*casa-grande*” e “*senzala*” como artifícios para mostrar as divisões socioespacial e geográfica.

Na “*casa-grande*”, localizada sempre na parte da frente dos terrenos, conforme FIG. 12, as famílias proprietárias exibem as melhores moradias e seus automóveis como signos que servem para comunicar às pessoas da “praça” que o espetáculo tem qualidade. Por outro lado, na “*senzala*” os funcionários se amontoam em pequenas acomodações com pouco conforto. Entre esses dois polos, a lona principal.

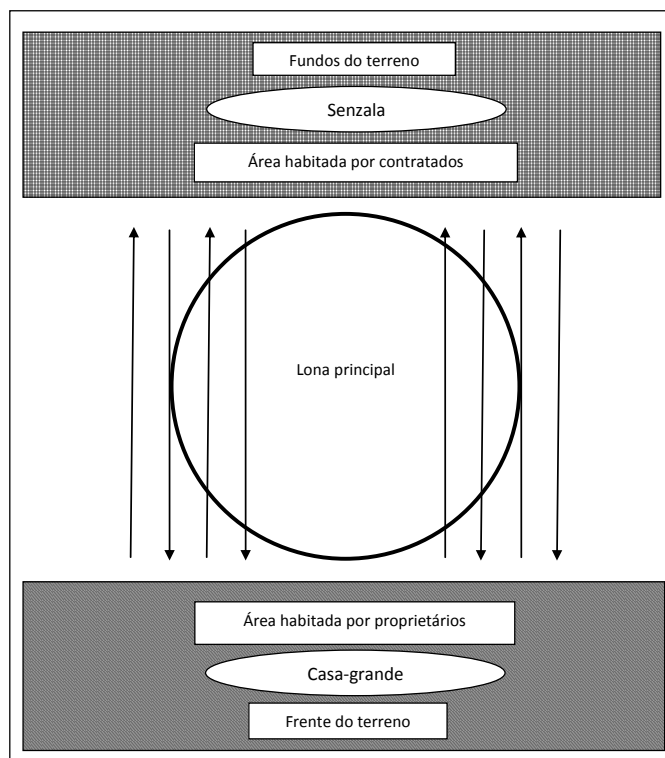


FIGURA 12 - Esquema arquitetural e de vigilância no circo
 Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Aquilo que os separa, a lona principal, também é o que os une. Sob ela, os palcos, onde os integrantes das famílias proprietárias circenses se unem aos funcionários em torno de uma produção comum, mas com significados não convergentes. Durante o dia permanecem separados, mas ligados de um modo bastante engenhoso do ponto de vista do exercício do poder, assim, enquanto a noite não cai, o “pano de roda”³⁹ fica suspenso (FIG. 13), permitindo a ambos os grupos que habitam os circos gerir práticas panópticas. Assim, pelas frestas em meio a um emaranhado de cordas os corpos são expostos quando deixam as moradias. Então, para não ser vigiado, melhor ficar dentro das moradias. No entanto, as condições das moradias dos funcionários, todas elas sem ar condicionado os obrigam a ficar por vários momentos sob a lona principal, o que faz deles os mais visíveis, portanto, os mais vigiados.

³⁹ O pano de roda é a lona lateral que circunda a área sob a lona principal, onde se localiza o palco e a área destinada à plateia, conforme se observa na FIG. 14. Ela foi registrada nos fundos do circo, de onde podem ser vistas, através do emaranhado de cordas, as moradias dos circenses em disposição circular.



FIGURA 13 - Pano de roda da lona principal suspenso durante o dia
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Essa condição de mais vigiados pode ser legitimada levando-se em consideração a fala de um entrevistado pertencente a uma das famílias proprietárias: “[63] as nossa residência [...] tá muito *exposta*, então *eles [funcionários] têm muito acesso*” [C02]. O termo “*exposta*” reflete uma condição das moradias dos integrantes das famílias proprietárias, contudo, refere-se à exposição delas a algum tipo de perigo e não propriamente *exposta* no sentido de estar a vista ou a mostra. Já a locução “*eles [funcionários] têm muito acesso*” relaciona implicitamente esse perigo aos funcionários, colocando-os como supostos causadores desse estado de temeridade. Dessa forma, classificar os funcionários como um grupo ao qual se deve temer, tendo em vista suas ações, torna-se a principal motivação para a existência do sistema de vigilância instaurado no circo e elucidado por C02.

O contato visual propiciado por esse sistema é uma forma de controle tão intensa que os funcionários são proibidos de se aproximarem das residências dos donos do circo. Ao chegar para trabalhar em um circo, após ser contratado, o funcionário começa a ter contato com esse limite e passa a identificar áreas onde a sua presença só é permitida se convidado, como também relatou C02: “[64] eu vou impondo *de acordo*. Você chega na minha porta: ‘ah eu to querendo isso’. ‘Um momento que eu vou pegar’. Eu já to *botando um ponto* pra você. ‘Me aguarda aqui’. Então, daqui prá cá não” [C02]. Analisando esse fragmento discursivo, observa-se que os limites são impostos gradualmente, ou “*de acordo*” com as ações dos sujeitos contratados, na medida em que se aproximam de zoneamentos controlados pelos integrantes das famílias proprietárias.

Passados alguns dias após chegarem ao circo os funcionários têm a dimensão desses zoneamentos vigiados e, com isso, passam a conhecer os contornos do sistema de vigilância construído para dar segurança à família proprietária. Segundo C02, “*botando um ponto*” ele está definindo até onde os funcionários podem ir, não sendo permitido, nesse caso, pisarem sob o toldo dessas moradias. Nesse sentido, como efeitos do poder e corroborando as ideias de Foucault (2012), há nos circos pesquisados até a previsibilidade quanto à locomoção dos funcionários nos terrenos onde os circos são armados, tendo como balizador o esquema arquitetural apresentado pela FIG. 12.

O limite imposto à circulação dos funcionários no circo é comum no contexto circense, onde alguns locais podem ser até inacessíveis, pois, conforme revelou um funcionário em “[65] eu nunca imaginaria que eu chegaria dentro da casa da patroa” [B02] e em “[66] [...] dono de circo nenhum deixa chegar na porta do *trailer*” [B02]. Essa condição foi observada em três dos circos pesquisados e mostra como a organização do espaço circense é regida por práticas particulares, onde é permitido aos funcionários, em casos diversos a esse, frequentar a sala de estar das residências dos donos de circo.

Assim, durante os dias de pesquisa de campo por vários momentos sentamos (eu, integrantes das famílias proprietárias e funcionários) à sala dessas residências e assistimos TV. Essa permissividade espantou a mim e a funcionários dos circos, pois as experiências anteriores, tanto as minhas quanto as de alguns deles, davam a entender tratar-se de exceções. O interior da casa da “*patroa*” do enunciador B02 parecia inalcançável pela sua condição de funcionário, portanto, de subjugado na relação de trabalho estabelecida com ela. Sua declaração indica, ainda, surpresa e reluz o distanciamento entre esses dois grupos de pessoas no cotidiano circense. Enfim, ele estava no interior da “*casa-grande*” sentado com seus “*senhores*”.

Sendo assim, projetada para vigiar os funcionários em suas atividades diárias, a estrutura esquematicamente representada na FIG. 12 e ilustrada pela FIG. 13 é usada por eles de modo a prover o mesmo “*esquadrinhamento*” em relação aos integrantes das famílias proprietárias dos circos. Em suma, os funcionários são vigiados, mas também vigiam o movimento dos corpos dos donos dos circos pesquisados. Sendo assim, aqueles sabem quando esses deixam os circos e se há alguém presente que possa flagrar algum tipo de comportamento subversivo. Porém, a própria vigilância exercida pelos funcionários ao aproveitarem a estrutura panóptica

criada pelos ocupantes do “lugar do próprio”, nesse caso os donos dos circos e seus familiares, é uma subversão no sentido definido por Certeau (2012a).

Comparando essa arquitetura de vigilância existente nos circos (FIG. 12) ao panóptico de Bentham, apropriado e descrito por Foucault (2011) para falar sobre o exercício do poder, observam-se grandes diferenças. Nessa última, não era há a possibilidade de os prisioneiros vigiarem aqueles que poderiam estar na torre. Inclusive, esse foi um dos pontos em que os críticos ao trabalho de Foucault se basearam para acusá-lo de defender um controle absoluto sobre o comportamento humano por um poder específico. De modo contrastante, a FIG. 12 mostra uma arquitetura onde a vigilância ocorre mutuamente. Nesse sentido, o ato de vigiar não é exclusivo àquele que na organização circense ocupa o “lugar do próprio”, mas também daqueles que ocupam o “lugar do outro” de acordo com a visão certeuniana.

Após a instalação das moradias o próximo passo na montagem dos circos é marcar os locais onde as estacas serão afixadas para dar sustentação à lona principal. Sua fixação determinará o perímetro de ocupação da lona principal no terreno escolhido para armar os circos. Para esse fim, além das 70 estacas usadas em média, são usados também “paus de roda”, mastros e cordas (ou fitas com catracas) para prender a lona às estacas.



FIGURA 14 - Circenses erguendo a lona principal de apenas um mastro de um dos circos pesquisados
Fonte: Arquivos de pesquisa.

A montagem é a parte mais difícil do trabalho circense, como salientou Ruiz (1987), e a maior parte dela é feita por funcionários contratados, muito embora em todos os circos houvesse contratados, em três deles integrantes da família proprietária atuaram juntamente a elas. É neste momento que os funcionários são vistos como importantes e também se reconhecem como tal. Em geral, sob as lonas podem ficar até 600 pessoas, mas dificilmente atinge-se o público máximo.

Após a armação da lona principal, que variavam de um a quatro mastros, os circenses se dispersam e cada um dá seguimento à montagem do circo cuidando de tarefas específicas. Os integrantes das famílias proprietárias passam a partir desse momento a se dedicarem a atividades mais especializadas, como ligações elétricas e montagem de equipamentos usados nos números. A montagem e a manutenção desses equipamentos são feitas por quem realiza o número ou por familiares do artista, conforme trecho extraído do diário de campo.

Apesar de ajudarem em algumas atividades que exigem esforço físico os artistas dedicam-se quase sempre à manutenção de seus aparelhos e aos treinamentos. É evidente a divisão de tarefas nas atividades diárias do circo. Tudo o que exige menos habilidade intelectual e mais força é de responsabilidade dos funcionários [Diário de campo, 09 de janeiro de 2015].

Essa divisão de tarefas é realizada porque o artista é quem deve cuidar da própria segurança, não devendo confiá-la a qualquer pessoa que seja, exceto a um familiar muito próximo. Nas organizações circenses pesquisadas a segurança dos números, tomados isoladamente, não é uma preocupação coletiva ou da gestão dos circos. Dado o risco envolvido na execução dos números o medo de acidentarem-se impulsiona o cuidado individual com a conservação dos equipamentos. Assim, caso algum risco seja identificado pelo artista é ele quem deve providenciar sua minimização, podendo fazer isso com recursos próprios ou do circo.

Além da lona principal os circos possuem lonas menores chamadas de marquise, onde funcionam as praças de alimentação e, portanto, onde são montadas as barracas para a venda de produtos alimentícios durante os espetáculos. A estrutura que forma esse espaço é bastante rudimentar, onde os circenses preparam e expõem os alimentos, conforme figura abaixo:



FIGURA 15 - Barracas e alimentos (batata frita e maçã do amor) exibidos para serem comercializados
Fonte: Arquivos de pesquisa.

A responsabilidade pela montagem da estrutura das barracas e pela limpeza dos equipamentos usados é dos proprietários das vendas ou de quem trabalha para ele em troca de porcentagem sobre a receita total. Em torno disso, observei que os circenses têm cuidado para manter a aparência de higiene do ambiente que compõe a praça de alimentação. Esse cuidado é para garantir as vendas e, em determinados casos, as porcentagens que irão compor os salários dos funcionários. A limpeza correta dessa área evita também denúncias à Vigilância Sanitária.

Além das moradias, da lona principal, da marquise e das barracas, a estrutura circense é composta pelo palco e, em menor frequência, por banheiros químicos e camarins.



FIGURA 16 - Palco, banheiros químicos e camarim
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Cabe ressaltar o emprego da mão de obra contratada exclusivamente na montagem das partes do circo relacionadas à produção do espetáculo. Sendo assim, caso seja solicitado a um funcionário fazer algum trabalho de interesse pessoal dos donos dos circos ou de seus

familiares o mesmo deve ser pago à parte. Como exemplos de atividades que se enquadram nessa categoria, podem-se citar as fossas para os detritos produzidos pelas moradias.

5.3.4 *Chegou, chegou, o circo chegou!*

Enquanto a maioria das pessoas está envolvida com a montagem do circo um pequeno grupo se dedica à promoção do espetáculo, seja promovendo a sua divulgação ou buscando “patrocínios”. O “patrocínio” consiste em contribuições financeiras dadas por empresas das “praças” em troca de publicidade durante os espetáculos. O valor cobrado pelos circenses por esse serviço varia de R\$ 150,00 à R\$ 300,00, podendo o valor ser pago em espécie ou em vales-compra. Para esses empresários locais, patrocinar o circo permite relacionar o nome da empresa gerida por eles ao evento que irá movimentar a cidade durante os próximos dias.

No entanto, conseguir “patrocínios” não é tarefa fácil, pois em se tratando de uma cidade onde o circo esteja pela primeira vez, o “bonista” (responsável por divulgar o espetáculo distribuindo bônus e obter “patrocínios”) deve convencer sobre o merecimento de credibilidade e, principalmente, de que o espetáculo será um sucesso em termos de atração de público. Isso impõe aos circenses uma agenda de simulações, ou de acordo com Certeau (2012a), uma agenda de “astúcias”. Dessa forma, “[67] *muitas pessoas quando vai fazer patrocínio gosta de mentir um pouco pra se engrandecer pra poder pegar [“patrocínio”] mais fácil*” [B02]. No fragmento discursivo acima o enunciador revela como a atividade de “patrocínio” é permeada por mentiras, pois “*muitas pessoas quando vai fazer patrocínio gosta de mentir*”. Mentir é uma prática discursiva para tentar convencer os empreendedores da “praça” quanto ao potencial do circo em contribuir com a divulgação das empresas. Já o termo “*engrandecer*” reflete o emprego de técnicas discursivas por meio das quais o seu enunciador, neste caso aqueles que fazem a divulgação dos circos, cria uma imagem de magnitude, ampliando, assim, os aspectos que possam promover considerações positivas sobre as organizações circenses.

Um dos sujeitos de pesquisa descreveu, em entrevista, a tarefa de obtenção de “patrocínio” do seguinte modo:

[68] Isso é *muito fácil*. Eu chego na pessoa, falo *que a propaganda do circo é a melhor que tem*. Que a pessoa é *obrigada a ouvir a propaganda* dela lá dentro do circo. Porque lá dentro do circo eles *não vão ligar rádio*, eles *não vão tampar o*

ouvido. Eu falo um monte de coisa. Aí eu vou enrolando. A gente fala que o melhor comércio é o deles da cidade que não sei o que. Até que vou amaciando o cara e se tiver pra ganhar mesmo, ganha [R02].

O enunciador R02, na primeira frase do fragmento discursivo acima, afirma ser “*muito fácil*” obter “patrocínio”. No entanto, isso não reflete as observações feitas em outros circos, pois em muitos deles a falta de confiança, tanto na empresa circense quanto no “bonista”, fadava-o a não conseguir patrocinadores para o evento circense. O enunciador fala ainda “*que a propaganda do circo é a melhor que tem*” como artifício de persuasão, utilizando-se para isso o gênero discursivo onde o espetáculo circense é o melhor canal de publicidade para a empresa patrocinadora. Nas pequenas cidades as rádios, às vezes, são o único veículo usado por esses empresários para divulgar seus empreendimentos. Sendo assim, o circo é posicionado por R02 como melhor, sendo os argumentos usados para isso apresentados na sequência de sua fala.

Os trechos “*não vão ligar rádio*” e “*não vão tampar o ouvido*” complementam o sentido atribuído pelo enunciador ao fato de no circo a pessoa (espectador) ser “*obrigada a ouvir a propaganda*” feita sobre as empresas patrocinadoras. Desse modo, a forma como a propaganda é feita no contexto do espetáculo circense, pois não haverá rádio e as pessoas não tamparão seus próprios ouvidos, leva a considerá-la como uma obrigatoriedade à qual os espectadores estão submetidos.

Encontra-se adiante na fala de R02 um aspecto que sugere formas de agir sobre o comportamento dos empresários, na medida em que ele usa a expressão “*um monte de coisa*”. Isso sugere, juntamente com a escolha lexical “*enrolando*”, que em contato com o patrocinador o enunciador desenvolve uma prática discursiva onde são empregados meios necessários ao convencimento, figurando, dentre eles, falar “*que o melhor comércio da cidade é o deles*”, ou seja, dos empresários que patrocinaram o espetáculo circense. A intenção de R02 a partir disso é ir “*amaciando o cara*”, no sentido de estabelecer com o empresário uma configuração situacional que favoreça a concessão do “patrocínio”, onde se sabe que a confiança é um constituinte fundamental.

Outra forma de reverter o quadro de desconfiança em relação àquele que contata os empresários em busca de “patrocínios”, o “bonista”, foi observada em um dos circos pesquisados. Para tanto, foi confeccionado um documento intitulado “Autorização para

Representante Legal da Empresa. *Departamento de Publicidade*”⁴⁰, o qual sempre era apresentado aos potenciais patrocinadores. Nesse caso, a busca por credibilidade e idoneidade constitui-se como motivo para a sua confecção, que para isso utiliza os “*departamento*” e “*publicidade*” próprios do discurso empresarial. A partir desse uso, há uma tentativa de relacionar a organização circense a uma empresa de mercado, assim como as patrocinadoras dos espetáculos. O léxico “*departamento*”, especificamente, dá a ideia de a organização circense ser estruturada de modo similar às grandes corporações, corroborando assim, a prática de engrandecimento anteriormente discutida. Em muitos casos, a estrutura empresarial criada discursivamente pode impressionar os empresários, pois muitos deles acreditam estar patrocinando uma empresa maior que a deles, tendo em vista que muitas delas, como se pôde observar durante o trabalho de campo, são estruturadas de forma elementar, de tal modo que não figuram nelas divisões departamentais.

Procurados pelos circenses, muitos empresários, em vez de dinheiro, oferecem vales-compras. Esse tipo de oferta é recorrente e por isso quando há alguma necessidade, seja no âmbito pessoal ou da empresa circense, ela é suprida pelo uso desses vales. Assim, identificada uma necessidade pelos donos dos circos o responsável pelo “patrocínio” se dirige ao estabelecimento onde o produto ou o serviço é oferecido.

Tentando valer-se disso, [...] [uma integrante da família proprietária] sugeriu ao pai pegar patrocínio com a autoescola da cidade, pois ela estava precisando fazer aulas de direção. Em resposta, seu pai disse não ter a intenção de pegar mais patrocínios [Diário de campo, 12 de janeiro de 2015].

Se a atitude da integrante da família proprietária descrita no trecho tirado do diário de campo tivesse tido o resultado que ela queria, obtido o vale-compra, outro circense, que não o responsável pelos “patrocínios”, retornaria ao estabelecimento para usá-lo, sem que a sua identidade fosse revelada, pois caso contrário os preços seriam alterados, cobrando-se, assim, mais pelos produtos e/ou serviços.

⁴⁰ Este documento não foi apresentado em forma de figura porque nele há vários dados privados da empresa que revelam a sua identidade jurídica.



FIGURA 17 - Vales-compra oferecidos como “patrocínio”
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Os vales-compra mostrados na FIG. 17 foram dados a um mesmo circo como forma de “patrocínio”. O no valor de R\$ 150,00 foi oferecido por um salão de beleza e o crédito usado por uma integrante da família proprietária em benefício próprio. Já o no valor de R\$ 170,00 foi usado para comprar tinta e ferramentas para serem usadas na manutenção do circo. Em se tratando de valores dados em espécie eles são rateados entre o responsável por angariar os “patrocínios” e os donos do circo, ficando cada uma das partes com 50%.

No circo, o “patrocínio” se reverte em prestação de serviços de publicidade em que os patrocinadores têm os nomes de suas empresas anunciados pelo locutor (ou mestre de pista) várias vezes em uma mesma noite durante a temporada em uma determinada “praça”. Além desses anúncios, outra modalidade de divulgação observada nos circos é a exposição de *banners* em murais dentro deles, podendo se localizar no interior da lona principal ou na marquise. Esse tipo de parceria agrada bastante aos donos das empresas patrocinadoras, tanto que alguns empresários procuraram pelo dono de um dos circos pesquisados durante o espetáculo para saber como poderiam anunciar a empresa deles. Essa demanda reflete, principalmente, a ideia de o circo ser um grande acontecimento, e mesmo que a população da cidade tenha conhecimento da empresa, torna-se importante para o patrocinador relacioná-la àquele evento.

O interesse de empresários em patrocinar a temporada do circo na cidade vai depender também se o espetáculo está tendo grande audiência, sendo isso alcançado através de diversas atividades de divulgação do evento circense. A técnica mais usada pelos circenses é a distribuição de bônus nas escolas e a divulgação feita em carro de som. Por vários momentos

acompanhei esse trabalho. Em uma das oportunidades eu e mais dois circenses fomos à única escola de ensino básico da localidade onde o circo estava armado e com a permissão da diretora da escola os circenses foram às salas de aula convidar as crianças e entregar-lhes convites, como o da figura abaixo.



FIGURA 18 - Convite promocional ou bônus
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Conforme pode ser observado na FIG. 18 a posse do convite permite ao espectador pagar um valor menor para assistir ao espetáculo de estreia. Os donos de circo são rigorosos quanto a essa restrição. Assim, “[...] um homem tentou entrar no circo pagando menos por estar de posse do convite promocional distribuído um dia antes da estreia e destinado somente aquele dia” [Diário de campo, 14 de março de 2015]. Muitos espectadores ficam inconformados em serem obrigados a pagar o valor integral nos dias seguintes à estreia e, como observado por diversas vezes, desistem de assistir ao espetáculo. Por outro lado, o mesmo rigor não se aplica àqueles que no dia da estreia não portam o bônus, sendo dado a ele o mesmo desconto conferido aos demais que apresentam os convites promocionais, como se pode entender a partir do fragmento discursivo transcrito abaixo:

[69] O bônus é mais é um *chamativo*. Está escrito ali quinze reais. Dez reais quem tiver o bônus. Então tá escrito, quinze reais sem o bônus nosso, entendeu? Então ele quer pegar, insiste em pegar. Pega, vê que é o circo e quando chega até sem o bônus vê que é dez reais, entendeu? Tem gente que briga até por causa disso. “Ah, *eu peguei isso aí e não vale nada*”. Eu vi muito. Então, propaganda você estreou, você tem que tentar *botar gente no circo pro espetáculo de estreia* [R03].

Observa-se na fala de R03 a função do bônus como um “*chamativo*”, ou seja, como um método para atrair o público que não iria caso fosse cobrado o valor normal do ingresso. O termo usado pelo enunciador permite outra inferência. Nesse caso, de que seja usado apenas como forma de despertar a atenção das pessoas para a ocorrência do espetáculo sem que a

concessão de desconto figure como seu objetivo principal. Esse segundo entendimento desaponta alguns espectadores, sendo isso observável pela locução interdiscursiva “*ah, eu peguei isso aí e não vale nada*”. Nela observa-se certo grau de frustração do espectador ao descobrir o bônus ser meramente um “*chamativo*” e, portanto, uma astúcia usada na promoção dos espetáculos circenses.

Na última frase, R03 revela como objetivo desse método “*botar gente no circo pro espetáculo de estreia*”, pois o sucesso do circo em sua temporada dependerá, em parte, se houver grande fluxo de espectadores desde a estreia. Em cidades pequenas, como nas quais os circos pesquisados são armados, o grande volume de espectadores no primeiro dia de espetáculo aumenta exponencialmente os comentários sobre eles. Sendo as impressões positivas, os circenses não terão dificuldades em encher a plateia nos dias subsequentes e, conseqüentemente, muitos circenses terão seus rendimentos acrescidos.

Em todos os circos eu participei de várias atividades de divulgação. Em um deles tive, inclusive, a oportunidade de conduzir o carro de som pelas ruas da cidade anunciando um dos espetáculos. As instruções passadas a mim para a execução dessa atividade versaram apenas em evitar circular com o som alto próximo à delegacia, igrejas e prefeitura. Circulei uma hora pela cidade e dada a sua pequena extensão passei em alguns lugares por mais de uma vez e em todas elas crianças me interceptaram, como brevemente descrito em trecho extraído do diário de campo: “as crianças ficavam contentes ao ver o carro de som do circo. Muitas delas correram atrás dele com o objetivo de pedir ingressos ou de receber convites promocionais” [Diário de campo, 19 de janeiro de 2015].

A divulgação por meio da circulação de carro de som pela cidade também é usada para promover a imagem do circo, na medida em que os melhores (caros) carros dos circenses são usados alternadamente nessa tarefa. A intenção é circular pela cidade exibindo os automóveis como sinônimos de riqueza, pois os circenses apostam no poderio financeiro como um fator importante na atração de público. Sendo assim, é comum os circenses terem automóveis de luxo e, de fato, isso chama a atenção da população, podendo-se ouvir pelas ruas comentários relacionando a luxuosidade dos automóveis exibidos à qualidade do espetáculo.

Pelas ruas o som vindo desses automóveis anuncia os espetáculos, cujos dizeres mencionam o local onde o circo está armado e quais serão as atrações. No entanto, quase sempre utilizam

gravações com informações gerais, sem precisar a localização do circo, mas mencionando as atrações do circo. A falta de recursos à disposição de algumas organizações obriga os circenses a usar gravações com informações desconexas, principalmente em relação às atrações. Desse modo, assim como no caso do bônus, as atrações do circo são anunciadas para chamar a atenção da população sem, contudo, haver o compromisso de que estejam no espetáculo conforme foi anunciado. Isso também é motivo de frustração para alguns espectadores que vão aos circos para ver determinada apresentação e, ao final do espetáculo, percebem a referida desconexão, conforme trecho abaixo tirado do diário de campo:

No final do espetáculo de hoje, por exemplo, um espectador perguntou quando terá o “homem-aranha”. Segundo ele, essa atração foi anunciada e que ele teria trago seu filho para assisti-la. Um dos circenses lhe disse que não é possível precisar quando o número seria apresentado [Diário de campo, 12 de março de 2015].

Além da divulgação feita em caso de som, poucos são os casos em que ela também é feita usando as rádios das cidades, pois se comparado com aquela feita nas escolas e em carros de som essa forma de divulgação tem custos mais elevados. No entanto, um dos donos dos circos pesquisados quando pode faz divulgação em rádios e até em redes de televisão, mesmo em se tratando de um circo pequeno, como se segue: “[70] [...] sou gastador. Gosto de televisão. Gosto de rádio, panfleto, entendeu? Eu tenho uma *parceria muito bacana* com a TV [...]. Eu tenho uma taxa muito barata lá” [C01]. O enunciador ao afirmar ter uma “*parceria muito bacana*” com uma emissora de televisão revela como consegue fazer esse tipo de divulgação, algo incomum entre os circos pesquisados. Para alguns, isso não é sequer imaginado, nem mesmo a divulgação em rádios, consideravelmente mais barata que a em rede de televisão. Diante disso, ao ter o seu anúncio em rede de televisão, o enunciador cria em torno de sua organização uma imagem de grandiosidade, quando, no entanto, trata-se de uma organização pequena e com pouco recurso financeiro.

Apesar de no caso descrito por C01 a divulgação atingir uma amplitude maior, no restante dos circos pesquisados a divulgação dependia do público identificado pelos circenses como aquele que efetivamente iria aos espetáculos. Esse diagnóstico é feito antes mesmo da chegada do circo às cidades. Com base nisso se escolhe onde armar os circos, geralmente em áreas acessíveis a populações menos abastadas, que não possuem automóveis. Alinhado a esse aspecto está à consideração do espetáculo circense como algo destinado à periferia, fenômeno verificado também nas etapas de divulgação, muitas das vezes restritas nesses bairros em que

os circos são armados. “Sendo assim, há uma grande chance de que somente as pessoas que residem no bairro em que o circo está vá aos espetáculos” [Diário de campo, 12 de março de 2012]. Em alguns dos circos a divulgação envolveu todos os bairros de pequenas cidades, mas isso não surtiu efeitos, como o aumento na venda de bilhetes, pois nas vezes em que a divulgação teve essa amplitude percebi pouca ou nenhuma presença de pessoas vindas de bairros mais afastados de onde o circo estava armado.

Uma polêmica envolve a divulgação dos espetáculos circenses, onde circos podem, por meio de propagandas suntuosas, fazer com que a população de uma “praça” se convença sobre a qualidade do espetáculo sem haver, contudo, uma correspondência à qualidade daquilo que é apresentado. Para tanto, os gestores desses circos despendem grandes esforços de publicidade, sendo os espetáculos anunciados até em redes de televisão, como já mostrado. No entanto, a imagem construída em torno da organização circense quando não corresponde à qualidade do espetáculo pode desapontar os espectadores, sendo esse modo de gerir conhecido entre os circenses como “linguiça⁴¹”. Na realidade, trata-se de um modelo de gestão que à custa de uma publicidade bem feita e em detrimento de espetáculos de qualidade tem como prioridade a lucratividade. Independentemente das circunstâncias do surgimento dessas denominações, hoje entre os circenses elas têm cunho pejorativo.

[71] O circo linguiça é o seguinte, eu *nunca trabalhei com eles*, mas eu *acho que é assim*: armar o circo; umas duas, *três caminhonete boa*; propaganda pra lá, cruzando pra lá, entregando bônus, para o carro e entrega bônus e pá, pá; arma o circo; pega onde precisa *pagar menos*, pega aqui e pá. O espetáculo é *fraquíssimo*, mas eles estreia com *circo lotado*. Aí o segundo espetáculo já caiu. O terceiro espetáculo já caiu. O quarto já caiu e quando for quinto ele já desarmou e “vupt”, vazou, entendeu? É só quatro dia, cinco dia [R03].

No fragmento discursivo acima, R03, dono de um dos circos pesquisados, revela um distanciamento dele em relação às práticas no circo do tipo “linguiça” por meio da locução “*nunca trabalhei com eles*”. Desse modo, supõe-se que o circo do qual faz parte, bem como os outros em que já trabalhou não possam ser assim denominados. Há, portanto, clareza na intenção do enunciador de se distanciar das características do circo “*linguiça*” presentes no enunciado produzido por ele. Motivado pelo teor pejorativo que acompanha tal denominação,

⁴¹ Esse termo surgiu, supostamente, a partir da prática de um circense conhecido como Linguiça. No entanto, não foram encontradas fontes confiáveis que façam essa relação, sendo ela comum em *blogs* e em fóruns de discussão sobre circo (ex. <http://circonews.blogspot.com.br>).

R03 fortalece esse distanciamento por meio da locução “*acho que é assim*”, pois como não teve contato com esse modelo de gestão não poderia empregá-lo em sua organização.

Mesmo não tendo experimentado trabalhar em um circo do tipo “*linguiça*” o enunciador o descreve como ligado a ações de publicidade e utilização de signos que criam uma imagem positiva sobre a qualidade da organização. Assim, as práticas do circo “*linguiça*” são realizadas com o intuito de transmitir à população, por meio de publicidade, elementos que serão usados por ela para a construção de uma imagem almejada pelos circenses, sendo esse aspecto intimamente relacionado ao poderio financeiro, em sua fala, representado por “*três caminhonete boa*”. Assim, não basta ser uma caminhonete qualquer, tem que ser de luxo para, com isso, transmitir a ideia de ser um circo com qualidade reconhecida, cuja qualidade rendeu dinheiro suficiente aos circenses para adquiri-las.

Outra característica sobre as práticas envolvidas no modo de gestão do circo tipo “*linguiça*”, presente no fragmento [71], é revelada por meio da expressão “*pagar menos*”. Depreende-se dessa locução que esse tipo de circo é gerido pela confluência da oposição existente entre signos de luxo e baixos custos. Os baixos custos são obtidos contratando-se artistas de pouca qualidade. Como consequência o espetáculo é “*fraquíssimo*”. A designação de oposição “*mas*”, empregada após esta última consideração feita pelo enunciador sobre a qualidade do espetáculo, mostra outra oposição, estabelecida entre a baixa qualidade e o fato de estarem com o “*circo lotado*”.

Nos dias seguintes à estreia do espetáculo do circo “*linguiça*” começa a pesar sobre ele as considerações negativas disseminadas pelos espectadores presentes no dia anterior. Assim, já não consegue mais atrair o número de espectadores presentes no primeiro dia e, assim, subsequentemente. Nesse sentido, existe um implícito subentendido de que a população de uma cidade passe a criticar o espetáculo circense e, por esse motivo, donos de circos “*linguiça*” preferem cidades grandes a menores, pois nestas a comunicação das pessoas que assistiram ao espetáculo de estreia e os possíveis espectadores dos dias seguintes é dificultada pelo distanciamento geográfico entre elas. Caso contrário, se fosse apresentado um espetáculo ruim na estreia em uma pequena cidade, no dia seguinte grande parte da população interessada em assistir o espetáculo já teria ciência de sua baixa qualidade e, provavelmente, deixaria de comparecer ao circo. Por esse mesmo motivo o tempo de permanência do circo “*linguiça*” em uma cidade é de apenas quatro ou cinco dias, conforme R03. Esse número de

dias é bastante reduzido se comparado ao tempo médio de permanência dos circos pesquisados nas “praças”, que ficam nelas em torno de 15 dias.

A metáfora “linguiça” atribuída a circos cuja publicidade suntuosa não condiz com qualidade do espetáculo, sempre baixa, também possibilita classificá-los de acordo com um poder, segundo os sujeitos de pesquisa, como sendo do tipo “blefe”. Essa última denominação está relacionada a práticas que iludem os espectadores quanto a algum aspecto da organização circense ou, especificamente, às características dos espetáculos. No entanto, devo salientar que apesar de todos os circos “linguiça” serem em certo sentido “blefe”, pois iludem as pessoas sobre a qualidade do circo, nem todo circo “blefe” é “linguiça”, tendo em vista que circos com espetáculos bons também possam iludir seus espectadores.

Caracteriza-se como “blefe” usar com frequência informações falsas ou omiti-las com o objetivo de enganar os espectadores. Assim, para ser considerado como tal deve ser recorrente essa prática, fato esse não observado nos circos pesquisados. Por isso, mesmo em todos os circos pesquisados terem sido desenvolvidas práticas enganosas, especificamente em relação aos espetáculos, os mesmos não podem ser considerados “blefes”. No entanto, de todo o modo essas práticas se constituem como astúcias no sentido certeuniano.

O principal meio para a prática de “blefes” é o emprego de informações falsas comunicadas à população de uma “praça” durante a divulgação dos espetáculos, principalmente quando são anunciados *shows* como “Patati Patatá”, “Galinha Pintadinha”, “Frozen”, “Peppa Pig” etc., pois em nenhum momento afirmam tratar-se de *covers*. A figura abaixo mostra dois panfletos de divulgação distribuídos pelos circos pesquisados em que são anunciados esses *shows*.



FIGURA 19 - Panfletos do tipo “blefe” de circos pesquisados
Fonte: Arquivos de pesquisa.

A FIG. 19 ilustra a referida omissão de informações, onde se deveria ler *cover* não há qualquer menção. Muito pelo contrário, pois há uma clara intenção de fazer os espectadores acreditarem se tratar de shows originais, portanto, realizados por seus idealizadores. Com isso, os circenses valem-se dessa omissão para, por meio da subversão, criar “espaço” em meio à ordem estabelecida e atrair um público maior se mencionasse tratarem-se de *covers*. Outra situação também que pode ser descrita como “blefe” é retratada abaixo por um dos sujeitos de pesquisa.

[72] *Não tinha nada disso escrito cover*, inclusive eles fizeram show pro pessoal de Corpo de Bombeiro. [...] Colocava os *logo do SBT* no carro pregado. Saía aquele S, B, T, pregado no carro, dava volta na rua. Vidro tudo escuro, aquele carrão [...]. “Chegou, chegou”. Aí todo mundo comia. *Patati Patatá*, ninguém via os cara. Na hora, o show deles era bom. Todo mundo *comia* que era *Patati Patatá*. Isso é blefe [R03].

No primeiro período do fragmento discursivo, referente a shows feitos por um grupo de circenses, o enunciador menciona o fato de eles produzirem *shows covers* sem dizer isso nos panfletos de divulgação, pois “*não tinha nada disso escrito cover*”. Adicionalmente, para salientar a imagem de genuinidade e ratificar a intenção de farsa, o enunciador afirma o uso por eles do “*logo do SBT*”. O uso do logotipo (“*logo*”) objetiva fazer a população crer que o *show* será feito pelos integrantes genuínos, ligados a uma emissora de televisão. A metáfora “*comia*” reforça a tese da farsa, mas revela, principalmente, a ideia de todos acreditarem, ou interiorizarem, tratar-se da dupla de palhaços “*Patati Patatá*” original.

Apesar de ser comum esse tipo de *show*, os circenses durante a pesquisa evitaram falar sobre eles, estando esse silenciamento relacionado à grande fiscalização, ou seja, a ocorrência de práticas panópticas para coibir esses acontecimentos ilegais. Porém, em se tratando de *shows* internacionais, como “Frozen” e “Peppa Pig”, os circenses não temiam a ação de fiscalização para cobrar-lhes direitos autorais. O mesmo já não acontece com a realização de *covers* de *shows* nacionais, como “Galinha Pintadinha” e “Patati Patatá”, como mostra um dos sujeitos de pesquisa: “[73] com o do Brasil aqui, Deus me livre, *eles vem em cima igual uma fera*” [B03]. A oração “*eles vem em cima igual fera*” revela a existência de um sistema de punição que age contra os realizadores de shows irregulares. Relatos feitos durante as observações retratam situações em que circenses foram presos e levados a delegacias de polícia por terem desobedecido a Lei nº 9.610/98 que versa sobre os direitos autorais no país (BRASIL, 1998).

Outros “blefes” também são feitos durante a apresentação do espetáculo. Dentre eles artimanhas de mestres de pista e locutores ao falarem sobre os artistas no momento da execução de seus números. Diz-se sobre eles frases como: o melhor trapezista do Brasil; artista premiado etc. Essas informações descrevem os artistas com a intenção de exaltá-los e torná-los admirados pelo público, como mostra o fragmento abaixo extraído do diário de campo.

Quando o número da bicicleta desmontável foi anunciado o mestre de pista o fez dizendo que com ele o artista “futurou” o quadro de um programa de televisão. Essa informação é inverídica, pois quando se apresentou no programa ele não conseguiu realizar tal número [Diário de campo, 19 de julho de 2015].

Nesse sentido, apesar de haver uma designação sobre circos “blefe”, as observações das práticas de divulgação das organizações circenses pesquisadas apontam a existência em todos os circos pesquisados de um pouco desse qualificador, variando entre eles o grau de utilização. Essa forma de gerir os circos, refletida em seus espetáculos, reforça a lógica do encantamento do espetáculo circense. Se de fato não há em alguns espetáculos circenses números impressionantes, tenta-se criar a imagem de sua existência, bem como sobre as habilidades artísticas dos circenses que se apresentam no picadeiro.

5.3.5 *Atenção, porque daqui a pouco vai começar o espetáculo*

Nas horas que antecedem a estreia há sempre pessoas ocupadas com os últimos preparativos, dentre eles aqueles relacionados à organização interna do circo para, principalmente, evitar que qualquer signo deponha contra a sua qualidade. Assim, “deve-se manter tudo organizado e sempre retirar as roupas do varal” [Diário de campo, 04 de julho de 2015]. Deve-se também manter as portas das moradias fechadas evitando-se, assim, deixar alguma possível desorganização a vista. No momento que antecede o início do espetáculo também é intenso o trabalho das mulheres na praça de alimentação. “Elas preparavam pururucas, churros, algodão doce, pipoca e tudo o mais que necessitasse de um preparo antes de ser vendido” [Diário de campo, 09 de janeiro de 2015].

Por outro lado, quase não se vê pessoas ensaiando números ou fazendo qualquer tipo de treinamento. Aliás, foram poucas as vezes que vi algum circense ensaiando, pois como me relatou um sujeito de pesquisa: “[74] ensaio geralmente quando vai fazer *alguma coisa*

diferente. Como o espetáculo já é o básico, isso aí mesmo, tem muito tempo que faz essas apresentações, a gente quase não ensaia não” [R01]. Em sua fala R01 afirma ensaiar somente quando fará “*alguma coisa diferente*”, ou seja, quando será incorporado ao espetáculo algum número novo ou quando incorporará alguma evolução a algum número já realizado. Caso contrário, os ensaios, segundo ele, não fazem parte de sua rotina.

A falta de treinamento, como descrita no fragmento discursivo anterior, é compensada pelas apresentações durante os espetáculos, mas isso não impede o cometimento de falhas. Em números que exigem perícia e onde os erros são mais facilmente detectados, alguns circenses dos circos pesquisados mostraram que em suas apresentações que o treinamento lhes fez falta. Em alguns casos os erros foram percebidos e nas vezes em que isso aconteceu a plateia compartilhou com o artista sua frustração. Essa situação, de falta de treinamento, parece ser algo próprio do circo pequeno, pois neles os artistas além de se apresentarem também desempenham outras atividades, que por sua vez lhes toma o tempo que poderia ser destinado aos ensaios.

A realização de ensaios, onde haveria o treinamento de números, é algo muito ligado também à expectativa da plateia em relação aos espetáculos. Para um dos sujeitos de pesquisa, integrante de família proprietária, “[75] [...] um espetáculo circense é caracterizado pelo improvisado, que em conjunto com outras dificuldades o faz ser considerado como um espetáculo de circo ‘mambembe’” [Diário de campo, 21 de março de 2015]. Essa consideração feita durante as observações retrata o circo como relacionado ao improvisado, porém creio que o sujeito de pesquisa tenha dito isso para legitimar as falhas e todos os tipos de arranjos circunstanciais para atender a um fim emergencial, conforme observado em seu circo.

Com a chegada da noite se aproxima o horário para o início do espetáculo. Enquanto os espectadores não chegam o som é ligado para chamar a atenção das pessoas da redondeza e, com isso, anunciar a proximidade da realização do evento. Aos poucos os espectadores se aglomeram diante da bilheteria, todos eles, quando é dia de estreia, com bônus para pagar o valor promocional, que varia de R\$ 5,00 a R\$ 10,00. Nos outros dias, o valor varia de R\$ 10,00 a R\$ 15,00. Curiosamente, sempre há mais adultos que crianças nos espetáculos dos circos pesquisados. Em uma das estreias “[...] aproximadamente 300 pessoas estiveram no circo. Em sua composição, 60% eram adultos e 40% eram crianças” [Diário de campo, 13 de

março de 2015]. Dado o número maior de adultos, costumeiramente é cobrado deles valores mais elevados com o propósito de aumentar a receita com a venda dos bilhetes.

Em algumas “praças” onde os circos pesquisados estiveram armados seus donos estabeleceram preços mais elevados em comparação a outras. O motivo para tal é inspirado em experiências próprias ou de outros circos, pois em algumas cidades preços baixos em vez de atrair o público pode ter efeito contrário. Assim, “para fazer a ‘praça’ de Pedra Azul [por exemplo] é ‘colocar preço’, ou seja, anunciar o espetáculo a um valor superior ao praticado em outras praças” [Diário de campo, 06 de maio de 2015]. Essa recomendação foi passada de um dono de circo a outro e mostra como a empresa circense pode se valer da precificação para atrair o público.

Outros artifícios também podem ser usados. Assim, em se tratando da proximidade do final de temporada em determinada “praça”, são lançadas promoções para atrair o público. Uma delas é a “noite da carona”, onde um bilhete dá direito a duas pessoas entrarem. Também é comum anunciar a gratuidade da entrada de crianças acompanhadas por maiores. Subjaz a essas promoções a intenção, além da de atrair o público, de não “queimar” a “praça”, pois ao abaixar o preço, por exemplo, de R\$ 10,00 para R\$ 5,00, os circenses acreditam que isso possa depreciar o espetáculo circense. Alguns cidadãos, no entanto, estão acostumados com essa prática e já esperam a chegada da última semana para levarem seus filhos, fadando os espetáculos da primeira semana à baixa frequência de espectadores nas “praças” em que essa prática já tenha sido adotada.

Por isso é comum, logo na primeira semana, anunciar astutamente o fim da estadia do circo na cidade onde se encontra armado, pois assim algumas pessoas que estavam esperando a aproximação da partida do circo irão assistir ao espetáculo, acreditando se tratar realmente da última oportunidade. No entanto, essa prática está presente em todos os circos pesquisados e neles ela, não necessariamente, condizia com os planos do secretário do circo tratando-se, portanto, de um “blefe”. Após o anúncio da partida, alguns circos ainda permaneceram mais duas semanas no mesmo local, até que a receita diária diminuísse consideravelmente.

Para saber até quando devem ficar em uma determinada “praça” os donos dos circos pesquisados fazem controles financeiros. O principal ponto a ser observado para esse tipo de controle é a venda de bilhetes. Por isso, os donos dos circos são sempre os encarregados pela

venda dos bilhetes e, em hipótese alguma, ela é confiada a um funcionário, pois, “[76] o carro chefe do circo é a bilheteria” [C02]. Com a venda de bilhetes pode-se atingir o faturamento de R\$ 1.200,00 em dias normais, ou seja, sem que haja uma programação especial, conforme a figura abaixo.

| DOC Nº | ALTO CARIKI | ESTREIA | ENTRADAS | SAÍDAS |
|--------|-------------|---------------------|------------|--------|
| 30-05 | LANCHONETE | R\$ 170,00 | (quinta F) | Chuva |
| | BILHETERIA | R\$ 300,00 | | |
| 01-05 | LANCHONETE | R\$ 585,00 | | |
| | BILHETERIA | R\$ 1.000,00 | | |
| | LANCHONETE | R\$ 500,00 | | |
| | BILHETERIA | R\$ 1.200,00 | | |
| 03-05 | LANCHONETE | R\$ 572,00 | | |
| | BILHETERIA | R\$ 800,00 | | |
| 08-05 | LANCHONETE | NAO TEVE ESPETACULO | | |
| | BILHETERIA | | | |
| 09-05 | LANCHONETE | R\$ 240,00 | (Frozen) | |
| | BILHETERIA | R\$ 500,00 | | |
| 10-05 | LANCHONETE | R\$ 95,00 | | |
| | BILHETERIA | R\$ | | |

FIGURA 20 - Controle financeiro de um dos circos pesquisados

Fonte: Arquivos de pesquisa.

Essa figura é resultado de uma fotografia feita do livro-caixa de um dos circos pesquisados. Nela, em sua margem esquerda, estão anotadas as datas em que houve espetáculos e, imediatamente diante destas, as contas “lanchonete” e “bilheteria”, com os seus respectivos montantes. Observa-se também na figura anotações sobre contingências em alguns dias, como nos dias 30/05, 08/05 e 09/05, quando houve “chuva”, quando “não teve espetáculo” e quando houve o *show* “Frozen”, respectivamente.

Pelo fato de a bilheteria representar a maior lucratividade do circo, geralmente o dobro da arrecadação da lanchonete, há um controle rígido sobre a venda dos bilhetes e também do recolhimento deles durante a entrada dos espectadores. Assim, durante as observações vários adultos foram flagrados tentando entrar com ingressos de criança, alguns por descuido e outros por astúcia, ou seja, querendo pagar menos para assistir aos espetáculos. Há também controle em relação à idade das crianças, pois elas só pagam a partir de três anos, sendo impedidas de entrar gratuitamente aquelas com idade superior.

Chegada a hora do espetáculo de estreia, quase sempre marcado para as 20h30min, começa-se a se formar fila do lado de fora para comprar ingressos ou para entrar no circo após tê-los adquirido.

[77] A fila da entrada é enorme. Eu abro ela [a portaria] por último. Agora a bilheteria não tem fila. Você comprou o ingresso você quer entrar, mas você pode esperar. Por quê? Se a pessoa passa na frente do meu circo e vê um movimento de gente, o circo é bom. “*O circo é bom, deu gente é porque é bom*”. Então é interessante você ter a fila [C01].

O enunciador C01 demonstra em sua fala um artifício controlado por ele para que as pessoas façam suposições positivas sobre o circo. Segundo ele, a abertura da portaria que dá acesso ao circo é de acordo com o volume de pessoas diante dele. Em todos os circos pesquisados o espetáculo sempre começou com, pelo menos, 30 minutos de atraso. Com isso, algumas pessoas se mostraram impacientes. Sendo assim, quem passasse diante dos circos podia ver um grande número de pessoas. Nesse caso, o indicativo usado pelo enunciador quanto à qualidade do circo, especificamente do seu espetáculo, pode ser encontrado na reprodução que ele faz de um possível julgamento: “*o circo é bom, deu gente é porque é bom*”.



FIGURA 21 - Pessoas na fila para comprar ingresso
Fonte: Arquivos de pesquisa.

A FIG. 21 ilustra o volume de pessoas em um dia de estreia de um dos circos pesquisados, onde muitas pessoas se aglomeram diante do circo. Essa situação muitas das vezes não ocorre nos outros dias, sendo, em alguns casos, indispensável o cancelamento do espetáculo. Não há um número mínimo exato de pessoas para que o espetáculo seja oferecido, porém, observei ser esse número próximo a 20. No entanto, nos últimos dias na “praça” e dependendo da necessidade financeira dos circenses, o espetáculo acontece até com a presença de um número menor que esse.

Até hoje o espetáculo não foi cancelado por falta de público e por isso concordo que estão realizando um verdadeiro “cata-cata” [expressão usada pelo dono de um dos circos]. Independentemente do número de pessoas presentes o espetáculo seria

realizado. Afinal, o que vale mais: ficar conversando ou ganhando dinheiro, mesmo que seja pouco? Creio que preferam a segunda opção [Diário de campo, 20 de março de 2015].

Pois nem sempre os espetáculos circenses contam com tantas pessoas interessadas em assisti-los. Inclusive, esse é o principal argumento dos circenses para reforçar a ideia de decadência da atividade circense, tendo em vista outras possibilidades de entretenimento. Para um deles: “[78] hoje a *concorrência* de circo tá muito *difícil*, né? É muita coisa hoje, *qualquer coisinha* é primeiro lugar, aqui no circo, aqui é depois” [R01]. Quando o enunciador fala em “*concorrência*” ele está se referindo a outras formas de entretenimento surgidas nos dias atuais em comparação a um tempo anterior, de quando ele ainda guarda lembranças. Isso tem tornado, segundo o enunciador, “*difícil*” o desenvolvimento da atividade empresarial circense, muito embora o avanço tecnológico dos meios de comunicação, próprios dos dias atuais, tenha proporcionado implementações aos espetáculos, como se pode dizer dos personagens de desenhos e filmes infantis encenados no palco dos circos.

Ao se referir às formas de entretenimento disponíveis nos meios de comunicação R01 tenta rebaixar algumas delas ao apontá-las como “*qualquer coisinha*”, ou seja, como formas de entretenimento de menor qualidade se comparadas com o espetáculo circense e que, portanto, não deveriam ter o prestígio que é conferido a elas por aqueles que deixam de ir aos circos. Dessa comparação estabelecida entre os espetáculos circenses e outras formas de entretenimento depreende-se a intenção de R01 de defender o espetáculo circense e posicioná-lo em um patamar de prestígio superior ao que lhe é atribuído por uma parcela da população de uma “praça”.

5.3.6 *Respeitável público, o espetáculo*

A programação (FIG. 22) que envolve os números a serem apresentados e a sequência deles nos espetáculos é feita nos circos pesquisados sempre instantes antes do início das apresentações. Para tanto, levam-se em consideração diversos aspectos. Assim, em um espetáculo de estreia, onde se cobram pelos bilhetes valores promocionais, os números escalados são os mais comuns, portanto, não constam na programação números que possam ser considerados como grandes atrações. Elas, por seu turno, são reservadas para a última semana dos circos nas cidades por terem grande potencial de atração de espectadores.

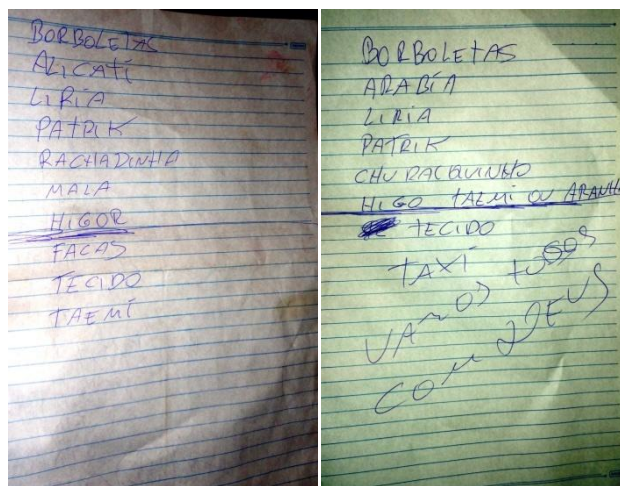


FIGURA 22 - Programação do espetáculo em diferentes dias
Fonte: Arquivos de pesquisa.

Após alguns dias em uma “praça” considera-se também na definição da programação a presença de pessoas na fila para compra de bilhetes, ou mesmo para entrar no circo, que estiveram nos espetáculos anteriores. Sendo assim, em alguns circos a programação é feita quando a maioria das pessoas já está sentada aguardando o início do espetáculo.

Com a proximidade do início do espetáculo [um dos circenses] começou a pensar mais sobre quais seriam as atrações. Ali mesmo, na praça de alimentação, estava acertando com [outro circense] os detalhes da reprise que fariam. Chegaram até a ensaiar como seria o movimento corporal de ambos. Repetiram os movimentos por duas vezes somente e estavam prontos para fazê-los no palco [Diário de campo, 15 de março de 2015].

Além de se preocuparem em tornar o espetáculo diversificado para aqueles que já estiveram no circo dias antes, os circenses pesquisados também observam o perfil das pessoas presentes nas filas e diante dele tomam mais decisões sobre a programação, pois algumas atrações podem ser inadequadas a crianças, por exemplo. Outras reprises, como costumam chamar as encenações cômicas feitas pelo palhaço com a participação de outro circense⁴², dependem, por exemplo, da presença de homens para a sua realização, pois os artistas devem envolvê-los no espetáculo.

Com isso, a programação é feita considerando-se o ineditismo, a presença de pessoas que já assistiram aos espetáculos e as características dos espectadores. Entretanto, alguns circos, por terem grande limitação de artistas, têm dificuldades em atender a esses requisitos, pois a combinação das atrações não permite um número elevado de possibilidades. Assim, em circos

⁴² Designa-se a pessoa que atua com o palhaço em reprises como “escada” ou *clown*.

pequenos, de organização familiar, os espetáculos são quase sempre iguais, como pode ser observado na FIG. 22 e no fragmento discursivo a seguir: “[79] eu tenho uma limitação, é claro. Eu tenho hoje aqui dezessete números. Por dia eu utilizo, eu devo utilizar, sete, seis, né?” [C01].

A programação também funciona como um mecanismo de poder, pois ela é usada no circo como instrumento punitivo, na medida em que algum artista e, conseqüentemente seu número, são excluídos dela. Durante os dias de observação isso aconteceu apenas uma vez, quando uma artista foi “cortada” do espetáculo como punição por ter transitado em meio ao público trajando a roupa que usaria em sua apresentação. Pois, “é uma prática habitual todos darem a volta pelo lado de fora da lona principal, dirigindo-se até a coxia para depois entrarem no picadeiro. Quem não respeita isso pode ser punido” [Diário de campo, 15 de janeiro de 2015]. Sendo assim, usa-se o poder para ferir o ego do artista, que não quer deixar de se apresentar, pois “[80] o artista tem o ego dele” [C01]. A punição, aplicada por quem define as atrações do espetáculo, torna-se ainda mais exasperada em termos de exercício de poder na medida em que o artista só toma ciência de sua ausência no palco minutos antes do início do espetáculo, quando a programação circula de mão em mão, causando-lhe, assim, diante dos demais artistas, enorme constrangimento.

Com a chegada da última semana os circenses incluem na programação as principais atrações, como podem ser vistas abaixo:



FIGURA 23 - Atrações principais de alguns dos circos pesquisados
 Legenda: (a) Taxi Maluco; (b) Musical Frozen e; (c) Globo da Morte (respectivamente).
 Fonte: Arquivos de pesquisa.

Dentre as atrações tidas como principais existem aquelas que não figuram como comuns aos espetáculos circenses, pois são incorporadas a eles após fazerem sucesso na grande mídia

(televisão e cinema). Alguns sujeitos de pesquisa são contra a inserção dessas atrações, descrevendo-as como algo que faz com que números tradicionais sejam abandonados para dar lugar a elas. Algumas dessas atrações, como o “Musical Frozen”, são originárias de contextos não circenses e a sua inserção nos espetáculos mostra de que forma os circos se apropriam daquilo que poderia suplantá-la.

Tal inserção encontra nos circenses das primeiras gerações seus principais opositores. Para um deles, “[81] [...] porque isso aí é coisa que *passa*. Daqui dois meses acabou isso aí” [R03]. Ao contrário dos números tradicionais de circo, essas atrações representam sucesso efêmero, pois “*passa*”, sugerindo que os números tradicionais de circo permanecem ao longo dos anos atraindo o público. Apesar dessa característica, as atrações convencionais estão sendo substituídas por outras. Assim, aos poucos os circenses reinventam o espetáculo circense, aliando-o, como nos casos pesquisados, aos imperativos da cultura de massa e transformando os circos, nos dias atuais, em grande receptáculo de modismos (COSTA, 2000).

Na segunda semana do circo em uma “praça” “[82] pra você trazer aqueles, aquele público *de novo* você tem que ter um *atrativo grande*. Que as crianças goste. Aí você vai atingir a criança, entendeu? [...] Então aonde que tem que ter a *carta na manga*” [C01]. A locução “*de novo*” reflete a frequência das mesmas pessoas que estiveram nos espetáculos anteriores, pois em cidades ou bairros pequenos todos os interessados em ir ao circo já o fizeram. Nesse sentido, para ficarem mais de uma semana em uma mesma “praça” é necessário desenvolver estratégias organizacionais para geração de renda. Para tanto, os circenses reservam o “*atrativo grande*” para persuadir as crianças a convencerem seus pais a levarem-nas ao circo novamente. A expressão “*carta na manga*” complementa o sentido de “*atrativo grande*”, dando a este o caráter de constituir-se como uma surpresa, pois caso fosse revelada desde a chegada do circo na “praça”, mesmo que não fosse apresentada, faria com que os espectadores esperassem para ir ao circo no dia de sua exibição.

Final da temporada em uma cidade é sempre desgastante para os artistas, sobretudo quando paralelamente aos espetáculos noturnos há a realização de matinês. Elas acontecem, geralmente, aos sábados e aos domingos à tarde, contudo, em situações especiais podem ser realizadas durante os dias da semana. Esses espetáculos são uma oportunidade para aumentar a receita das organizações circenses, mas em alguns casos não se mostraram viáveis por terem atraído poucos espectadores incorrendo assim em seu cancelamento.

Hoje a matinê foi cancelada por falta de público. As dez pessoas que estavam diante da bilheteria foram avisadas sobre o cancelamento, não fazendo qualquer objeção diante do anúncio. Foi-lhes pedido para que voltassem à noite [Diário de campo, 18 de janeiro de 2015].

Diante disso, alguns donos de circo preferem não anunciar as matinês, pois as consideram uma “*furada*”, como apontou C01 em entrevista. Antes mesmo de os donos dos circos decidirem sobre o cancelamento de alguma matinê, observei em um dos circos que os contratados torciam contra a chegada das pessoas, enquanto os donos do circo desejavam o contrário. Do ponto de vista dos funcionários contratados, as matinês representam maior trabalho, enquanto que para os donos dos circos maiores receitas.

As matinês diferenciam-se em vários aspectos dos espetáculos noturnos, inclusive nos valores cobrados pelos bilhetes, sempre inferiores. Por isso, números mais perigosos para os artistas não são apresentados como, por exemplo, o “globo da morte”. Da mesma forma, não são exibidas as grandes atrações. Por fim, as matinês se diferenciam pela duração, em torno de uma hora, também sempre menores a dos espetáculos noturnos, estes que costumam durar até duas horas. Nos circos pesquisados a frequência do público nas matinês sempre foi muito pequena, não passando de 20 espectadores, exceto nos casos em que alunos de escolas estiveram presentes após serem firmados acordos com instituições de ensino ou com as prefeituras.

Geralmente os acordos com as prefeituras acontecem em decorrência da cessão de terrenos e isenção de taxas para a instalação da organização circense no município. Pode acontecer também de o espetáculo ser vendido a alguma escola a preço reduzido, estabelecido nos circos pesquisados em R\$ 5,00 por criança. Nesse caso, ou a escola paga com dinheiro de seu próprio caixa ou os pais enviam com as crianças o valor das entradas. Esse procedimento é intermediado por integrantes específicos dos circos, que vão às escolas propor a venda do espetáculo. Em um dos circos pesquisados isso era feito por um contratado, remunerado com 20% do total obtido com a venda dos bilhetes das matinês, sendo este o único caso pesquisado em que um funcionário era responsável por organizá-las.

Tanto nos espetáculos noturnos quanto nas matinês não foi observado o uso de animais, pois há alguns anos nos estados onde esta pesquisa foi realizada eles não podem compor o rol de

atrações⁴³. Essa é uma questão bastante controversa do discurso dos proprietários de circo, pois alguns se posicionam contra a proibição e outros a favor dela. Para um dos sujeitos de pesquisa, ter animais no circo é uma “[83] [...] chance de uma criança que mora aqui ver um leão, ver um elefante, alguma coisa, é possível ver aqui” [A01]. Portanto, o enunciador é a favor da utilização de animais em circo, pois assim crianças do interior dos estados poderiam ter contato com animais que não existem na fauna brasileira.

Outros circenses, contrários a proibição de animais em espetáculos circenses descrevem-na como benéficas para os circos pequenos e para os artistas de maneira geral. Um dos motivos é porque os donos de circos pequenos se beneficiaram com a proibição, pois antes dela somente os circos médios e grandes conseguiam comprar manter esses animais. Com isso, as pequenas organizações circenses, dada limitação financeira, não conseguiam adquirir esses animais e, como consequência, não tinham tanto prestígio se comparadas às grandes e médias. Sendo assim, o fim dos animais nos espetáculos tirou essa vantagem competitiva de diversas organizações circenses, aproximando-as em termos de atrações aos circos pequenos.

Um dos sujeitos de pesquisa, proprietário de um dos circos pesquisados, sente-se injustiçado por ter perdido seus animais que, segundo ele, foram apreendidos para atender a interesses diversos de algumas Instituições, como ONGs de defesa de animais e zoológicos e, portanto, não porque os animais eram maltratados, conforme demonstra trecho a seguir produzido por ele: “[84] [...] eu nunca tive uma denúncia dos meus animais, porque são *bem tratados*, pra cuidar dos animais, porque a gente tratava dos leões como se fosse um membro da *família*” [A01]. Assim, para A01 a apreensão dos animais não é legítima, pois eles eram “*bem tratados*”. Ele reforça essa ideia personificando os animais, descrevendo-os como membros de sua “*família*”.

Já para os artistas o reflexo da proibição do uso de animais em circos se deu no plano da valorização da arte criada e apresentada com a participação apenas de seres humanos.

[85] Eu quando era empregado pra mim foi melhor, foi melhor porque *tinha dono de circo que valorizava os bichos deles*, mas não valorizava o artista e qualquer

⁴³ Ainda não há lei federal que proíba o uso de animais, contudo, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei – PL 7.291/2006 (BRASIL, 2006). Enquanto isso, alguns Estados já vetaram o uso de animais da fauna silvestre, exótica e até de animais domésticos em espetáculos circenses, como Espírito Santo-ES (Lei nº 9.399/2010) e Minas Gerais-MG (Lei nº 21.159/2014).

confusão que tinha eles falavam que; *batiam no peito e falavam*: “*rapaz não preciso de você não, eu com os meus bichos aqui eu toco o circo*” [R03].

A argumentação tecida pelo enunciador revela que o seu posicionamento contrário ao uso de animais no espetáculo circense está ligado ao período em que ele era empregado em circos. Enquanto tal e em seu detrimento, “*tinha dono de circo que valorizava os bichos deles*”. Nesse trecho, observa-se um implícito subentendido de que os animais eram os únicos valorizados pelos donos de circo, posicionando os artistas nas relações de poder desfavoravelmente. Esse entendimento é reforçado pelo trecho: “*batiam no peito e falavam: ‘rapaz não preciso de você não, eu com os meus bichos aqui eu toco o circo’*” reproduzido por R03. Analisando-o em paralelo com o léxico “*confusão*” chega-se ao entendimento por meio do implícito subentendido de que lidar com os seres humanos seja mais difícil que lidar com animais, pois entre donos de circo e os animais não havia desavenças.

Em virtude da proibição de animais nos picadeiros aduz-se que atualmente o artista seja mais valorizado, que por sua vez mostra como as condições de vida e salariais poderiam ser ainda piores às de hoje, pois naquele tempo os animais possibilitavam aos donos de circo relegar os seres humanos na produção do espetáculo a um grau de inferioridade criado pelo fato de serem dispensáveis. No contexto atual os seres humanos passaram a ter nas relações de poder maior importância.

Mesmo com uma variedade menor em termos de atrações após a proibição do uso de animais em espetáculos circenses eles, ainda sim, continuam sendo de “*variedades*”, em que diferentes números se distribuem em dois blocos de apresentações, separados por intervalos de, aproximadamente, 15 minutos, tempo suficiente para os circenses aumentarem seus ganhos com a venda de produtos na praça de alimentação.



FIGURA 24 - Espectadores durante os intervalos na praça de alimentação
 Fonte: Arquivos de pesquisa.

Há uma diversidade grande de alimentos vendidos durante os intervalos dos espetáculos, sendo mais comum encontrar maça do amor, geralmente vendida a R\$ 3,00; algodão doce a R\$ 3,00; pipoca a R\$ 5,00; batata frita a R\$ 3,00; churros a R\$ 5,00 e; refrigerante a R\$ 4,00. Adicionalmente, são vendidos chaveiros com fotografias de espectadores e diversos outros brinquedos e gêneros alimentícios. A lucratividade dessas vendas pode chegar a 500% em relação aos custos de produção e de aquisição de artigos.

A designação “variedades”, própria dos espetáculos dos circos pesquisados, está relacionada à presença de diferentes formas artísticas, como números que exigem força física e destreza e de pequenas encenações cômicas, chamadas de esquetes. Para alguns dos donos dos circos pesquisados é muito importante que mantenham um padrão de qualidade do espetáculo. Para tanto, observei a realização de práticas panópticas, como mostra o trecho a seguir extraído do diário de campo: “[eles] [...] analisaram a *performance* da artista e disseram que ela estava fora do ritmo da música. Segundo eles, a artista faz o número há muito tempo e mesmo assim descuida do ritmo” [Diário de campo, 16 de janeiro de 2015].

Assim, sob essa justificativa, é comum que integrantes das famílias proprietárias dos circos assistam às apresentações de artistas contratados. Dessa forma, a prática panóptica da observação das apresentações permite identificar as astúcias realizadas por funcionários, podendo isso ser visto seguir no trecho tirado do diário de campo:

Hoje, mais uma vez, circenses integrantes da família falaram das apresentações de uma artista contratada. Por inúmeras vezes isso já havia corrido. Falaram sobre o seu número e como ela o “cortou” durante um dos espetáculos, em que eu pensei que o equipamento usado por ela havia apresentado alguma falha. “Cortar” o número significa que a artista forjou uma falha no equipamento para não ter que girar várias

vezes a escada giratória. Os circenses disseram ter verificado o aparelho depois e nada puderam constatar de errado. No entendimento deles, por insatisfação com o trabalho a artista decidiu não fazer como era de costume, dar vários giros. A insatisfação da artista é evidente, tendo ela me confidenciado o seu salário semanal ser de apenas R\$ 50,00. Isso a incomoda bastante, principalmente por saber o ganho semanal dos outros funcionários, até oito vezes maior que o seu [Diário de campo, 15 de janeiro de 2015].

“Cortar” o número foi a forma encontrada pela artista para contestar seu baixo salário, ou seja, para “tirar partido do forte” (CERTEAU, 2012a, p. 44) dentro de um quadro em que a maioria das pessoas recebe salários semanais mais elevados. Por esse motivo, para não despertar insatisfação em meio aos circenses contratados, os donos dos circos pesquisados evitam falar sobre os salários pagos a cada um. No caso dessa artista, sua ação, fora da “conveniência”, rendeu-lhe sérias repressões e até ameaças de demissão.

As práticas de controle se estendem também sobre os mais jovens das famílias proprietárias. No entanto, nesse caso, o objetivo perseguido com o exercício de poder é outro. Em vez de estar relacionado diretamente à qualidade dos números apresentados, como um fim em si mesmo, observar e analisar a qualidade dos números é uma forma de determinar que o indivíduo, por meio de reconhecimento sobre seu trabalho, permaneça vivendo da arte circense. Mas também porque os circenses das gerações anteriores querem relacionar ao nome da família artistas de qualidade, atestando, assim, terem tradição, e enaltecer a contabilidade das gerações. No entanto, essa forma de controle não foi vista em todos os circos. Nos casos detectados, todas as noites circenses pais de artistas assistiram aos números apresentados por seus filhos e em baixo tom comentaram sobre as apresentações. Essa atitude faz das gerações anteriores responsáveis pelo desenvolvimento das gerações futuras, como se lhe servissem de conselheiras. Isso garantirá aos integrantes das famílias proprietárias manterem-se ocupando o “lugar” dos artistas nas apresentações circenses e, assim, perpetuar os sistemas de dominação presentes nos circos.

Nesse último tópico (item 5.3) do capítulo de análise foram discutidas diversas práticas presentes entre o “fazer a praça” e à estreia. Dentre elas, aquelas inseridas na escolha do itinerário (item 5.3.1), aquelas que fazem dos circenses transgressores de regulamentações necessárias ao oferecimento dos espetáculos circenses (item 5.3.2), aquelas relacionadas à montagem (item 5.3.3), à divulgação dos espetáculos (item 5.3.4), aos últimos preparativos

para os espetáculos (item 5.3.5) e, por fim, relacionadas aos espetáculos propriamente ditos (item 5.3.6).

Nessas fases que compõem o trabalho circense destacaram-se nas análises que os itinerários dos circos são definidos de acordo com os conhecimentos que os circenses têm sobre determinadas regiões e isso torna a presença do circo mais frequente em ES e MG. Mantendo os circos em regiões conhecidas eles obtêm lucros maiores caso os circos fossem montados em outros estados. No entanto, há nas “praças” dificuldade de encontrar terreno para armar os circos. Aliado a isso, os sujeitos desta pesquisa relataram pouco apoio dos governos municipais à atividade circense, sendo isso refletido também na busca por áreas propícias ao oferecimento dos espetáculos circenses.

A definição do itinerário também mostrou levar em conta a presença de circos nessas regiões. No caso de não haver essa observância é possível o lucro de determinado agrupamento circense ser afetado pela má fama que um circo possa ter deixado em uma “praça”. No entanto, essa definição não fica a cargo somente dos secretários dos circos, pois ela depende de imposições feitas pelas prefeituras que nessa parte do trabalho circense ocupam o “lugar do próprio” na visão de Certeau (2012a). Por isso, as regras são definidas por gestores municipais que irão estabelecer até a data em que os circos poderão chegar às cidades.

Diante do poder disciplinar exercido pelas prefeituras e por outras Instituições (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Polícia Civil) os circenses alegaram ser perseguidos por serem considerados marginais. No entanto, as análises apontaram que a marginalização é um aspecto identitário que além de ser algo que surge dos cidadãos em relação aos circenses nas relações de poder, também é criado por eles mesmos, fazendo isso por meio do discurso de vitimização e de subversão de regras que garantem, por exemplo, a segurança do público que os assistem. Sendo assim, os circenses são ao mesmo tempo vítimas e algozes do discurso que torna a atividade circense marginal, que por sua vez faz com que não sejam recebidos de “braços abertos”.

Além dessa vigilância sobre as práticas circenses, há também formas de controle, no sentido foucaultiano, sobre as práticas realizadas pelos funcionários. Para tanto, as moradias e a estrutura dos circos são dispostas de tal forma a dar visibilidade às práticas daqueles que não pertencem às famílias proprietárias. No entanto, os funcionários se utilizam da mesma

disposição arquitetural implementada para vigiá-los para prover vigilância sobre as práticas dos donos dos circos e as de seus familiares. O aproveitamento dessa estrutura, utilizando-a de maneira diversa, faz dessa prática uma subversão de acordo com Certeau (2012a). Essa organização possibilitou construir a FIG. 12 para representar esquematicamente a divisão existente entre donos de circos e seus familiares de funcionários.

Destacaram-se também nas análises as práticas tidas como “blefes”, desenvolvidas pelos circenses para aumentar a lucratividade das organizações circenses. Essas práticas também podem ser compreendidas como “astúcias” na concepção de Certeau (2012a). Dentre elas se destacam o anúncio dos *shows* sem que seja dito que se trata de *covers*. Em certa medida, em todos os circos pesquisados foram identificadas a utilização de informações falsas para enganar o público e trazê-lo ao circo. Nesse sentido, o “blefe” é recorrente no cotidiano circense, podendo em alguns casos ser punido de acordo com a legislação.

Por último, outra prática de destaque é a utilização da programação do espetáculo como instrumento para punir artistas que tenham desrespeitado as regras estabelecidas pelos donos dos circos, ou seja, daqueles que ocupam o “lugar do próprio” na visão certeuniana. Assim, quando necessária a aplicação de uma penalidade, o artista deixa de ser relacionado na programação, causando nele enorme constrangimento, principalmente por só saber de sua ausência no palco instantes antes do início do espetáculo. Com isso, aqueles que ocupam “lugar” privilegiado nas relações de poder na organização do espetáculo circense conseguem controlar o comportamento dos artistas até que não comentam mais falhas, exercendo sobre eles uma forma de controle, como descreveu Foucault (2011).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muitas vezes fui inquirido sobre a importância deste trabalho, cujo objetivo geral é evidenciar como os sujeitos de circo, em meio a relações de poder, agem na “estratégia” e na “tática” cotidiana. Afinal, de que forma esta tese ampliou os domínios dos Estudos Organizacionais? Qual a sua contribuição teórica? E, por fim, qual a sua contribuição social?

Sobre os domínios da área a partir da qual escrevo a escolha da organização circense enquanto objeto de investigação revela que esta tese incidiu sobre um campo pouco frequentado pelo *mainstream*. Com isso, possibilitou reverberar sobre aspectos negligenciados por uma exclusão originada pela notoriedade dada a outros tipos de organização, que não às organizações circenses. Como consequência, após lançar esforços para interpretar o cotidiano circense e ao escolher pesquisar circos pequenos e de organização familiar, foram construídos conhecimentos cuja mencionada supressão possibilitou que permanecessem esquecidos.

Outra característica deste trabalho que o revela como diferente de trabalhos correntes realizados é a adoção do conceito de gestão ordinária (CARRIERI, 2012). Diante dessa perspectiva este trabalho revelou como sujeitos ordinários constroem cotidianamente uma realidade gerencial bastante particular e lastreada por relações de poder que envolvem as pessoas e, em certa medida, tentam determinar seus comportamentos. Porém, apesar da existência desse controle, verificou-se que os sujeitos circenses conseguem agir de maneira diferente àquilo determinado por algum tipo de poder e expresso nas relações sociais, no caso deste trabalho, nas relações de poder. O envolvimento dos circenses nessas relações mantém ligação com a gestão dos circos pesquisados, pois diante do conceito de gestão eleito, constituem-se práticas de gestão as ações das pessoas, sejam elas ocupantes de cargos gerenciais ou não.

Acredito também ter trazido outra visão sobre a organização circense, ou seja, ampliado os horizontes das considerações que os “de praça” (assim como eu) fazem dela, como somente produtora de espetáculos que nos proporcionam diversão. Para tanto, utilizei uma metodologia surgida ao longo da pesquisa, pois as características do campo foram sendo desveladas de maneira processual promovendo, assim, salutares encontros com o inesperado. Na medida em que essa realidade se revelou as ideias metodológicas iniciais foram sendo alteradas criando, ao final, um “itinerário” metodológico bastante enleado a esta investigação. Assim, não

sucumbi a modelos de pesquisas pré-determinados, o que ocasionou a pesquisa de tese ser uma verdadeira “bricolagem”.

Em meio a ela utilizei recursos do método etnográfico, sem fazer desta tese, de acordo com argumentos já delineados em momento oportuno, uma etnografia. Minhas últimas palavras neste trabalho sobre esse assunto devem ser, sobretudo, sobre a limitação em que isso incorreu. Queria ter convivido mais com os sujeitos circenses para poder contar mais sobre o cotidiano deles. Isso, em certo sentido, é uma limitação desta tese, somente possível de ser contornada com a aquisição de uma moradia itinerante, algo muito dispendioso. Apesar disso, creio que o número de experiências dado pelos circos pesquisados me possibilitou interpretar as tessituras feitas pelos circenses em seus cotidianos.

Parte disso, por virtudes do uso da AD, pois por meio dessa técnica consegui relacionar analiticamente práticas sociais circenses às “teorias” sociais foucaultiana e certauniana. Ademais, proporcionaram inventariar nuances sobre as relações de poder e como os sujeitos circenses fundam seus cotidianos em meio a movimentos de conformidade e resistência aos poderes que tentam a todo o instante limitar suas pulsões para que o cotidiano seja alienante.

Assim, além daquilo que pode ser visto como “espetacular” ou “extraordinário”, revelei parte dos bastidores dessa produção cultural que povoa nosso imaginário sem darmos conta daquilo que lhe é subjacente: a influência da família na organização do trabalho; a tradição e as gerações como mecanismos de poder; as posições ocupadas pelas pessoas nas relações sociais, ou seja, nas relações de poder; o controle exercido sobre o comportamento das pessoas, limitando-as a campos de possibilidade pré-determinados; a dominação como artifício para manter a passividade e, conseqüentemente, a “conveniência”; a criação de “espaços” em meio a “lugares” ocupados por prefeituras e empresas que fornecem serviços aos circos e; como os pequenos circos de organização familiar se constituem como negócios aceitos somente nas periferias das cidades.

Por sua vez, as elucidações feitas em torno desses aspectos modificam nosso imaginário ao passo em que contradizem várias considerações feitas em relação às organizações circenses. O tema “marginalização” tão frequente no discurso dos circenses investigados mostrou-se não ser somente um “rótulo” que lhes é colocado sem que desse processo os circenses estivessem isentos. Nessa linha de raciocínio, este trabalho mostrou que os próprios circenses participam

dessa construção, em termos de precariedade do trabalho e das péssimas condições de vida dos funcionários, em termos de recrutamento e “assujeitamento” de pessoas em estado de fragilidade econômica e social e em termos de elementos discursivos para criar a ideia de dificuldade financeira (vitimização).

Assim, ao me aproximar da organização circense e dos sujeitos a ela pertencentes notei o quão controverso pode ser a imagem que criamos sobre essas organizações. Sob a áurea do anúncio da chegada da alegria às “praças”, da diversidade de cores da lona e dos rostos felizes nas apresentações, de longe, podemos ver das organizações circenses somente aquilo que é objetivo do poder que as governa, ou seja, dominante. Esse, em virtude do seu exercício, nos mantém restritos ao domínio do fugaz, pois com rapidez e sem densidade não é permitido compreender a fabricação silenciosa que ocorre dia após dia. Dentre elas, algumas impensáveis quando nos mantemos imóveis no campo organizado por esse mesmo poder. Sendo assim, “sentir na pele” é o caminho. Dito de outro modo, com base na experiência adquirida com a realização desta pesquisa, defendo que aspectos efêmeros, como a “tática” cotidiana, só possam ser sentidos ou vivenciados, nunca apreendidos em discursos próprios.

Nesse sentido, Certeau tem muito a nos ensinar, na medida em que passarmos a considerar suas colocações em nossas investigações sobre o cotidiano, como tentei fazer. Digo tentei, porque as colocações de Certeau são fugidias⁴⁴ e por isso nos obrigamos a enclausurá-las em sistemas de “caixinha”, tendo em vista a dominação do nosso contexto atual operada pela racionalização. Assim, por vezes, flagrei-me mentalmente classificando práticas circenses na “tática” cotidiana e na “estratégia” cotidiana, contabilizando-as na media em que surgiam. Talvez, nada mais positivista e controverso. No entanto, obriguei-me ser fiel à epistemologia pós-estruturalista, mesmo que isso por si só seja produto de algum poder.

Importante passo na direção de uma resposta satisfatória ao questionamento feito no início destas considerações finais é registrar como as perspectivas foucaultiana e certeuniana, tomadas em conjunto, contribuíram para mostrar como os sujeitos de pesquisa conviviam com formas de controle e dominação e, ainda assim, conseguiam construir “espaços” de subversão. Contudo, durante as observações isso nem sempre foi possível, conforme situações discutidas ao longo deste trabalho. Sendo assim, creio na ideia de que Foucault, quando falou sobre o

⁴⁴ Segundo Josgrilberg (2005), Certeau recusa-se a se expressar usando o sentido literal das palavras devido a questões estilísticas, epistemológicas e éticas.

poder, entendidos por seus críticos como onipresente e onipotente, referiu-se a um conjunto de práticas específicas, mas, sobretudo, circunscritas a situações sociais onde o poder encontrou a sua forma mais eficiente, na medida em que utilizou todos os recursos que poderiam estar disponíveis às pessoas e como consequência gerou uma força com potência descomunal.

Nessa linha de raciocínio, considerando as críticas que pairam sobre Foucault, especificamente sobre suas observações analíticas feitas durante o período genealógico, tenho que admitir que por vezes o cotidiano circense se mostrou sufocante às pulsões contestadoras dos subjugados, ou seja, daqueles que na visão certeuniana ocupam o “lugar do outro”. Então, rebelar-se deixou de ser a tônica. Isso me levou a considerar a existência de um paradoxo na confluência do pensamento dos dois autores basilares deste trabalho, pois na medida em que a partir dela é dado, a princípio, ao sujeito elementos para rebelar-se, imagino ser astúcia não fazê-lo. Portanto, em situações específicas, quando o poder se apresentava como exasperante, nada mais astucioso por parte dos sujeitos pesquisados manterem-se distantes do confronto, como em muitas vezes fizeram os funcionários circenses. No entanto, isso não significa que deixou de haver resistência.

E quanto à Certeau, de que modo o arcabouço investigativo criado por ele é aprimorado a partir de ligação estabelecida com a analítica foucaultiana criada nesta tese? Em termos analíticos, a genealogia do poder que surge de alguns trabalhos de Foucault dá ao trabalho de Certeau aquilo que talvez tenha lhe faltado quando nos perguntamos, diante das práticas cotidianas, sobre a mecânica do poder. Sendo assim, Foucault e Certeau fornecem aos seus leitores elementos singulares, porém, complementares se realizada a aproximação entre eles, como fiz neste trabalho e esquematicamente representada do Capítulo 3.

Porém, algo surpreende é que em as minhas elucubrações a partir do período genealógico de Foucault e das considerações sobre o cotidiano feitas por Certeau, que culminaram no esquema conceitual desta tese (FIG. 1), eu não havia cogitado a possibilidade de que além da “tática” cotidiana os “fracos”, nas relações de poder, pudessem realizar práticas panópticas em relação àqueles que ocupam o “lugar do próprio”, como no caso em que os funcionários se utilizaram da organização geográfica das moradias nos terrenos onde os circos são armados (FIG. 12) para prover vigilância sobre os donos dos circos e seus familiares. Dentro do quadro

referencial desta tese essa ação é descrita como na “tática” cotidiana, porém em conformação não contemplada no esquema criado por mim.

Nesse ponto, a partir de tal constatação, é necessário reavaliar o esquema da FIG. 1 e propor, no meu entendimento, uma alteração bastante significativa em termos do meu entendimento sobre exercício de poder e de resistência baseado em Foucault e em Certeau, respectivamente. Assim, além de práticas panópticas que incidem sobre o “lugar do próprio” e sobre o “lugar do outro”, representadas por duas setas verticais apontadas para baixo, deve-se adicionar uma com sentido oposto, para demonstrar que do “lugar do outro” emanam práticas panópticas que recaem sobre o poder disciplinar. Sendo assim, o esquema conceitual desta tese passaria a ter a seguinte representação (FIG. 25), cuja alteração encontra-se em destaque na cor vermelha:

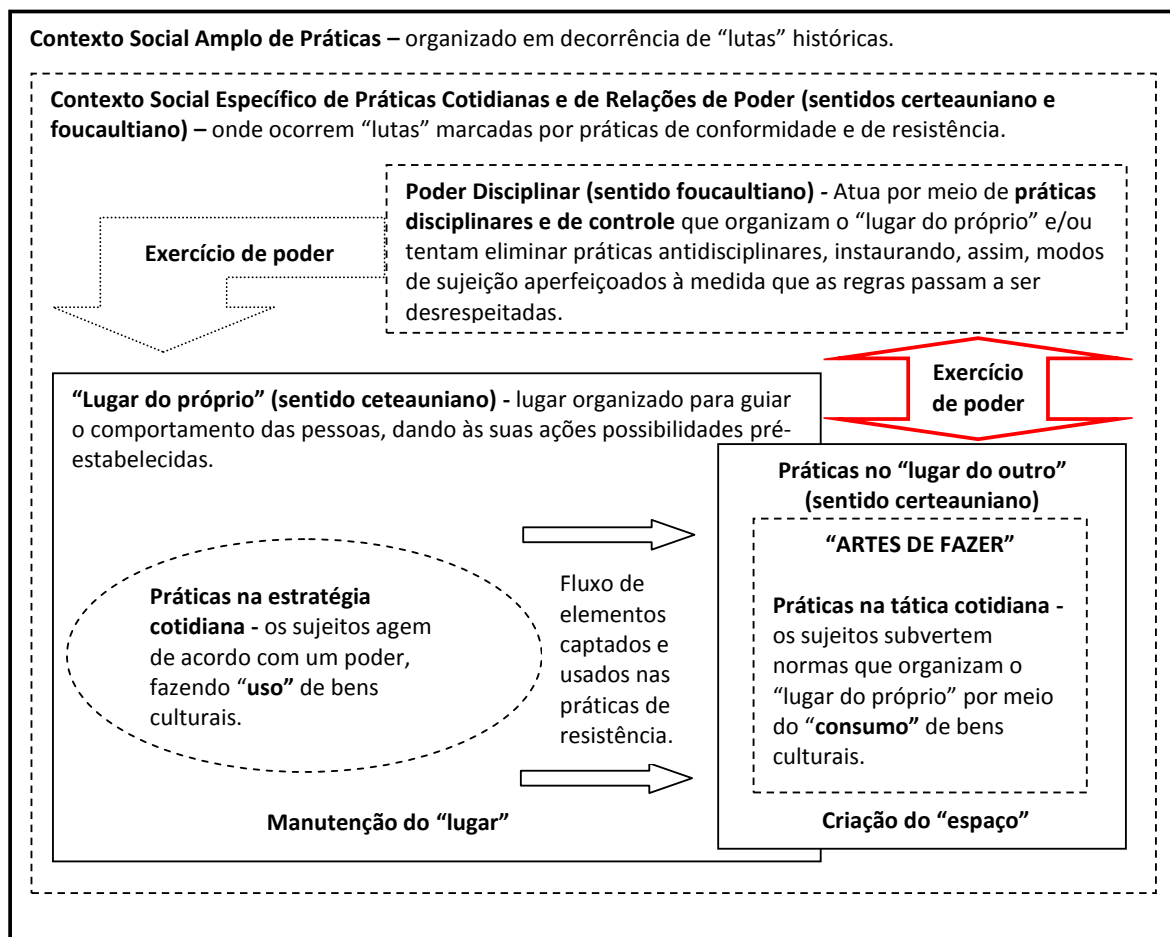


FIGURA 25 - Esquema conceitual alterado

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Foucault (1979, 2011, 2012, 2014), em Certeau (2011, 2012a, 2012b) e nos resultados desta tese.

Devo destacar também, dada as contribuições dos autores em separado, que neste trabalho a analítica foucaultina foi importante para elucidar como os sujeitos de pesquisa, notadamente

os funcionários circenses, subjetivam formas de conduta a partir do exercício de poderes, fazendo em alguns momentos do discurso dominante o seu próprio discurso. Essa condição serve ao poder para perpetuar a relação de exploração à qual os funcionários estão submetidos, à medida que não criam uma grande estratégia (no sentido foucaultiano) os integrantes das famílias proprietárias continuarão ocupando “lugares” privilegiados, que lhes permitirão prover controle e dominação.

Por essa razão, o cotidiano circense com o qual tive contato é permeado por condições de trabalho que desprivilegiam os funcionários, e em todos os casos pesquisados, muito parecidas às condições de trabalho escravo, condição essa também verbalizada por um dos sujeitos de pesquisa e um dos entrevistados (C03). Diante da dominação sobre eles, vários desses funcionários permanecem “acorrentados” aos circos por não terem melhores oportunidades de inserção produtiva. Sendo assim, apesar de constituírem-se como ambientes de precarização do trabalho, para muitos a organização circense ainda oferece vantagens por ser a única alternativa viável. Em suma, para esses trabalhadores, é melhor estarem no circo que vivendo no contexto econômico e social anterior do qual faziam parte antes de ingressarem em alguma das organizações pesquisadas.

Já a visão cotidianista de Certeau foi importante para mostrar como os sujeitos, supostamente passivos nas relações de subjugação, participam ativamente da criação de um cotidiano marcado pela “conveniência”, mas também por práticas que subvertem a ordem estabelecida. Dessas práticas, surgiram criações impensáveis com relação às determinações que condicionam os modos de comportamento. Por esse motivo, essa pesquisa mostrou que apesar de haver alto grau de previsibilidade em torno do comportamento das pessoas, há também “espaço” para a contestação e, portanto, para transformar a insatisfação com o “lugar” organizado golpe a golpe, utilizando-se para isso zonas de ausência de poder.

Antes disso, é necessário identificar essas zonas para, a partir disso criar “espaço” e é nesse ponto que está alicerçada a principal contribuição social deste trabalho. Sendo assim, apesar de o discurso proprietário promover uma situação de precarização da organização circense, seja de fato ou para direcionar o olhar para este aspecto com o objetivo de o Estado prover melhorias, quem vive a realidade presente no discurso dos proprietários dos circos são os funcionários. A esses últimos não são dadas as mínimas garantias trabalhistas, tão pouco condições de moradia confortáveis que permitam a eles chamarem suas moradias de “lar”. Por

algum tempo me frustrou a impotência diante desse aspecto, pois não poderia resolver o problema de todas aquelas pessoas. Como acalanto, entendo ser esse um problema social mais amplo, cuja seletividade torna os “indesejáveis” pelas empresas de mercado produtivos em organizações esquecidas ou cuja imagem criada em torno delas torna distante de nossas considerações a sua “face repugnante” (MORGAN, 2007, p. 279).

Dessa revelação surgem as contribuições sociais desta tese. Uma delas deu-se no âmbito pessoal de cada um dos sujeitos de pesquisa. Em se tratando dos familiares donos dos circos, em nossas conversas e entrevistas eles foram levados a refletir sobre os aspectos sociais que envolvem o trabalho circense, bem como sobre a relação das organizações circenses com as Instituições que exercem poder sobre eles. Outra contribuição deu-se também no plano individual, porém no dos funcionários, que por meio de nossa convivência e entrevistas passaram a se reconhecer em um contexto socioeconômico de exercício de poder e de dominação organizado por um “próprio” representado pelos familiares donos dos circos.

Por fim, há uma última contribuição social deste trabalho, que surge da notoriedade dada ao discurso produzido pelos funcionários circenses, conforme recomenda Lefebvre (1991). Assim, na medida em que esse discurso foi apreendido neste trabalho, pode-se dar voz a esses sujeitos ordinários, permitindo a este trabalho relatar por meio do discurso do “fraco” no cotidiano circense práticas ainda desconhecidas para a maioria de nós, mas só permitidas em locais periféricos, como se poderia dizer, por exemplo, do desrespeito às leis trabalhistas. Por esse motivo, esta tese, considerando o seu valor acadêmico, conseguirá transportar essas vozes para uma centralidade, dando publicidade a graves problemas sociais.

Não quero com isso contribuir para fadar os circos pequenos e de organização familiar a um destino trágico. Pelo contrário, pois acho que a repercussão deste trabalho em meio aos seus leitores dimensionará a importância do circo para as periferias das cidades como promotor de cultura. Sendo assim, caso isso também fosse reconhecido pelo Estado, poder-se-ia criar políticas públicas que promovessem a atividade circense e, com isso, possibilitasse à população de circo ter melhores condições de vida, abandonando de uma vez por todas a ideia de marginalização fixada sobre ela, à qual é tão prejudicial. Antes disso, deve-se reconhecer a pequena organização circense em suas idiossincrasias, pois diferentemente de organizações comuns, os circos possuem características peculiares e práticas de gestão e trabalhistas enrijecidas pela tradição que os sujeitos circenses fazem questão de preservar.

REFERÊNCIAS

- AGGER, B. Critical theory, poststructuralism, postmodernism: their sociological relevance. **Annu. Rev. Sociol.**, n. 17, p. 105-131, 1991.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 105-110, out. 1995.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. R. Pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “borat ” brasileiro. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 371-382, out./dez. 2010.
- ANDRADE, J. C. dos. S. **O espaço cênico circense**. Dissertação (Mestrado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BAUMAN, Z. **Vigilância líquida: diálogos com David Lyon**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BOLOGNESI, M. F. **Circos e palhaços brasileiros**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- BRANCO, G. C. As resistências ao poder em Michel Foucault. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, n. 24, p. 237-248, 2001.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: UNICAMP, 2002.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 7.291, de 05 de julho de 2006. Dispõe sobre o registro dos circos perante o Poder Público Federal e o emprego de animais da fauna silvestre brasileira e exótica na atividade circense. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=329678>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- _____. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.
- _____. Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre o salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm>. Acesso em: 05 nov. 2015.
- BURRELL, G. Modernism, post modernism and organizational analysis: the contribution of Michel Foucault. **Organization Studies**, v. 9, n. 2, p. 221-235, 1988.
- CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.
- CARRIERI, A. de P. **A gestão ordinária**. 2012. Tese (Concurso para Professor Titular) – Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARRIERI, A. de P.; PIMENTEL, T. D.; CABRAL, A. C. de A. O discurso e sua análise no enfoque foucaultiano da formação discursiva: um método de pesquisa nos estudos organizacionais. **Gestão.Org**, v. 3, n. 2, mai./ago. 2005.

CAVEDON, N. R. O método etnográfico em estudos sobre a cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 23., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: ANPAD, 1999. 1 CD-ROM.

_____. Recursos metodológicos e formas alternativas no desenvolvimento e na apresentação de pesquisas em administração. In: ENCONTRO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25., 2001, Campinas. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001. 1 CD-ROM.

CERTEAU, M. de. Anais do cotidiano. In: CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a.

_____. **Cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 2012b.

_____. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coords.). **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, M. M. F. da. **O velho-novo circo: um estudo de sobrevivência organizacional pela preservação dos valores institucionais**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1999.

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DÍAZ, E. **A filosofia de Michel Foucault**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel de Certeau. **ArtCultura**, Uberlândia, n. 9, p. 82-92, jul./dez. 2004.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez. 2007.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 9.269, de 21 de julho de 2009. Dispõe sobre a prevenção de contra incêndios e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LO9269.html>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Lei nº 9.399, de 20 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o uso de animais em espetáculos circenses. Disponível em: <http://www.al.es.gov.br/novo_portal/>. Acesso em: 10 nov. 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 367-383, mar./abr. 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. The subject and power. **Critical Inquiry**, v. 8, n. 4, p. 777-795, 1982.

_____. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 39. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **Estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIARD, L. Momentos e lugares. In: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: morar e cozinhar**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIARD, L. História de uma pesquisa. In: CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012a

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa e o debate sobre a propriedade de pesquisar. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GUIMARÃES, V. N. Uma proposta de condução epistemológica e teórico-empírica de estudos das relações entre novas tecnologias de produção e democratização industrial. **Revista Eletrônica de Administração – REAd**, ed. 6, v. 3, n. 2, jul./ag. 1997.

HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 2. São Paulo: Atlas, 2001.

HERB, K. Além do bem e do mal: o poder em Maquiavel, Hobbes, Arendt e Foucault. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**[online], n.10, p. 267-284, 2013.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1985.

HOBSBAWN, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOSGRILBERG, F. B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

_____. Michel de Certeau e o Admirabile Commercium de sentidos na Educação. **Educação: Teoria e Prática**. v. 18, n. 30, p. 95-105, jan./jun. 2008.

KINSER, S. Everyday ordinary. **Diacritics**, v. 22, n. 2, p. 70-82, 1992.

KRONBAUER, G. A.; NASCIMENTO, M. I. M. O circo e suas miragens: a escola nacional do circo e a história dos espetáculos na produção acadêmica brasileira. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 52, p. 238-249, set. 2013.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 8. ed. Campinas: Papyrus, 1989.

MACHADO, R. Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAGALHÃES, T. C. de. Violência e/ou política. In: PASSOS, I. C. F. (Org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MAGNANI, J. G. C. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. 3. ed. São Paulo: Hucitec / UNESP, 2003.

_____. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v.15, n.32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

MAIA, A. C. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 83-103, out. 1995.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.

MATHIESEN, T. The viewer society: Michel Foucault's 'Panopticon' revisited. **Theoretical criminology**: an international journal. v. 1, n. 2, p. 215-232, London: Sage, 1997.

MATTOS, P. L. C. L de. "Os resultados desta pesquisa (qualitativa) não podem ser generalizados": pondo os pingos nos is de tal ressalva. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, Edição Especial, art. 1, jul. 2011.

MILLER, J. A. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: BENTHAM, J. *et al.* **O panóptico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MINAS GERAIS. Lei nº 21.159, de 17 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a proibição de animais em espetáculos circenses. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/index.html?aba=js_tabLegislacaoMineira&subaba=js_tabLegislacaoMineiraSimples&tipoPesquisa=simples&pageNum=1&sltNorma=Lei&txtNum=21159&txtAno=2014&txtAss=&txtPerIni=&txtPerFim=&tipoOrdem=2&sltResultPagina=10>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MISOCZKY, M. C. A.; PEREIRA, I. M.; BREI, V. A. Poder, produção social e análise crítica do discurso: aproximações em busca de maior potência teórico-metodológica. In: CARRIERI, A. de P. *et al.* (Orgs.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOTTA, M. B. da. Apresentação à edição brasileira. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2012.

NEIRA, M. G.; LIPPI, B. G. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, mai./ago. 2012.

NEWMAN, S. Introduction. In: _____. **Power and politics in poststructuralist thought: new theories of the political**. New York: Routledge, 2005.

OLIVEIRA, J. S. de; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresa - RAE**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 156-168, mar./abr. 2013.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PAES DE PAULA, A. P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAES DE PAULA, A. P.; MARANHÃO, C. S.; BARROS, A. N. Pluralismo, pós-estruturalismo e "gerencialismo engajado": os limites do movimento critical management studies. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, p. 393-404, 2009.

PARKER, M. Organizing the circus: the engineering of miracles. *Organizations Studies*, v. 32, n. 4, p. 555-569, 2011.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. C. V. S. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 5, n. 1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

REY, F. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROCHA, G. O circo no Brasil: estado da arte. **BIB**, São Paulo, n. 7, p. 51-70, 2010.

RUIZ, R. **Hoje tem espetáculo?** As origens do circo no Brasil. Rio de Janeiro: Inacen, 1987.

SÁEZ, O. C. O lugar e o tempo do objeto etnográfico. **Etnográfica**, v. 15, n. 3, p. 589-602, out. 2011.

SAMPAIO, S. S. Resistências. **Revista Aulas**, Dossiê Foucault, n. 3, p. 1-25, dez. 2006/mar. 2007.

SEIFERT, P. A. **Epistemologia das ciências sociais**. Curitiba: IESDE, 2012.

SILVA, E. **O circo: sua arte e seus saberes**. O circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SILVA, E; ABREU, L. A. de. **Respeitável público... o circo em cena**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2009.

SLATER, D. Is everyday life best understood as a site of creative agency or structural determination? Assessing de Certeau's reaction to Foucault. **London School of Economics and Political Science - Cultural Theory**, 2012.

SOUZA, E. M. de *et al.* Análise genealógica: o estudo do poder nas empresas sob uma visão foucaultiana. **Revista Aulas**, Dossiê Foucault. n. 3, dez./mar. 2007.

SOUZA, E. M. de. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 2, p. 270-283. jun. 2012.

SOUZA, E. M.; PETINELLI-SOUZA, S.; SILVA, A. R. L. da. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v. 17, n. 2, p. 198-217, mar./abr. 2013.

SOUZA, P. C. de. Posfácio. In: NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, M. V. B de. **[Sem título]**. 2013. Entrevista concedida ao portal Circo Conteúdo, [S.l], 31 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.circoconteudo.com.br>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

SOUZA FILHO, A. Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano. **Sociabilidades**. São Paulo-SP, v. 2, p. 129-135, 2002.

SOUZA JÚNIOR, W. de. De cor e salteado: oralidade e memória do circo. **Comunicação e Educação (USP)**, v. XVI, p. 25-33, 2011.

TEMPERANI, R. **Categorias, gênero e linguagens circenses**. Disponível em: <<http://www.circoconteudo.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

THIRY-CHERQUES, H. R. A validade da generalização. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, n. 4, art. 7, Rio de Janeiro, dez. 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VICTORIO FILHO, A. Pesquisar o cotidiano é criar metodologias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 97-110, jan./abr. 2007.